

# Desigualdade de Gênero no Mundo do Trabalho

As Trabalhadoras da Confecção

Reginaldo Guiraldelli

**Desigualdade de Gênero no Mundo do Trabalho**  
As Trabalhadoras da Confecção



# Desigualdade de Gênero no Mundo do Trabalho

As Trabalhadoras da Confecção

Reginaldo Guiraldelli

PACO  EDITORIAL

---

## Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues	Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani	Profa. Dra. Magali Rosa de Sant'Anna
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi	Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna	Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Carlos Bauer	Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha	Prof. Dr. Romualdo Dias
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista	Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Prof. Dr. Fábio Régio Bento	Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa	Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

---

©2016 Reginaldo Guiraldelli

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

---

G965 Guiraldelli, Reginaldo  
Desigualdade de Gênero no Mundo do Trabalho: As Trabalhadoras da  
Confecção/Reginaldo Guiraldelli. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

292 p. Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-462-0270-6

1. Mercado de trabalho 2. Divisão sexual do trabalho 3. Direitos trabalhistas  
4. Feminismo. I. Guiraldelli, Reginaldo.

---

CDD: 331.4

### Índices para catálogo sistemático:

Trabalho de mulheres	331.4
Gênero humano	128
Feminismo	305.42

IMPRESSO NO BRASIL  
PRINTED IN BRAZIL  
Foi Feito Depósito Legal

 PACO EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658  
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21  
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100  
11 4521-6315 | 2449-0740  
contato@editorialpaco.com.br

À minha mãe, mulher batalhadora, forte e afetuosa.  
Às mulheres trabalhadoras, pelas lutas e resistências cotidianas.



# Agradecimentos

O livro ora apresentado resulta originalmente de uma pesquisa produzida como tese de doutoramento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, campus de Franca-SP, no período de 2007 a 2010. Para a publicação deste livro, foi necessária uma atualização e revisão do texto original.

No decorrer da realização deste estudo, muitos sujeitos estiveram presentes, me apoiando, outros “*entraram em cena*” ao longo desse percurso e hoje fazem parte da minha história e da minha vida. Neste caminho trilhado, muitas vezes solitariamente, agradeço às interlocuções tão vitais e preciosas para o estímulo e continuidade da pesquisa e dos meus projetos profissionais e de vida.

Agradeço aos meus familiares: Nirce, Antônio, Elaine e Eduarda, pelos ensinamentos, confiança, afeto, respeito, sensibilidade e apoio incondicional ao longo da vida.

Ao Fred, pela cumplicidade, projetos compartilhados e leitura do texto final.

Aos amigos “aquinenses”, pela amizade cultivada e solidificada no decorrer do tempo.

Às amigadas constituídas nesse percurso de vida profissional no Serviço Social, marcadas por laços afetivos e afinidades ideológicas, especialmente: Alice, Amanda, Andréia, Edna, Fabrícia, Kênia, Meire, Michelly, Renata e Semíramis.

Agradeço também à professora Helen Barbosa Raiz Engler, pela dedicada, respeitosa e incentivadora orientação.

Meus sinceros agradecimentos às profficas contribuições dos/as professores/as que compuseram a banca examinadora de defesa de tese: Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP), Maurílio Castro de Matos (UERJ), Ana Cristina Nassif Soares (Unesp) e Mário José Filho (*in memoriam*).

Registro um agradecimento especial às mulheres trabalhadoras da confecção do município de Divinópolis-MG que participaram da pesquisa.

Por fim, agradeço o apoio da Universidade de Brasília (UnB) para a publicação deste livro, contemplado pelo Edital n. 01/2014 do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação.

*“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.”*

(Simone de Beauvoir)



# Sumário

Prefácio.....	13
Introdução.....	17

## PARTE I

Capítulo 1 – Trabalho e questão social na sociabilidade capitalista.....	29
Capítulo 2 – Transformações societárias e seus impactos na relação capital-trabalho.....	61
Capítulo 3 – A divisão sexual do trabalho no espaço da produção e da reprodução.....	91

## PARTE II

Capítulo 4 – Perspectiva ontológica e histórias de vida: uma tessitura investigativa.....	117
Capítulo 5 – A cadeia produtiva da confecção e a incorporação do trabalho feminino.....	147
Capítulo 6 – Trabalhadoras da confecção: trajetórias, cotidiano, condições de vida e trabalho.....	179
Considerações finais.....	269
Referências.....	277



# Prefácio

O livro que temos em mãos trata de relevante temática, plenamente inserida no debate social contemporâneo. São as profundas transformações societárias e seus impactos na relação capital-trabalho que interessam ao autor. De modo mais focado ainda, suas preocupações se voltam para o trabalho e à questão social na sociedade capitalista.

Como estudioso de gênero que é, revela sua inquietação ideopolítica e acadêmica com as relações sociais marcadas por profundas desigualdades de gênero/sexo, raça/etnia como expressões pouco contempladas no mundo do trabalho.

Sem desconsiderar os impactos da desigualdade étnico-racial, centra seu olhar de pesquisador nas relações de gênero/sexo, apresentando consistente fundamentação teórica nesse âmbito.

Sua pesquisa adquire, então, um recorte muito especial, possibilitando-lhe adensar os estudos sobre a divisão sexual do trabalho no espaço da produção e reprodução social.

Numa bem concebida arquitetura, o livro está organizado em duas partes intrinsecamente articuladas. Na primeira, as questões teóricas são cuidadosamente tratadas a partir de intensa revisão da literatura.

Dialogando com autores que vêm se dedicando ao estudo das questões que incidem neste campo temático das transformações societárias e seus impactos no mundo do trabalho, oferece-nos um painel rico e diversificado das tendências que se apresentam nesta conjuntura de crise, sem a preocupação aparente de estabelecer um ponto de síntese.

Para lançar luzes sobre seu objeto de análise, as relações sociais de gênero/sexo sob a ótica da divisão sexual do trabalho, compreendidas como expressões agudas e persistentes da questão social, valeu-se do legado marxiano e da tradição marxista, o que se mostrou de fundamental importância.

Os autores vinculados ao campo da Sociologia do Trabalho trouxeram importantes contribuições, alargando o horizonte da discussão.

Neste contexto, a partir das obras de Ricardo Antunes e de outros teóricos da área, o autor vai nos conduzindo para a segunda parte de seu livro. O cenário será agora a cadeia produtiva da confecção e a incorporação do trabalho feminino.

O *locus* de sua pesquisa foi o município de Divinópolis, na região centro-oeste do Estado de Minas Gerais. Em âmbito regional e estadual, esse município se destaca economicamente no setor de metalurgia, com incorporação majoritária do trabalho masculino, e na produção do vestuário/confecção, que absorve predominantemente o trabalho feminino.

É no universo da confecção, um segmento produtivo do complexo têxtil, que vamos conhecer trajetórias, cotidiano e condições de vida e trabalho de mulheres trabalhadoras.

Esse é um capítulo no qual o livro adquire inteira originalidade. Além da competente análise teórico-crítica sobre os meandros da exploração máxima de que se reveste o trabalho na indústria da confecção, o autor nos põe em contato com as próprias trabalhadoras, com suas experiências, trajetórias e vivências cotidianas no hostil mundo em que vivem.

Seja na fábrica ou no domicílio, na qual realizam longas jornadas de trabalho, sem vínculo empregatício formalizado, acabam compondo esse quadro de uma invisibilidade perversa de trabalhadoras que nem sequer são reconhecidas no mundo do trabalho.

Valendo-se de uma rica pesquisa onde interagem fontes quantitativas e qualitativas, o autor vai recorrer à metodologia da História Oral, na modalidade de história de vida.

Sua proximidade com o cotidiano das mulheres trabalhadoras será muito intensa. Através das narrativas orais, todo um contexto societário mais amplo se revela, expondo os determinantes de uma ordem societária que as discrimina, explora e oprime.

Seu grupo de pesquisa foi constituído por dez participantes, sendo cinco trabalhadoras formais inseridas na indústria da confecção e cinco domiciliares.

A partir de entrevistas abertas, essas mulheres vão revelando as agruras de seu trabalho, a exposição ao desgaste, ao adoecimento, o

que aparece tanto nas narrativas das formais quanto das domiciliares, evidenciando uma realidade que, em uma adequada expressão, o autor denomina como precarização sexuada do trabalho.

Num verdadeiro artesanato intelectual, sem perder de vista a totalidade, o autor vai nos trazendo as narrativas dessas trabalhadoras, que se revelam como mulheres determinadas, que sofrem com esse trabalho tão árduo, informal e precarizado, mas não abandonam seus objetivos e seus projetos de vida, realizando, em diferentes níveis e graus de intensidade, uma leitura crítica de sua realidade.

Nas palavras do autor, com as quais concordamos,

mesmo em um cenário adverso, a classe trabalhadora expressa formas de rebeldia e resistência, muitas vezes resistências miúdas, difusas, mas que acenam para a potencialidade das lutas ampliadas e organização coletiva de classe.

Sem dúvida, este é um livro que se soma a tantos outros que vêm estudando os impactos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho, mas tem o mérito de desvendar as tramas da incorporação do trabalho feminino na confecção, sob a ótica da divisão sexual do trabalho.

É uma importante leitura para todos aqueles que se interessam pela temática e que querem conhecer um pouco mais sobre as questões presentes no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo.

São Paulo, primavera de 2015

Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP)



# Introdução

*“Todo começo é difícil;  
isso vale para qualquer ciência”.*  
(Karl Marx)

Este livro, tendo como objeto a dinâmica do mundo do trabalho e as relações sociais de gênero/sexo compreendidas como expressões da “questão social” na sociedade capitalista, analisa, no cerne do embate engendrado historicamente entre as necessidades oriundas do capitalismo e as necessidades advindas da classe trabalhadora, as condições de vida, de trabalho, assim como as estratégias de sobrevivência de trabalhadoras da confecção.<sup>1</sup>

Para a realização desse percurso investigativo, fez-se necessário um recorte metodológico, sendo selecionado como *locus* da pesquisa o município de Divinópolis, localizado na região Centro-oeste do Estado de Minas Gerais. Em âmbito regional e estadual, esse município se destaca economicamente no setor de metalurgia, com incorporação majoritária do trabalho masculino, e na produção do vestuário/confecção, que absorve predominantemente o trabalho feminino.

Assim, esse estudo enfatiza o universo da confecção, um segmento produtivo do complexo têxtil, objetivando compreender de forma aproximativa as condições de vida e trabalho de mulheres que atuam como costureiras no espaço fabril e em domicílio, em um quadro de *precarização sexualizada do trabalho*, o que contribui para o agravamento da “questão social” na ordem capitalista. A “questão social”, em sua dimensão histórica, social, política, econômica e cultural, é compreendida no processo de acumulação e reprodução ampliada do capital, na dinâmica da luta de classes, tendo em vista a riqueza socialmente produzida e sua apropriação de forma privada. Desse modo, a “questão social”, produto contra-

---

1. A terminologia “*mundo do trabalho*” adotada nesse estudo expressa os componentes sócio-históricos caracterizados pelas diferentes formas sociais, econômicas, ideológicas e técnicas de organizar, gerir e regular os processos produtivos na sociedade.

ditório do embate entre capital e trabalho que se expressa na luta e disputa política no capitalismo, diz respeito à desigualdade social, política, cultural e econômica, envolvendo a luta pelo acesso aos bens, serviços e direitos sociais construídos historicamente.

Na cena capitalista contemporânea, marcada por sucessivas crises, a “questão social” se desdobra em múltiplos e complexos determinantes que permeiam a vida social, como é o caso do desemprego, do pauperismo, da miséria, do racismo, do feminicídio e sexismo, da homofobia, da fome, do analfabetismo, da violência urbana e no campo, da xenofobia, do trabalho infantil, da violência de gênero, da intolerância, da degradação do meio ambiente, das questões relacionadas à saúde pública, à educação, às condições de moradia, dentre outras expressões que incidem diretamente na vida dos indivíduos sociais.

Para apreender essa dinâmica societária, em tempos de crise capitalista, foi necessária uma análise sobre as assimetrias presentes nas relações sociais marcadas pelas desigualdades de gênero/sexo e as alterações ocorridas nos últimos decênios no mundo do trabalho frente à incorporação da reestruturação produtiva, que trouxe implicações corrosivas para a vida da classe trabalhadora. Tal postura analítica requer a apropriação de uma perspectiva histórica e ontológica, para que seja possível desvendar dialeticamente as contradições inerentes à sociabilidade burguesa, baseada no trabalho assalariado e na lógica expansiva de valorização, acumulação e reprodução ampliada do capital.

Entende-se que todo conhecimento é construído numa determinada temporalidade histórica e, por isso, o respectivo estudo elegeu um local e um segmento específico para a análise, considerando que abordar o mundo do trabalho e as relações sociais de gênero/sexo é situá-los na realidade social contemporânea na perspectiva da totalidade, reconhecendo determinantes estruturais e conjunturais, que produzem e reproduzem formas de exploração, opressão e dominação, numa sociedade sedimentada nas desigualdades de classe, gênero/sexo e raça/etnia.

Assim, tendo como elemento norteador desse itinerário investigativo a divisão sexual do trabalho, cabe mencionar que as mulheres ingressaram de forma massiva no mundo do trabalho nas últimas décadas, ou seja, em um período em que se verifica o desmonte dos direitos trabalhistas, crescimento do desemprego, degradação das condições de trabalho e intensificação de atividades marcadas pela informalidade, subcontratações e precarização, sob as prerrogativas da *acumulação flexível* (Harvey, 2014). Tal situação, que ordena o mundo do trabalho na sociedade atual, caracterizada pela reestruturação capitalista, foi implementada no município de Divinópolis, como é o caso da cadeia produtiva da confecção/vestuário, universo dessa pesquisa.

As indústrias da confecção/vestuário intensificaram as formas terceirizadas de trabalho, provocando efeitos deletérios nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, sobretudo das mulheres, diante da prevalência desse segmento nessa cadeia produtiva. Por isso, o município de Divinópolis, mesmo com um número significativo de indústrias de confecção, também se destaca pelo aumento do trabalho em domicílio, incorporando a atividade das costureiras que se encontram na informalidade e na invisibilidade do mundo do trabalho. Assim, analisar a cadeia produtiva da confecção implica considerar a dinâmica e processualidade da ordem patriarcal capitalista, com seus desdobramentos no mundo do trabalho e na vida social em uma perspectiva de totalidade.<sup>2</sup>

No capitalismo contemporâneo, o mundo do trabalho está configurado em formas de gestão, organização e estrutura produtiva que assumem feições inéditas. Dentre elas, são observados os processos de intensificação do ritmo na execução das atividades, cobrança e cumprimento de metas, insegurança e instabilidade no emprego, elevação da produtividade, controle da força de trabalho,

---

2. Saffioti (2004) argumenta que o patriarcado é um sistema de dominação e exploração enraizado nas relações sociais (desiguais e de poder) entre homens e mulheres e que no atual estágio do capitalismo cumpre uma função social e ideopolítica no que se refere à exploração do trabalho feminino e suas respectivas formas de opressão. Sendo um constructo, o patriarcado consiste no “poder de mando do pai, do macho” e, por isso, não pode ser naturalizado, neutralizado e despolitizado.

vínculos contratuais precários ou até mesmo ausentes, alta rotatividade da mão de obra, aviltamento salarial, ausência de direitos sociais e trabalhistas, competitividade, polivalência, subcontratação, informalidade, terceirização e até mesmo quarteirização, apropriação da capacidade física, mental e de todo o tempo “livre” da classe trabalhadora. Também se observa a desigualdade entre homens, mulheres, brancos, negros e jovens em diversos cargos, funções, ocupações e salários, dentre tantas outras manifestações resultantes da exploração do trabalho em sua face assalariada.

Nessa conjuntura, a classe trabalhadora se depara com uma realidade em que a prerrogativa passa a ser a exploração, opressão, dominação e conseqüentemente a violação dos direitos sociais e humanos. Já para o capital, o receiptuário consiste na concentração e ampliação da riqueza socialmente produzida para benefício próprio.

Esse contexto contraditório, de interesses antagônicos e tensões entre capital e trabalho, contribui para o acirramento e complexificação da “questão social”, sobretudo pelas conseqüências societárias desencadeadas diante de alterações substantivas no mundo do trabalho, que desencadeiam desemprego estrutural, pauperização, precarização, processos de adoecimento, acidentes e até mesmo mortes por exaustão de trabalhadores e trabalhadoras que vivem e sobrevivem do trabalho, evidenciando um brutal quadro de barbárie social.

No mais, tendo em vista que o presente estudo é resultado de pesquisa realizada na área de Serviço Social, é importante ressaltar que essa profissão, que emerge no estágio monopolista do capitalismo,<sup>3</sup> mediante demandas advindas das necessidades do ca-

---

3. A fase monopolista, também denominada por Lênin (2012) de imperialismo, constitui-se uma nova etapa do capitalismo, caracterizada essencialmente por um processo de substituição da livre concorrência pelos monopólios. Resumidamente, esse estágio de desenvolvimento do capitalismo se caracteriza: 1) pelo notável aumento da concentração da produção em grandes empresas por meio de fusões, formação de trustes e cartéis; 2) pela dominação do capital financeiro, que representa a fusão do capital bancário e industrial; 3) e pela constituição de um mercado mundializado, visando uma política expansionista de exportação de capitais e uma política colonial direcionada para a partilha do mundo com o objetivo de domínio monopolista dos territórios.

pital e do trabalho, investiga e intervém diretamente nas múltiplas manifestações da “questão social”, buscando respostas na realidade concreta para o enfrentamento de situações apresentadas no interior da vida em sociedade. A “questão social” encontra-se na base da profissionalização do Serviço Social e tem sido analisada como elemento fundante do trabalho do assistente social na sociedade (Iamamoto, 2001, p. 27). Considerando a “questão social” como produto alavancado no modo de produção capitalista, demarcado por relações conflitantes entre capital e trabalho, diante do aprofundamento da luta de classes, é importante sublinhar que:

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais [...]. (Iamamoto, 2001, p. 17)

Nesse sentido, as políticas sociais têm sido um dos mecanismos estratégicos de enfrentamento das sequelas da “questão social”, que, contraditoriamente, e numa complexa correlação de forças e interesses, atende tanto as demandas do capital, quanto às da classe trabalhadora. A política social, como produto sócio-histórico e expressão contraditória da luta de classes, cumpre funções no plano socioeconômico e ideopolítico, objetivando atender, nos limites do capitalismo, necessidades e reivindicações da classe trabalhadora por meio dos direitos sociais, contribuindo para a recomposição da força de trabalho e, por conseguinte, para a reprodução da lógica de acumulação capitalista. De acordo com Yamamoto, no capitalismo, produz-se em um polo a concentração da riqueza “[...] e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social” (2008, p. 111).

A política social brasileira, com traços fortemente ambíguos e contraditórios, pois está permeada de interesses antagônicos emanados da relação capital *versus* trabalho, “[...] vêm-se caracterizando por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos” (Yazbek, 2006, p. 35), pelo seu formato de ações descontínuas, residuais, fragmentadas e compensatórias, em um cenário de fortes investidas do capital financeiro mundializado e neoliberal. Assim, “o projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias” (Iamamoto, 2008, p. 149). Ainda com base nos apontamentos de Yamamoto (2008, p. 170), o Estado passa, por meio das políticas sociais, a administrar e gerenciar as sequelas da “questão social”, de forma fragmentada e parcializada, metamorfoseadas em “problemas sociais”.

Diante disso, o Serviço Social, tendo como objeto de investigação e intervenção a “questão social” e seus desdobramentos, se insere em diversos espaços ocupacionais, como instituições públicas (federal, estadual e/ou municipal), privadas e do terceiro setor,<sup>4</sup> e têm contribuído criticamente com a formulação, planejamento, gestão, assessoria, consultoria, avaliação e execução de políticas sociais, além de atuar junto aos movimentos sociais, associações, conselhos de direitos, sindicatos, dentre outros, na organização e mobilização da classe trabalhadora. Isso significa que para além da prestação material de serviços sociais, os assistentes sociais possuem

---

4. “O chamado ‘terceiro setor’, na interpretação governamental, é tido como distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor). É considerado como não governamental, não lucrativo e voltado ao desenvolvimento social, daria origem a uma ‘esfera pública não estatal’, constituída por ‘organizações da sociedade civil de interesse público’. No marco legal do terceiro setor são incluídas entidades de natureza as mais variadas, que estabelecem um termo de parceria entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada). Engloba, sob o mesmo título, as tradicionais instituições filantrópicas; o voluntariado e organizações não governamentais: desde aquelas combativas que emergiram no campo dos movimentos sociais, àquelas com filiações político-ideológicas as mais distintas, além da denominada ‘filantropia empresarial’” (Iamamoto, 2001, p. 25).

uma dimensão sociopolítica, organizativa e educativa na ação profissional, que pode contribuir tanto para o reforço e naturalização de práticas clientelistas, assistencialistas, caritativas e tuteladoras, quanto para práticas democráticas direcionadas para a autonomia, a plena expansão dos indivíduos sociais e à emancipação.<sup>5</sup>

Na contemporaneidade, tem sido uma tarefa desafiadora e exigente para o Serviço Social brasileiro a efetivação de seu projeto ético-político, pautado em um conjunto de proposições e princípios comprometidos com a liberdade, igualdade, democracia, pluralismo, justiça social, defesa universal dos direitos sociais e humanos, prestação de serviços com qualidade, a construção de uma sociabilidade sem dominação, opressão, preconceito, discriminação e exploração de classe, gênero, raça/etnia, credo, nacionalidade, além da defesa da livre expressão e orientação sexual.<sup>6</sup>

O projeto ético-político do Serviço Social, considerando os embates presentes nos interesses antagônicos entre capital e trabalho, caminha na contracorrente da sociabilidade burguesa, o que requer da categoria profissional, postura crítica, ética, política e combativa, de forma a materializar esses princípios nas ações cotidianas. Esse projeto, que tem dimensão ética (orientada por valores) e dimensão política (orientada por compromissos coletivos), está sintonizado com as demandas da classe trabalhadora e com um projeto de sociedade direcionado para a emancipação humana e a superação do modo de produção capitalista.

---

5. Para não restringir as ações profissionais ao que foi resumidamente mencionado, sugere-se uma consulta aos artigos 4º, que dispõe sobre as competências do assistente social, e 5º, que dispõe sobre as atribuições privativas, da Lei de Regulamentação da Profissão, n. 8662, de 1993. Nesse arcabouço jurídico-normativo é possível identificar inúmeras possibilidades da atuação profissional.

6. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, construído democrática e coletivamente pelo conjunto da categoria profissional, a partir dos anos de 1980, está balizado pelo Código de Ética do Assistente Social de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão, n. 8662, também de 1993 e as Diretrizes Curriculares para os cursos de bacharelado em Serviço Social aprovadas em assembleia da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) em 1996.

Porém, cabe lembrar o estatuto assalariado da profissão, pois o assistente social, inserido no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, assim como qualquer outro trabalhador, vende sua força de trabalho em troca de um salário para sua sobrevivência. Isso significa que o assistente social, tendo como referencialidade da ação profissional o projeto ético-político, se defronta incessantemente com as tensões e contradições postas nos limites da ordem capitalista, o que de fato exige desses profissionais a persistência da análise crítica, rigorosa e propositiva da realidade social. Nesse ínterim, a profissão também se defronta na cena contemporânea com inflexões do pensamento conservador, que traz repercussões diretas para a efetivação do projeto ético-político.

Também é importante considerar, com base em seus fundamentos sócio-históricos, que o Serviço Social traz em seu bojo um traço distintivo – as relações de gênero, tendo em vista que a profissão é predominantemente feminina (Iamamoto, 2003). Além do mais, pode-se inferir que a maioria do segmento demandatário da intervenção profissional é constituída de mulheres, o que requer da profissão uma análise atenta, crítica e pormenorizada das relações sociais de gênero/sexo.

Desse modo, considera-se relevante não só para o Serviço Social, profissão assalariada e majoritariamente feminina, mas para o conjunto das Ciências Humanas e Sociais, a realização de pesquisas e a produção de conhecimento acerca do mundo do trabalho e das relações sociais de gênero/sexo que circundam a vida em sociedade e incidem diretamente na “questão social”, compreendida como produto da relação contraditória entre capital e trabalho.<sup>7</sup>

---

7. Para a redação do livro, houve um esforço em assegurar a linguagem de gênero, reconhecendo sua importância na cena política. Porém, nem sempre tal propósito foi contemplado, como poderá observar o/a leitor/a. É importante justificar que mesmo com tal propósito, consciente de suas repercussões políticas e compreendendo que a língua cumpre uma função social e ideopolítica de naturalização, hierarquização e sedimentação das desigualdades de gênero/sexo, prevalece ao longo do texto o uso da regra gramatical padrão.

Essa pesquisa transcorreu em três etapas, sendo a primeira a fase exploratória, a segunda a pesquisa de campo e a terceira a análise, sistematização e tratamento do material bibliográfico, documental e empírico obtido (Minayo, 2007).

Para se alcançar o propósito dessa investigação e considerando a contribuição dos dados estatísticos e qualitativos para a análise da realidade social, foi realizada pesquisa nas fontes bibliográficas e documentais relacionadas à temática, busca e sistematização de informações nas bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Estudos e Marketing Industrial (Iemi), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos (Dieese) e no Anuário Estatístico do município de Divinópolis realizado em 2005. Tal escopo consistiu em mapear o cenário local, regional, estadual e nacional, com ênfase para a indústria da confecção, além do perfil e caracterização das trabalhadoras dessa ramificação produtiva. Também foram realizadas entrevistas nas residências das trabalhadoras (fabris e domiciliares) da confecção que participaram da pesquisa, objetivando conhecer de forma aproximada suas condições de vida, trabalho e estratégias de sobrevivência.

Este livro está estruturado em duas partes inter-relacionadas. Na primeira parte, com base em pressupostos analíticos sobre o objeto, apresenta-se uma fundamentação histórica, teórica e conceitual acerca da problemática investigada, que gira em torno da discussão do trabalho, suas respectivas transformações sócio-históricas e a persistência da divisão sexual do trabalho nos espaços produtivo e reprodutivo, com seus desdobramentos para a vida social e consequentemente para o agravamento da “questão social”. A segunda parte dedica-se às particularidades da cadeia produtiva da confecção, a partir de um estudo sobre as condições de vida, trabalho, cotidiano e estratégias de sobrevivência de trabalhadoras desse setor produtivo.

Na primeira parte do livro, o primeiro capítulo, “*Trabalho e questão social na sociabilidade capitalista*”, aborda o trabalho como elemento central e fundante da sociabilidade humana, abrangendo sua configuração e desdobramentos no capitalismo contemporâneo no âmago do acirramento da luta de classes, que trazem rebatimentos diretos para a “questão social”. Também são apresentadas polêmicas e concepções divergentes no recente debate acerca da centralidade do trabalho.

O segundo capítulo, “*Transformações societárias e seus impactos na relação capital-trabalho*”, enfatiza as mudanças no mundo do trabalho na contemporaneidade, sob a égide do neoliberalismo, da mundialização do capital e das crises do capitalismo com suas repercussões na relação capital *versus* trabalho, sobretudo para o conjunto da classe trabalhadora.

O terceiro capítulo, “*A divisão sexual do trabalho no espaço da produção e da reprodução*”, ressalta as relações sociais de gênero/sexo no contexto das metamorfoses do mundo do trabalho, considerando a sustentação da divisão sexual do trabalho e suas formas de exploração, opressão e dominação no cerne da precarização do trabalho, em sua dimensão sexuada. Em um quadro de persistentes desigualdades entre homens e mulheres, apresentam-se as ressonâncias da divisão sexual do trabalho nos espaços da produção e da reprodução da vida social.

Já na segunda parte do livro, o quarto capítulo, “*Perspectiva ontológica e histórias de vida: uma tessitura investigativa*”, apresenta o itinerário traçado à luz de escolhas e abordagens teórico-metodológicas. Com o embasamento na ontologia histórico-dialética, apresenta-se o referencial teórico-metodológico, discorrendo sobre o recurso à história oral como uma possibilidade metodológica na construção do conhecimento e suas respectivas contribuições para as áreas das Ciências Humanas e Sociais, inclusive para o Serviço Social.

O quinto capítulo, “*A cadeia produtiva da confecção e a incorporação do trabalho feminino*”, aborda o complexo têxtil, com foco na cadeia produtiva da confecção/vestuário, apresentando dados dessa

ramificação produtiva em âmbito nacional, regional e local, como é o caso de Divinópolis-MG. Apresenta a prevalência do trabalho feminino nesse setor produtivo em tempos de reestruturação capitalista neoliberal e de desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, o que corrobora para formas terceirizadas, informalizadas, flexibilizadas e subcontratadas, num acentuado processo de *precarização sexuada do trabalho*.

O sexto e último capítulo, “*Trabalhadoras da confecção: trajetórias, cotidiano, condições de vida e trabalho*”, analisa a inserção feminina no mundo do trabalho, com ênfase para a cadeia produtiva da confecção/vestuário do município de Divinópolis e apresenta dados da pesquisa de campo, em que foram realizadas entrevistas com mulheres trabalhadoras a partir da metodologia da história oral de vida. Por meio das narrativas das trabalhadoras desse ramo de atividade, são apresentadas e problematizadas questões cotidianas que circundam a vida dessas mulheres, como as condições de trabalho, as relações sociais de gênero/sexo no interior da divisão sexual do trabalho, os agravos à saúde por meio das atividades realizadas, as estratégias de sobrevivência e demais expressões que contribuem para o acirramento da “questão social” na cena contemporânea.

Nas considerações finais, são apresentadas e sintetizadas reflexões problematizando a respectiva realidade social analisada, que aborda o mundo do trabalho e as relações sociais de gênero/sexo sob a ótica da divisão sexual do trabalho, compreendidas como expressões agudas e persistentes da “questão social” no capitalismo, tendo como referência as trabalhadoras da cadeia produtiva da confecção.



## PARTE I

# Capítulo 1 – Trabalho e questão social na sociabilidade capitalista

*“Descobre-se que ele [trabalhador] não é nenhum agente livre, que o tempo em que está livre para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la e que seu vampiro não o solta enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue a explorar”.*

(Friedrich Engels)

O mundo do trabalho e as relações sociais de gênero/sexo têm sido temas recorrentes de análises e reflexões no campo das Ciências Humanas e Sociais nas últimas décadas e adquirido *corpus* teórico de suma relevância para a compreensão das determinações societárias frente aos desdobramentos e acirramento da “questão social”.<sup>8</sup>

Assim, problematizar o mundo do trabalho e as relações sociais de gênero/sexo presentes na cena contemporânea é reconhecê-los

---

8. Ao analisar a “questão social”, Santos (2012) adverte para o cuidado com o termo “questão social” e explica as razões do uso recorrente das aspas, que se dá pela origem conservadora da expressão, mas, também, pelo “[...] fato da ‘questão social’ não poder ser alçada ao estatuto de uma categoria, no sentido marxiano, como ‘forma de ser, determinação da existência’. [...] a ‘questão social’ em si, a partir dessa concepção, não existe na realidade e, assim sendo, deve ser entendida como um conceito – cuja natureza é reflexiva [...] e não como categoria. As categorias, para serem categorias como tais, devem, antes, ter existência concreta, real, a fim de que seja possível a sua abstração no âmbito do pensamento. [...] trata-se de afirmar a existência real não da ‘questão social’ e sim de suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista” (Santos, 2012, p. 18). Em outra perspectiva, Mota (2008, p. 45) diz que a “questão social” não pode ser considerada categoria heurística ou um conceito, mas sim situada como uma “problemática”, que revele condições sociais, econômicas e culturais da classe trabalhadora e possibilite conhecer a gênese, constituição e os processos de reprodução da “questão social”.

como expressões da “questão social”, que emerge como produto das relações antagônicas entre capital e trabalho, que se desdobra na primeira metade do século XIX na Europa ocidental e passa a exigir da classe trabalhadora mecanismos de organização, mobilização e pressão frente aos setores dominantes, mediante as prerrogativas da lógica capitalista que se consolidava. As manifestações desencadeadas pela classe trabalhadora naquela época consistiam na luta e reivindicação por direitos, além de alertar a sociedade para as condições de pauperismo que grande parcela daqueles que vendiam sua força de trabalho em troca de salário estavam submetidos, tendo em vista a riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores e apropriada de forma privada pelos detentores dos meios de produção.<sup>9</sup>

A “questão social”, constitutiva e resultante do conjunto das expressões das desigualdades sociais forjadas no desenvolvimento dinâmico do capitalismo, emerge no âmago da luta de classes e, nesse aspecto, expressa:

[...] disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais [...]. historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. (Iamamoto, 2001, p. 17)

Analisar a “questão social”, enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas é compreendê-la numa arena de disputas de projetos societários, reconhecendo sua indissociabilidade com as configurações assumidas pelo trabalho (Iamamoto, 2001, p. 10). Por

---

9. A emergência da “questão social” foi o que deu base para o surgimento do Serviço Social, sendo considerada objeto *por excelência* (mas não exclusivo) de investigação e intervenção da profissão. Mota (2008, p. 45) afirma que a “questão social” é o que dá concretude ao Serviço Social.

isso, compreender a “questão social” é circunscrevê-la no processo de acumulação capitalista com seus rebatimentos para a classe trabalhadora, tendo a exploração como um traço distintivo da relação entre capital e trabalho, que contribui para acentuadas formas de dominação e opressão nas relações étnico-raciais e de gênero/sexo.<sup>10</sup>

Ao partir do pressuposto de que a “questão social” emerge na cena pública na primeira metade do século XIX, a partir da organização coletiva e luta da classe trabalhadora reivindicando direitos de cidadania, Iamamoto (2008) destaca a dimensão política da “questão social”. Vinculada à luta de classes e reconhecidas suas contradições, a “questão social” envolve, dialeticamente, conformismo, resistência e rebeldia dos indivíduos sociais diante das formas de exploração, dominação e opressão vigentes na sociabilidade do capital.

A luta de classes tem um potencial claro como força de transformação porque, quaisquer que sejam as motivações imediatas de qualquer conflito de classes, o terreno de luta está estrategicamente situado no coração da existência social. (Wood, 2011, p. 100)

A partir de uma perspectiva de totalidade, a “questão social” precisa ser analisada com base no processo expansivo de acumulação e reprodução capitalista, pois, contraditoriamente, na medida em que a produção da riqueza se torna cada vez mais coletivizada, o seu resultado final é apropriado de maneira privada. Além do mais, a “questão social” assume particularidades e desdobramentos diversificados de acordo com a formação sócio-histórica regional e/ou nacional (Ianni, 2004), que se reflete nas formas de organização das classes sociais.

---

10. Essa pesquisa, apesar de não enfatizar a desigualdade étnico-racial no mundo do trabalho e nos diversos espaços circundantes da vida social, não a desconsidera. Pelo contrário, reconhece-a na cena contemporânea, principalmente brasileira, e, por isso, ressalta a importância de estudos sobre a temática de forma a dar maior visibilidade a essa realidade, que se sustenta numa ordem capitalista, patriarcal e racista.

Em sua análise, Santos (2012) enfatiza que, diante da visibilidade da “questão social” em todos os estágios do capitalismo, ninguém, independente da filiação ideopolítica, ousa negar a existência da “questão social”. Porém, há inúmeras formulações e concepções sobre o tema, o que requer aprofundamento do debate, tendo em vista as polêmicas e divergências sobre o assunto.

Dentre as concepções polêmicas, destacam-se abordagens direcionadas para a naturalização, criminalização, penalização, pulverização, fragmentação, despolitização, patologização, militarização e individualização da “questão social”, que obliteram determinantes estruturais e conjunturais e desconsideram os fundamentos sócio-históricos e contraditórios da constituição do capitalismo e das classes sociais.

De acordo com Iamamoto (2008), também há o risco de um discurso genérico da “questão social” e prisioneiro de análises estruturais, desconsiderando expressões específicas e esvaziando particularidades históricas. Para a autora, o risco da pulverização da “questão social”, provoca a autonomização de suas expressões em “questões sociais”, derivadas de “problemas sociais”, associadas à responsabilização individual ou familiar, perdendo de vista o recorte de classe e a dimensão política e coletiva da “questão social”.

Na esteira das polêmicas e tendências acerca do debate da “questão social”, alguns pensadores e ideólogos com filiações distintas da crítica ontológica marxista, apontam para a emergência de uma “nova questão social”, como é o caso do historiador francês social-democrata Pierre Rosanvallon em seu livro *A nova questão social* (1998) e também do francês Robert Castel em sua obra *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (1998). Ambos, embora com concepções distintas, admitem a existência de uma “nova questão social”, desconsiderando análises dialéticas e estruturantes da ordem capitalista sob a ótica da luta de classes, com suas possíveis transformações.

Porém, diante do quadro exposto, considerando as raízes históricas e políticas de emergência da “questão social” no capitalismo,

isto é, no confronto direto da luta de classes – aspectos ainda não suprimidos na ordem do dia –, entende-se que não há uma “nova questão social”, mas sim *novas* expressões e manifestações da “questão social” decorrentes do atual estágio da sociabilidade burguesa. Isso significa “[...] que não se pode enfrentar a questão social sem enfrentar o capitalismo” (Mota, 2008, p. 50).

Sendo a “questão social” expressão das contradições advindas da relação conflituosa entre capital e trabalho, cabe analisar a recente configuração do mundo do trabalho na sociabilidade capitalista, marcada por desigualdades de gênero/sexo, como forma de decifrar as manifestações e o redimensionamento da “questão social” na contemporaneidade, pois, de acordo com Ianni (2004), há uma relação indissolúvel entre trabalho e “questão social”.

O trabalho, compreendido em sua dimensão concreta, como atividade essencialmente humana e núcleo efetivo do ser social, é responsável pela criação da realidade de homens e mulheres, contribuindo como elemento organizador da vida societária, para atender às necessidades fundamentais da reprodução humana. Isso significa, de acordo com Engels (1990, p. 19), que o trabalho é o fundamento da vida humana, o motor decisivo do processo de humanização do homem.<sup>11</sup>

Assim, é preciso analisar o trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana e fundamental para a compreensão das relações sociais e da história da humanidade a partir de uma perspectiva ontológica. Na análise do trabalho, é necessário apreender as dimensões sócio-históricas e ontológicas na sua totalidade, tendo

---

11. “Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso” (Marx, 2006, p. 68). Em suma, o trabalho concreto é produtor de valores de uso, ou seja, o resultado do trabalho humano tem utilidade para satisfazer as necessidades vitais da humanidade. Já o trabalho em sua dimensão abstrata, produz valores de troca, que é resultante da produção de mercadorias para atender à lógica da acumulação sob relações sociais capitalistas baseadas na exploração e na compra e venda da força de trabalho.

como pressuposto as mediações e determinações postas na realidade, de forma a reconhecer e apanhar aspectos da universalidade e suas respectivas singularidades.

Como pressuposto fundamental de toda existência humana, é importante compreender que,

[...] todos os homens devem ter condições de viver para poder “fazer a história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico [...]. (Marx; Engels, 1998, p. 21)

Com base nesse pressuposto ontológico do ser social, o trabalho tem existência objetiva, concreta e, por isso, todas as capacidades humanas são mobilizadas e orientadas para o exterior, ou seja, para a transformação material do objeto encontrado na natureza. Isso significa que na realização da atividade de trabalho, a subjetividade ocupa papel secundário, do ponto de vista produtivo, mas

É claro que as qualidades do sujeito (capacidade de observação, destreza, habilidade, tenacidade, etc.) influem de maneira determinante sobre o curso do processo de trabalho, intensiva como extensivamente. (Lukács, 2013, p. 104)

As carências humanas, baseadas nas condições indispensáveis de reprodução do ser social, como, por exemplo, comer, beber, dormir, habitar são faltas, ausências e desejos, que uma vez satisfeitas, geram novas carências e necessidades (Marx, 2010b). Assim, as necessidades aparecem como possibilidades efetivas de realização a partir da satisfação histórica das carências. A partir dessas satisfações, outras necessidades vão surgindo, como ocorreu com a linguagem, que, de acordo com Marx e Engels (1998, p. 24-25), emergiu advinda da carência, ou seja, de uma necessidade de intercâmbio e cooperação

entre seres sociais, como consciência real e prática de que vivem em sociedade e se comunicam. A cooperação entre as pessoas aparece em estágios iniciais da humanidade e, a partir de sua existência, se origina essa determinação decisiva do ser social – a comunicação, necessária para a realização do trabalho, tendo como base a linguagem (Lukács, 2013, p. 160). Nesse momento da necessidade humana de cooperação e intercâmbio, com o objetivo de produzir utensílios para a incessante satisfação das carências e necessidades humanas (materiais e espirituais), o trabalho torna-se social.<sup>12</sup>

A partir disso, a divisão do trabalho<sup>13</sup> foi se complexificando, se ampliando e se ramificando, mas mesmo nas formas mais elementares de trabalho, já se observa a relação dialeticamente mediada entre meios e fins, pois todas as satisfações e necessidades humanas são realizadas por meio de mediações. Lukács (2013) exemplifica esse processo ao se referir ao ato imediato de comer a carne, seja ela cozida ou assada, pois o processo de cozer ou assar a carne é uma ação mediada, e está relacionada a uma determinada finalidade, ou seja, à escolha de comer a carne assada ou cozida.

Para Lukács (2013, p. 156), o trabalho, no sentido de simples produtor de valores de uso é o início genético do devir humano e, por isso, base ontológica do ser social, uma totalidade social. O trabalho expressa a relação intercambiante entre seres humanos e natureza/sociedade, sendo essa,

---

12. Depois do trabalho e, com ele, surge a linguagem articulada. Desenvolve-se o cérebro e os órgãos dos sentidos. A seguir surge a sociedade, que representa “[...] os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: *a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui*” (Netto; Braz, 2007, p. 37, grifo no original). Com a cooperação humana, as atividades se complexificam e o trabalho se aperfeiçoa. Desenvolve-se o comércio e posteriormente surgem as nações, Estados e a religião.

13. De acordo com Marx e Engels (1998), a divisão do trabalho não é só técnica, mas também social e resulta do desenvolvimento das forças produtivas, da divisão entre trabalho intelectual e manual, divisão entre campo e cidade, dentre outros desdobramentos que se entrecruzam com a emergência das classes sociais e seus antagonismos. Os autores enfatizam também nesse processo o surgimento da manufatura e suas respectivas repercussões históricas, políticas, sociais, econômicas e culturais.

[...] inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica [...] que [...] assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (Lukács, 2013, p. 44)

Nessa perspectiva, compreendendo o caminho da natureza inorgânica para a natureza orgânica e desta para o ser social como um processo contínuo e decisivamente histórico (Lukács, 2010, p. 208), verifica-se um salto ontológico, por meio do trabalho, da esfera da animalidade à esfera da humanidade social e histórica, tendo em vista o gradativo afastamento humano das barreiras naturais.

O momento do salto significa a passagem gradativa da espécie humana de sua existência restrita e meramente animal para a sua existência humanamente social, embora jamais o ser social afastar-se-á completamente das barreiras naturais. O salto significa a transição do ser orgânico para o ser social, na direção da universalidade. Nesse sentido, todo salto, de natureza ontológica, significa uma mudança qualitativa e estrutural do ser, originando-se um novo ser, autofundado – o ser social (Lukács, 2013, p. 46-82).<sup>14</sup>

---

14. “O ser social só tem existência em sua reprodução ininterrupta. Sua reprodução biológica [...] é [...] um dos pólos do próprio processo de reprodução, cujo outro pólo é formado pela própria totalidade da sociedade. Essa vinculação indissociável do ser social com a natureza orgânica evidencia, ao mesmo tempo, a diferença qualitativa das duas esferas do ser. [...] O homem certamente permanece irrevogavelmente um ser vivo biologicamente determinado, compartilhando o ciclo necessário de tal ser (nascimento, crescimento, morte), mas modifica radicalmente o caráter de sua inter-relação com o meio ambiente, pelo fato de surgir, através do pôr teleológico no trabalho, uma interferência ativa no meio ambiente, pelo fato de, através desse pôr, o meio ambiente ser submetido a transformações de modo consciente e intencional. [...] o homem como ser vivo não só biológico, mas ao mesmo tempo como membro trabalhador de um grupo social, não se encontra mais numa relação imediata com a natureza orgânica e inorgânica que o circunda, nem mesmo consigo como ser vivo biológico, mas todas essas interações inevitáveis são mediadas pelo *medium* da sociedade; [...] essa mediação ocorre de modo tal que ele não aceita simplesmente o meio ambiente e suas transformações nem se adapta, mas reage a eles [...]. É óbvio que o próprio homem também se modifica ao modificar sua relação com a natureza que o cerca” (Lukács, 2013, p. 201-203-204, grifo no original).

Diante disso, só é possível compreender o salto ontológico tendo como referência o trabalho e,

[...] ter em conta que o fundamento irrevogável é o homem em sua constituição biológica, em sua reprodução biológica; por outro lado, devemos ter sempre em mente que a reprodução se dá num entorno, cuja base é a natureza, a qual, contudo, é modificada de modo crescente pelo trabalho, pela atividade humana; desse modo, também a sociedade, na qual o processo de reprodução do homem transcorre realmente, cada vez mais deixa de encontrar as condições de sua reprodução “prontas” na natureza, criando-as ela própria através da práxis social humana. Evidenciamos aí o processo do afastamento da barreira natural [...]. (Lukács, 2013, p. 171)

Na concepção materialista histórica,<sup>15</sup> o trabalho, em sua dimensão concreta, representa originalmente a condição eterna e natural da existência humana, sendo que é nessa relação que se tem o metabolismo entre seres humanos e a natureza,<sup>16</sup> além de ser nesse processo que se manifesta a diferença entre espécie animal e gênero humano.

Marx, ao dissociar o gênero humano das demais espécies animais, e enfatizar o trabalho como atividade exclusivamente humana, ou seja, o alicerce de toda ação humana, sublinha que:

---

15. Parte-se da perspectiva materialista histórica e dialética para análise do trabalho, considerando que, “não existe nenhum problema humano que não tenha sido, em última análise, desencadeado e que não se encontre profundamente determinado pela práxis real da vida social” (Lukács, 2013, p. 119).

16. A natureza tida como unidade de uma totalidade complexa é entendida pelo “[...] conjunto dos seres que conhecemos no nosso universo, seres que precederam o surgimento dos primeiros grupos humanos e continuaram a existir e a se desenvolver depois desse surgimento. Ela se compõe de seres que podem ser agrupados em dois grandes níveis: aqueles que não dispõem da propriedade de se reproduzir (a natureza inorgânica) e aqueles que possuem essa propriedade, os seres vivos, vegetais e animais (a natureza orgânica)” (Netto; Braz, 2007, p. 35).

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (Marx, 2006, p. 211-212)

Nessa concepção, ancorada na argumentação de Marx, o que diferencia a humanidade da animalidade é a capacidade teleológica, exclusivamente humana, de antecipação, planejamento, projeção de finalidades, a partir de uma ideiação. A partir da teleologia tem-se o processo de objetivação, ou seja, um objeto externo surge como resultado do que foi previamente idealizado. Isso significa que “[...] todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins [...] o pôr tem um caráter irrevogavelmente ontológico” (Lukács, 2013, p. 48).

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve “as potências que nela se encontram latentes” e sujeita as forças da natureza “a seu próprio domínio”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. O homem que trabalha “usa as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para submeter outras coisas a seu poder, atuando sobre elas de acordo com seu propósito”. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos etc. existem objetiva e independentemente da consciência do homem; e tão somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser converti-

dos em coisas úteis. Essa conversão em coisas úteis, porém, é um processo teleológico. (Lukács, 2012, p. 286)

Por isso, só é possível a realização do pôr teleológico *no e pelo* trabalho, entendido como centralidade ontológica, forma originária do ser social, em que os seres humanos, ao transformarem a natureza, também modificam a si próprios.

De acordo com Lukács (2013), “[...] qualquer trabalho seria impossível se ele não fosse precedido de tal pôr, que determina o processo em todas as suas etapas” (p. 51). A partir do trabalho, a consciência humana se sobrepõe aos instintos puramente biológicos (não conscientes) e deixa de ser um epifenômeno, pois assume dimensão teleológica, como ato dirigido, ou seja, não é uma ação involuntária, mas direcionada e com finalidade, já que

Todo pôr teleológico é uma escolha, conscientemente efetuada pelo sujeito da práxis, entre duas (ou mais) possibilidades e a conseqüente realização prática, assim determinada, da possibilidade escolhida. (Lukács, 2010, p. 212)

A escolha consciente entre alternativas concretas é a pedra angular, ou seja, a essência ontológica do trabalho.

Antunes (1999, p. 137), na esteira analítica lukacsiana, salienta que não se pode pensar em trabalho sem as complexas conexões e reciprocidades entre teleologia, caracterizada pela capacidade projetiva voltada para fins, e a causalidade, dada pela materialidade fundante.

Lukács (2013) também menciona distinções entre posição teleológica primária e posição teleológica secundária. Enquanto as posições teleológicas primárias encontram suas raízes ontogênicas na esfera do trabalho, as posições teleológicas secundárias são formas mais complexificadas e desenvolvidas da vida humana, que emergem como desdobramentos do trabalho e estão relacionadas à arte, à ética, à literatura, à práxis política, à filosofia, à religião, dentre outras dimensões da práxis que permeiam a vida social.

O trabalho, como relação metabólica de seres humanos com a natureza e forma social da práxis humana que efetua pores teleológicos objetivamente necessários e conscientes, também engendra valores e valorações, socialmente objetivados. Por isso, Marx e Engels (1998, p. 197), reconhecendo essa particularidade do trabalho, fazem a distinção entre ser e valor, ou seja, entre o reino da necessidade e o reino da liberdade.

Lukács (2013, p. 122) pondera que o domínio humano sobre os afetos, como resultado do trabalho, pressupõe valor, dotado de caráter socialmente objetivo e prossegue afirmando que,

O caráter fundamental do trabalho para o devir do homem também se revela no fato de que sua constituição ontológica é o ponto de partida genético de outra questão vital, que move profundamente os homens ao longo de toda a sua história: a liberdade. (Lukács, 2013, p. 137)

Para Lukács (2013), o fundamento da liberdade, como momento da realidade, consiste “[...] em uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas [...]” (p. 138).

O pôr de um fim com o qual o ontologicamente novo aparece enquanto ser social é um ato nascente de liberdade, uma vez que caminhos e meios para a satisfação de necessidades não são mais efeitos de cadeias causais espontaneamente biológicas, mas resultados de ações decididas e executadas conscientemente. (Lukács, 2013, p. 140)

Nessa interpretação lukacsiana, Antunes (1999, p. 138) argumenta que a consciência humana não é uma mera adaptação ao meio ambiente, mas uma atividade autogovernada.

Assim, o trabalho é compreendido, ontologicamente, como centralidade da vida social, protoforma da sociabilidade humana, numa concomitante transformação entre seres humanos e natureza, tendo como finalidade primária a satisfação das necessidades mate-

riais e espirituais da humanidade. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que o ser social não se reduz e/ou se esgota no trabalho. Na constituição do ser social existem outras formas de objetivação que extrapolam a atividade do trabalho e que se referem à práxis social e humana, decorrentes de posições teleológicas secundárias. Por isso, como seres da práxis, criativos e autoprodutivos, os indivíduos sociais, são produtos e criação de suas atividades.

Mas da práxis não resultam somente produtos, obras e valores que permitem aos homens se reconhecerem como autoprodutores e criativos. [...] a práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo. (Netto; Braz, 2007, p. 43-44)

Sob tais preceitos, fica evidenciado que por meio do trabalho, os indivíduos sociais transformam objetivamente a natureza/sociedade e concomitantemente se autotransformam, o que implica uma dimensão subjetiva. Esse processo compõe a práxis social e humana, pois ela se revela na relação dialética entre seres sociais e natureza/sociedade. Com isso, toda práxis pressupõe trabalho, pois a relação sujeito-objeto (ser social-natureza) se dá perpassada pelo trabalho. Essa relação é uma relação concreta, prática, de ação objetiva e não contemplativa, especulativa e abstrata, ou seja, a práxis é histórica, social, revolucionária e se constitui também de outras dimensões derivativas do trabalho.

Mas no capitalismo, o trabalho, em sua dimensão abstrata e fetichizada, passa a atender aos imperativos da lógica expansiva de acumulação e reprodução ampliada do capital, por meio da produção de mercadorias que, de acordo com Marx (2006), sendo um objeto externo, ou seja, uma coisa, objetiva satisfazer necessidades humanas providas do estômago ou da fantasia. Ainda de acordo com Marx (2006; 2011a), a produção capitalista não é meramente a produção de mercadorias, mas essencialmente a produção de

mais-valia, decorrente do prolongamento desmesurado do trabalho excedente, além de ser também a própria produção e reprodução da relação capitalista, ou seja, de um lado o capitalista, detentor dos meios de produção e de outro o assalariado, detentor da força de trabalho.<sup>17</sup> Uma das prerrogativas fundamentais do capitalismo passa a ser a subordinação do valor de uso ao valor de troca, sendo que a constante expansão do valor de troca significa a subordinação das necessidades humanas à reprodução ampliada do capital, entendido como relação social.<sup>18</sup>

Na produção capitalista, a força humana de trabalho assume um caráter *sui generis*, o de mercadoria, pois passa a ser fonte de valor e criação de valor, constituindo a base de solidificação da economia capitalista. Nessa sociedade,

[...] ao trabalhador pertence a parte mínima e mais indispensável do produto; somente tanto quanto for necessário para ele existir, não como ser humano, mas como trabalhador, não para ele continuar reproduzindo a humanidade, mas sim a classe de escravos (que é a) dos trabalhadores. (Marx, 2010b, p. 28)

---

17. Para Marx (2006, p. 254), a mais-valia, extração direta de trabalho não pago aos trabalhadores e trabalhadoras, expressa a relação entre trabalho necessário e trabalho excedente e também o grau de exploração da força de trabalho pelo capital. De forma sintética, a produção da mais-valia absoluta corresponde ao prolongamento desmedido da jornada de trabalho, enquanto que a mais-valia relativa “[...] revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais” (Marx, 2011a, p. 578).

18. De acordo com Marx (2006, p. 368), o verdadeiro valor de uma mercadoria não é individual, mas social, sendo medido pelo tempo de trabalho socialmente exigido para a sua produção. Marx (2011a, p. 615) atesta que o valor é a forma objetiva do trabalho social despendido na produção da mercadoria, ou seja, o valor é determinado pela quantidade de trabalho vivo necessário no processo produtivo. No processo capitalista de produção da mercadoria com a finalidade de produção voltada aos valores de troca, a forma salário mascara e apaga todos os vestígios da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e não pago. Todo o trabalho aparece falseado e ilusoriamente como trabalho pago.

No atual estágio, pautado em um sistema regido pelas prerrogativas do capital, verifica-se a cisão entre trabalhadores e instrumentos de trabalho, pois,

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste o que for imprescindível à execução do trabalho. [...] o produto é propriedade do capitalista, não do produtor, o trabalhador. (Marx, 2006, p. 219)

No modo de produção capitalista, sustentado na propriedade privada dos meios de produção e na divisão de classes com interesses antagônicos, a classe trabalhadora é desumanizada, explorada, rebaixada à condição de apêndice da máquina, passando a se relacionar de maneira estranhada com os produtos e objetos resultantes do seu trabalho, tendo em vista a característica assumida pelo trabalho no capitalismo – um trabalho obrigatório, forçado, degradante e alienado.<sup>19</sup>

Para Marx (2006, p. 93-94), no capitalismo, a mercadoria, fruto do trabalho humano, assume um caráter misterioso e fantasmagórico, como se as relações assumissem uma relação entre coisas, encobrindo as determinações sociais e humanas do trabalho. Ele denomina esse processo de *fetichismo da mercadoria*.

O processo de estranhamento entre o sujeito e o produto de sua ação não se dá somente no resultado do produto, mas no ato e em

---

19. “[...] a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem. [...] a alienação penetra no conjunto das relações sociais [...] marca as expressões materiais e ideais de toda a sociedade [...] e [...] deixam de promover a humanização do homem [...]” (Netto; Braz, 2007, p. 45).

todo o processo produtivo da mercadoria. A classe trabalhadora se depara com um objeto alheio, fruto de seu trabalho, mas que não lhe pertence, o que lhe causa estranheza, não pertencimento e não reconhecimento naquilo que realiza.<sup>20</sup>

Porém, a alienação e as formas de estranhamento não podem ser analisadas de maneira absolutizada, determinista e fatalista, mas sim a partir de uma abordagem crítica e dialética, tendo como referência a “questão social”, pois os processos de alienação e estranhamento devem ser apreendidos também como expressão de lutas e resistências, tendo em vista que trabalhadores e trabalhadoras se manifestam e se rebelam perante as atividades estranhadas e alienadas que tendem para a coisificação humana.

No capitalismo, as relações sociais aparecem invertidas e reificadas, pois os seres sociais, reconhecidos na sua essência e genericidade humana, se convertem em seres individuais, estranhos, fragmentados, coisificados e apartados da totalidade social.

[...] quando um capitalista se vale de trabalho assalariado na produção, ele compra (como faz qualquer comprador) o valor de uso, nesse caso, o da força de trabalho, de sua capacidade de produzir mais que o necessário para a sua reprodução, exatamente a propriedade que determina o seu valor de troca. É a execução do trabalho – no quadro do tempo de trabalho socialmente necessário – que torna possível que os produtos criados por meio dele (igualmente valores de uso), por sua vez, adquiram um valor de troca, no qual está contido o produto específico do valor de uso da força de trabalho como mais-valor. (Lukács, 2013, p. 167)

Na sociabilidade do capital, marcada pela mercantilização não só de bens, serviços e produtos, mas da própria vida humana e pela exploração da força de trabalho, verifica-se uma nova configuração

---

20. Heller (2008, p. 58) assinala que “existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção”.

das relações sociais e de trabalho, que passam a ser mediadas pela relação entre compradores e vendedores da força de trabalho. As relações sociais no capitalismo tornam-se coisificadas e alienadas, baseadas em relações de troca, relações fetichizadas, sem possibilidades de plena realização da liberdade.

O capitalismo é constituído pela exploração de classe, mas é mais que um mero sistema de opressão de classe. É um processo totalizador cruel que dá forma a nossa vida em todos os aspectos imagináveis, e em toda parte. [...] ele submete toda vida social às exigências abstratas do mercado, por meio da mercantilização da vida em todos os seus aspectos, determinando a alocação de trabalho, lazer, recursos, padrões de produção, de consumo, e a organização do tempo. [...] O socialismo é a antítese do capitalismo. (Wood, 2011, p. 224)

Na sociedade regida pela lógica expansiva e opulenta do capital, o que se observa é um processo de subsunção real do trabalho pelo capital, que anteriormente se consistia em uma subsunção formal.

De acordo com as reflexões de Alves (2007, p. 34), na subsunção formal do trabalho ao capital, o trabalho vivo ainda é o expoente ativo que produz o valor, mesmo sob condições estranhadas, próprias da dimensão abstrata do trabalho. Já na fase de subsunção real do trabalho ao capital, verifica-se a constituição de um sistema automatizado de máquinas e,

Deste modo, a passagem da subsunção real do trabalho ao capital, com o surgimento da nova base técnica do capital, com sua forma tecnológica voraz, abole apenas tendencialmente o trabalho vivo. Ela se expressa na substituição no interior da indústria (e dos serviços) capitalista, de trabalho vivo por trabalho morto (um dos componentes do crescente desemprego estrutural). (Alves, 2007, p. 47)

Nesse sentido, o desenvolvimento técnico-científico contribuiu para dominar as capacidades objetivas e subjetivas de trabalhadores e trabalhadoras, visto que perdem sua autonomia no processo de trabalho frente ao quadro de desemprego estrutural<sup>21</sup> instaurado, decorrente da lógica sociometabólica e destrutiva do capital (Mészáros, 2007). Os crescentes níveis de desemprego cumprem também uma função de intimidação e ameaça e, respectivamente, fragilizam organizações coletivas da classe trabalhadora. Tal processo é resultante do processo de redução do trabalho vivo (capital variável) e expansão de trabalho morto (capital constante).

Como assinala Marx (2006),

A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável. (p. 244)

---

21. Diferentemente do desemprego ocasional e episódico, causado em períodos de crise cíclica do capital, o desemprego estrutural é caracterizado pela expulsão dos indivíduos da cadeia produtiva sem possibilidade de reinserção futura no mercado de trabalho, ou como diz Pochmann (2001, p. 89), é um “[...] desajuste entre a mão-de-obra demandada pelo processo de acumulação do capital e a mão-de-obra disponível no mercado de trabalho”. Nesse cenário, “O desemprego deixa de ser acidental ou expressão da crise conjuntural e se define como estrutural, pois, ao contrário da forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão” (Neves, 2000, p. 172).

Mesmo com os investimentos amplificados em trabalho morto (capital constante), é inconcebível a sobrevivência do ciclo reprodutivo do capitalismo sem o trabalho vivo (capital variável). O modo de produção capitalista, em sua dimensão expansiva, voltada para a valorização e acumulação de capital, só se reproduz e sobrevive pela articulação entre trabalho vivo e trabalho morto.

A partir dessa compreensão ontológica e sócio-histórica acerca do trabalho e sua centralidade na vida social, algumas obras foram produzidas nos últimos anos acenando para um suposto “fim de um tempo”, ou seja, um suposto “fim do trabalho” e “fim da história”, em decorrência de uma crise e de uma desagregação da sociedade regulada pelo trabalho abstrato, industrial, formal e assalariado.

Na contracorrente desse movimento, alguns pensadores, no conjunto das Ciências Humanas e Sociais, passam a contestar tal posicionamento, visto que seria impossível pensar no fim da sociedade do trabalho, mesmo em tempos de precarização, já que grande parcela de trabalhadores e trabalhadoras ainda necessita vender sua força de trabalho, suas habilidades e seus conhecimentos para o mercado em troca de salários que atendam suas necessidades básicas de sobrevivência e reprodução.

Essa concepção de centralidade do trabalho, como núcleo essencial e dinamizador da vida social, precisa ser ressaltada, tendo em vista que algumas abordagens sobre a realidade social, as transformações societárias e o mundo do trabalho têm enfatizado elementos metafísicos e empiricistas, desconsiderando a perspectiva ontológica, histórica e a totalidade social. Em muitos casos se enfatiza a imediatividade, o efêmero, o fragmento, o conformismo, o fatalismo, o que corrobora para sustentar uma concepção de perennidade, triunfo e coroamento da sociabilidade burguesa a partir de uma perspectiva desistoricizada da realidade social.

Algumas análises têm contribuído para disseminar ideias de “glorificação do mercado”, do “fim da história”, como é o caso de Francis Fukuyama (1992), e de um suposto “fim do trabalho”, como se observa em escritos de André Gorz (1987), Jurgen Haber-

mas (2009), Claus Offe (1994) e Jeremy Rifkin (1995), que, cada qual a seu modo, refutam a centralidade do trabalho.

Nesse lastro, transmite-se uma ideia de que o atual estágio de sociabilidade, regido pela mercadoria, por relações mercantis e sustentado na propriedade privada, está determinado e não há qualquer alternativa, saída ou forma de superação. Essa concepção ideológica burguesa apregoa o ideário de que a ordem do capital é eterna e insuperável, corroborando a tese de “glorificação do mercado”. Além do mais, dissemina-se o ideário de que não há mais ameaça comunista e que o capitalismo venceu a batalha e pode ditar suas regras, sem qualquer preocupação de abalo às suas estruturas socioeconômicas e ideológicas. Essas regras e imposições ditadas com o intuito de “salvar o sistema” e assegurar a lógica expansionista e lucrativa do capital, incidem negativamente e frontalmente nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, repercutindo de maneira agravante nas expressões da “questão social”.

Por isso, não se pode esquecer que,

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes [...], a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, [...], também uma consciência, e conseqüentemente pensam; [...] como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; suas idéias são portanto as idéias dominantes de sua época. (Marx; Engels, 1998, p. 48-49)

De acordo com Andre Gorz (1987) e Claus Offe (1994), no capitalismo contemporâneo o trabalho perdeu centralidade. Os autores apresentam uma análise consubstanciada em uma suposta crise do emprego que equiparam a uma crise do trabalho, desconsi-

derando a luta de classes, as formas de sociabilidade e o sentido do trabalho para a existência e reprodução humanas. Quando os autores desconsideram o trabalho como o epicentro da vida societária na contemporaneidade, anulam também a constituição ontológica do ser social, pois as sociedades se produzem e reproduzem no decorrer da história pelo trabalho humano.

André Gorz (1987), em sua obra *Adeus ao Proletariado*, afirma que a classe trabalhadora de hoje não é mais aquela analisada por Marx no século XIX, em um cenário marcado pelo surgimento combativo do movimento operário e sindical. Para ele, o trabalhador não tem mais o domínio do processo produtivo em sua totalidade, pois se tornou um especialista. Outro ponto mencionado pelo autor diz respeito ao declínio do trabalho assalariado frente à questão do desemprego, do trabalho incerto e em tempo parcial, reforçando, assim, sua abordagem do fim da centralidade ontológica do trabalho.

O pensador alemão Claus Offe (1994), chama atenção para um momento de perda da materialidade do trabalho frente à expansão dos serviços, pois, segundo o autor, nesse setor não é possível mensurar produtividade, como ocorre no ramo industrial. Diante disso, sustenta a tese de que o trabalho já não é o núcleo basilar de organização da vida social.

A partir dessas ponderações, observa-se que o que ocorre em muitas situações é um descompasso sobre a concepção de trabalho e emprego, pois embora estejam em relação, não podem ser tratados como sinônimos.

Na mesma direção, o pensador alemão Jürgen Habermas (2009), com sua teoria do agir comunicativo e analisando o mundo da vida, contribui para o fim da centralidade do trabalho. Para Habermas, torna-se imprescindível pensar uma teoria social que relacione trabalho e interação sem cair no reducionismo do materialismo histórico, que para ele está superado.

Habermas (2009) elucida que há no capitalismo uma tendência evolutiva, desde o final do século XIX, que se caracteriza pela *cienti-*

*ficção da técnica*, em que, “[...] a ciência e a técnica transformam-se na primeira força produtiva e caem assim as condições de aplicação da teoria marxiana do valor-trabalho” (p. 72). Com isso, Habermas (2009) pontua que o desenvolvimento técnico e científico se tornou fonte independente de mais-valia frente à fonte de mais-valia originária da interpretação marxiana, baseada na força de trabalho.

Nessa perspectiva, Habermas (2009) hiperdimensiona o papel da técnica e da ciência, desconsiderando a centralidade do trabalho vivo na teoria do valor trabalho de Marx como força motriz do ciclo reprodutivo e acumulativo do capital. De forma antitética ao pensamento habermasiano, compreende-se que pode haver uma complexa combinação entre trabalho vivo e recursos técnico-científicos, porém, as máquinas, mesmo as mais inteligentes e aperfeiçoadas, jamais suplantarão o trabalho humano.

No pensamento habermasiano, “[...] a esfera da interação social, da ação comunicativa, é o *metrum* para medir a evolução social, o processo de racionalização, e não o desenvolvimento das forças produtivas” (Teixeira; Frederico, 2008, p. 62). Habermas (2009), em sua exposição sobre o mundo social da vida, postula uma necessária mudança paradigmática no campo das Ciências Sociais em que o trabalho, enquanto epicentro da vida social, seja substituído pela intersubjetividade linguística e compreensiva.

Já o estadunidense Jeremy Rifkin (1995) retrata o trabalho de forma pessimista e catastrófica diante da eliminação e substituição da força humana por máquinas inteligentes, num quadro de sofisticação técnica e científica. Considera o desemprego um fato inexorável e constata em sua obra, *O fim dos empregos*, que houve uma significativa redução dos empregos ao mesmo tempo em que os rendimentos das empresas cresceram. Nessa realidade, para o autor, tanto os trabalhadores não qualificados quanto os qualificados são atingidos em decorrência da automação e informatização. Na fase de surgimento e expansão da robótica, dos microcomputadores e da disseminação de softwares, os domínios da mente já foram apropriados e o que se tem hoje são “máquinas inteligentes” com

funções gerenciais e administrativas, capazes de controlar os fluxos de produção. O autor reforça que a intervenção humana vem sendo descartada nos diversos espaços produtivos frente às determinações da reengenharia, caracterizada pela adoção de técnicas e formas de gestão no trabalho, com o intuito de reduzir os salários, os encargos trabalhistas e desmontar os sindicatos, além de gerar uma série de empregos de caráter contingencial e provocar danos irreparáveis para a vida de trabalhadores e trabalhadoras.

Na contracorrente dessas abordagens polêmicas, Mészáros (2007; 2009), Harvey (2009; 2014), Antunes (1999; 2007), Alves (2005; 2007), dentre outros pensadores referenciados na tradição marxista, analisam o mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo a partir de outra perspectiva. Consideram que o contexto atual é caracterizado pela degradação do trabalho, intensificação, controle, terceirização, informalidade, fragilização dos movimentos organizativos da classe trabalhadora, precarização que rebate em todas as dimensões da vida social e mercantilização da força de trabalho com predomínio das formas de assalariamento, contribuindo para o culto à sociedade do consumo, na qual a população se torna, cada vez mais, alvo do fetichismo mercadológico.

Nessa linha analítica, esses autores reconhecem que é impossível atestar a “morte” ou o “fim” do trabalho em tempos de uma crise da sociedade do trabalho em sua dimensão abstrata. O trabalho, em sua dimensão concreta, jamais deixará de ser essencial para a sociabilidade humana, pois é por ele que ocorre a interação metabólica entre seres humanos e natureza/sociedade. Em suma, o trabalho, em seu sentido ontológico, não deixou de ser a categoria fundante da vida em sociedade, já que o processo de trabalho não significa meramente o ato de produzir, mas também possibilita as relações de sociabilidade, troca de experiências, cooperação, criação e liberdade. Pelo trabalho, os indivíduos constituem e estabelecem relações sociais.

Dessa forma, o trabalho não perdeu centralidade (Antunes, 2007), pois o que se observa são mudanças nas formas de gerir

e organizar os processos de produção na atual divisão internacional do trabalho. O trabalho permanece sendo o componente fundamental e estruturante da sociabilidade humana (Marx, 2006), em que os homens transcendem sua forma meramente biológica e constituem também uma natureza social, tornando-se seres sociais. Assim, o trabalho funda a sociabilidade humana e é pelo trabalho que homens e mulheres se constituem e realizam suas potencialidades humano-sociais. Ao longo da história, o trabalho, seja ele intelectual, manual, rural ou urbano, como forma constitutiva e constituinte da sociabilidade e meio de atendimento às satisfações humanas, sempre foi realizado por homens e mulheres, sendo um atributo imanente à espécie humana.

Com base em Antunes (1999, p. 125), analisar o mundo do trabalho na contemporaneidade pressupõe considerá-lo a partir de uma noção ampliada, diante de algumas tendências recentes que se imbricam na relação entre trabalho e valor. Nesse caso, além de uma redução e realocação significativa do trabalho improdutivo, como é o caso de certas funções, como: supervisão, inspeção, gerências, vigilância, dentre outros, se observa uma ampliação do trabalho imaterial que, do ponto de vista da totalidade do ciclo produtivo e reprodutivo do capital, está intrinsecamente relacionado ao trabalho material. Como exemplos do trabalho imaterial, Antunes (1999) menciona as atividades caracterizadas e dotadas de maior dimensão intelectual, e que estão presentes nas indústrias, no setor de serviços, nas comunicações, como é o caso da publicidade, do marketing, da realização de pesquisas, da programação de softwares, etc. Tanto o trabalho material, quanto o trabalho imaterial, “[...] na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se [...] subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital” (Antunes, 1999, p. 128). Independente de onde a classe trabalhadora esteja inserida, em qualquer uma dessas formas e dimensões do trabalho (material/imaterial), é importante frisar que trabalhadores e trabalhadoras, enquanto sujeitos vivos, detentores da força de trabalho, serão sempre produtivos, pois são expressão do valor,

criam e produzem valor, contribuindo diretamente para o ciclo de valorização do capital.<sup>22</sup>

Diante dessas elucidações acerca da atual morfologia do mundo do trabalho, Antunes (1999; 2007) destaca que a classe trabalhadora na contemporaneidade, encontra-se complexificada, fragmentada e heterogênea, compreendendo a totalidade dos indivíduos sociais que, desprovidos dos meios de produção, vendem a força de trabalho em forma de assalariamento para viverem e sobreviverem. Essa classe trabalhadora é constituída de homens, mulheres, jovens, idosos, brancos, negros, imigrantes, trabalhadores rurais, urbanos, parciais, informais e os próprios desempregados.

No atual contexto do capitalismo financeiro mundializado,<sup>23</sup> o trabalho se apresenta em muitos momentos como um mecanismo

---

22. O tema do trabalho imaterial é alvo de muitas polêmicas, controvérsias e divergências no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, sobretudo no que se refere à sua ressonância no debate da teoria do valor-trabalho de Marx. Dentre as obras que rechaçam de modo reducionista a tese do valor-trabalho de Marx, abandonando inclusive a perspectiva das classes sociais e da luta de classes, estão: *O imaterial: conhecimento, valor e capital*, de André Gorz (2005) e *Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade*, de Maurizio Lazzarato e Antonio Negri (2001). Em seu livro, *Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo*, Henrique Amorim (2009), em posição antitética e crítica às análises de Gorz (2005); Lazzarato e Negri (2001), diz que no mundo do trabalho contemporâneo, além do avanço técnico e científico, há uma tendência de incorporação da intelectualização nos processos de produção com o objetivo voltado para a criação de valor. Nessa linha analítica, Amorim (2009) sustenta a atualidade do legado marxiano acerca da tese do valor-trabalho.

23. Chesnais (1996, p. 23-25) apresenta a discussão da mundialização em contraposição à globalização. O autor elucida que o adjetivo “global” foi originado nos anos 1980 nas escolas americanas de negócios e administração de empresas, considerando o fenômeno da globalização como um movimento irreversível, benéfico e necessário. Sendo assim, essa concepção de *globalização* pode escamotear os ardis ideopolíticos apregoados pela lógica do capital sob os auspícios do neoliberalismo. De acordo com Mészáros (2007, p. 52), os ideólogos do capital promovem uma mitologização da “globalização” ao distorcerem e ignorarem deliberadamente o que está posto enquanto benefícios irrestritos para o capitalismo, com sua lógica expansiva e lucrativa, do ponto de vista dos interesses do mercado, e sua lógica destrutiva, do ponto de vista da sobrevivência humana. Mészáros afirma que o capitalismo moveu-se inexoravelmente em direção à “globalização” desde sua gênese, devido ao seu caráter irrestringível e onibrangente (2007, p. 61).

que satisfaz as necessidades humanas imediatas e contribui para a sobrevivência individual/familiar, ou seja, se configura como possibilidade de acesso e consumo de mercadorias, bens e serviços, além de atender determinados anseios individuais incitados pela cultura mercantil fetichizada, não sendo muitas vezes identificado como uma atividade direcionada à criação e à liberdade, que provoca rupturas e superações. Ou seja, o trabalho, entendido como categoria constituinte e constitutiva do ser social, em sua forma concreta, assume, na era do capital fetiche (Iamamoto, 2008), sua feição abstrata que, ao contrário, aliena e aprisiona os seres humanos nos ardis ideológicos da sociabilidade burguesa.

A partir de então, observa-se uma investida ideológica ancorada no colapso do comunismo, tendo em vista a queda do muro de Berlim em 1989, pois este fato em si passa a simbolizar uma crise terminal do marxismo, ou seja, o esgotamento das suas possibilidades enquanto projeto civilizatório alternativo e universal, de caráter anticapitalista e direcionado para a emancipação humana. Nesse cenário de investida ideológica burguesa sedimentada no suposto triunfo e inevitabilidade do capitalismo, emerge uma necessidade urgente de compreensão crítica, dialética e renovada do capitalismo, em seus fundamentos, bases, interstícios, estrutura interna e nexos constitutivos, com o propósito de contestar e demonstrar o caráter mistificador e desistoricizado dessa concepção finita de história.

O capitalismo, em seu suposto triunfo, torna-se um dado inquestionável, compreendido, de forma mistificada, em sua universalidade, inevitabilidade e naturalidade, perdendo de vista a perspectiva dinâmica e processual do movimento histórico. Além disso, há uma tendência ideológica de analisar o capitalismo somente sob o ponto de vista econômico, esvaziando e obscurecendo seu conteúdo político, social e cultural.

De acordo com Wood (2011, p. 35), a esfera econômica tem em si uma dimensão jurídica e política, pois, apesar de distintas, estão inter-relacionadas. O capitalismo, para se reproduzir, assegurar a propriedade privada, a reprodução ampliada do capital, a oferta abundante da força de trabalho e a maximização dos lucros, neces-

sita da base coercitiva, repressora e violenta do Estado, com seus mecanismos de dominação.<sup>24</sup>

A economia política burguesa, [...], universaliza as relações de produção quando analisa a produção abstraindo suas determinações sociais específicas – relações sociais, modos de propriedade e de dominação, formas políticas ou jurídicas específicas. Isso não quer dizer que a “base” econômica se reflita em certas instituições “superestruturais” e por elas seja mantida, mas que a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas – em particular, formas de propriedade e dominação. (Wood, 2011, p. 29)

Ao contrário de aceitar acriticamente os imperativos da sociabilidade capitalista como leis naturais, obscurecidas, abstratas, invioláveis, a-históricas e universais, é preciso decifrar a chave heurística dos fundamentos que explicam o capitalismo como um fenômeno social inserido no movimento histórico e produto de relações sociais contraditórias. Nesse caso, a concepção materialista histórica e dialética, com base na crítica ontológica, contribui para o desvelamento dessa realidade, partindo do pressuposto de que,

A esfera da produção é dominante não no sentido de se manter afastada das formas jurídico-políticas ou de precedê-las, mas exatamente no sentido de que essas formas são formas de produção, os atributos de um sistema produtivo particular. Um modo de produção é não somente uma tecnologia, mas uma organização social da atividade produtiva; e um modo de exploração é uma relação de poder. Ademais, a relação de poder que condiciona a natureza

---

24. Historicamente, mesmo em outros períodos históricos, tendo em vista que a história das sociedades é a história da luta de classes (Marx; Engels, 2007, p. 40), “[...] a existência do Estado sempre implicou a existência de classes – embora essa proposição exija uma definição de classe capaz de abranger todas as divisões entre os produtores diretos e os apropriadores de sua mais-valia [...]” (Wood, 2011, p. 37).

e a extensão da exploração é uma questão de organização política no interior das classes contendoras e entre elas. Em última análise, a relação entre os apropriadores e produtores se baseia na força relativa das classes, e isso é em grande parte determinado pela organização interna e pelas forças políticas com que cada uma entra na luta de classes. (Wood, 2011, p. 33)<sup>25</sup>

Assim, torna-se indispensável conhecer o mundo do trabalho na dinâmica da mundialização do capitalismo contemporâneo, sob hegemonia financeira, de forma a desvelar seus sentidos, significados e alterações substantivas que atingem indistintamente o conjunto heterogêneo e complexo da classe trabalhadora.

Tendo em vista que a financeirização da economia adentra todos os meandros da vida social, a atual crise capitalista que se espalha por todos os hemisférios, territórios e formas de sociabilidade, não pode ser analisada de forma autonomizada, naturalizada e desistoricizada, desconsiderando aspectos conjunturais e estruturais da realidade social. Os custos sociais da crise contemporânea têm recaído de forma avassaladora sobre a classe trabalhadora, diante do crescente desemprego, precarização das relações de trabalho, cortes e privatização dos serviços sociais públicos, repressão aos movimentos sociais e populares, tentativa de domesticação da luta de classes, violência, miserabilidade, regressão e perdas de direitos sociais, dentre outras manifestações exponenciais da “questão social”. Além do mais,

O predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da ques-

---

25. “A crítica da economia política de Marx, apesar de dedicada essencialmente à análise do capitalismo, lançou a base para uma visão da história libertada das categorias da ideologia capitalista. Ofereceu um meio de acesso às especificidades não apenas do capitalismo, mas também de outras formas sociais” (Wood, 2011, p. 133).

tão social na era das finanças. Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões de pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. (Iamamoto, 2008, p. 125)

Nesse atual estágio societário e financeirizado, de crise estrutural do capital (Mészáros, 2009), o mundo do trabalho se depara com uma realidade adversa, em que a “questão social” se agrava e impõe demandas e necessidades para a classe trabalhadora, que convive com ameaças permanentes de desemprego e com políticas que atingem diretamente suas condições objetivas e subjetivas de vida e trabalho. Nesse processo, com base em análises de Antunes (1999; 2007) e Alves (2005; 2007), ocorre uma polarização da classe trabalhadora, formada de um lado por trabalhadores e trabalhadoras com maior especialização, com direitos sociais e trabalhistas assegurados e salários mais elevados e, de outro lado, um elevado contingente da classe trabalhadora que se insere no mundo do trabalho de forma precarizada, instável, subcontratada, terceirizada, temporária, com baixos salários, sem direitos e garantias sociais e trabalhistas. Tal quadro contribui para a radicalização e agravamento das expressões da “questão social” que se redimensiona na contemporaneidade e acena para a necessária potencialização das lutas sociais da classe trabalhadora.

Do ponto de vista sócio-histórico, a dinâmica contraditória do capitalismo, assentada na busca desenfreada pelo lucro e acumulação, sob as agruras do trabalho humano, cria seus próprios grillhões e as condições e possibilidades para sua superação, pois,

[...] o capitalismo provocou o desenvolvimento de forças produtivas que estabelece uma base material sem precedentes para a emancipação humana. Mas sob o capitalismo, movido pela lógica do lucro, não há correspondência necessária entre capacidade produtiva e qualidade da vida

humana. Uma sociedade com as mais avançadas forças produtivas, com capacidade para alimentar, vestir, abrigar, educar e tratar da saúde de sua população em grau que nem a mais visionária das utopias ousaria sonhar, pode, apesar de tudo, ser castigada por pobreza, decadência, falta de moradias, analfabetismo e até doenças de desnutrição. (Wood, 2011, p. 126-127)

Nessa conjuntura complexa, observa-se investidas do capital com o objetivo de dismantelar a capacidade organizativa e os direitos sociais da classe trabalhadora, o que coloca na agenda contemporânea da luta de classes a necessidade de mobilização e organização de trabalhadores e trabalhadoras que tenha como horizonte um projeto civilizatório alternativo, anticapitalista e emancipatório.

Wood (2011, p. 250) pondera que, na sociabilidade contemporânea, é importante assegurar a universalidade dos direitos, como o direito ao trabalho, educação, saúde, moradia, transporte, lazer, mas reconhecendo os limites da ordem sociometabólica do capital (Mészáros, 2007). As saídas e soluções capitalistas adotadas nos últimos tempos, pela via da educação, capacitação profissional e treinamentos como estratégias de enfrentamento e panaceia para todas as mazelas produzidas no capitalismo são meras falácias e mistificação do real.

Acreditar numa suposta humanização do capitalismo é mais surreal e utópico que apostar no socialismo como um movimento real e, por isso, segundo Wood (2011), é preciso pensar alternativas conscientes e estratégias politizadas de luta e ação da classe trabalhadora, pois o capitalismo busca extrair vantagem em todas as dimensões da vida, inclusive das questões relacionadas às relações de gênero/sexo e raça/etnia, postulando mecanismos ideológicos de exploração, opressão, dominação e de naturalização das desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero/sexo. Tais mecanismos ideológicos postulados contribuem para fragmentar, pulverizar e fragilizar a classe trabalhadora, atingindo-a objetiva e subjetivamente.

Conforme Wood (2011), se as lutas antirracistas e contra a opressão de gênero não estiverem afinadas e sintonizadas com as lutas ampliadas da classe trabalhadora, numa direção anticapitalista, não causarão ameaças e sequer perigo para a estrutura do capitalismo.

Portanto, é preciso suplantar as lutas residuais, localizadas, focalizadas, direcionadas para objetivos particulares e isolados, para expandi-las e adensá-las na cena política da sociedade, tendo como finalidade a superação da ordem sociometabólica do capital. Isso exige cada vez mais a internacionalização das lutas da classe trabalhadora.



## Capítulo 2 – Transformações societárias e seus impactos na relação capital-trabalho

*“Madrugou [...] Acordou o dia, e o dia já despertou.  
Acorda é hora, o dia veio roubar, teu sono cansado, é  
hora de trabalhar, o dia te exige, o suor e o braço [...]”.*  
(Gilberto Gil e Nana Caymmi)

Desde a consolidação do capitalismo, com a Revolução Industrial do século XVIII iniciada na Inglaterra, os processos de trabalho assumiram novas configurações diante do fenômeno da industrialização e da urbanização. Nesse marco histórico, o modo de produção capitalista se consolidou e se desenvolveu pela lógica da livre concorrência, desencadeando concentração e centralização da produção, o que redundou no surgimento de sua fase monopolista, também denominada imperialista, ou seja, um estágio superior do sistema produtor de mercadorias.

Essa fase imperialista é compreendida, segundo Harvey (2009, p. 31), como a

[...] capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos [...] para fins políticos, econômicos e militares [...] um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia.

Assim, o que sustenta a lógica imperialista do capitalismo é o seu processo acumulativo baseado na proteção da propriedade privada e aumento do poder político, sempre pensados em escala expansiva de forma a assegurar hegemonia e valorização do capital. Harvey (2009, p. 40) cita os Estados Unidos como Estado imperialista, potência hegemônica do mundo capitalista que se utiliza de coerção e consentimentos para manter seus interesses.

Nesse cenário, contraditoriamente, se propaga a ideia de uma era do capital marcada pelo avanço no campo técnico-científico, com crescimento e desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que se aprofunda a miséria, a violência, a exploração, a opressão, a xenofobia, a degradação do trabalho e do meio ambiente. Ou seja, a “questão social”, entendida como o conjunto dos antagonismos expressos na relação capital *versus* trabalho se manifesta com novos contornos, acirrando as desigualdades sociais.

Um exemplo elucidativo da exploração e degradação do trabalho no capitalismo refere-se às condições precárias e degradantes no ambiente fabril, sobretudo a partir do século XIX, com a incorporação de crianças e mulheres. Tal inserção foi marcada por extensas jornadas de trabalho, ambientes insalubres, baixos salários, ausência de direitos e de proteção social.

No findar do século XIX, as atividades produtivas se complexificaram e, a partir disso, ocorreu um processo de racionalização e sistematização das operações, tanto na esfera da produção direta, quanto na administração e gerenciamento empresarial. Em busca de otimização nos padrões de produtividade, implantou-se o modelo taylorista, resultando em uma organização científica do trabalho. O engenheiro mecânico estadunidense Frederick Winslow Taylor (1856-1915), considerado o pai da Administração Científica do Trabalho, modificou o processo produtivo no momento em que separou concepção e execução no trabalho (Antunes, 2007). A partir de então, passou a ser competência da gerência a atividade intelectual, enquanto que coube ao operário o trabalho manual. Outro princípio adotado por Taylor e incorporado na indústria da época consistiu em manter movimentos repetitivos e tarefas fragmentadas com rígido controle do tempo e rotinização, garantindo assim a relação de um trabalhador para uma máquina, o que implicava hierarquização e “desqualificação” no interior da produção. Conforme indaga Santana (2005, p. 6), zelava-se pela disciplina no ambiente laboral, enquanto que a capacidade intelectual dos trabalhadores era desprezada, visto que

os mesmos eram “adestrados” de acordo com as prerrogativas da filosofia fabril-institucional.

Além de regular, controlar e dominar o ritmo de trabalho no espaço da produção, havia um forte controle da vida privada de trabalhadores e trabalhadoras. Como exemplo disso, pode-se mencionar, no caso brasileiro, a criação das vilas operárias que serviam como estratégias coercitivas, consensuais e persuasivas para adentrar no universo privado da classe trabalhadora e de seus familiares.<sup>26</sup>

Em uma análise comparada entre Brasil, França e Japão, Hirata (2002, p. 32) argumenta que o taylorismo, como um modelo produtivo que passa a ser adotado em diversos espaços e territórios, não teve a mesma difusão, assimilação e repercussão nesses países, tendo em vista as especificidades socioculturais, políticas, econômicas, geográficas e históricas de cada país.

Em linhas gerais, o modelo de produção taylorista contribuiu para padronizar as formas de trabalho e uniformizar as operações, que foram incorporadas posteriormente pelo fordismo, modelo de produção adotado no início do século XX e que teve como seu precursor o estadunidense Henry Ford (1863-1947).

---

26. Com base em Rago (1997, p. 177-178), a construção das vilas operárias no Brasil no final do século XIX, atendia uma demanda de higienistas em relação ao saneamento, ou seja, era uma resposta aos problemas de saúde da população pobre da cidade que vivia em cortiços e favelas, mas também atendia aos interesses econômicos e ideopolíticos da burguesia, que passa a impor sutilmente mecanismos de dominação que incidiam no estilo de vida da classe trabalhadora, estabelecendo regras de conduta, medidas disciplinares, formas de vigilância e táticas punitivas. Ou seja, havia um controle absoluto da vida e do comportamento da classe trabalhadora e de sua família. Nesse estreitamento de vínculos entre famílias e patrões, mesclam-se sentimentos de gratidão e cumplicidade, estabelecendo laços de dependência paternalista. Cabe destacar que até meados dos anos 1930, a “questão social” no Brasil era tratada como “caso de polícia”. Por isso, eram adotados mecanismos repressivos com o intuito de “controlar” a “questão social”. Além das ações do Estado, de cunho repressor, havia também a intervenção da Igreja Católica, voltada para ações caritativas. Nos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas, a “questão social” passa a ser tratada como questão política.

O fordismo, baseado na produção em massa e seriada, objetivava padronizar produtos, reduzir o tempo e custo da produção, tendo em vista a fabricação em larga escala com a utilização das esteiras e das linhas de montagem.<sup>27</sup>

Os avanços na automação, associados ao processo de “racionalização” do trabalho, representaram, de acordo com Antunes (1999; 2007), a intensificação do trabalho humano, caracterizado por esforços repetitivos, em que a classe trabalhadora, limitada pelo tempo e pelas operações realizadas, tornou-se meramente apêndice do domínio da maquinaria.

Tais modelos adotados na indústria no decorrer do século XX se caracterizaram pelo trabalho fragmentado e parcial, negando a criatividade, o saber e a capacidade intelectual de trabalhadores e trabalhadoras, que executavam somente determinadas operações do processo produtivo. Ou seja, os objetivos eram evidentes: simplificar, padronizar e uniformizar o trabalho (Santana, 2005). Outro elemento que merece destaque acerca dos modelos produtivos é que se buscava explorar e controlar de forma intensiva trabalhadores e trabalhadoras a fim de evitar manifestações individuais e/ou mobilizações coletivas diante da emergência da “questão social”, que provocava ameaça ao *status quo*, tendo em vista a capacidade organizativa e formas de resistência da classe trabalhadora.

Esses modelos de produção, o taylorismo e o fordismo, foram difundidos nas economias capitalistas centrais na primeira metade do século XX e a eles se agregou o Estado de Bem-Estar Social, que se consolida no findar da Segunda Guerra Mundial.

Nesse período, as propostas elaboradas pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), após a crise de 1929, são implementadas em alguns países do hemisfério norte, o que repre-

---

27. “O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (Harvey, 2014, p. 121).

sentou a intervenção estatal no controle e na regulação econômica com a finalidade de assegurar políticas sociais ao conjunto da população, redundando na formação do Estado de Bem-Estar Social, também conhecido como *Welfare State* ou *keynesianismo*. As respostas à crise de 1929, com a constituição do Estado de Bem-Estar Social, contribuíram para o alargamento das funções do Estado, que estabelece um sistema de proteção social com a finalidade de dar resposta às manifestações da “questão social”.

Draibe (2007) diz que o Estado de Bem-Estar Social é um fenômeno histórico resultante do processo de desenvolvimento do capitalismo a partir da constituição de um sistema de proteção social e adverte para o risco de generalizações e/ou tipologias idealizadas sobre o Estado de Bem-Estar Social que, desde a sua formação, adquiriu configurações diferenciadas, de acordo com raízes históricas, traços culturais, particularidades regionais, econômicas, políticas, embates entre classes sociais, dentre outras situações e especificidades de cada país.

Harvey (2009) assinala que o keynesianismo, que deu base para a formação do Estado de Bem-Estar Social teve vida efêmera, pois com a crise capitalista em meados dos anos 1970, o Estado passa a rever medidas que supostamente lhe geravam ônus e, assim, reduziu sua intervenção na esfera econômica e social. Isso resultou na privatização do patrimônio público, transferindo os encargos e responsabilidades da gestão socioeconômica para o âmbito privado, acarretando uma fase regida pela lógica do mercado. Tal medida pode ser notada atualmente com as iniciativas privadas relacionadas ao acesso aos serviços e políticas sociais, ou seja, bens e direitos que outrora eram garantidos pela ação estatal, passam a ser adquiridos e acessados pela via do mercado, como são os casos emblemáticos da saúde e da educação.

Nos anos 1970, o Estado de Bem-Estar Social e o modelo produtivo fordista, ou seja, o padrão fordista-keynesiano, dá sinais de saturação e passa a ser repensado. Nesse período se observa o que foi analisado por Mandel (1982), ao dizer que na corrida incessante

pela extração de superlucros, a lógica do capital engendra sucessivamente ciclos longos de expansão e ciclos de estagnação. Na estagnação, emerge a crise e a depressão, como ocorrera nos anos 1970. Nessa conjuntura, alguns acontecimentos contribuíram para engendrar um clima de instabilidade econômica frente à elevação dos preços do petróleo ditado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1973 e, posteriormente, em 1979, bem como a sucessiva valorização e desvalorização do dólar, oscilando as taxas de câmbio. Conforme sustenta Harvey (2009, p. 57), o crescente custo com o conflito militar no Vietnã também resultou em uma crise fiscal com fortes pressões inflacionárias em âmbito mundial, deflagrando uma onda de falências frente à explosão de capital “fictício” em circulação, além dos elevados gastos sociais. Emerge uma crise de sobreacumulação do capital,<sup>28</sup> sendo essas tendências intrínsecas ao próprio modo de produção capitalista, colocando em colapso o sistema financeiro de Bretton Woods.<sup>29</sup>

Nesse contexto, algumas medidas foram tomadas com o objetivo de preservação e reprodução da ordem acumulativa do capital e, dentre tais estratégias, Anderson (2008) aponta o neoliberalismo, originado após a Segunda Guerra Mundial como reação teórica e política ao Estado de Bem-Estar Social. Um dos idealizadores de

---

28. “A sobreacumulação [...] é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital” (Harvey, 2009, p. 124).

29. Instaurado na década de 1940, o Acordo de Bretton Woods, representava a hegemonia norte-americana, passando o dólar a ser a moeda de referência e, com isso, objetivava “[...] estabilizar o sistema financeiro mundial, o que se fez acompanhar por toda uma bateria de instituições, como o Banco Mundial, o FMI, o Banco Internacional de Compensações, na Basileia, e da formação de organizações como o GATT [Acordo Geral de Tarifas e Comércio] e a OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico], projetadas para coordenar o crescimento econômico entre as potências capitalistas avançadas e levar o desenvolvimento econômico de estilo capitalista ao resto do mundo não-comunista. [...] os Estados Unidos eram não só dominantes como hegemônicos, no sentido de sua posição como Estado superimperialista [...]” (Harvey, 2009, p. 52).

maior expressão no advento do receituário neoliberal foi o economista austríaco Friedrich von Hayek (1899-1992), com sua obra *O caminho da servidão*, redigida no ano de 1944. Sua finalidade era a derrocada do Keynesianismo e a extinção de regras para o mercado. Porém, seguindo a análise de Anderson (2008), naquela época, o capitalismo desfrutava de sua fase áurea, o que não correspondia adotar as medidas de austeridade acenadas pelos apologistas do neoliberalismo. Ocorre que, na década de 1970, a crise atinge um profundo quadro de recessão, elevadas taxas inflacionárias e redução do crescimento econômico, momento em que as ideias neoliberais voltam a aflorar na cena sociopolítica.

Nas elucidações de Anderson (2008), o neoliberalismo se expande, ganha adeptos e adesão, o que se pode notar com a eleição de Margaret Thatcher, em 1979, na Inglaterra e, em seguida, no ano de 1980, com Ronald Reagan eleito presidente dos Estados Unidos e também simpatizante dos preceitos neoliberais. Outro exemplo de adesão ao receituário neoliberal nesse período dos anos 1970 e 1980 foi o Chile, sob a ditadura de Augusto Pinochet.

O movimento de incorporação ao receituário neoliberal foi ganhando visibilidade e se alastrando por países da Europa e América do Norte. Os demais países que não incorporaram inicialmente os preceitos do neoliberalismo foram aos poucos sendo obrigados a se adequar às normas propagadas, seguindo as tendências e leis do mercado mundial. Com isso, o Estado passou a transferir suas responsabilidades para o mercado, pois, em síntese, o neoliberalismo prevê uma intervenção mínima do Estado no que tange aos serviços sociais públicos e uma intervenção máxima no mercado capitalista sob a hegemonia financeira com o objetivo de expansão do capital. Na concepção dos neoliberais,

[...] o intervencionismo estatal é antieconômico e antiprodutivo, não só por provocar uma crise fiscal do Estado e uma revolta dos contribuintes, mas sobretudo porque desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar. (Laurell, 2009, p. 162)

Esse período de crise capitalista dos anos 1970 também contribuiu para o surgimento de novas formas de gestão, regulação e organização do trabalho, conforme se observou na “Terceira Itália”<sup>30</sup> e no Japão, com a incorporação do modelo de produção toyotista, baseado no sistema *just-in-time*, *kanban* e de “células de produção”, ou seja, na filosofia de uma “empresa enxuta” e flexível (Antunes, 1999).<sup>31</sup>

Também surgiram os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) com o intuito de agrupar trabalhadores e trabalhadoras para discutirem não só a qualidade do trabalho realizado, mas principalmente de gerar um sentimento de “pertencimento” em

---

30. A partir dos anos 1970, conforme Pinto (2007), a economia italiana engendrou um acentuado dinamismo, formando distritos industriais. No caso da Terceira Itália que envolve Vêneto, Emilia-Romana, Marcas e Toscana, instalou-se pequenas e médias empresas em áreas de tradição artesanal, com alta capacidade de inovação e flexibilização das relações de trabalho.

31. A experiência toyotista foi desenvolvida na empresa japonesa Toyota Motor Company nos anos 1950, pelo japonês e engenheiro industrial Taiichi Ohno (por isso tal modelo é também conhecido por ohnismo), logo após o encerramento da Segunda Guerra Mundial. O toyotismo representou alterações substantivas na organização e na gestão dos processos produtivos. Sobre os sistemas adotados no toyotismo, “[...] *just-in-time* significa produzir somente o que é necessário, [...] na quantidade necessária [...] e no momento necessário” (Pinto, 2007, p. 83), ou seja, com a finalidade de redução da estocagem. Já o *kanban* significa que “[...] fluxos de informação e de materiais foram possibilitados pela elaboração de um dispositivo mecânico que conduzia caixas no sentido inverso da produção [...] contendo cartazes [...] com informações sobre a quantidade necessária de alimentação dos postos subsequentes, ao mesmo tempo em que outras caixas passaram a circular no sentido normal do fluxo produtivo [...], carregadas das peças ou materiais encomendados por cada um desses postos” (Pinto, 2007, p. 78-79). As células de produção “[...] constituem-se de equipes de trabalhadores, que podem alternar-se em seus postos conforme o volume de produção pedido ou metas de qualidade exigidas ou outro motivo” (Pinto, 2007, p. 80). Os trabalhadores passam a ser controlados e supervisionados pelos próprios integrantes da equipe em prol do cumprimento das metas empresariais. Um dos principais lemas defendidos no interior desse modelo é a lealdade da classe trabalhadora, ou seja, todos unidos devem zelar pelos interesses da empresa.

relação à empresa. Nessa fase, conforme alerta Antunes (1999), o capital apropriou-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo de trabalhadores e trabalhadoras, até então desprezado pelos modelos taylorista e fordista.

Nesse sentido, o toyotismo, conforme sublinha Alves (2005, p. 30-33), captura a subjetividade da classe trabalhadora e não rompe, necessariamente, com a base taylorista/fordista. O toyotismo surge para atender às necessidades de acumulação, reprodução e valorização do capital em um período de crise de superprodução. Assim, o toyotismo é um processo de continuidade e descontinuidade com os modelos taylorista e fordista, ou seja, “[...] o toyotismo dá continuidade à lógica de racionalização do trabalho na perspectiva da hegemonia do capital na produção” (Alves, 2005, p. 39).

Por isso, é preciso analisar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas sob uma perspectiva sócio-histórica e dialética, de forma a não incorrer em aspectos esquemáticos, rígidos e lineares desse processo complexo e contraditório.

Na análise sobre o toyotismo, Alves (2005, p. 60) ressalta que os estudos sociológicos sobre o trabalho, em geral, não enfatizam a construção do toyotismo como um processo sócio-histórico, decorrente da luta de classes, “[...] no qual ocorreram importantes derrotas operárias, que tornaram possível a introdução de uma nova organização social da produção”.

Além do mais, Alves (2005) sublinha que no processo de reestruturação produtiva no Brasil, houve, inicialmente, nos anos de 1980, “[...] a adoção de novas estratégias produtivas [...] centrada num toyotismo restrito e na adoção de tecnologias microeletrônicas seletivas. Elas assumiam ainda um caráter parcial e inconcluso [...]” (p. 180). Já nos anos 1990, desenvolve-se o que o autor denomina de toyotismo sistêmico, “[...] cuja característica central é a parceria entre o capital e trabalho no campo da produção” (Alves, 2005, p. 197), por meio da captura da subjetividade da classe trabalhadora e da produção de consentimentos, direcionados aos valores hegemônicos da empresa capitalista.

Nessa nova configuração do mundo do trabalho, também denominada de *acumulação flexível*<sup>32</sup>, passa a se exigir um novo perfil de trabalhador/a – polivalente e multifuncional, ou seja, que disponha de todas as suas capacidades e potencialidades humanas, tanto no que tange às necessidades operacionais e executoras da instituição empregadora, quanto para pensar e conceber os processos de trabalho. Com isso, observa-se que o capital apropria-se de forma predatória e intensificada do intelecto e da força física do trabalho humano.<sup>33</sup>

Também foram implantados os sistemas de Desenho Assistido por Computador (CAD) e de Manufatura Assistida por Computador (CAM), externalizando parte da produção industrial e, com isso, grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras foram expulsos/as do mundo do trabalho, compondo o exército de desempregados/as e sobrantes. Outra característica do modelo toyotista foi a incorporação do sindicalismo de envolvimento “por empresa” (Santana, 2005), que se alia ao capital objetivando atender aos requisitos corporativos do sistema produtor de mercado-

---

32. A acumulação flexível, compreendida como uma nova configuração da dinâmica capitalista “[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas [...] A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ [...] e o retrocesso do poder sindical [...]” (Harvey, 2014, p. 140-141).

33. No modelo toyotista foi desenvolvida a concepção de “autonomação” que significa a “[...] junção das palavras autonomia e automação. É um princípio ‘importado’ por Ohno da indústria têxtil, na qual um só operário executava o trabalho em quarenta máquinas ao mesmo tempo” (Alves, 2005, p. 43). Com isso se verifica que no sistema Toyota se incorpora um novo perfil de trabalhador/a, ou seja, multifuncional, diferente da fase taylorista-fordista que se caracterizava pela relação um homem/uma mulher *versus* uma máquina.

rias, com o propósito de fragilização e dilapidação do movimento operário e sindical.<sup>34</sup>

No bojo desse movimento, sustenta-se um ideário de competência de trabalhadores e trabalhadoras, como mecanismo para assegurar interesses e necessidades do capital, voltados para resultados lucrativos. Na análise de Santana (2005, p. 11-12), juntamente com o discurso da competência e a exigência de qualificação de trabalhadores e trabalhadoras, cria-se o conceito de “empregabilidade”, que consiste na capacidade da força de trabalho de se manter empregada ou encontrar novo emprego que, resumidamente, significa tornar-se empregável no mundo do trabalho mediante as atitudes e competências individuais, transferindo para a classe trabalhadora a responsabilidade por sua condição de acesso e inserção no mundo do trabalho.

Nesse cenário, os indivíduos sociais passam a ser penalizados e punidos caso não tenham buscado, por meio da educação, cursos e capacitações, saídas e alternativas para ocuparem determinados postos no mercado de trabalho. Assim, um significativo contingente de trabalhadores e trabalhadoras tornam-se supérfluos e desnecessários para o capital e o desemprego passa a ser justificado pela ausência de qualificação e incompetência da população frente às exigências do padrão produtivo vigente. O desemprego, compreendido como expressão da “questão social”, ou seja, um fenômeno social e estrutural, que tem dimensão pública e política, passa a ser tratado falaciosamente como um problema individual, isolado e relacionado a atributos pessoais.

O que se verifica é um discurso ideológico emanado pelos setores dominantes para sustentar o atual quadro de desemprego,

---

34. Com base em Antunes (2007, p. 33), o sindicalismo de empresa (de envolvimento, participacionista) está atrelado ao ideário patronal e subordinado à hierarquia e comando das empresas. Combina repressão com cooptação a partir de um “envolvimento manipulatório”, característico da era toyotista/ohnista. Para Alves (2005, p. 60-61), o sindicalismo “por empresa” surge no Japão nos anos 1950, no seio do desenvolvimento do toyotismo, objetivando a neutralização político-ideológica da classe trabalhadora.

provocando a culpabilização e responsabilização de trabalhadores e trabalhadoras pela situação vivenciada, pois mesmo com a expansão de cursos tecnológicos, profissionalizantes, especializações, treinamentos e diversos investimentos feitos em busca da qualificação profissional, nota-se que o quadro de desemprego continua alarmante, não sendo legitimada a ideia de educação como panaceia para a resolução das mazelas engendradas pelo capitalismo em tempos de crise estrutural.

Como assinalado por Marx (2006), o exército industrial de reserva, composto por sobrantes e desempregados, é funcional ao processo de reprodução e acumulação capitalista, que se perpetua pela existência do excedente, ou seja, é necessária a manutenção de uma reserva supérflua de trabalhadores e trabalhadoras fora do mundo do trabalho para que o capitalismo permaneça vivo e continue ditando suas regras.

Segundo Marx (2011a, p. 735), a classe trabalhadora excedente é a alavanca da acumulação capitalista, ou seja, a condição necessária de existência e sustentação do capitalismo, que antagonicamente acumula riqueza em um polo e concomitantemente acumula miséria em outro.<sup>35</sup>

Partindo de tais prerrogativas no processo de produção e reprodução capitalista, na conjuntura atual, os

[...] empregos permanentes estão cada vez mais restritos.  
[...] Os novos postos criados tendem a ser flexíveis no tempo, no espaço e na duração, dando origem a uma pluralidade de contratos de trabalho: em tempo parcial, temporários ou por conta própria. (Sorj, 2000, p. 31)

---

35. Essa análise é pormenorizada na obra *O Capital*, livro 1, volume 2, em que Marx (2011a) trata da lei geral da acumulação capitalista, destacando a funcionalidade da superpopulação relativa no processo de produção e reprodução das relações capitalistas. Também caracteriza a superpopulação relativa em flutuante, latente e estagnada. Para Marx (2011a), todo trabalhador faz parte da superpopulação relativa “[...] durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado” (p. 744).

Também se considera que o mundo do trabalho se revela profundamente estratificado, pois,

[...] características pessoais dos empregados e sua adequação ao trabalho transformam traços como aparência, idade, educação, gênero e raça em potencial produtivo, de tal forma que características e competências individuais são a condição mesma da empregabilidade. (Sorj, 2000, p. 30)

No que se refere ao desemprego, de acordo com Mészáros (2007, p. 146), uma saída adotada por alguns países, como no caso dos Estados Unidos e da Inglaterra, foi a implantação da política do *workfare*, em substituição à política do bem-estar social (*welfare*). O *workfare* significa o acesso de desempregados à assistência social, obrigando, em contrapartida, os beneficiários a aceitarem um emprego, geralmente mal remunerado, ou participarem de um treinamento profissional. Nas últimas décadas, essa política de “inserção produtiva” apresenta-se com uma nova roupagem, uma versão de “bem-estar pelo trabalho”, em que o Estado, mediante o investimento em políticas de educação, treinamento e capacitação, objetiva, de forma falseada e mística, “[...] transformar os cidadãos de meros receptores passivos de benefícios sociais em pessoas independentes, ativas, co-produtoras da sua própria proteção social” (Draibe, 2007, p. 31).

Desde os anos 1970, as mudanças em curso nas formas de organizar, gerir e regular o trabalho foram implantadas pelos diversos territórios e continentes de forma diferenciada e desigual, trazendo incidências diferenciadas nas formas de contratação e nas exigências postas pelo mercado acerca da qualificação da população que vive e sobrevive da venda da força de trabalho.

Considerando os incrementos e avanços no campo tecnológico e científico, as distâncias espaciais foram reduzidas, o que propiciou a propagação de multinacionais e a formação de arranjos e distritos industriais, como citado pela experiência da “Terceira Itália” e da Toyota no Japão.

Nos últimos decênios, o modelo de produção japonês, ou seja, o toyotismo, passou a ser considerado, falaciosamente, a alternativa ideal e salvacionista para o mundo do trabalho, diante do quadro anterior de falta de competitividade e dificuldade em controlar e disciplinar a classe trabalhadora.

A “qualidade total”<sup>36</sup> e o sistema *just-in-time* passaram a ser os princípios regentes da filosofia empresarial e, diante da adesão à lógica de acumulação produtiva, verifica-se a redução de custos sociais, com ênfase para a desvalorização da força de trabalho, trazendo consequências drásticas para os níveis de emprego. Também a instabilidade, insegurança e incerteza no trabalho passaram a compor de forma acentuada o cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras que ainda possuem um tipo de atividade remunerada, o que provoca a fragilização e dilapidação de instâncias representativas da classe trabalhadora, como é o caso dos sindicatos, que

[...] são formas, entre outras, de representação de assalariados, já que estes se reconhecem também dentro de movimentos sociais, pequenos grupos de esquerda, de partidos de esquerda, partidos de direita e às vezes de extrema direita, presentes no mesmo lugar de trabalho. (Ramalho; Santana, 2003, p. 25)

Para os autores, se as principais bandeiras reivindicativas do sindicato na década de 1980 estavam vinculadas às questões de ordem econômica e salarial, na década de 1990 as principais problemáticas se consistiam na garantia do emprego e no combate ao desemprego. Os autores argumentam que o grande desafio do sindicalismo na atualidade consiste em sua capacidade de articulação junto “[...] a outros movimentos sociais com o objetivo de ampliar a base de

---

36. Qualidade total significa reduzir a vida útil dos produtos com o propósito de intensificar o ciclo reprodutivo do capital, ou seja, os produtos precisam ser rapidamente substituídos e repostos (Antunes, 2005). “A meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade [...]” (Harvey, 2014, p. 148).

atuação política em defesa de direitos do trabalho e de cidadania” (Ramalho; Santana, 2003, p. 35).

Na atualidade, o sindicalismo apresenta contraditoriamente momentos de refluxo do seu movimento, fruto de uma crise do sistema sociometabólico do capital que pode ser superada. Por isso, não se pode considerar tal recuo como uma decadência ou falência dos sindicatos, pois a “questão social”, nos dizeres de Yamamoto (2008), conjuga momentos de rebeldia e resistência com momentos de conformismo, tendo em vista as contradições, antagonismos e interesses sociais distintos. Compreendendo a “questão social” para além da desigualdade social e da pobreza historicamente produzida, mas também como banalização do humano, diante das indiferenças e mercantilização da vida, Yamamoto (2008) pondera que na contemporaneidade as refrações da “questão social” acirram as contradições sociais, contribuindo para a potencialização das lutas sociais e a possível superação desse quadro conjuntural.

Assim, considerando as alterações substantivas e indubitáveis no mundo do trabalho que incidem na degradação das condições de vida da população, é importante destacar que esse processo, também conhecido por reestruturação produtiva,<sup>37</sup> se expande no contexto de mundialização do capital, que, segundo Chesnais (1996, p. 13), representa uma nova fase do capitalismo mundial, em sua lógica expansionista irrestrita e insaciável. Esse processo deve ser compreendido como uma etapa específica de internacionalização e valorização do capital. A impressão é a de que nessa fase, o capitalismo triunfou e parece dominar todos os continentes. Para o autor, situar a mundialização ao

---

37. Na verdade tal processo evidencia muito mais um processo de desestruturação do trabalho, na medida em que o capital se reestrutura para atender sua lógica e seu ciclo de rotação voltado para expansão, acumulação e valorização. Ou seja, esse processo foi destruturador, no que se refere à classe trabalhadora, pois significou um ataque aos direitos sociais, elevados índices de desemprego e o crescimento exponencial de formas precárias e degradantes de trabalho. Para Ramalho e Santana (2003, p. 14), a reestruturação produtiva, longe de qualquer homogeneização, indica um conjunto de mudanças que adquirem formatos diferentes a partir das diversas realidades e conjunturas às quais estão associadas historicamente.

conceito de capital significa se remeter aos anos 1979-1981, quando por meio de estratégias políticas e ideológicas, alguns Estados-Nação incorporaram o receituário neoliberal e passaram a ter liberdade de fluxo e circulação nos países que atendessem seus interesses. O resultado disso foi a implementação de “[...] políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de dismantelamento de conquistas sociais e democráticas” (Chesnais, 1996, p. 34).

A ascensão do capital financeiro com o objetivo de aumentar a produtividade e a lucratividade provocou consequências corrosivas para o mundo do trabalho, principalmente no que concerne ao crescimento exponencial do desemprego.

Nesse contexto, os princípios da “empresa enxuta” (Antunes, 1999), pautados no modelo japonês (toyotista/ohnista), os processos de terceirização e a precarização nas relações contratuais ganharam fôlego no quadro de ascensão do capital financeiro internacionalizado e as multinacionais passaram a buscar locais de produção com baixos salários, objetivando a intensificação do trabalho a partir de relações pautadas na flexibilização e precarização. Com isso, “as legislações em torno do emprego do trabalho assalariado, que haviam sido estabelecidas graças às grandes lutas sociais e às ameaças de revolução social, voaram pelos ares [...]” (Chesnais, 1996, p. 42).

O processo de reestruturação produtiva, com marco temporal de sua aceleração nos anos de 1970, teve repercussão brusca para trabalhadores e trabalhadoras, visto que representou incremento tecnológico e científico nos processos de trabalho, propiciando novas formas de organizar, gerir e regular a produção e a força de trabalho.

Segundo denominação de Alves (2005, p. 11), o “novo complexo de reestruturação produtiva” surge sob os auspícios do processo de mundialização do capital e envolve inovação tecnológica, científica e organizacional com o surgimento da robótica, microeletrônica, modalidades de gestão do trabalho pautadas nos programas de qualidade total e nos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), reengenharia, centralização e concentração de capitais, descentralização produtiva diante de realocações espaciais/territoriais das indústrias, terceirização e a adoção de uma legislação trabalhista de cunho flexí-

vel. Tal cenário contribuiu para o desencadeamento de um profundo e acelerado quadro de precarização do trabalho vivo, decorrente da perda e regressão de direitos sociais e trabalhistas, adoecimento laboral, acidentes no trabalho, sofrimento psíquico e mortes por exaustão.

Nas reflexões de Alves (2005, p. 103), o Brasil vivenciou três fases de reestruturação produtiva, sendo a primeira desdobrada nos anos 1950, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com o surgimento da grande indústria de base taylorista-fordista. A seguir, o outro momento da reestruturação produtiva se deu no período do “milagre econômico”, ou seja, em plena ditadura militar na década de 1970. Por fim, a terceira e atual fase ocorre em tempos de crise do capitalismo brasileiro, gestado nos anos 1980 e que se estende pelos anos 1990 e a primeira década do século XXI, sob o ideário neoliberal. Esse último estágio de reestruturação produtiva o autor denomina de “novo complexo” por abarcar a fase de acumulação flexível no contexto da Terceira Revolução Tecnológica.

O complexo de reestruturação produtiva, que se desenvolve a partir dos anos 80, vincula-se à própria sede do capital financeiro em procurar maior rentabilidade, pela imposição de racionalizações e inovações para satisfazer os acionistas com sua lógica do lucro imediato, cujo horizonte temporal é de curto ou curtíssimo prazo. (Alves, 2005, p. 64)

Nessa conjuntura, é importante sublinhar que na década de 1990, sob a chancela do Consenso de Washington,<sup>38</sup> o Brasil aderiu às prer-

---

38. “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, [...] era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. As conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de ‘Consenso de Washington’” (Batista, 2001, p. 11). O Brasil aderiu aos requisitos do Consenso de Washington no período do governo Fernando Afonso Collor de Mello (1990-1992), quando, no intuito de solucionar a inflação, foram adotadas medidas que propiciaram uma onda de crises e privatizações.

rogativas neoliberais como uma estratégia de sustentação da lógica do capital. Com o neoliberalismo e a incorporação da reestruturação produtiva desencadeada pelas transformações no mundo do trabalho, o que se observou foi uma reforma do Estado, resultando na desregulamentação do trabalho, flexibilização das leis trabalhistas, reforma previdenciária, regressão dos direitos sociais e perda do poder de barganha do sindicalismo. Em contraposição à Constituição Federal Brasileira de 1988 que representava conquistas históricas no campo da seguridade social, da garantia dos direitos sociais, políticos, humanos e civis, na década de 1990, o país, a partir do Governo Collor, incorporou a política neoliberal, que gerou efeitos deletérios e corrosivos para a vida social da população que vive e sobrevive do trabalho, pois “[...] o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais” (Laurell, 2009, p. 163), o que se refletiu no enfrentamento da “questão social”, tratada de forma fragmentada, individualizada, patologizada e criminalizada.

Com a abertura econômica adotada no Governo Collor nos anos 1990, a indústria brasileira atravessou momentos críticos diante das adversidades políticas e socioeconômicas da época. O resultado disso foi um período de recessão, crescente desemprego e falência de indústrias que não estavam preparadas para a concorrência externa. Nesse período houve uma significativa redução do emprego e de acordo com Lavinias (2000, p. 140), os mais atingidos pelo desemprego foram os homens, sendo que até então esses eram os ocupantes majoritários do setor, diferente do comércio em que a taxa de desemprego feminino foi superior à masculina, por ser um setor com maior contingente de mulheres.

Com isso, na década de 1990 ocorre um redimensionamento da “questão social”, gerado pela trágica ofensiva neoliberal no contexto da reestruturação produtiva e da exploração selvagem da força de trabalho.<sup>39</sup>

---

39. Rivero (2009, p. 131) chama de exploração selvagem o “[...] trabalho que se intensifica ampliando as horas de trabalho até o limite do possível, ao trabalho de crianças e mulheres sem nenhuma regulamentação, a não-regulamentação que impede o asseguramento de alguns direitos humanos básicos como a sobrevivência digna”.

O neoliberalismo, caracterizado pela desresponsabilização do Estado com os serviços sociais públicos, pela privatização do patrimônio público, pela flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, eliminou as barreiras alfandegárias, oferecendo ao capital livre trânsito pelas economias mundiais, provocando a competitividade entre os mercados e a precarização do trabalho.

Além do mais, o projeto ideopolítico neoliberal aprofundou a “questão social” e suas múltiplas refrações são visíveis, como: a pauperização e miserabilidade da população, o desemprego estrutural, a informalidade, flexibilização e precariedade das relações de trabalho, o racismo, o feminicídio, a homofobia, a xenofobia, além dos cortes e privatização dos serviços sociais públicos como a saúde, a educação, a previdência social e a assistência social, alargando as desigualdades sociais inerentes ao capitalismo (Iamamoto, 2008).

No neoliberalismo, a “questão social” é enfrentada com respostas fragmentadas, pulverizadas, individualizadas, despolitizadas e mercantilizadas, mediante uma concepção acrítica e desistoricizada da “questão social”, que desconsidera sua gênese vinculada ao embate entre capital e trabalho. Para a manutenção da ordem capitalista neoliberal vigente, as sequelas da “questão social” também são criminalizadas, na medida em que o Estado é acionado para responder de forma repressora, punitiva e controladora as manifestações decorrentes do tenso embate entre capitalistas e trabalhadores/as.

Nesse atual estágio da sociabilidade burguesa, caracterizado pela precarização do mundo do trabalho, o sindicalismo brasileiro se depara com muitos desafios, tendo em vista o propósito da lógica capitalista de fragilizar e enfraquecer as entidades político-organizativas da classe trabalhadora.<sup>40</sup> Para Ramalho e Santana (2003, p. 26), um dos fatores que leva à desmobilização do sindicalismo está relacionado ao fenômeno do desemprego estrutural,

---

40. “Isto é feito sob a ameaça do desemprego, com o apoio das novas teorias e políticas governamentais em matéria de salário e de emprego, e também com o consentimento de dirigentes sindicais que julgam que ‘não há alternativa’” (Chesnais, 1996, p. 131).

que passa a gerar medo, insegurança e incertezas para trabalhadores e trabalhadoras.

Ao mesmo tempo, como forma de pressionar e questionar tal realidade, organizações coletivas da classe trabalhadora emergem na cena política pressionando o Estado e o empresariado, reivindicando direitos e reconhecimento de cidadania. Como exemplo, cabe mencionar o caso emblemático dos metalúrgicos do ABC paulista nos anos 1970, as históricas greves gerais, as mobilizações de movimentos sociais, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e demais ações e lutas coletivas de trabalhadores em âmbito nacional e internacional que têm provocado a necessidade de revisão das políticas implementadas sob a ótica do receituário neoliberal. Dentre as inúmeras formas de resistência, mobilizações e lutas coletivas da contemporaneidade, verifica-se um estado de efervescência e inquietação social que se alastra pelo cenário mundial e brasileiro, como é o caso do Movimento dos Piqueteiros na Argentina, do Occupy Wall Street, das manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil, dentre outras formas de manifestação que revelam a necessidade do fortalecimento das lutas sociais da classe trabalhadora em defesa de um projeto societário anticapitalista.

Nessa realidade complexa, dinâmica, tensa e contraditória, o cenário contemporâneo, caracterizado pela erosão dos direitos sociais e precarização das condições de trabalho, esboça inúmeros dilemas e desafios para a mobilização, organização, ações coletivas e as lutas sociais da classe trabalhadora. As organizações sindicais permanecem vivas e acumulam contribuições e conquistas históricas de suma importância para trabalhadores e trabalhadoras. Porém, as adversidades da conjuntura atual exigem do sindicalismo a busca de alianças e articulações para além dos espaços institucionais e profissionais, como estratégia de assegurar seu pilar combativo.

Por isso, com base em Ramalho e Santana (2003), os sindicatos precisam rever ações pontuais, fragmentadas, corporativas e emergenciais, estabelecendo alianças com os movimentos sociais e

populares, partidos de esquerda e entidades da sociedade civil no sentido de fortalecer as lutas políticas anticapitalistas, em defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora, tendo como horizonte uma sociedade emancipada. Isso significa reafirmar a perspectiva da luta de classes, reconhecendo a classe trabalhadora como protagonista das transformações sócio-históricas.

Sendo assim, é importante considerar que pensar estratégias e alternativas de organização coletiva da classe trabalhadora pode engendrar riscos ao adotar, criar ou incorporar modelos preestabelecidos e determinados, como se fosse possível encaixar uma proposta na dinamicidade do real. Por isso, para evitar análises e propostas simplistas, esquemáticas, pragmáticas ou messiânicas, é indispensável problematizar dialeticamente essa realidade. Para tanto, estratégias e alternativas de pressão, organização e mobilização de trabalhadores e trabalhadoras devem estar sintonizadas e afinadas com as demandas do tempo presente, considerando que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva não são fatalidades insuperáveis.

No âmago da financeirização internacionalizada do capital, em que as atividades produtivas são deslocadas para diversas regiões geográficas e territórios, o trabalho morto (maquinário) passa a substituir significativamente o trabalho vivo (força humana de trabalho) e as empresas adquirem certa elasticidade para deslocarem sua produção, operando de forma global e se beneficiando de níveis salariais inferiores, da ausência de organização coletiva da classe trabalhadora e de estímulos fiscais.

Outros fatores que merecem ser destacados são o crescente desemprego, o aumento do emprego “autônomo”, informal, temporário, domiciliar, subcontratado, além de um conjunto de arranjos produtivos que provocam consequências deletérias para a vida dos trabalhadores.

Para Ramalho e Santana (2003, p. 19), a informalidade não contribuiu para minimizar ou reduzir a exploração no trabalho, mas ao contrário, serviu para combinar flexibilidade, exploração, produtividade e desproteção social.

Em relação a essas transformações, Sorj (2000, p. 29) assinala que, nesse cenário, o setor de serviços tem crescido de forma expressiva como o de transportes, comunicação, administração, educação, saúde e finanças, enquanto houve uma queda da participação das indústrias.

Tal fato pode ser demonstrado no caso do trabalho bancário e da indústria automobilística que geraram uma redução significativa do contingente de trabalhadores e trabalhadoras, pois a reestruturação produtiva, com sua face desestruturadora do trabalho, tem provocado consequências danosas tanto no âmbito da indústria e dos serviços, quanto na agricultura, onde o processo de mecanização no campo tem desencadeado um alto índice de desemprego, expulsão de trabalhadores rurais e miserabilidade. Vale lembrar também os elevados índices de acidentes e mortes de trabalhadores/as rurais em decorrência da alta carga de exploração, intensificação e fadiga no trabalho, como é o caso das atividades no setor canavieiro.

A incorporação de formas flexíveis e terceirizadas de trabalho deixa de ser uma estratégia adotada somente no setor industrial, bancário, no comércio e na agricultura, passando também a incorporar o setor público em todas as esferas (federal, estadual, distrital e/ou municipal) e áreas como educação, saúde, comunicação, previdência social, dentre outras.

Tendo como base desse debate o processo de “lioofilização organizacional”, ou seja, de “enxugamento” das empresas, resultante da eliminação e/ou substituição de trabalho vivo por trabalho morto, conforme assinalado por Castillo (1996) e Antunes (1999), o mundo do trabalho adentra o século XXI redimensionado, diante dos contornos assumidos, especialmente no que diz respeito aos mecanismos adotados para a extração de sobretrabalho em tempo cada vez menor, e que rebatem diretamente nas condições de vida dos trabalhadores, incidindo nas manifestações da “questão social”. A programática da “empresa enxuta” passa a ser a eliminação de postos de trabalho, reduzindo o contingente de trabalhadores e trabalhadoras contratados/as, e, ao mesmo tempo, assegurando o aumento nos índices de produtividade.

Nesse cenário, caracterizado pelo capitalismo mundializado, sem fronteiras, cabe enfatizar que os desdobramentos das diretrizes econômicas, políticas e ideológicas adotadas a partir da segunda metade do século XX refletiram de forma significativa nos direcionamentos da sociedade, sobretudo no mundo do trabalho e nas relações sociais de gênero/sexo, pois o que se constata no âmbito da divisão social, sexual e racial do trabalho é um aumento significativo do contingente feminino na esfera da produção, em especial em formas intensivas, desregulamentadas e precarizadas, provocando uma *feminização em formas precárias de trabalho* que se reflete, também, em uma *feminização da pobreza*, tendo em vista as condições de pauperismo e miserabilidade desse conjunto da população.

A repercussão de todos esses acontecimentos traz, para o contexto das duas primeiras décadas do século XXI, dentre uma de suas resultantes, a erosão do trabalho em seu formato regulamentado e contratado, que passa a ser substituído pelo trabalho temporário, terceirizado, informal, precário, subcontratado e sem garantias sociais. Essas formas de trabalho deixam de ser exceção e se tornam regra na dinâmica capitalista contemporânea. De forma a evitar possíveis colapsos, a ordem burguesa dominante, com o objetivo estratégico de sustentar um projeto de classe, visa enfraquecer todas as formas de resistência e rebeldia de trabalhadores e trabalhadoras, colocando inúmeros desafios para aqueles que vivem e sobrevivem do trabalho na atualidade.

Vale ressaltar que essa classe trabalhadora de hoje não se restringe ao operário fabril. Esse conjunto de trabalhadores e trabalhadoras se apresenta na atualidade de forma multifacetada, complexa e heterogênea, o que Antunes (1999) denomina de classe que vive do trabalho.

No bojo das consequências produzidas em decorrência das mudanças na relação entre Estado, sociedade e mercado, algumas estratégias são criadas como forma de amenizar as múltiplas expressões da “questão social”. Dentre elas destacam-se as políticas sociais, que da forma como estão configuradas, ou seja, de forma compensató-

ria, focalizada, residual, descontínua e minimalista, não alteram a estrutura social, ou seja, não incidem na raiz da “questão social”. As condições de pauperismo e miserabilidade da população são percebidas “[...] apenas como déficit de renda, sem que sejam consideradas as determinações estruturais” (Silva; Yazbek; Di Giovanni, 2011, p. 227) da sociabilidade do capital.

No Brasil, em tempos de regressão e erosão dos direitos sociais e trabalhistas diante da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, ocorreu uma expansão dos Programas de Transferência de Renda, em especial a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), sendo o Programa Bolsa Família (PBF) aquele que assume maior dimensão, repercussão e abrangência. Tal programa, com o objetivo de enfrentamento e combate à fome, pobreza e extrema pobreza da população brasileira, estabelece condicionalidades, o que implica restrição e formas de seletividade para seu acesso, indo na contramão da garantia universal de direitos. Assim, para acessar direitos, benefícios e programas sociais públicos, a população é obrigada a comprovar, muitas vezes por meio de critérios moralistas e de forma vexatória, sua condição de miséria, pobreza e indigência, pois no Estado neoliberal,

[...] a universalização contrapõe-se à focalização que direciona bens e serviços a determinados segmentos da sociedade, previamente definidos, com maior destaque para a população pobre e extremamente pobre. (Silva, 2010, p. 64)

### Os Programas de Transferência de Renda,

[...] foram criados numa conjuntura socioeconômica marcada pelo crescimento acentuado do desemprego, acompanhado do incremento de formas de ocupações precárias e instáveis, sem a proteção social garantida pela previdência social; rebaixamento do rendimento da renda proveniente do trabalho; crescimento da violência, principalmente nos grandes centros urbanos, ampliação dos ín-

dices de pobreza e da desigualdade social. (Silva, Yazbek; Di Giovanni, 2011, p. 135)

A partir da expansão desses programas, cria-se

[...] a ilusão de que a pobreza pode ser erradicada pela política social, mediante Programas de Transferência de renda. A proteção social universal [...] dá lugar ao direito à sobrevivência precária e marginal [...]. (Silva; Yazbek; Di Giovanni, 2011, p. 227)

Dessa forma, a política social, reconhecida sua importância histórica no contexto da luta de classes, como resposta às sequelas da “questão social” demandadas pela classe trabalhadora, contraditoriamente depara-se com seu limitado alcance, ao não alterar a raiz estruturante da “questão social”, ou seja, a sociedade capitalista, sedimentada na propriedade privada, na apropriação privada da riqueza socialmente produzida e nas desigualdades étnico-raciais, de classe e de gênero/sexo.

No recente cenário de reorganização capitalista e adesão às prerrogativas neoliberais, o que se observa, com base nas ponderações de Mézáros (2009, p. 17), é uma crise estrutural do capital em sua lógica destrutiva, que assola o mundo financeiro e todas as dimensões da vida em sociedade, seja na esfera econômica, cultural, política ou social, agravando as manifestações da “questão social”. O autor exemplifica a crise bancária ocorrida nos anos 2008-2009 e que contou com a injeção de elevadas somas de dinheiro público com o propósito de uma “solução”, em prol de uma boa causa, ou seja, “salvar o sistema”.<sup>41</sup>

---

41. Isso também já havia sido assinalado por Chesnais (1996), pois o Estado continua fazendo suas intervenções nos momentos de crise e com o objetivo de garantir a regulação do capital. Segundo o autor, “Não se deve confundir o início de desmantelamento do Estado previdenciário, ou seja, das conquistas democráticas de tipo social em matéria de legislação trabalhista, saúde, assistência social e ensino público, com o desaparecimento, nos países da OCDE, da intervenção estatal no campo das relações econômicas internacionais e na sustentação à competitividade das companhias, mediante instrumentos de política industrial e sobretudo tecnológica” (Chesnais, 1996, p. 234).

Não obstante, “[...] os problemas não se esgotam de modo algum no perigoso estado do setor financeiro. [...] também os setores produtivos da indústria capitalista estão com sérios problemas” (Mészáros, 2009, p. 23).

O autor retrata que no auge da consolidação do capitalismo, produz-se uma crise alimentar mundial que atinge grandes contingentes da população do planeta, colocando em risco a continuidade da vida humana. Como consequência da crise estrutural do capital, aprofunda-se o desemprego, o pauperismo, a precarização e a miserabilidade da população em âmbito mundial, sendo ilusória uma solução pacífica e harmoniosa para os desdobramentos evidentes da “questão social” e também uma ilusão a saída pela via da política social que, no sentido oposto à universalização e com seu limitado alcance, se configura de forma focalizada, residual e compensatória. A grande preocupação, nessa lógica destrutiva do sistema, é o potencial de autodestruição da humanidade em decorrência dos interesses do capital. Para Mészáros (2009, p. 75), não há dúvidas de que o mundo atual está imerso em uma crise e, para sua superação, lança a necessidade de se reexaminar as condições objetivas das potencialidades históricas para avançar *para além do capital*, ou seja, buscar uma “nova forma histórica” a partir da “[...] direção de uma transformação sócio-histórica global, cujo objetivo não pode ser outro senão ir para além do capital em sua totalidade” (Mészáros, 2009, p. 78).

Essa crise estrutural do capital sem precedentes, que afeta a humanidade (Mészáros, 2007, p. 55), requer enfrentamentos coletivos e compromissos políticos diante do aprofundamento da “questão social”, que se expressa de várias formas, em um contexto de precarização objetiva e subjetiva da vida. Dentre as expressões da “questão social” agravadas nessa quadra histórica, estão: desemprego estrutural, informalidade, desproteção social e trabalhista, intensificação, polivalência, extensas jornadas de trabalho, terceirização, alta rotatividade no emprego, aviltamento salarial, assédio moral, ameaças e inseguranças no trabalho, acidentes de trabalho, adoecimento físico e mental diante da sobrecarga e pressão laboral,

fragilização das organizações e lutas coletivas da classe que vive e sobrevive do trabalho, analfabetismo, miserabilidade, violência urbana e rural, trabalho infantil, formas de trabalho escravo, racismo, homofobia, xenofobia, crise ecológica, desigualdade e discriminação no que tange às mulheres, negros, jovens e idosos, perpetuando a divisão sexual, racial e geracional do trabalho.

O que se revela na cena contemporânea é que a sociedade do capital, com uma postura desumanizadora e esfaceladora, “[...] não está mais em posição de conceder absolutamente nada ao trabalho, em contraste com as aquisições reformistas do passado” (Mészáros, 2007, p. 157).

Isso pode ser observado recentemente no cenário político brasileiro, que tem anunciado medidas que atingem a vida de toda a população do país que vive e sobrevive do trabalho, como é o caso das Medidas Provisórias (MPs) n. 664 e n. 665 e da tramitação do Projeto de Lei n. 4.330, de 2004, do deputado Sandro Mabel (GO), que trata da terceirização.

A aprovação e implementação das Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, como “pacotes” do ajuste fiscal do governo Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), anunciadas em 30 de dezembro de 2014, significa um pernicioso ataque aos direitos da classe trabalhadora brasileira, pois altera drasticamente o acesso da população aos direitos sociais e previdenciários. A MP 664 prevê a criação de novas regras para o acesso à pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e aposentadoria por invalidez. A MP 665 altera as regras para o acesso ao seguro-desemprego, o abono salarial e o seguro defeso para pescadores artesanais.<sup>42</sup>

---

42. A Medida Provisória (MP) 664 altera a Lei n. 8.213, de 1991, que dispõe dos Planos de Benefícios da Previdência Social; a Lei n. 10.876, de 2004, que cria a carreira de perícia médica da Previdência Social; a Lei n. 8.112, de 1990, que trata do Regime Jurídico dos servidores públicos da União e a Lei n. 10.666, de 2003, que trata da concessão de aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção. A Medida Provisória (MP) 665 altera as Leis n. 7.998, de 1990 e n. 8.900, de 1994, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial; e a Lei n. 10.779, de 2003, que trata da concessão do seguro-desemprego (do seguro-defeso), ao pescador profissional que exerce atividade pesqueira de forma artesanal.

O Projeto de Lei n. 4.330, conhecido como PL da terceirização, prevê a liberação do trabalho terceirizado para todas as atividades, ou seja, para atividades-meio e atividades-fim, em contraposição à Emenda n. 331 de 1993, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que estabelece limites para a terceirização, restringindo-a a determinadas modalidades de atividades. O PL 4.330 expressa a investida predatória capitalista na corrida desenfreada pela lucratividade expansiva em detrimento do esfacelamento dos direitos sociais conquistados historicamente, decorrentes das lutas sociais.<sup>43</sup>

A terceirização pode ser considerada o núcleo basal da precarização, pois significa desregulamentação das relações de trabalho, vínculos contratuais baseados na subcontratação e, por isso, frágeis e flexibilizados, que rebatem diretamente na desvalorização do trabalho vivo e na desproteção social e trabalhista. Nos últimos tempos, a terceirização vem adentrando todos os meandros e poros produtivos do mundo do trabalho, como é o caso das empresas privadas, do setor público, da indústria, do comércio e da agricultura. Diante de irregularidades e da difusão de diversas formas de trabalho terceirizado, ainda é difícil dimensionar estatisticamente a terceirização no Brasil para obter uma radiografia desse quadro no país.

Outra tendência que começa a ser adensada no mundo do trabalho é o processo de quarteirização, que ocorre quando uma empresa terceirizada ou um trabalhador terceirizado subcontrata outra empresa ou trabalhador para executar determinados serviços e atividades, o que contribui para intensificar a precarização por meio de vínculos de trabalho fragilizados e flexíveis. Assim, o que se verifica é que a terceirização e/ou a quarteirização contribuem para a acentuação de formas precárias de trabalho, contrapondo-se às concepções falaciosas que asseveram ser a terceirização a

---

43. Com 230 votos favoráveis e 203 contrários, no dia 22 de abril de 2015, a Câmara dos Deputados aprovou uma emenda do PL da terceirização que permite a terceirização também para as atividades-fim, o que representa um retrocesso e um forte ataque aos direitos trabalhistas da população brasileira. O projeto, em tramitação, seguiu para o senado e aguarda votação.

saída ou, quiçá, a única alternativa para a solução do desemprego. Essa idéia é absolutamente falsa, uma mistificação que serve aos interesses do capital, pois desconsidera um dos sustentáculos e pilares do capitalismo – o exército industrial de reserva, que cumpre uma funcionalidade no processo de produção e reprodução das relações capitalistas.

Outras situações, a partir das lutas históricas da classe trabalhadora, também são identificadas no cenário político brasileiro, como a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n. 66, também conhecida como “PEC das Domésticas”, sancionada em 2 de junho de 2015 pela presidenta Dilma Rousseff, que equipara os direitos de trabalhadoras e trabalhadores domésticas/os aos demais segmentos da classe trabalhadora formal do país e, também, a Proposta de Emenda Constitucional n. 81, denominada “PEC do Trabalho Escravo”, promulgada em 5 de junho de 2014.

Assim, é importante ressaltar os limites e desafios que se colocam para a classe trabalhadora brasileira, diante de uma sociedade capitalista, patriarcal e racista, tendo em vista que, no contexto da divisão sexual e racial do trabalho, são as mulheres negras trabalhadoras as mais atingidas por essa conjuntura desigual, exploradora e opressora.<sup>44</sup>

Esse cenário de barbárie social, ou seja, de um tempo histórico desumanizado, tendo em vista que ameaça a própria sobrevivência

---

44. Os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA em 2011, resultado de pesquisa de 2009, são reveladores no que se refere às históricas desigualdades sociais entrecortadas pelas relações de gênero/sexo e étnico-raciais. A taxa de desemprego da população brasileira correspondia, em 2009, a 5,3% para homens brancos, 6,6% para homens negros, 9,2% para mulheres brancas e 12,5% para mulheres negras. Do conjunto da classe trabalhadora, 43% de homens brancos possuíam vínculos empregatícios formalizados, com carteira assinada, enquanto que somente 25% das mulheres negras possuíam tal formalização. No que tange ao trabalho doméstico remunerado no Brasil, as mulheres representavam 17,1%, enquanto os homens eram apenas 1,0%. Do contingente de trabalhadoras domésticas, 12,6% eram mulheres brancas, enquanto as mulheres negras correspondiam a 21,8%. Das trabalhadoras domésticas com carteira assinada, 29,3% eram brancas e 24,6% eram negras.

da humanidade, revela para a classe trabalhadora a necessidade e capacidade de mobilização, organização e luta, objetivando aglutinar o sindicalismo, movimentos sociais, partidos de esquerda, dentre outros sujeitos políticos e coletivos em defesa da universalização dos direitos sociais e da proteção social da população. Para além disso, é preciso pensar, propor e potencializar alternativas genuínas de superação ao modelo societário vigente, tendo em vista a construção histórica de uma sociabilidade radicalmente livre, verdadeiramente emancipada e substantivamente igualitária.

## Capítulo 3 – A divisão sexual do trabalho no espaço da produção e da reprodução

*“Querer-se livre é também querer livres os outros”.*  
(Simone de Beauvoir)

Tendo em vista a configuração do mundo do trabalho na contemporaneidade, com seus respectivos desdobramentos e ressonâncias para a vida social, é fundamental situar no conjunto desse debate uma questão candente: as relações sociais de gênero/sexo.<sup>45</sup> O redimensionamento do mundo do trabalho no cenário atual repercute de forma desigual, com significados e alcances distintos entre homens e mulheres, considerando que “[...] o capitalismo submete todas as relações sociais às suas necessidades. Ele tem condições de cooptar e reforçar desigualdades e opressões que não criou e adaptá-las aos interesses da exploração de classe” (Wood, 2011, p. 221).

Assim, faz-se necessária a discussão das relações sociais de gênero/sexo e suas respectivas interconexões com o mundo do trabalho, a partir das múltiplas expressões da “questão social”, ou seja, é importante que se contextualize as relações de gênero/sexo no âmago do embate entre capital e trabalho, de forma a compreender a luta de classes e os interesses antagônicos a partir das condições materiais objetivas, já que muitas análises sobre gênero/sexo enfatizam aspectos meramente subjetivistas, culturalistas, simbólicos, do imaginário, das representações e das identidades, secundarizando ou até mesmo anulando o conjunto das relações sociais, as classes sociais e as contradições postas na ordem burguesa. O enfoque unilateral contribui para a fragmentação e pulverização dos sujeitos

---

45. As pesquisas feministas, em geral, fazem alusão ao conceito de gênero e/ou ao conceito de relações sociais de sexo. Considerando as perspectivas teóricas e conceituais sobre as relações sociais de gênero e as relações sociais de sexo, com suas consequências ideopolíticas e socioculturais, este estudo opta pela referência ao conceito de relações sociais de gênero/sexo.

coletivos e sociopolíticos, que não estão desvinculados da história e das relações sociais.

Analisar a realidade social, na perspectiva da totalidade, com base nas questões de gênero/sexo, prevê a compreensão de suas complexas e contraditórias relações, com a finalidade de desvendar a essência dos fenômenos e processos sociais, com suas múltiplas conexões e determinações. Isso significa que entender as relações sociais de gênero/sexo na sociabilidade capitalista contemporânea requer a ultrapassagem da aparência fenomênica, do imediato, do fato isolado *per se*, para desvelar a essência que perpassa tais relações. Por isso, não é possível compreender classe, gênero/sexo e raça/etnia como dimensões da vida social de forma isolada, mas inter-relacionadas, imbricadas no processo histórico, pois são dimensões dialeticamente articuladas que permeiam as relações sociais. Dessa forma, as relações sociais de gênero/sexo são compreendidas como constructos sociais, resultantes de um processo sócio-histórico, e, sendo assim, não podem ser concebidas como relações naturalizadas, mecânicas e espontâneas. Ou seja, as relações sociais de gênero/sexo não podem anular, secundarizar e tampouco dissolver as relações étnico-raciais e de classe, o que significa entender criticamente gênero/sexo numa perspectiva de totalidade, o que não significa generalizações abstratas, destituídas da realidade objetiva.

A formulação do conceito de gênero, objetivando a superação do determinismo biológico que cumpre uma função mecanicista e naturalizadora das relações sociais, emerge no cerne do movimento feminista na segunda metade do século XX enfatizando a dimensão histórica, social, ideopolítica e cultural das distintas relações construídas entre homens e mulheres na sociedade. Para Saffioti (2004), não é possível apreender gênero e sexo como processos dicotômicos, pois estão dialeticamente implicados numa relação de unidade na diversidade, que não significa uma forma determinista e mecânica, mas um constructo, baseado na inter-relação entre as dimensões socioculturais e biológicas.

A abordagem sobre gênero passa a ser apreendida a partir das relações sócio-históricas e culturais entre mulheres e homens e não

necessária e restritamente às mulheres. Na análise dessas relações é imprescindível reconhecer as persistentes desigualdades entre homens e mulheres que perpassam a história da humanidade, considerando que

[...] os estudos sobre relações de gênero remetem hierarquias, formas institucionais e mudanças nas práticas das sociedades e, nessa medida, estão questionando também as configurações de poder nas sociedades. (Souza-Lobo, 2011, p. 190)<sup>46</sup>

Historicamente, a própria literatura reforçava as relações de submissão e naturalização do sujeito feminino, como se observa na obra de Jules Michelet, *O amor*, de 1858, em que o escritor francês retrata a figura feminina como aquela que “[...] carrega o fardo de uma pesada fatalidade. Ela mostra suas feridas durante a menstruação, e as confirma nas dores do parto” (Gonçalves, 2006, p. 47).

Com isso, obras literárias escritas nos séculos passados por filósofos, cientistas e historiadores contribuíram, sumariamente, para assegurar na vida em sociedade a inferioridade da mulher em detrimento da superioridade masculina, tendo em vista que prevaleciam como explicação “verdadeira” da história da humanidade os preceitos teológicos, biologizantes, naturalizadores, androcêntricos e eurocêntricos.

Com a Escola dos Annales, movimento historiográfico francês fundado em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch com o intuito de superar as concepções positivistas na análise histórica da realidade, a história das mulheres ganha visibilidade e outra compreensão: as mulheres passam a ser reconhecidas como sujeito histórico. A Escola dos Annales edificou uma nova compreensão nos estudos da histó-

---

46. “Diferentemente do que, com frequência, se pensa, não foi uma mulher a formuladora do conceito de gênero. O primeiro estudioso a mencionar e a conceituar gênero foi Robert Stoller (1968). O conceito, todavia, não prosperou logo em seguida. Só a partir de 1975, com o famoso artigo de Gayle Rubin, mulher, frutificaram estudos de gênero, dando origem a uma ênfase pleonástica em seu caráter relacional e a uma nova postura adjetiva, ou seja, a perspectiva de gênero” (Saffioti, 2004, p. 107-108).

ria, ao buscar uma aproximação com as ciências sociais. A partir desse movimento, os estudos direcionam suas análises, de uma forma recorrente, para a presença feminina no mercado de trabalho, pois a força de trabalho das mulheres desde o início da industrialização foi imprescindível, juntamente com o trabalho infantil, para sustentar a lógica de acumulação do capital, em especial na indústria têxtil.

Assim, a introdução da perspectiva de gênero/sexo na análise das dimensões da vida social e, especificamente no mundo do trabalho, torna-se fundamental, pois muitos estudos tendem a homogeneizar, cristalizar, generalizar e universalizar a classe trabalhadora, enfatizando o trabalhador – homem, o que remete a uma desconsideração das desigualdades sócio-históricas relacionadas ao gênero/sexo.

Conforme assinalado por Collin (2009) existem dois sexos na vida social e o desaparecimento da dominação masculina, como referência universal, prevê a abertura de espaço para um mundo plural, enriquecido pelas contribuições das duas formas sexuadas, sendo que,

A libertação das mulheres não é somente a superação de uma injustiça, mas também a manifestação de uma dimensão de relação com o mundo, omitida até hoje. O que caracteriza o feminino nessa óptica é sua resistência ao uno, figurado pelo fálico, próprio ao masculino e que estrutura indevidamente o mundo dito comum. (Collin, 2009, p. 63)

Essa dominação masculina impinge também regras societárias sustentadas no “modelo” heteronormativo e no “modelo” monogâmico familiar baseado no núcleo pai, mãe e filho/a, naturalizando as relações sociais e estabelecendo o lugar do homem e da mulher na vida social, tanto na esfera produtiva, quanto reprodutiva.

Em uma sociedade classista, patriarcal e racista, as condições de trabalho e emprego, as formas de inserção em diversas atividades do processo produtivo, as posições e ocupações no espaço da produção, ocorrem de forma diferenciada a partir da consideração do sexo da classe trabalhadora, já que os atributos masculinos e

femininos são definidos *a priori* e naturalmente como sendo o espaço da produção destinado aos homens e o espaço da reprodução destinado às mulheres.

Partindo dessas considerações, estudos feministas franceses têm adotado discussões baseadas nas “relações sociais de sexo”, enquanto estudos americanos e ingleses utilizam, em sua maioria, o conceito de gênero. Essas perspectivas analíticas, tanto no que se refere à abordagem de gênero, quanto ao uso das relações sociais de sexo, mesmo não sendo sinônimas, rompem com a concepção organicista, binária, mecanicista e naturalizada que perpassa as relações entre homens e mulheres.<sup>47</sup>

Uma parcela significativa de pesquisadoras e militantes feministas francesas, como é o caso de Danièle Kergoat (2009), recorre à terminologia relações sociais de sexo compreendendo que o sexo é determinante nas relações sociais, o que implica ressonâncias políticas para a vida social, não sendo possível conceber sexo sem articulá-lo dialeticamente com as dimensões de classe e raça/etnia.

Nessa direção analítica, a recusa pelo conceito de gênero se dá pelo caráter polissêmico da palavra, que se expressa de forma genérica e difusa, podendo incorrer na ocultação e diluição dos sujeitos políticos, no caso, as mulheres. A principal preocupação na utilização do conceito de gênero é o risco de tipificações idealizadas e generalizadas e de desaparecimento e/ou pulverização do sujeito feminino, ou seja, a mulher, pois falar sobre gênero não necessariamente implica falar sobre mulheres, já que estudos sobre homens, gays, lésbicas, travestis e outros segmentos diversos também adotam a perspectiva de gênero. Da mesma forma não é possível abordar a mulher de forma uniformizada, pois existem outras dimensões circundantes da vida social. Por isso, a insistência da articulação entre classe, gênero/sexo e raça/etnia, já que preconceitos, opressões e

---

47. Dentre as contribuições feministas nos estudos de gênero e das relações sociais de sexo, cabe sublinhar as distintas filiações políticas e analíticas de autoras/es, o que traz repercussões e ressonâncias para os estudos e movimentos feministas tanto no Brasil quanto em outros países.

discriminações são diferentemente vivenciadas pelos sujeitos sociais de acordo com sua condição de classe, gênero/sexo e étnico-racial.

Estudos acadêmico-científicos que utilizam o conceito de gênero podem contribuir, mas não necessariamente, para um distanciamento dos sujeitos sociopolíticos, que muitas vezes não se reconhecem nas pesquisas em que estão envolvidos. Nessa mesma linha, defensores/as do termo “relações sociais de sexo” consideram que ao partir da análise sobre gênero, as hierarquias e desigualdades entre classes sociais, estruturantes da sociabilidade capitalista, podem se dissolver, o que ocorre em muitos estudos com abordagens focadas no viés culturalista, nas representações, nas identidades e no simbólico.

Assim, o que se observa é uma diversidade de vertentes e tendências presentes no movimento feminista acerca do debate sobre as relações sociais de gênero e de sexo, influenciadas pela tradição marxista, pelo estruturalismo, pela psicanálise, pela pós-modernidade, dentre outras matrizes teórico-metodológicas e políticas.

Seja adotando o conceito de gênero, seja adotando o conceito de relações sociais de sexo, o que se faz imprescindível é a rigorosidade analítica e o posicionamento político com criticidade, para não cair de forma acrítica e desistoricizada em supostas neutralidades, mistificações, reprodução de preconceitos, discriminações e segregações, pois o compromisso social da pesquisa é desvendar as múltiplas determinações que circundam o real a fim de pensar alternativas e estratégias de superação do *status quo*.

Em geral, os estudos sobre as relações sociais de gênero/sexo, desenvolvidos nas últimas décadas com base nas abordagens feministas, buscam compreender a dinâmica societária a partir das desigualdades estabelecidas entre os sexos e como tal prerrogativa contribui para reforçar hierarquias, privilégios, assimetrias e dominação nas relações entre homens e mulheres. Assim, tais abordagens sobre a questão de gênero/sexo saem do reduto mecanicista e ganha relevo no âmbito acadêmico-científico e político, em que o debate sobre gênero/sexo passa a ser apreendido como constructo social, histórico

e cultural no cerne de uma realidade contraditória e marcada por interesses antagônicos. De acordo com Neves (2000, p. 174),

As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto gênero masculino e feminino. Essas relações não implicam apenas diferenças, mas assimetrias, hierarquias que expressam relações de poder dispersas e se constituindo em redes nas diferentes esferas da sociedade.

Apesar da discussão acerca da questão de gênero/sexo ganhar fôlego e densidade no cenário de emergência do movimento feminista,<sup>48</sup> ou seja, a partir de uma dimensão político-organizativa, cabe dizer que gênero não é sinônimo de mulher, o que pode gerar análises equivocadas acerca do tema como substitutivo de mulher e até mesmo negar o gênero masculino. Na concepção de Saffioti (2004, p. 116),

---

48. “[...] o movimento feminista, com destaque para o norte-americano, nasceu sob o impulso da luta contra a escravidão de africanos e seus descendentes. [...] é praticamente impossível situar um marco preciso para o início do movimento feminista [...]” (Gonçalves, 2006, p. 16). Dentre as lutas feministas no Brasil, cabe mencionar o direito ao voto consagrado na Constituição de 1934, que foi palco das lutas das sufragistas em prol da igualdade. Porém, o Código Penal de 1940 criminalizou o aborto, o que refletiu um retrocesso no que tange à discussão da igualdade. Esses acontecimentos tiveram como cenário o regime de Getúlio Vargas. No período de Ditadura Militar, em especial nos anos 1970, as mobilizações das mulheres tornam-se mais intensas. Nos anos 1980 algumas questões ganham mais relevo no âmbito do movimento, como o aborto, a violência e a paridade política. Alves e Pitanguy (1983, p. 74) afirmam que “O feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de re-criação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas”. Alguns estudos sobre o tema indagam que poderia situar como a primeira manifestação feminista a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, redigida em 1791 pela escritora Olympe de Gouges, condenada à guilhotina em 1793. Gouges reivindicava a participação e representação das mulheres como cidadãs (Scavone, 2008).

[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade de não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes.

De acordo com as reflexões de Saffioti (2004, p. 44-45), as abordagens de gênero no campo acadêmico-científico se disseminaram significativamente nos anos 1990 no Brasil e se utiliza a terminologia gênero como forma de recusar o *essencialismo biológico* na análise das relações sociais entre os sexos. A autora sustenta que gênero não se resume a uma categoria analítica, mas também é uma perspectiva histórica e ontológica, pela vinculação com a construção das relações sociais entre homens e mulheres. A autora aborda a dicotomia existente entre sexo e gênero, sendo o sexo situado no plano da natureza e da biologia e o gênero no plano da cultura e da sociedade, como uma problemática. Para ela, tal dualismo deve ser rompido por entender sexo e gênero como unidade, pois “[...] não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (Saffioti, 2004, p. 108-109). Por isso, corre-se o risco de cair em um *essencialismo sociocultural* quando se nega, também, a estrutura biológica do indivíduo, ou seja, o corpo, pois o ser humano é resultante de uma totalidade que abarca tanto os elementos da natureza e da biologia, quanto da sociedade, cultura, economia, política e ideologia (Saffioti, 2004, p. 110).

Saffioti (1999, p. 157) também pondera que não se pode negar a contribuição de Simone de Beauvoir, precursora do conceito de gênero (mesmo sem fazer tal menção), em sua obra provocativa, polêmica e, muitas vezes criticada, *O Segundo Sexo*, que traz implicações até os dias atuais em termos de produção científica, discussões, debates e ações políticas.

Desse modo, o termo gênero emerge com o propósito de apreender a trama das relações sociais em que se encontram envolvi-

dos homens e mulheres. Em síntese, gênero engloba todos os seres humanos em relação social, que pode estar permeada por relações de poder, dominação, exploração, opressão e perpassada pela esfera pública ou privada, em tempos e espaços distintos. As relações de dominação, opressão, poder e exploração presumem subalternidade e obediência, ou seja, são construídas a partir de relações entre, no mínimo, dois indivíduos. No caso das relações de gênero/sexo envolve homens e mulheres.

A perspectiva de gênero/sexo também perpassa todas as dimensões da vida social, podendo ser representada, construída, questionada, apropriada ou reproduzida nos diversos espaços socioinstitucionais como escolas, igrejas, sindicatos, meios de comunicação de massa, movimentos sociais, partidos políticos, família, etc. Ou seja, gênero/sexo está presente no conjunto das relações sociais.

Com base na concepção de Kergoat (2009, p. 71), as relações sociais são permeadas de tensões permanentes, atreladas a interesses antagônicos entre homens e mulheres, no que se refere ao trabalho e suas divisões, o que remete à indissociabilidade entre relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. Para a autora, as relações sociais de sexo, compreendidas como constructo social baseado nas diferenças de atividades entre homens e mulheres, não podem ser reduzidas e concebidas como resultado causal, mecânico e biológico. Esse constructo está apoiado na realidade sócio-histórica e objetiva da divisão do trabalho e, nesse sentido, não se restringe a uma análise pura e simplesmente ideológica e de “mudança de mentalidade”. Essas relações, antagônicas e hierárquicas, estão sustentadas em relações de dominação, opressão e poder. Dessa forma, considera a perspectiva das relações sociais de sexo como possibilidade de ruptura com modelos universais e biologizantes.

A divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat (2009, p. 67), é uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, com respectivas alterações no decurso histórico, mas assegurando prioritariamente a inserção de homens na esfera produtiva, com ocupações de forte valor social agregado, e destinando

às mulheres as atividades na esfera reprodutiva, caracterizadas pela não remuneração e invisibilidade. Para a autora, a divisão sexual do trabalho se sustenta em dois pilares: *na separação* (destinando trabalhos específicos para homens e trabalhos específicos para mulheres) e *na hierarquização* (atribuindo valor, status e prestígio para o trabalho de homens, em detrimento da desvalorização do trabalho feminino), o que contribui para a sedimentação de relações sociais assentadas em uma desigualdade sexuada.

Ainda de acordo com Kergoat (2009, p. 68), a divisão sexual do trabalho não pode ser entendida como um fenômeno estanque, rígido e imutável, mas como um processo social, dialético, com variações no tempo e no espaço, com rupturas e continuidades.

Souza-Lobo (2011, p. 157), ao afirmar que a classe trabalhadora tem dois sexos e, por isso, não pode ser tratada de forma homogênea e universal, problematiza a divisão sexual do trabalho na cena capitalista contemporânea, considerando suas variáveis e natureza complexa. A autora argumenta que essa realidade exige uma apreensão articulada das relações de trabalho, das relações sociais, das práticas de trabalho, das práticas sociais, dos “guetos ocupacionais”, da dinâmica da força de trabalho feminina e dos mecanismos ideopolíticos que obstaculizam e mistificam as relações sociais de gênero/sexo.

Na medida em que as pesquisas feministas trouxeram uma contribuição à construção do gênero como relação social-histórica que implica relações de poder e que atravessa o tecido social, esse não pode ser um campo à parte do contexto das relações sociais. [...] a problemática das relações de gênero se constrói entre o gueto e a invisibilidade. (Souza-Lobo, 2011, p. 192)

Por isso, é necessária rigorosidade analítica, criticidade e mergulho profundo na realidade social de forma a capturar, na totalidade, as múltiplas determinações do real, pois a divisão sexual do trabalho, como constructo sócio-histórico, expressa as formas de

exploração, dominação e opressão no que se refere à posição hierarquizada, inferiorizada e subalternizada das mulheres no espaço produtivo e reprodutivo da vida social. No capitalismo, a divisão sexual do trabalho cumpre uma função socioeconômica e política para a reprodução do ciclo acumulativo e lucrativo do capital.

As relações sociais de gênero/sexo, construídas historicamente, estão fortemente presentes e enraizadas na organização social capitalista, e, por isso, compreender as relações de trabalho no capitalismo sob o primado de gênero/sexo, pressupõe considerar a relação entre produção e reprodução, e também implica considerar a produção social da existência humana como resultante da intervenção de homens e mulheres na natureza/sociedade, tendo em vista as marcas de uma sociedade patriarcal, classista, racista e sexista.<sup>49</sup> A análise sobre as relações sociais de gênero/sexo, não pode ocorrer sem a articulação com a dimensão de classe e de raça/etnia, embora seja importante reconhecer a centralidade da classe no processo de produção e reprodução das relações sociais.

Do ponto de vista crítico-dialético, não é possível entender a inserção feminina no mundo do trabalho partindo de uma concepção linear e estanque, como se as desigualdades entre homens e mulheres fossem inalteradas e insuperáveis. Pelo contrário, as relações assimétricas, hierárquicas e desiguais entre homens e mulheres

---

49. Cabe mencionar que o sexismo é a combinação do preconceito com o poder, ou seja, “[...] o portador de preconceito está, pois, investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata. [...] os preconceituosos – e este fenômeno não é individual, mas social – estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes permitindo uma integração subordinada, seja em certos grupos, seja na sociedade como um todo” (Saffioti, 2004, p. 123). Delphy (2009, p. 178) diz que os termos “sexismo” e “machismo”, denotam o nível das atitudes e das relações interindividuais, diferenciando-os do conceito de patriarcado e de relações sociais de gênero e sexo. Nesse circuito, também é importante mencionar a importância da linguagem e do discurso como instrumentos que contribuem na fundação, constituição e sustentação de preconceitos, mas que concomitantemente, podem servir como dispositivos transformadores dessa realidade.

construídas historicamente podem ser alteradas e superadas. Analisar as relações sociais de gênero/sexo na sociabilidade capitalista significa considerar as mudanças na estrutura produtiva em um contexto de precarização, que rebatem diretamente na vida da classe trabalhadora e as mudanças na dinâmica familiar, tendo em vista o crescimento das famílias chefiadas por mulheres nos últimos anos.

No contexto neoliberal, caracterizado pela desresponsabilização do Estado no que se refere às políticas públicas, em um quadro caracterizado pela regressão e ausência de direitos e serviços sociais no atendimento às necessidades humanas, as famílias passam a assumir o ônus da reprodução.

Baseado no que foi apresentado nos capítulos anteriores, o trabalho, base fundadora da sociabilidade humana, é caracterizado pela interferência humana na natureza de forma transformadora em que concomitantemente o próprio ser humano se autotransforma. Sendo assim, o trabalho prevê, com base na totalidade social, um processo de produção e reprodução. Isso significa a indissociabilidade entre produção e reprodução, em que a produção de bens, serviços e produtos pressupõe a produção e reprodução humana, da força de trabalho e da vida em sociedade. Dessa forma, tanto a produção, quanto a reprodução, mesmo que sejam processos diferenciados, são componentes da vida social que estão dialeticamente implicados.

Mas no capitalismo, o trabalho, em sua dimensão abstrata, se caracteriza pela atividade assalariada voltada para a produção de mercadorias, em que a classe trabalhadora inserida no circuito do valor atende às prerrogativas do capital no que se refere à extração de mais-valia. Nesse caso, a produção assume primazia em detrimento do espaço da reprodução, que não cria mercadoria e, por isso, não gera valor de troca.

O trabalho reprodutivo consiste em uma atividade não remunerada e não lucrativa, pois não gera diretamente mais-valia, embora produza valor de uso que posteriormente será apropriado pelo capital como valor de troca, ou seja, a força de trabalho. O espaço

da reprodução, destinado ao cuidado dos filhos, da família, da manutenção e reprodução da força de trabalho é caracterizado pela invisibilidade e assimilado de maneira naturalizada como atributo exclusivamente feminino.

A partir dessa compreensão, cabe desmistificar a ideia de que a atividade reprodutiva, doméstica e não remunerada não é trabalho, o que já tem sido pauta constante de denúncia do movimento feminista desde a segunda metade do século XX. O trabalho doméstico, no contexto da divisão sexual do trabalho, é uma forma histórica particular do trabalho reprodutivo e inseparável da dinâmica societária. Desse modo, é preciso desnaturalizar a concepção enraizada na sociabilidade de que o trabalho doméstico é uma atividade própria, obrigatória e exclusivamente feminina, contribuindo para justificar a posição subordinada das mulheres no mundo do trabalho e atender aos interesses do capital, já que,<sup>50</sup>

[...] no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma *construção social sexuada*, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, *diferentemente* qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa *divisão sexual do trabalho*. (Antunes, 1999, p. 109, grifos no original)

Nesse circuito, identifica-se uma imbricada relação entre produção e reprodução, constatando que o trabalho reprodutivo também contribui para o ciclo expansivo de acumulação e valorização do capital.

Assim, apreender as relações sociais de gênero/sexo na configuração contemporânea do mundo do trabalho significa situá-las no

---

50. “Definimos o trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (Fougeyrollas-Schwebel, 2009, p. 257).

cenário de crise estrutural do capitalismo mundializado, de corte neoliberal, que provoca ressonâncias para a vida social.

Para tanto, cabe uma incursão sócio-histórica sobre a inserção feminina no mundo do trabalho no capitalismo, constatando que são recorrentes as literaturas que consideram a incorporação do trabalho feminino de forma mais expressiva no findar do século XVIII e início do século XIX. As mulheres ocuparam espaços no mundo do trabalho e passaram a se submeter a extensas jornadas e condições de trabalho degradantes, tendo como principais ocupações o emprego agrícola, domiciliar e fabril, com destaque para o ramo têxtil, sobretudo na realização da atividade da costura.

No Brasil, no início do século XX, considerando a divisão sexual do trabalho, as mulheres ocupavam postos de trabalho nas indústrias, com destaque para setores como: fiação, tecelagem, calçado, vestuário e alimentação, com uma presença predominante nas atividades da costura, conforme observado nos estudos de Abreu (1986).

Adotar o trabalho feminino em alguns ramos industriais era conveniente e lucrativo para o capital, em decorrência dos ardis ideológicos que disseminavam a ideia de serem as mulheres mais dóceis, pacientes, menos reivindicativas, além da justificativa do pagamento de salários inferiores, tendo em vista que o rendimento das mulheres era considerado complementar ao orçamento familiar. Diante das necessidades produtivas e do impulso industrial brasileiro no início do século XX, o segmento feminino incorporou atividades fabris e urbanas, mas durante várias décadas,

[...] o campo de atuação da mulher fora do lar circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que as colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório. No caso da operária, mesmo num ramo onde sua participação era enorme, como o têxtil, as alternativas de ocupação para os homens eram maiores. Enquanto eles estavam presentes em quase todas as atividades ocupadas pelas mulheres, como a costura de sacos ou nas maçaro-

queiras, vários trabalhos eram interditados a elas, principalmente os cargos de chefia. (Rago, 1997, p. 65)

Nesse cenário, marcado pela incipiente industrialização e urbanização do país, emergem os movimentos operários e sindicais, que serão deliberadamente liderados por homens, mesmo em um contexto caracterizado por um expressivo percentual de mulheres e crianças nas indústrias. Tal movimento, gestado nos primeiros anos do século XX, defendia o retorno das mulheres ao lar, compreendendo que era competência feminina o zelo pela casa e pela dedicação à maternidade e cuidados com os filhos e marido. Com isso, a mobilização do movimento operário, na época, contribuiu significativamente para sustentar a divisão sexual do trabalho, pautada em assimetrias e hierarquizações. Tais episódios demarcaram a posição de homens e mulheres no mundo do trabalho e garantiram privilégios, status e ocupações diferenciadas na esfera produtiva. O resultado disso foi a desvalorização, desqualificação e inferiorização dos postos de trabalho ocupados por mulheres.

A ideia da mulher como força de trabalho secundária se estrutura, em primeiro lugar, em torno de uma concepção de família nuclear na qual o homem é o principal/único provedor e a mulher, a principal/exclusiva responsável pela esfera privada (cuidar da casa e da família). (Abramo, 2007, p. 28)

Com as transformações societárias em curso, as mulheres passaram a ocupar os espaços públicos e os principais fatores que contribuíram para a inserção feminina no mundo do trabalho foram o aumento do nível de escolaridade, gerando novas oportunidades empregatícias, a queda da fecundidade e o crescimento de famílias monoparentais femininas.<sup>51</sup>

---

51. “As cifras indicam que é a mulher a única encarregada da sobrevivência e do bem-estar da família em pelo menos 25% a 35% dos lares nos diferentes países latino-americanos” (Abramo, 2007, p. 39).

Conforme análise de Bruschini e Lombardi (2002, p. 171), mesmo com elevados níveis de escolarização, as mulheres ainda possuem remuneração diferenciada em relação aos homens e também prevalecem em determinados “guetos ocupacionais tradicionalmente femininos”, com destaque para a educação, à saúde, às artes e à área social. As autoras relatam que alguns setores econômicos têm gerado maiores oportunidades para as mulheres, como o de prestação de serviços, o agropecuário, o social, o comércio de mercadorias e o industrial, com destaque para o setor têxtil. Também constatam, nas últimas décadas, uma crescente elevação na escolaridade das mulheres brasileiras em relação aos homens, inclusive acessando carreiras universitárias como a medicina, arquitetura, direito e engenharia. De acordo com Bruschini e Lombardi (2007, p. 64), “[...] as mulheres têm maior probabilidade de atingir posições mais elevadas na carreira dentro da administração pública, em comparação com o setor privado”.

Do ponto de vista da disparidade salarial entre homens e mulheres, alguns fatores podem ser ressaltados, pois em relação às mulheres,

[...] o fato de terem ingressado no mercado formal de trabalho nas três últimas décadas – o que as colocou no olho do furacão da reestruturação produtiva do capital, alocando-as em relações de trabalho precarizadas –; de representarem 38% das chefias familiares; de almejarem melhorar a cesta e a receita familiar, garantir o estudo dos filhos e tomar a abertura social promovida pelos movimentos populares e pelas lutas feministas faz com que elas aceitem trabalhar por salários mais baixos. (Cruz, 2006, p. 317)

A inserção da mão de obra feminina no espaço da produção também acontece devido à pressão econômica e à geração de novas necessidades, que estimularam o consumo em um quadro de empobrecimento da classe trabalhadora, que passou a arcar com despesas como as políticas de educação e saúde, frente às investidas neoliberais que resultaram no sucateamento e insuficiência dos serviços sociais públicos.

Mesmo com a abertura econômica, no contexto do capitalismo mundializado e neoliberal, que provocou queda na produção e desemprego, as mulheres permaneceram no mundo do trabalho, porém, em um cenário marcado pelo estímulo à terceirização, subcontratações e informalidade, o que acentuou as formas precárias de trabalho. Nesse cenário adverso,

[...] as mulheres parecem estar se beneficiando mais do que os homens das novas oportunidades de emprego criadas. Tal constatação sugere, desde logo, um comentário: mais chances em meio a um quadro menos promissor, mais insustentável e mais desprotegido. (Lavinias, 2000, p. 139)

De acordo com Hirata (2002, p. 148), no findar do século XX, ocorre uma bipolarização no mundo do trabalho, tanto nos países europeus, quanto, por exemplo, no Brasil, envolvendo as mulheres. Para a autora, de um lado se observa profissionais altamente qualificadas que ingressam em postos de trabalho com salários relativamente bons, como as médicas, advogadas, professoras, engenheiras e arquitetas, que corresponde em média a 10% do contingente das trabalhadoras. No outro extremo, encontram-se trabalhadoras com “baixa qualificação”, menores rendimentos e ocupando posições na esfera produtiva sem reconhecimento, status e prestígio social. Portanto, formou-se um conjunto de trabalhadoras com perfis extremamente opostos: de um lado as executivas e intelectuais, de outro as subcontratadas, temporárias, terceirizadas, informais e sazonais que vivem e sobrevivem em condições precárias, degradantes e incertas no cerne das sucessivas transformações societárias. Esse quadro de desestruturação do trabalho, com consequências deletérias para a população em face da precarização do trabalho,

[...] vem se ampliando cada vez mais, na medida em que cresce consideravelmente a nova estrutura industrial de cadeias de subcontratação. As grandes e modernas empresas vêm adotando formas de trabalho informal e mal pago,

ressaltando-se o trabalho a domicílio realizado majoritariamente pelas mulheres, reproduzindo as desigualdades das relações de gênero. (Neves, 2000, p. 180)

O ingresso das mulheres no mundo do trabalho traz consigo as marcas da precarização, pois segundo os estudos de Bruschini e Lombardi (2007, p. 70), no Brasil, o trabalho doméstico, conhecido como um “nicho feminino precário por excelência” incorpora mais de 90% de mulheres, sendo que 59% dessas trabalhadoras são negras. Ou seja, persistem historicamente no país os traços de segregação, levando em conta que as desigualdades e assimetrias no mundo do trabalho são raciais, sexuais e classistas.

Com base na argumentação de Hirata (1998, p. 13), a difusão das inovações organizacionais, tecnológicas e científicas nos anos 1980 e 1990 no Brasil, ocorreu de forma desigual, afetando, principalmente, as grandes empresas e o contingente de trabalhadores qualificados do sexo masculino. As trabalhadoras continuaram sendo “incorporadas” pelas formas de organização do trabalho de matriz taylorista, submetidas a cadências e ritmos apregoados pela linha de montagem. Isso pode ser visualizado atualmente nas indústrias de calçados e da confecção/vestuário, onde persiste o controle do tempo, dos ritmos e da produtividade, sendo questionável atestar para o fim ou substituição dos modelos de produção de base taylorista/fordista. O que se observa, como assinalado anteriormente, é uma combinação entre os modelos produtivos de base taylorista, fordista e toyotista em diferentes ramificações produtivas.

No que se refere ao universo da cadeia produtiva da confecção/vestuário, o mercado de trabalho nesse setor é nitidamente sexuado, estruturado na divisão sexual do trabalho, pois a predominância feminina é notória e abrange todas as funções, desde a modelista até a costureira. Nesse ramo produtivo, o último elo da cadeia produtiva é a trabalhadora domiciliar que realiza suas atividades na própria residência e presta serviços às empresas que contratam diretamente seus serviços ou a empresas terceirizadas, tendo em vista os processos de quarteirização.

Essa modalidade de trabalho não é recente, pois com a Revolução Industrial no século XVIII, o trabalho domiciliar assume novas feições e passa a ser composto, majoritariamente, pelo trabalho feminino. O que caracteriza o trabalho domiciliar e o diferencia do trabalho doméstico é o seu caráter remunerado, que acontece no espaço da casa, diferente da atividade doméstica, realizada em sua maioria pelas mulheres ao cuidar das tarefas do lar, dos filhos e do marido sem haver remuneração. Sendo uma atividade executada no espaço residencial, o trabalho domiciliar ganha status de invisibilidade e clandestinidade. Abreu e Sorj (1993, p. 23) pontuam que o trabalho a domicílio “[...] sempre se apoiou no trabalho doméstico e na divisão sexual do trabalho tanto na esfera da produção como na da reprodução”.

Esse tipo de atividade também sempre serviu como sustentáculo da lógica expansiva de acumulação e valorização do capital, e mesmo sendo freado em alguns momentos do desenvolvimento da indústria, ele não desapareceu, estando sempre presente nos processos produtivos.

Conforme análise de Abreu (1986, p. 69), nos primeiros decênios do século XX, o trabalho a domicílio ficou restrito a determinados setores produtivos, mas ainda com presença predominante do contingente feminino. Dentre os setores que não aboliram o trabalho a domicílio ao longo do tempo, mas ao contrário, aumentaram consideravelmente a prática dessa atividade, destacam-se os ramos da confecção/vestuário e de calçados.

Esse quadro pode ser observado na realidade brasileira diante de alguns estudos realizados nas últimas décadas em que se constatam os acelerados processos de terceirização e quarteirização na produção do calçado, como acontece no Rio Grande do Sul, em especial no Vale dos Sinos, e na cidade de Franca, no interior do Estado de São Paulo.<sup>52</sup>

Tal realidade também se observa no complexo têxtil e de confecção/vestuário, como é o caso do município de Divinópolis, região

---

52. Para obter informações mais consistentes sobre o assunto, recomenda-se consultar a obra de Navarro (2006).

centro-oeste do Estado de Minas Gerais, a região de Campinas, no Estado de São Paulo, e outros Estados brasileiros como Goiás e Paraná, a partir de estudos realizados nestas regiões e localidades.<sup>53</sup>

As mulheres, trabalhadoras a domicílio, sob formas subcontratadas e informais de trabalho, ficam fragilizadas, submetidas a extensas jornadas de trabalho, isoladas no espaço doméstico, sem representação coletiva/sindical, produzindo de acordo com as necessidades da demanda do contratante, recebendo salários baixos que são estipulados por peça e sem amparo da legislação trabalhista.

Assim, o trabalho a domicílio torna-se o *locus* de “confinamento” das mulheres, em um ambiente marcado pela insegurança no trabalho, o desprestígio, o isolamento e a segregação ocupacional, que se expressa nas relações sociais de gênero/sexo. Isso resulta em dificuldades no que tange à mobilidade social das mulheres trabalhadoras e reforça as assimetrias ocupacionais e salariais entre o trabalho masculino e o trabalho feminino, pois a trabalhadora domiciliar, subcontratada e terceirizada, “[...] não se beneficia de nenhum direito: nem férias, nem bônus, nem aposentadoria, nem previdência social, nem direito de sindicalização” (Hirata, 2007, p. 103).

Nesse caso é possível inferir que o processo de *reestruturação e flexibilização do trabalho* ocorre de forma *sexuada*, garantindo aos homens ocupações e postos de maior qualificação, prestígio e melhores salários em detrimento da inserção feminina em atividades flexíveis, informais, terceirizadas e subcontratadas, marcadas por baixos salários e menores exigências de qualificação.

No quadro da era flexível,

As mulheres são as primeiras vítimas do paradoxo do crescimento do emprego feminino num contexto de crise: menores salários, maior instabilidade, condições de trabalho acumu-

---

53. Cabe destacar os estudos de Lima (2006) sobre a realidade da confecção em Goiás, a pesquisa de Araújo e Amorim (2002) na região de Campinas-SP, a análise de Lima (2009) na região de Cianorte no Estado do Paraná e também as contribuições de Neves e Pedrosa (2007) sobre Divinópolis-MG.

lando atividades domésticas e profissionais, maior desemprego, impactos previsíveis sobre a saúde. (Hirata, 1998, p. 19)

Outro dado a ser considerado é o desemprego, pois os dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no ano de 2013, revelam uma curva ascendente do desemprego no mundo, que atingiu 5,9% da população economicamente ativa. No que tange ao desemprego feminino, a OIT divulgou em 2007 uma taxa mundial de 6,4% entre as mulheres, enquanto o desemprego masculino no mesmo ano ficou em 5,7%. Em relação ao Brasil, o desemprego masculino no ano de 2007 foi de 6,2%, enquanto o feminino ficou em 10,1%, o que explicita um significativo contingente de mulheres atingidas pelo desemprego, em comparação aos homens, acirrando as disparidades de gênero/sexo no mundo do trabalho.<sup>54</sup>

Por isso, ao apreender as relações de gênero/sexo no atual estágio de transformações societárias, com destaque para o mundo do trabalho sob o ideário do complexo de reestruturação produtiva e do neoliberalismo, vale ressaltar que, no último quartel do século XX, é notória a expansão e incorporação da mão de obra feminina nos processos produtivos, ou seja, ocorreu um processo de *feminização no mundo do trabalho*, pois as mulheres passaram a ocupar postos de trabalho outrora destinados somente aos trabalhadores homens.

É importante considerar também nesse período que, além do ingresso significativo das mulheres no mundo do trabalho, ocorreu também a organização política e sindical desse segmento populacional, que passa a ter uma participação efetiva nas lutas coletivas, reivindicando igualdade no trabalho, seja em relação às ocupações, seja em relação aos salários e garantias sociais, além da denúncia e explicitação da divisão sexual do trabalho posta na sociabilidade capitalista.

Hirata (2002) indaga que a questão da divisão sexual do trabalho ganha evidência nos anos 1980 e aponta que:

---

54. Disponível em: <<http://www.oit.org.br>>. Acesso em: 6 jul. 2014.

A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. Essa divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder. (p. 280)

Dessa forma, questões pertinentes às mulheres, que até então estavam na esfera privada, no âmbito da reprodução, ganham visibilidade e passam a ser publicizadas. As mulheres ingressam no cenário brasileiro como sujeitos políticos reivindicando direitos e reconhecimento. Nesse conjunto de acontecimentos,

[...] a presença de mulheres na cena brasileira foi expressiva, denunciando as situações de desigualdade a que estavam submetidas e manifestando de várias maneiras a reivindicação de seus direitos. O ano de 1975 foi marco importante dessa mobilização ao ser escolhido como Ano Internacional da Mulher pela ONU. No Brasil, a luta pela valorização da identidade feminina denunciando as condições de subordinação das mulheres integra-se à luta pela redemocratização do país no final dos anos 70. (Neves, 2000, p. 173)

Mesmo com a inserção feminina no mundo do trabalho a partir da industrialização, as relações sociais entre homens e mulheres permaneceram desiguais e assimétricas, como foram historicamente construídas e legitimadas, com as marcas da cultura patriarcal de subordinação. Além da inserção feminina no mundo do trabalho no que tange à esfera da produção, as tarefas domésticas e familiares, ou seja, o espaço da reprodução continuou reservado às mulheres, o que se sustenta até os dias atuais e reforça o lugar naturalizado das mulheres no sistema social.

Se a persistência da responsabilidade das mulheres pelos cuidados com a casa e a família é um dos fatores determi-

nantes da posição secundária ocupada por elas no mercado de trabalho, a maternidade é, sem dúvida, o que mais interfere no trabalho feminino quando os filhos são pequenos. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos forem insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil. (Bruschini, 2000, p. 19)

Dessa forma, a segregação ocupacional se perpetua diante de uma sociedade patriarcal, racista e sexista que define as mulheres como força de trabalho de alto custo e complementar, tendo em vista a questão da maternidade e da reprodução. Tal preceito é verificado mesmo com as transformações na estrutura familiar nos últimos tempos, pois as atribuições femininas e masculinas no âmbito privado/doméstico, ou seja, na esfera da reprodução, permanecem como sendo os homens responsáveis pelo provimento das necessidades materiais dos componentes do lar e as mulheres sob a incumbência de zelar pelas tarefas de cuidado dos filhos e da casa. Mesmo que as mulheres tenham um trabalho na esfera pública (produtiva), ele é visto como complementação ao orçamento familiar.

Assim, se observa que essa configuração do mundo do trabalho na sociabilidade capitalista contemporânea, com seus reflexos nas relações sociais de gênero/sexo contribui para a perpetuação da divisão sexual do trabalho consubstanciada no padrão heteronormativo e no protótipo nuclear de família.

Com base na persistência do lugar e da posição desigual das mulheres nos espaços produtivo e reprodutivo, nota-se um processo de *precarização sexuada do trabalho*.

Essa *precarização sexuada do trabalho* se dá no espaço da produção e da reprodução, considerando as desigualdades ocupacionais e salariais no mundo produtivo entre homens e mulheres, como é o caso do setor da confecção/vestuário e também na distribuição desigual das atividades domésticas não remuneradas.

Tal *precarização sexuada* atinge objetiva e subjetivamente a vida da classe trabalhadora, sobretudo das mulheres. Por isso, é uma *precarização sexuada do trabalho e da vida*, uma *precarização objetiva e subjetiva*.

Hirata e Préteceille (2002) argumentam que há uma

[...] precarização econômica (das estruturas produtivas e salariais) e precarização da proteção social (transformação das legislações relativas aos direitos do trabalho, das empresas e das situações externas ao trabalho). (p. 55)

Em linhas gerais, os autores sustentam que, na atualidade, as mulheres são as mais atingidas nesse processo de precarização, pois ainda são “[...] mais vulneráveis e menos legitimadas que os homens no espaço profissional” (Hirata; Préteceille, 2002, p. 65-66).

Ao fazer alusão ao mundo do trabalho e às relações sociais de gênero/sexo como manifestações da “questão social”, também cabe sublinhar que no Brasil, as primeiras décadas do século XX, em especial as décadas de 1920 e 1930, são emblemáticas por apresentarem momentos marcantes na história do movimento operário do país, pois diante do acirramento da luta de classes, a “questão social” torna-se preocupação do Estado e do empresariado no sentido da manutenção da ordem vigente. Com isso, são formuladas as primeiras medidas de legislação trabalhista, considerando que até o respectivo marco histórico, a “questão social”, tratada como “caso de polícia”, era solucionada pela força e repressão policial.

Nesse período, sob uma mistificação ideopolítica de uma classe patronal “protetora” e “preocupada” com “seus” trabalhadores, um dos principais objetivos dos detentores dos meios de produção era o controle e a disciplina tanto da classe trabalhadora quanto de seus familiares. As medidas tomadas pelo patronato e pelo Estado oscilavam entre um caráter paternalista e, ao mesmo tempo, repressor, sendo que nessa fase, são tomadas

[...] algumas medidas de assistência social, postas em prática por alguns industriais: instalação de farmácias, seguro contra acidentes, assistência médica, habitações e uma escola para os filhos dos operários. [...] estas medidas de caráter assistencial relativas à saúde do trabalhador e às condições de trabalho eram ainda muito limitadas [...]. (Rago, 1997, p. 34)

Com isso, buscava-se transmitir uma imagem falseada e ilusória de uma classe patronal sensibilizada com “seus” trabalhadores e “seus” familiares ao garantir-lhes o acesso a certos direitos sociais.<sup>55</sup>

Na contemporaneidade, diante das agudas expressões da “questão social”, a luta de classes permanece viva e acirrada. A classe trabalhadora não é pacífica, inerte e alheia aos processos históricos. Pelo contrário, ela é constituída de sujeitos que se mobilizam e se organizam coletivamente, e encampam lutas sociais frente às situações apresentadas na cena política, exigindo direitos e reconhecimento social.

Como exemplos, partindo da perspectiva das relações sociais de gênero/sexo que permeiam as relações desiguais entre homens e mulheres, reconhecendo suas diferenças no que se refere à livre orientação e expressão sexual, raça/etnia e/ou geração, podem ser citados importantes movimentos sociais em defesa dos direitos humanos, como o movimento feminista, o movimento negro, o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, de trabalhadoras rurais como é o caso brasileiro da “Marcha das Margaridas”, dentre outros que lutam e clamam por visibilidade, reconhecimento, respeito, igualdade e liberdade.

Por isso, é preciso reconhecer a importância das lutas sociais, mesmo sendo lutas específicas de diferentes segmentos da população. As lutas específicas, muitas vezes localizadas e isoladas, preci-

---

55. É nesse contexto, na década de 1930, que surgem as primeiras escolas de Serviço Social. A profissão emerge para atender requisições advindas da “questão social”, a partir das pressões e reivindicações da classe trabalhadora, diante do acirramento da luta de classes, atuando com as políticas sociais implementadas pelo Estado Vargas (1930-1945).

sam estar articuladas, vinculadas e afinadas às lutas ampliadas da classe trabalhadora, tendo como horizonte a superação da ordem capitalista, patriarcal e racista. Nesse sentido,

[...] a luta das mulheres por sua emancipação é também [...] uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina. [...] a luta feminista emancipatória é pré-capitalista, encontra vigência sob o domínio do capital; será também pós-capitalista, pois o fim da sociedade de classes não significa direta e imediatamente o fim da opressão de gênero. [...] a emancipação da humanidade e a criação de uma “associação livre dos indivíduos” – é um empreendimento dos homens e mulheres que trabalham, da classe trabalhadora, a emancipação específica da mulher em relação à opressão masculina é decisiva e prioritariamente uma conquista feminina para a real e omnilateral emancipação do gênero humano. (Antunes, 1999, p. 110-111)

Isso significa que a luta feminista está implicada na luta anticapitalista e antirracista em defesa de uma sociabilidade sem exploração, dominação e opressão, pois a emancipação das mulheres é a emancipação dos homens e vice-versa, ou seja, a emancipação do gênero humano.

## PARTE II

# Capítulo 4 – Perspectiva ontológica e histórias de vida: uma tessitura investigativa

*“Não há estrada principal para a ciência, e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos”.*

(Karl Marx)

O desenvolvimento dessa pesquisa tem como fio condutor de análise, o mundo do trabalho na sociabilidade capitalista contemporânea, estruturada desigualmente por relações sociais de gênero/sexo e caucionada em formas de dominação, exploração, opressão e na divisão sexual do trabalho, o que significa considerar a realidade à luz do acirramento da “questão social”.

Investiga-se o mundo trabalho a partir das relações sociais de gênero/sexo, sob o prisma da “questão social”, em um *locus* específico, ou seja, na cadeia produtiva da confecção do município de Divinópolis, compreendendo que tal cenário se insere na dinâmica societária capitalista, o que significa que a análise aqui empreendida não se restringe a um fenômeno *per si*, mas parte do entendimento de que tal realidade se insere no conjunto da vida social com suas determinações estruturais, históricas, sociais, econômicas, ideopolíticas e culturais.

Para conhecer essa realidade, tendo em vista que o real só se revela imediatamente em sua aparência fenomênica, como um dos níveis desse real, torna-se necessário a realização de um *detour* (Kosik, 2010), de forma a conhecer essa realidade com suas estruturas, dinâmicas, contradições, conexões, movimentos internos e complexidades. Com base nesse entendimento, a essência só pode ser compreendida a partir da aparência fenomênica e imediata dada na

realidade, visto que a realidade expressa a unidade entre aparência e essência, apesar de não haver coincidência direta entre aparência e essência. Sendo assim, de acordo com Kosik (2010, p. 27), “[...] tal *detour* é o único caminho acessível ao homem para chegar à verdade [...]”, já que a essência nunca se revela e se manifesta no plano imediato, o que pressupõe a necessidade das ciências e da filosofia, para desvelar e ultrapassar o aparente.

Desse modo, essa investigação, pretendendo tal *detour*, pressupõe uma análise baseada em uma perspectiva de totalidade, não concebida como soma funcional de partes integradas, mas que permita compreender a dinâmica contraditória do real, tendo em vista que “[...] significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (Lowy, 2010, p. 16). Para Marx (2009), toda sociedade constitui uma totalidade e, de acordo com Lukács (2003, p. 107), a perspectiva de totalidade é o que distingue o marxismo da ciência burguesa, sendo que a totalidade determina tanto o objeto quanto o sujeito do conhecimento, visto que sujeito e objeto estão relacionados e implicados.

Na acepção de Lukács (2003), a ciência burguesa analisa os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva individual, o que obs-trui e anula qualquer totalidade, tendo em vista que o máximo que pode alcançar é uma compreensão parcial, unilateral, desconexa e fragmentada do real. Por isso, “a totalidade só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade; e se o sujeito deseja compreender a si mesmo, ele tem de pensar o objeto como totalidade” (Lukács, 2003, p. 107).

Lukács, baseado em uma dialética viva, coerente e concreta, ou seja, uma dialética como atributo da realidade e não do pensamento, compreende a totalidade social como totalidade concreta e “complexo constituído de outros complexos”. A concepção lukacsiana de totalidade rejeita resolutamente concepções sobre a totalidade baseadas em ideias fragmentadas e mistificadas de totalidade

como imediatividade, isenta de mediações e interconexões complexas (Mészáros, 2013, p. 58).

Com base na concepção dialética materialista, a totalidade, como um todo de relações concretamente articuladas, moventes e recíprocas, consiste num processo em que as partes estão intrinsecamente em conexão e interação entre si e o todo. O todo não está acima das partes, nem tampouco abstraído e subtraído em relação às partes. O todo cria a si mesmo a partir de uma profunda vinculação com as partes.

Para Frigotto (2006, p. 75), a dialética, para ser materialista-histórica, enquanto uma postura, concepção de mundo e método de apreensão radical da realidade, ou seja, que vai à raiz, precisa dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular.

A partir disso, observa-se a necessidade de uma incursão *pari passu* acerca do método e dos procedimentos metodológicos de pesquisa, considerando os vetores que perpassam o ato investigativo de escavação e desvendamento do real. Por isso, cabe nesse capítulo uma sucinta e necessária digressão, de forma a contextualizar o percurso investigativo e expositivo para se alcançar os objetivos propostos, tendo como premissa a inexistente neutralidade científica.

Ao apresentar as escolhas teórico-metodológicas traçadas, orientadas e direcionadas teleologicamente no processo de tessitura do conhecimento, seja pelo método, seja pelos procedimentos metodológicos, como momentos constitutivos e constituintes da pesquisa, ou seja, unidade na diversidade, é importante relacionar e, ao mesmo tempo, distinguir método, enquanto constructo teórico sobre o real e os procedimentos metodológicos, para não se incorrer em equívocos, imprecisões, deformações e distorções. Também é importante dizer que a intenção é apresentar, de forma sumária, acepções preliminares sobre o assunto, visto que discutir método é adentrar num terreno polêmico, muitas vezes movediço, permeado de dissensos e controvérsias nas ciências como um todo. Ainda como ressalva, cabe dizer que método e procedimentos metodológicos na pesquisa fornecem indicativos, subsídios e direcionamento

para apreensão da dinâmica social, não podendo ser considerados receituários, guias e protótipos rígidos de “aplicação” na realidade.

O método, ancorado em uma perspectiva ontológica, histórica e dialética, pode ser compreendido como a capacidade humana de apreensão do movimento contraditório da realidade social sob a perspectiva da totalidade (estruturada, articulada e dinâmica), com base em análises concretas de situações concretas e diz respeito à posição do sujeito-pesquisador frente ao objeto investigado, analisado e saturado nas suas múltiplas determinações.

Ao discorrer sobre a questão do método, com base numa perspectiva ontológica, é importante dizer que o ponto de partida da ontologia marxiana do ser social é o significado teleológico do trabalho. Ou seja, trabalho entendido como uma atividade projetiva, orientada a um fim. A fundação de uma ontologia materialista, de base marxiana, compreende em si a historicidade, a processualidade, a concretude e a contraditoriedade dialética (Lukács, 2012, p. 289).<sup>56</sup>

Assim, tendo como referência de análise a sociabilidade burguesa, Marx (2011c) afirma que,

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida [...]. (p. 54)

Ou seja, o fundamento delineador de um método essencial e radicalmente crítico, respaldado na ontologia marxiana, é aquele que parte das bases do movimento real, dos indivíduos reais, das condições materiais de existência, permitindo a elevação do abstrato ao concreto, da aparência à essência, do singular ao universal e assim vice-versa e sucessivamente.

Nesse processo, a teoria não pode ser concebida como reflexo mecânico do real, mas como “a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto” (Netto, 2011, p. 25), ou seja,

---

56. O método também pode ser abordado a partir de outras vertentes do pensamento, como o positivismo, funcionalismo, fenomenologia, estruturalismo, etc.

a teoria se revela como o “concreto pensado”, que aparece como processo de síntese, como resultado. Isso significa que a realidade “[...] deve compelir a si mesma em direção ao pensamento” (Marx, 2010a, p. 152) e ser apreendida em seu modo de ser, em suas determinações existenciais e não como uma mera abstração especulativa, resultante do intelecto do pesquisador.

Na concepção ontológica marxiana, o processo de abstração consiste na reprodução ideal do concreto, ou seja, do objeto real, por meio do pensamento. A abstração é a captura cognitiva do mundo real e sua reprodução no plano conceitual, tendo em vista que o cérebro pensante se apropria do mundo. Com base em Marx (2011c), trata-se de uma abstração ontológica, que exprime uma forma complexa de ser e determinações interconexas da existência. Em suma, a abstração é a dissecação e decomposição do objeto real, saturado de seus múltiplos e complexos determinantes, no plano da razão.

Contrariamente ao pensamento hegeliano, que concebe o pensamento/consciência como determinante da existência do ser social, na ontologia marxiana, o ideal, ou seja, o pensamento/consciência, não é nada mais do que o material transposto e traduzido na cabeça do ser social. Portanto, de forma antitética, na acepção marxiana, é o ser social, concreto e real, que determina a consciência, pois “[...] o ser não objetivo é um ser não efetivo, não sensível, apenas pensado, isto é, apenas imaginado, um ser da abstração” (Marx, 2010b, p. 128).<sup>57</sup>

---

57. De uma forma falseada, acrítica, especulativa e mística, Hegel, partindo da consciência/espírito absoluto como determinante e causa primeira, entende a ideia/substância abstrata como sujeito, enquanto que “[...] o sujeito real aparece apenas como o último predicado do predicado abstrato. [...] O momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica” (Marx, 2010a, p. 39). Ou seja, para Hegel, “o sujeito é a coisa e o predicado é o homem” (Marx, 2010a, p. 122). Além do mais, “Hegel separa conteúdo e forma, *ser em si* e *ser para si* [...]”. A separação do *em si* e do *para si*, da substância e do sujeito, é misticismo abstrato” (Marx, 2010a, p. 80, grifos no original). Para Hegel, o ser humano é o ser abstrato pensante (Marx, 2010b, p. 132).

Partindo da concretude do real como pressuposto da análise, o método consiste na capacidade humana de ultrapassar, por meio da razão/intelecção, o nível dos fatos imediatos e das formas fenomênicas fechadas em si, captando a realidade de forma aproximada e sucessiva em suas conexões, determinações e nexos constitutivos. Ou seja, o processo investigativo que recorre à ontologia histórico-dialética, recusa o empirismo ingênuo enquanto fato dado, imediato, acrítico, divinizado, fetichizado e desprovido de mediações.

Nesse horizonte ontológico,

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. [...] a relação sujeito/objeto no processo de conhecimento teórico [...] é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. (Netto, 2011, p. 22-23)

De acordo com Chasin (2009, p. 91), esse sujeito é o ser social, histórico, ativo, vivo e objetivo, enquanto que o objeto é a atividade prática, histórica e humano-sensível. Por isso, sujeito e objeto estão intimamente vinculados.

Com isso, o ser social não pode ser compreendido de forma simplista, naturalizada e vulgarizada, pois a existência do ser social pressupõe o ser da natureza orgânica e o ser da natureza inorgânica, e “as formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais” (Lukács, 2012, p. 287). Tal processo de passagem de um ser meramente natural para um ser social, compreendido por Lukács (2012) como salto ontológico, é dialético e vinculado ao ato teleológico do trabalho.

Assim, o método, apreendido como a forma teórica de analisar a realidade em sua processualidade e intermitência, possui direção teórica, ética e ideopolítica, coexistindo com os procedimentos me-

todológicos, pois estão intrinsecamente vinculados e equacionados. Essa concepção de método, orientada pelo materialismo histórico e dialético, recusa qualquer injunção determinista, linear, especulativa, metafísica e evolucionista da realidade. Pensar o método no constructo investigativo é partir da realidade concreta, pois,

[...] é na vida real que começa [...] a ciência real [...], a análise da atividade prática, do processo, do desenvolvimento prático dos homens. [...] abstrações [...] desvinculadas da história real, não têm [...] nenhum valor. (Marx; Engels, 1998, p. 20-21)

Nessa acepção, é identificada a prioridade ontológica, ou seja, o ser social como centralidade do materialismo histórico e dialético, sendo seu momento predominante. Por isso, “[...] o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência” (Lukács, 2012, p. 307).<sup>58</sup>

Ao reconhecer sua natureza dinâmica, o método, enquanto abordagem teórica, não pode ser concebido como um conjunto estanque e fixo de regras, fórmulas e normas “aplicáveis” na realidade, pois, inclusive, do ponto de vista dialético, “[...] não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. [...] Tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história” (Lowy, 2010, p. 14).

A rigorosidade do método, apreendido em sua dinamicidade e historicidade, está na negação e descontentamento com a superficialidade e aparência fenomênica dos fatos e processos, até porque, de acordo com Kosik (2010, p. 15), “o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo

---

58. Marx atribui a função de momento predominante ao modo de produção “[...] entendido no sentido mais amplo possível – no sentido ontológico –, como produção e reprodução da vida humana, que até mesmo em seus estágios extremamente primitivos (o pastoreio dos mongóis) vai muito além de mera conservação biológica, não podendo portanto deixar de ter um acentuado caráter econômico-social” (Lukács, 2012, p. 336).

tempo, a esconde”.<sup>59</sup> Por isso, o rigor do método está na apreensão da essência, de forma a apanhar a totalidade com suas múltiplas determinações. Isso significa fidelidade do sujeito-pesquisador ao real, fundamentada no pensamento vivo e no caráter inacabado da história e do conhecimento.

No que se refere à metodologia, pode-se concebê-la como uma orientação da atividade cognitiva no desvendamento do real, que se empenha em “[...] capturar o ente enquanto ente, [...], sem contaminar a coisa com exterioridades de qualquer origem ou natureza, incluídas as do próprio pensamento” (Chasin, 2009, p. 247). A metodologia diz respeito ao conjunto de procedimentos, técnicas, meios e instrumentos utilizados nas sucessivas escavações do objeto, à luz de um método de análise, o que também implica direção baseada em uma finalidade. Sendo a pesquisa um artefato humano e, por isso, caracterizada por uma natureza teleológica, ou seja, projetiva e orientada a um fim, observa-se que tanto no método, quanto nos procedimentos metodológicos, não há neutralidade, pois a escolha do método, dos instrumentos e técnicas de pesquisa prevê uma intencionalidade e um objetivo previamente traçado. No percurso metodológico,

[...] os instrumentos e também as técnicas de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc. Esses instrumentos e técnicas são meios de que se vale o pesquisador para “apoderar-se da matéria”, mas não devem ser identificados com o método: instrumentos e técnicas similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes. (Netto, 2011, p. 25-26)<sup>60</sup>

---

59. Para Kosik (2010, p. 15), o mundo da pseudoconcreticidade corresponde à atmosfera comum da vida cotidiana, caracterizada pelo imediatismo, senso comum e naturalização, em que se prevalece uma práxis utilitária e fetichizada, distinta de uma práxis histórica, crítica e revolucionária.

60. Netto (2011, p. 26) argumenta que, em sua trajetória intelectual e política, Karl Marx, ao analisar a gênese, estrutura, desenvolvimento e dinâmica da sociedade capitalista, recorreu ao uso de variadas técnicas e instrumentos de pesquisa, como fonte bibliográfica, documental, observação sistemática e participante, entrevistas, informações estatísticas, dados quantitativos, dentre outros.

Desse modo, tendo como premissa a concepção de movimento histórico da realidade social em sua infinitude, a escolha do objeto, de um método e dos procedimentos metodológicos não pode ser apreendida como uma atitude neutra, aleatória, acidental e desistoricizada do pesquisador. Sendo uma escolha eminentemente humana, está direcionada, orientada e organicamente vinculada a uma concepção de mundo, de classe e de relações sociais. Nessa perspectiva,

As visões do mundo das classes sociais condicionam, pois, não somente a última etapa da pesquisa científica social, a interpretação dos fatos, a formulação das teorias, mas a escolha mesma do objeto de estudo, a definição do que é essencial e do que é acessório, as questões que colocamos à realidade, numa palavra, a *problemática* da pesquisa. (Löwy, 1978, p. 15, grifo no original)

Como aporte metodológico para o desenvolvimento da respectiva pesquisa, recorreu-se à história oral, em sua modalidade história de vida,<sup>61</sup> para analisar, de forma aproximativa, as condições de vida, trabalho, cotidiano e estratégias de sobrevivência das trabalhadoras da cadeia produtiva da confecção, considerando a morfologia contemporânea do mundo do trabalho e seus rebati-

---

61. Em sua obra, Meihy (2002) apresenta três modalidades da história oral: a história oral de vida, a história oral temática e a tradição oral. A história oral de vida enfatiza trajetórias de vida dos indivíduos sociais, objetivando identificar processos individuais, coletivos, cotidianos, situacionais e sociais, tendo como referência a sociedade com suas condições estruturais, conjunturais, produtivas e objetivas. Portanto, as narrativas não podem ser apreendidas e analisadas de forma rarefeita, como um dado *per se*, pois as histórias narradas expressam conteúdo ideológico, político e cultural de um processo sócio-histórico. A história oral temática se dá com pesquisas direcionadas a um tema específico que circunda toda a análise. Já a tradição oral é uma opção nas pesquisas em que há ínfimos dados e informações sobre o assunto abordado ou até mesmo nenhum vestígio de documentos, registros e de fontes, como é o caso de estudos envolvendo comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, etc.

mentos na vida social, nas relações sociais de gênero/sexo, especialmente na divisão sexual do trabalho, em face da exponenciação da “questão social”.<sup>62</sup>

O recurso metodológico da história oral de vida é entendido como um dos caminhos possíveis para a análise crítica e interpretativa da realidade social, que se alicerça na busca de qualidade e profundidade investigativa com indivíduos sociais envolvidos no processo de construção do conhecimento. Isso significa que a história oral, compreendida como metodologia interdisciplinar de pesquisa “[...] não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento” (Alberti, 2005, p. 29). A história oral *per se* não recusa nem substitui a pesquisa acadêmica com seu rigor científico e tampouco a documentação oficial existente. Pelo contrário, contribui e fornece subsídios qualitativos para a produção de conhecimento por meio das fontes orais, atribuindo centralidade às narrativas dos indivíduos sociais.

A contribuição da história oral advém também da necessidade de busca por informações não registradas na documentação escrita e oficial. Por isso, vale recordar que nem sempre tal metodologia teve aceitação no espaço acadêmico-científico, pois apenas assumiu destaque nas últimas décadas, uma vez que até a primeira metade do século XX a produção acadêmica e científica, de matriz predominantemente funcional-positivista, se respaldava em documentos escritos, dados quantitativos e experimentos comprovados e mensurados, pois a fonte oral não possuía critério de validade e de confiabilidade. Nesse ínterim, a narrativa oral, por sua característica social e qualitativa, era rejeitada como produto do conhecimento científico vigente e representava falibilidade aos critérios objetivos e racionais.

A partir da segunda metade do século XX, ocorreu uma mudança de concepção e postura na construção e produção do co-

---

62. De acordo com Frigotto (2006), ao se buscar a raiz dos problemas sociais, a fim de desvendá-los com suas leis imanentes, é imprescindível partir do entendimento de que “não só o recorte ou a problemática específica a ser investigada necessita ser apreendida com a totalidade de que faz parte, como é importante ter presente a que sujeitos históricos reais a pesquisa se refere” (p. 87).

nhecimento, reconhecendo a importância das condições objetivas e subjetivas como dimensões da sociabilidade humana e objeto das Ciências Humanas e Sociais.

A partir desse movimento, as pesquisas de cunho qualitativo passam a ser reconhecidas e adensadas na produção do conhecimento. A história oral ganha terreno e reconhecimento nas Ciências Humanas e Sociais como uma das formas de conhecer e analisar a realidade social, sendo gradativamente incorporada por diversas áreas do conhecimento, com o intuito de decifração da realidade social e busca de respostas sucessivamente aproximadas às diversas questões que permeiam a vida social, por meio das narrativas orais. Dentre as áreas com significativa recorrência na apropriação da história oral, destacam-se a História, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, a Linguística, a Comunicação e, de forma incipiente, o Serviço Social.

Com base no elucidado, é importante dizer que a história oral consiste em um procedimento investigativo caracterizado pelo registro de narrativas, baseadas em experiências individuais e coletivas de indivíduos sociais que estão historicamente situados na realidade social e, por isso, imprimem suas percepções e visão de mundo ao contexto que os circundam, a partir, sobretudo, de sua posição e condição de classe.<sup>63</sup>

Para Lowy (2010, p. 15), as visões sociais de mundo são produtos sociais e, por isso, precisam ser analisadas com base em algumas premissas fundamentais, como a historicidade, a contraditoriedade, a transitoriedade e a transformação histórica. Ao esboçar reflexões

---

63. Ao partir do entendimento de classe como relação, processo e força motriz do movimento histórico, Wood (2011), analisando as contribuições do historiador britânico Edward Thompson, especialmente na obra *A formação da classe operária inglesa*, pontua que, “O conceito de ‘experiência’, portanto, informa que as ‘estruturas objetivas’ geram efeitos sobre a vida das pessoas; é por isso que, por exemplo, temos classes e não apenas relações de produção. É tarefa [...] explorar o que essas ‘estruturas’ fazem à vida das pessoas, como o fazem e como as pessoas reagem [...] como as pressões determinantes dos processos estruturados são sentidas e manipuladas pelas pessoas” (p. 90).

da obra *Ideologia e Utopia* do sociólogo historicista Karl Mannheim, apresenta o termo “visão social de mundo” e pondera que,

Visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. As visões sociais de mundo poderiam ser de dois tipos: visões ideológicas, quando servissem para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo; visões sociais utópicas, quando tivessem uma função crítica, negativa, subversiva, quando apostassem para uma realidade ainda não existente. (Lowy, 2010, p. 13)

Diante disso, a história oral, como uma alternativa metodológica na produção de conhecimento, está permeada de dimensão teórica, política, ética, técnica e também social, pois os sujeitos que participam do processo de conhecimento são históricos, coletivos, políticos e estão inseridos no movimento da sociedade.<sup>64</sup>

Nesse caso,

[...] é preciso evitar fixar [...] a “sociedade” como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por mais que

---

64. “A moderna história oral nasceu em 1948, na Universidade de Colúmbia, em Nova York. Allan Nevins, então, organizou um arquivo e oficializou o termo, que passou a ser indicativo de uma nova postura em face da formulação e da difusão das entrevistas. Isso se deu quando se combinaram os avanços tecnológicos com a necessidade de se propor formas de captação de experiências como as vividas então, tanto por combatentes como por familiares e vítimas dos conflitos da Segunda Guerra Mundial” (Meihy, 2002, p. 89).

também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais universal da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou universal. (Marx, 2010b, p. 107)

A partir desse enunciado, identifica-se um nexo indissolúvel entre indivíduo e sociedade, o que implica relação da parte com o todo. Qualquer tentativa de considerar o indivíduo como ente autônomo e isolado da sociedade é uma mera fantasmagoria, pois quanto mais desenvolvida e complexificada a sociedade, mais os indivíduos se afastam das suas barreiras naturais. Por isso também a histórica e imanente relação entre sujeito e objeto, em que,

[...] o ser humano, na medida em que é ser humano e não somente um ser vivo puramente biológico, fato que jamais acontece na realidade, não pode ser, em última análise, separado de sua totalidade social concreta, do mesmo modo como, ainda que a partir de outras bases ontológicas e portanto de modo diverso, o órgão não pode ser descartado da totalidade biológica. (Lukács, 2012, p. 346)

Nessa ótica, observa-se que o indivíduo social não é isolado e, por isso, precisa ser compreendido em sua singularidade e genericidade, como membro de uma sociedade e de uma classe social em que compartilha experiências sociais, credences, valores, ideologias, projetos, dentre outras aspirações e anseios, pois

O ser humano tem múltiplas raízes: familiares, étnicas, regionais, nacionais, religiosas, partidárias, ideológicas, culturais. Sua vida é uma totalidade, na qual processos diversificados conformam a dinâmica do viver. (Delgado, 2006, p. 51)

Sendo assim, todo ser humano é singular, individual-particular e, ao mesmo tempo, ente humano-genérico.

[...] o ente singular humano sempre atua segundo seus instintos e necessidades, socialmente formados, mas referidos ao seu Eu, e, a partir dessa perspectiva, percebe, interroga e dá respostas à realidade; mas, ao mesmo tempo, atua como membro do gênero humano e seus sentimentos e necessidades possuem caráter humano-genérico. (Heller, 2008, p. 108)

Após a década de 1980, os estudos qualitativos, relacionados ao conhecimento das formas de sociabilidade, ao modo de vida e ao cotidiano dos indivíduos sociais, ganham evidência com a introdução de discussões sobre memória social e coletiva, identidade e subjetividade. As narrativas e fontes orais passam a ser reconhecidas como contributos para o conhecimento da realidade, a partir de experiências individuais e/ou coletivas que refletem uma concepção de mundo, classe e sociedade.

Isso não significa a elisão da objetividade, ou a primazia da esfera subjetiva em detrimento da secundarização das condições objetivas, mas sim o entendimento de que a objetividade, ontologicamente compreendida como propriedade primária e originária do ser, e a subjetividade são partes constitutivas da vida dos indivíduos sociais. De acordo com Chasin (2009, p. 98), objetividade e subjetividade são distintas, mas não necessariamente antitéticas. Nesse sentido, há um “[...] indissociável imbricamento entre subjetivo e objetivo, entre atores sociais e investigadores, entre fatos e significados, entre estruturas e representações” (Minayo, 2010, p. 60).

Yazbek (2006) considera que

A subjetividade é tanto mais plena e rica quanto mais incorpora e compartilha objetivações constituídas pela humanidade, na medida em que o processo de subjetivação resulta das relações contraditórias entre o ser singular e o ser genérico. (p. 72)

Nessa perspectiva, a autora aponta para a necessária unidade entre objetividade e subjetividade na compreensão da vida dos indivíduos sociais (p. 169).

Com isso, objetividade e subjetividade não são dimensões dualisticamente separadas, mas em relação, e, desse modo,

[...] objetividade e subjetividade *humanas* são produtos da autoconstrutividade do homem, a partir e pela *superação* de sua naturalidade. O homem e o seu mundo são produções de seu gênero – a interatividade universal e mutante dos indivíduos em processualidade infinita, que tem por protoforma o *trabalho*, a atividade especificamente humana, porque consciente e voltada a um fim. (Chasin, 2009, p. 92, grifos no original)<sup>65</sup>

Ao se reportar às narrativas de indivíduos sociais como aportes para a compreensão da realidade, é relevante evidenciar, com base na perspectiva marxiana de prioridade ontológica, que “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (Marx; Engels, 1998, p. 20). Além disso, os indivíduos sociais não são isolados e entes imaginários, mas históricos e inseridos em relações sociais, em determinadas condições objetivas e produtivas.

O homem – por mais que seja, [...], por isso, um indivíduo particular, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-individual – é, do mesmo modo, tanto a totalidade, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, assim como ele também é na efetividade, tanto como in-

---

65. “[...] interioridade subjetiva e exterioridade objetiva são enlaçadas e fundidas, plasmando o universo da realidade humano-societária – decantação de *subjetividade objetivada* ou, o que é o mesmo, de *objetividade subjetivada*. [...] atributo dinâmico de cada uma delas, da subjetividade como *atividade ideal* e da objetividade como *atividade real*, enquanto momentos típicos e necessários do *ser social*, cuja potência se expressa pela síntese delas, enquanto construtor de si e de seu mundo” (Chasin, 2009, p. 98, grifos no original).

tuição e fruição efetiva da existência social, quanto uma totalidade de exteriorização humana de vida. Pensar e ser são, portanto, certamente diferentes, mas [estão] ao mesmo tempo em unidade mútua. (Marx, 2010b, p. 108)

Sendo assim, os indivíduos sociais, como seres sociais constitutivos e constituintes da sociabilidade, não podem ser concebidos como uma adjetivação, produto acidental, circunstancial ou exterior à sociedade, mas como totalidade, ou seja, parte integrante e integrada da realidade. Qualquer análise simplista, individual e/ou unilateral, centrada meramente na dimensão da subjetividade, pode contribuir para obscurecer questões de ordem objetiva e estruturante, como as relações de produção sustentadas na exploração do trabalho, a luta de classes e as desigualdades sociais. Análises unilaterais e isoladas também contribuem para deslocar, enviesar e despolitizar o entendimento da “questão social” e seus efeitos na cena pública.

Cabe sublinhar que a história oral, como aporte metodológico, não se reduz a um mero relato ordenado de experiências e vivências dos indivíduos sociais, mas pode contribuir de forma significativa na produção de conhecimento, reconhecendo a importância das fontes orais e narrativas, sempre situadas e contextualizadas, de sujeitos sociais sobre suas experiências, seu cotidiano, suas formas organizativas, projetos, aspirações, crenças, valores e resistências, como componentes e constructos do processo investigativo.<sup>66</sup>

Iamamoto, ao tratar da vulgarização do marxismo, chama a atenção para o fato de que,

Se a tradição marxista fosse viável apenas para analisar o que se denominam “grandes determinações da socieda-

---

66. Parte-se da concepção ontológica e dialética de sujeito, reconhecido como sujeito social, coletivo, histórico, político, objetivo, ativo, inquieto e vinculado a uma determinada classe social, recusando as ideias de sujeito mitologizado e abstrato. Na concepção de Wanderley (1992), o sujeito é aquele que faz e/ou dirige a ação, que constrói sua realidade e seu mundo, defende seus direitos, sua subjetividade, que é livre e igual.

de”, não sendo capaz de elucidar a vida social cotidiana na sua historicidade, ela, de fato, não teria sentido, enquanto uma perspectiva teórico-metodológica para a explicação do processo histórico da sociedade capitalista e suas transformações. (2008, p. 238)

Com isso, a apropriação da história oral como esteio metodológico, sinaliza uma abordagem histórica, que objetiva compreender a realidade social por meio de narrativas, com a finalidade de compreender experiências sociais cotidianas entrelaçadas na totalidade da vida social. Sabendo que o conhecimento se dá por meio de aproximações sucessivas, ou seja, reconhecidos os limites postos no desvendamento do real, tais experiências narradas, mesmo que recortadas em uma temporalidade histórica, expressam determinações objetivas das relações estruturais de produção e exploração de classe, permitindo identificar questões candentes e permeadas de saturações no universo complexo e contraditório da vida social.

Nessa perspectiva, o

[...] ponto de partida de todo pensamento são as manifestações factuais do ser social. Isso não implica, porém nenhum empiricismo, embora, [...], este também possa conter uma *intentio recta* ontológica, ainda que incompleta e fragmentária. Todo fato deve ser visto como parte de um complexo dinâmico em interação com outros complexos, como algo que é determinado, tanto interna como externamente, por múltiplas leis. A ontologia marxiana do ser social funda-se nessa unidade materialista-dialética (contraditória) de lei e fato (incluídas naturalmente as relações e conexões). (Lukács, 2012, p. 338)

Para apreender com maior profundidade as histórias narradas pelos indivíduos sociais como fontes de pesquisa, um dos instrumentos utilizados na metodologia com a história oral é a entrevista, entendida e incorporada como processo dialógico e técnica

de registro de experiências individuais e/ou coletivas, que objetiva capturar expressões do real pela via da narrativa oral, ou seja, da linguagem verbalizada pelos sujeitos partícipes do conhecimento produzido. Na história oral, com ênfase na abordagem qualitativa, o uso da entrevista, reconhecidas suas limitações, permite

[...] a descoberta, a exploração e a avaliação de como as pessoas compreendem seu passado, vinculam sua experiência individual a seu contexto social, interpretam-na e dão-lhes significado, a partir do momento presente. (Minayo, 2010, p. 158)

Com isso,

A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se fonte oral. A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista. (Meihy; Holanda, 2007, p. 14)

Os procedimentos metodológicos pautados na história oral têm sido adotados com maior centralidade nos estudos que envolvem sujeitos “silenciados” e subalternizados ao longo da história e, por isso, têm enfatizado mulheres, negros, homossexuais, migrantes, quilombolas, indígenas, dentre outros segmentos da classe trabalhadora.<sup>67</sup>

Para uma compreensão sobre os subalternizados, Yazbek (2006), apoiada na concepção gramsciana<sup>68</sup> de classes subalternas, esboça que,

---

67. “[...] a esquerda e os militantes têm sempre estado atentos à ‘voz proletária’ ou dos subalternos para poder usá-la como argumento da transformação social. A íntima relação com aqueles que não detém o código escrito é uma das marcas mais fortes da história oral” (Meihy, 2002, p. 96).

68. Antonio Gramsci (1891-1937), pensador e comunista italiano, nascido na Sardenha, foi um dos principais expoentes da tradição marxista. Em suas destacáveis obras, que deixaram um legado incontestado para a teoria social crítica, analisou a questão das classes subalternas, da hegemonia, dos intelectuais, do Estado ampliado, da cultura, da filosofia da práxis, etc.

Historicamente, os subalternizados vêm construindo seus projetos com base em interesses que não são seus, mas que lhe são inculcados como seus. Experimentam a dominação e a aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda sociedade. [...] práticas de enfrentamento e de busca de superação da subalternidade são observadas, nos movimentos sociais, nos partidos políticos, nas lutas sociais e políticas [...] da população brasileira e em práticas cotidianas de contestação e resistência à dominação. (p. 18)

Meihy (2002, p. 31), ao abordar o tema da ênfase da história oral com as classes subalternizadas, diz que,

Quando a cultura oficial aborda os grupos excluídos, colocando-os como tema de seus estudos, o faz por via indireta, pelos documentos escritos. Assim, essas análises são sempre 'sobre' eles e nunca 'deles'.

A partir disso, a pesquisa com experiências e trajetórias individuais e coletivas desses sujeitos, possibilita a compreensão de *ser e estar* no mundo no plano da singularidade e também na sua relação com os processos sociais, econômicos, culturais e políticos em sua universalidade-genericidade, reconhecendo os indivíduos sociais na totalidade, como unidade na diversidade. Também pelas narrativas orais é possível identificar as formas de exploração, opressão e dominação de classe, gênero e raça/etnia presentes na sociabilidade capitalista.

Qualquer forma de reificação e generalização a partir da narrativa de uma história de vida é arriscada, pois o conhecimento da realidade concreta deve contemplar a universalidade, a singularidade e a particularidade, como momentos de processos mediados, que estão presentes na vida cotidiana do ser social. É preciso entender singularidade, particularidade e universalidade como relações dialéticas de reciprocidade, como determinações da realidade

social em interconexão e dinamicamente entrelaçadas. Por isso, não podem ser tratadas como dimensões independentes, atomizadas e reduzidas em si.<sup>69</sup>

Na perspectiva dialética, calcada num estatuto ontológico,<sup>70</sup> a mediação, de acordo com Pontes (2009, p. 81), se constitui tanto como uma categoria ontológica, pois diz respeito ao ser social, quanto como uma categoria reflexiva, como elaboração da razão de forma a apreender o movimento do objeto/realidade.

Pontes (2009) afirma que “sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da razão, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética” (p. 81). Por isso, é imprescindível que as narrativas dos sujeitos sociais sejam contextualizadas no movimento histórico, processual e paradoxal da sociedade capitalista, considerando que os indivíduos sociais

[...] fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem

---

69. A singularidade é o nível da imediatividade, da rotina, do casuísmo, dos fatos singulares e irrepetíveis da vida, que ocultam e mascaram as determinações sócio-históricas e desconsideram os processos sociais. De acordo com Pontes (2009, p. 85), “é no plano da universalidade que estão colocadas as grandes determinações gerais de uma dada formação histórica”. A particularidade consiste no campo de mediações, em que “[...] a legalidade universal se singulariza e a imediatividade do singular se universaliza” (p. 86). Além disso, “as mediações têm a função de conduto de ‘passagens’ e ‘conversões’ entre as várias instâncias da totalidade. [...] Sendo a totalidade ‘complexo de complexos’, cada complexo tem sua existência mediatizada com os demais” (p. 86-87).

70. Chasin (2009) pontua que em Marx, o momento ontológico predomina sobre o gnosiológico, dizendo que o “tratamento ontológico da mundaneidade social, constitui o núcleo propulsor das inquietações teóricas e práticas de Marx [...]” (p. 62). Marx rompe ontologicamente com os preceitos da filosofia especulativa de Hegel, que partia da compreensão da “coisa da lógica”. Em Marx, o objetivo passa a ser o desvendamento da “lógica da coisa”, do objeto real, com seus nexos imanentes (p. 72). “[...] a crítica ontológica da economia política, ao contrário de reduzir ou unilateralizar, induz e promove a universalização, estendendo o âmbito da análise desde a raiz ao todo da mundaneidade, natural e social, incorporando toda gama de objetos e relações” (p. 77).

as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. (Marx, 2011b, p. 25)

Diante disso, as histórias narradas são sempre recortadas, mediante a referência temporal da narrativa. Isso requer assumir os limites da história oral como recurso metodológico, de forma a não transmitir qualquer concepção idealizada e redentora de um procedimento de pesquisa, pois tal alternativa metodológica, assim como outras, não é autossuficiente. Nesse sentido, se reconhece a importância da apropriação de um método de análise que apreenda ontologicamente as relações sociais sob o prisma da totalidade e do movimento histórico, de forma a não fragmentar e diluir a realidade. Com base nisso,

[...] a ciência pode alcançar seus objetivos, mas não há um caminho pré-configurado, uma chave de ouro ou uma determinada metodologia de acesso ao verdadeiro. [...] Não há guias, mapas ou expedientes que pavimentem a caminhada, ou pontos de partida ideais previamente estabelecidos. (Chasin, 2009, p. 231)

Nesse horizonte, Minayo (2010, p. 45) argumenta sobre a importância de se evitar um endeuamento da teoria *per sí*, que desconsidera e menospreza a dinâmica dos fatos e fenômenos, e ao mesmo tempo evitar o fetiche da empiria, que reduz o conhecimento da verdade aos acontecimentos localizados.

Ao partir da história oral como escolha metodológica em sua conjugação com um método crítico-dialético e historicizado de análise, podem ser identificados inúmeros nexos que circundam as relações sociais, como as experiências individuais e coletivas, o cotidiano, as trajetórias, as tradições, as relações familiares, econômicas, ideológicas, sociais, culturais, a rede de sociabilidade, e demais determinantes que tecem a vida em sociedade.

A história oral como arcabouço de apreensão da realidade pode contribuir com o Serviço Social, tendo em vista que essa profissão, e

também área que produz conhecimento, dotada de natureza investigativa e interventiva, atua diretamente nas sequelas da “questão social”, por meio do atendimento às necessidades sociais e humanas de uma população subalternizada. Como diz Yazbek, a subalternidade

[...] faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política. (2006, p. 18)

Por isso, o assistente social, como um trabalhador assalariado e especializado, se depara com o universo e realidade da população, os usuários de seus serviços, por meio de suas experiências, histórias, modo de vida, necessidades sociais, organizações, mobilizações e reivindicações, o que enseja a dimensão investigativa no exercício profissional de forma a buscar estratégias de intervenção afinadas com as demandas apresentadas. Por isso,

[...] a pesquisa é constitutiva e constituinte da prática profissional do Serviço Social, sendo determinada pela sua natureza interventiva e pela sua inserção histórica na divisão sócio-técnica do trabalho. É constitutiva e constituinte porque faz parte da natureza da profissão e aparece e se desenvolve socialmente ao desvendar a complexidade do real e nele buscar as possibilidades de intervenção. (Bourguignon, 2008, p. 47)

O Serviço Social, profissão inserida no processo de produção e reprodução das relações sociais, na divisão social e técnica do trabalho, reconhecida como uma especialização do trabalho coletivo (Iamamoto, 2003) e área produtora de conhecimento, abrange, em sua formação e exercício profissional, um vínculo orgânico entre a dimensão interventiva e investigativa e tem, em sua organização

basilar, um projeto ético-político com orientações e formulações teórico-metodológicas caucionadas numa perspectiva crítica e numa direção social comprometida com a classe trabalhadora, tendo como base a tradição marxista.

A história oral não recusa uma determinada direção social e uma perspectiva crítica. Sendo uma abordagem metodológica e por isso mesmo isenta de neutralidade, pode se nortear (ou não) por compromissos políticos com os subalternizados e se respaldar (ou não) em preceitos teóricos embasados na tradição marxista, o que dependerá do método, ou seja, da apreensão e posição do sujeito-pesquisador sobre o objeto-realidade. Assim, pesquisas baseadas na metodologia da história oral também podem se apropriar de outras abordagens e concepções analíticas. Por isso, esse ainda é um debate recente e importante para ser aprofundado no âmbito das Ciências Humanas e Sociais.

Nesse percurso investigativo, entende-se que a apropriação metodológica da história oral a partir de uma base materialista histórica e dialética pode contribuir para o desvelamento das complexidades e contradições do real em suas múltiplas determinações, a fim de extrapolar o fragmento, o reducionismo, a imediaticidade e volatilização dos fatos, fenômenos e processos sociais. Mesmo com seus limites, a história oral, como esteio metodológico na produção de conhecimento, pode contribuir dialeticamente para a ultrapassagem do mundo da aparência, para desvendar a essência contraditória e dinâmica do movimento histórico.

No que se refere ao Serviço Social, seu campo investigativo e interventivo se circunscreve nas manifestações da “questão social” e em seus desdobramentos na cena contemporânea. Por isso, o Serviço Social analisa e intervém em questões candentes postas na sociabilidade capitalista, como a morfologia do mundo do trabalho, as relações de gênero/sexo, os direitos humanos, a violência, as desigualdades, dentre outros assuntos que tangenciam a “questão social”. O debate acerca dessas temáticas contribui para a reflexão teórica, a realização de pesquisas, o posicionamento ético-político e a qualificação do trabalho profissional.

É importante que a pesquisa em Serviço Social apreenda as dimensões singulares e universais do real, a partir das mediações e da totalidade, com base nas experiências sociais, vivências e modo de vida da população, de forma a apanhar as relações contraditórias e conflitantes entre capital e trabalho no cerne de uma realidade complexa, perpassada pela luta de classes.

Nesse aspecto, pensar a pesquisa e a produção do conhecimento, como expressão do trabalho humano, nas Ciências Humanas e Sociais e considerando as especificidades do Serviço Social, requer uma aproximação aos indivíduos sociais sem desconsiderar e/ou descaracterizar os processos políticos, culturais, sociais, ideológicos e econômicos. Por isso, para não cair em falsas abstrações, é imprescindível atribuir historicidade aos processos sociais, compreendendo o real como síntese de múltiplas determinações, permeadas de rupturas e continuidades.

Em seu processo de maturação intelectual, o Serviço Social tem contribuído significativa e criticamente para a produção de conhecimento nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, buscando estratégias de enfrentamento das refrações da “questão social” a partir de uma fundamentação teórica, ética, política e metodológica consistente, diante do incentivo de pesquisas na área e pelo vínculo orgânico entre investigação e intervenção.

Uma das características peculiares na produção do conhecimento em Serviço Social é a centralidade do trabalho, tendo como referência a ontologia do ser social e a perspectiva sócio-histórica. Assim, é importante considerar que os indivíduos sociais que constituem a “clientela” atendida pelos profissionais de Serviço Social são dotados de valores, experiências, singularidades, sentimentos, sonhos, projetos, expectativas e estão vinculados a uma determinada classe social. Por isso, há a necessidade de conhecê-los, buscando desvelar o sentido que essa população atribui para sua realidade, sua vida, sua história, seu cotidiano e seu contexto.

Iamamoto (2008) discorre sobre uma característica privilegiada do Serviço Social, que diz respeito à aproximação à vida cotidiana das classes subalternas e aponta, dentre suas preocupações,

[...] o lugar secundário a que foi, por largo tempo, relegado, na literatura especializada, o conhecimento dos sujeitos, que são alvo do exercício profissional, como o revela a carência de publicações sobre o modo de vida, de trabalho e respectivas expressões culturais dos segmentos de classes que constituem a população usuária dos serviços profissionais. (p. 241)

Assim, torna-se indispensável o conhecimento pelos profissionais das múltiplas expressões da “questão social” que circundam a vida em sociedade, seja no trabalho, nas relações familiares, nas organizações sociais e políticas, nas expressões culturais, na ausência e regressão de direitos, nas necessidades socioeconômicas, na segregação territorial, na focalização das políticas públicas, dentre outros elementos que perpassam a história da humanidade e são reflexos da sociabilidade burguesa, que se sustenta na desigualdade social entre classes antagônicas.

Uma das contribuições da pesquisa para a área de Serviço Social, reconhecendo a centralidade dos indivíduos sociais nesse processo, é trazer à tona experiências sociais a partir de histórias de vida de sujeitos individuais e coletivos, como forma de se aproximar da realidade e, assim, possibilitar ações críticas, criativas e propositivas que atendam aos interesses efetivos da população.

O grande desafio para o pesquisador assistente social que se preocupa com a centralidade do sujeito – enquanto condição ontológica, e não como estratégia metodológica de pesquisa é possibilitar, através da pesquisa, maior visibilidade ao sujeito, à sua experiência e ao seu conhecimento, cuja natureza, se desvendada, poderá permitir aos profissionais desenvolver práticas cada vez mais comprometidas ética e politicamente com a sua realidade [...]. (Bourguignon, 2008, p. 23-24)

Apropriar-se da história oral na pesquisa em Serviço Social significa dar centralidade aos sujeitos e isso requer considerar suas experiências sociais a partir de fontes orais e de narrativas como elementos norteadores e relevantes na análise da realidade e das relações sociais.

O recurso investigativo da história oral requer de pesquisadores e profissionais de diversas áreas o desafio de conhecer a história da sociedade, com suas respectivas formações sociais. Para isso, é crucial a produção de conhecimentos para avançar no acúmulo e amadurecimento teórico, metodológico, ético e político, em busca de novas sínteses que apreendam o movimento contraditório do real e contribuam efetivamente para a construção de uma sociedade emancipada. Esse processo requer posturas densas, rigorosas, políticas e eticamente comprometidas com o conhecimento produzido, no sentido da socialização, publicização e função social da pesquisa, pois uma das preocupações da história oral se refere ao alcance social da pesquisa e à forma como os resultados retornarão aos sujeitos partícipes da construção do conhecimento, o que prevê responsabilidade e compromisso ético do pesquisador.

As reflexões e inquietações apresentadas acerca da história oral como possibilidade metodológica na pesquisa não objetivam hierarquizar a produção de conhecimento, seja priorizando o acervo teórico e documental existente, seja dando primazia aos relatos orais dos indivíduos sociais, mas reconhecer a importância, tanto do aporte teórico-documental, quanto das narrativas dos indivíduos sociais, como sujeitos singulares e humano-genéricos, para a compreensão da realidade social.

Desse modo, ao finalizar o ato investigativo, entendido como cíclico e provisório, o pesquisador expõe os resultados alcançados, de forma a apresentar idealmente o movimento da realidade por meio de sínteses sucessivas. A partir disso, vale distinguir o método investigativo de pesquisa e o método expositivo, pois “[...] para Marx, os pontos de partida são opostos: na investigação, o pesquisador parte de perguntas, questões; na exposição, ele já parte

dos resultados que obtive na investigação” (Netto, 2011, p. 27). A síntese investigativa resulta de uma elaboração que expõe os múltiplos determinantes de uma “problemática” investigada, em que o conhecimento produzido e ampliado deve (ou deveria) permitir avanços nas ações, repondo o ciclo da práxis (Frigotto, 2006, p. 89).

[...] o produto da pesquisa é um momento da práxis do pesquisador. [...] a investigação social como processo de produção e produto é, ao mesmo tempo, uma objetivação da realidade e uma objetivação do investigador que se torna também produto de sua própria produção. (Minayo, 2010, p. 359)

Com isso, de forma a conhecer aproximativamente as condições de vida, trabalho e estratégias de sobrevivência das trabalhadoras da cadeia produtiva da confecção, em tempos de desestruturação e degradação do mundo do trabalho no capitalismo, em sua lógica exponencialmente destrutiva, a presente pesquisa parte de algumas escolhas para uma análise crítica, dialética e sócio-histórica desta realidade, reconhecida como síntese de determinações múltiplas.

O estudo, com enfoque qualitativo, baseado em fonte bibliográfica, documental e pesquisa de campo, se apropria do recurso metodológico da história oral, com ênfase para a história de vida, como forma de analisar as trajetórias, experiências, relações sociais, inserção no mundo do trabalho e cotidiano das trabalhadoras formais (fabris) e informais (domiciliares) da cadeia produtiva da confecção. Parte-se da compreensão de que essas trabalhadoras estão inseridas na totalidade da vida social como sujeitos coletivos e, por isso, são consideradas em sua singularidade e genericidade humana.

Os dados estatísticos também contribuem com essa pesquisa, pois, conforme Minayo (2007), as pesquisas qualitativas e quantitativas possuem natureza de complementaridade e interdependência, não de oposição. Com isso, esse estudo enfatiza a dimensão qualitativa e recorre às informações estatísticas de forma a subsidiar e contribuir para a análise do objeto em questão.

A pesquisa quantitativa, com dados e informações estatísticas, contribui para fundamentar e instrumentalizar investigações e análises, mas o conhecimento *da* e *sobre* a realidade social, considerada em sua inexorável historicidade, magnitude e saturada de inúmeras determinações, conexões e mediações, não pode se esgotar na quantificação. Tampouco a pesquisa qualitativa consegue abranger todas as dimensões e aspectos da realidade em sua dinamicidade, complexidade e totalidade. Mas o que importa ao pesquisador é considerar esses aspectos, de forma a evitar análises monocausais. Por isso, parte-se da premissa de que todo conhecimento *do* e *sobre* o real será sempre aproximativo, sucessivo, provisório e inacabado, tendo em vista que, conforme Lukács (2013, p. 218), a objetividade dos objetos e relações existentes possui, extensiva e intensivamente, determinações infinitas. Isso assinala a natureza instigante e essencialmente humana da pesquisa.

No caso desse estudo, o que prevalece como critério investigativo não é a representatividade estatística e o número de participantes, mas o significado, as experiências sociais, as condições de vida e trabalho, as estratégias de sobrevivência e as percepções cotidianas de mulheres que, historicamente situadas, concebem e analisam o contexto social, econômico, ideopolítico, cultural e contraditório no qual estão inseridas. A escolha pela pesquisa qualitativa está direcionada por análises que consideram a história, os processos, as relações sociais, as percepções, os significados, os sentidos, as crenças, as representações, os valores, as atitudes, as experiências partilhadas e opiniões resultantes “[...] das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (Minayo, 2010, p. 57).

Como técnica metodológica da pesquisa de campo, foi utilizada a entrevista aberta e, por isso, não diretiva, com o propósito de apreender o máximo de informações possíveis por meio das histórias de vida das trabalhadoras da confecção.

A realização de entrevistas abertas, ocorridas nas residências dessas mulheres, possibilitou o conhecimento das experiências cotidianas e das condições de vida das entrevistadas, o que permitiu

maior aproximação com esse universo do mundo do trabalho, pois nem sempre é possível adentrar as unidades produtivas. Com base nas histórias e trajetórias de vida narradas pelas mulheres da confecção, foi possível conhecer, de forma aproximativa, essa realidade.

Esse estudo, baseado na perspectiva histórico-dialética, lança reflexões de uma dada situação particular, sem a pretensão de esgotá-la e encerrá-la com pretensas e obtusas generalizações abstratas, mas contribuir como aporte de novas indagações sobre o real em sua processualidade, complexidade e totalidade.

No que se refere aos critérios de escolha das trabalhadoras da confecção, participaram do processo investigativo dez mulheres, com o objetivo de contemplar trabalhadoras supostamente “protegidas” e “desprotegidas”, do ponto de vista do acesso, cobertura e garantia dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Foram selecionadas cinco trabalhadoras inseridas em fábricas, com regime formalizado por meio de contrato celetista, com carteira de trabalho assinada, o que significa que estão relativamente “protegidas” pelo sistema de proteção social, sobretudo pela previdência social, e cinco trabalhadoras informais, inseridas no trabalho em domicílio, também conhecidas como faccionistas, sem vínculo formal e contratual de trabalho, o que significa que estão “desprotegidas”, especialmente pela previdência social, por não serem contribuintes do sistema.<sup>71</sup>

A constituição de um sistema de proteção social brasileiro situa-se

[...] no período compreendido entre 1930 e 1943. [...] marcado por grandes transformações socioeconômicas, pela

---

71. A respectiva proposta de pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unesp/Franca e aprovada conforme Protocolo n. 079, de 2009. Foi acordado no momento da entrevista, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que seria preservado o anonimato e sigilo das trabalhadoras entrevistadas, respeitando os preceitos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, conforme Resolução n. 196, de 1996, do Conselho Nacional de Saúde. As entrevistas foram realizadas nas residências das trabalhadoras e gravadas conforme anuência das entrevistadas. Em seguida, foram transcritas, sistematizadas e analisadas.

passagem do modelo de desenvolvimento agroexportador para o modelo urbano-industrial. (Silva; Yazbek; Di Giovanni, 2011, p. 25)

Para os autores, o Estado brasileiro sempre priorizou o mercado e nesse período de constituição do sistema de proteção social, apenas se atribuía o estatuto de cidadania ao trabalhador urbano, com carteira de trabalho assinada e com vinculação sindical. O sistema de proteção social foi constituído com o objetivo de amortecer as lutas da classe trabalhadora e assegurar o ciclo expansivo da produção, mediante a recomposição da força de trabalho.

Para Sposati (2013), a proteção social brasileira se insere na concepção de seguridade social, integrando as políticas de saúde, assistência social e previdência social. Para a autora, o sistema brasileiro de proteção social se constituiu pela lógica de seletividade e não de universalização dos direitos da classe trabalhadora.<sup>72</sup>

A partir desses apontamentos e após a exposição da atual morfologia do mundo do trabalho, com ênfase para as assimetrias nas relações sociais de gênero/sexo, sustentada na divisão sexual do trabalho, com suas consequências para o agravamento da “questão social”, apresentar-se-á particularidades da cadeia produtiva da confecção e a respectiva predominância do trabalho feminino nesta esfera da produção capitalista em um cenário marcado pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo. Por meio de narrativas baseadas em histórias de vida, serão apresentados fragmentos do cotidiano das trabalhadoras da confecção, retratando suas condições de vida, trabalho e estratégias de sobrevivência, no contexto de degradação do mundo do trabalho.

---

72. A Constituição Federal Brasileira de 1988 introduz o conceito de Seguridade Social (artigos 194 a 204), que assegura direitos relativos à saúde, assistência social e previdência social. A saúde e a assistência social, direitos de todos e dever do Estado, são políticas não contributivas. Já a previdência social é um direito que prevê contribuição para seu acesso (Brasil, 2003). Por seu caráter contributivo, a previdência social não é assegurada de forma universal a todos os cidadãos.

## Capítulo 5 – A cadeia produtiva da confecção e a incorporação do trabalho feminino

*“Meu país, essa parte de mim fora de mim, constantemente a procurar-me. [...], sou mineiro, carioca, amazonense, coleção de mins entrelaçados”.*

(Canto Brasileiro, Carlos Drummond de Andrade)

A indústria da confecção é um segmento do complexo têxtil<sup>73</sup> que engloba o vestuário, linha lar, artigos industriais confeccionados e acessórios, e contempla, segundo Garcia (1994), diversos segmentos como jeans, roupas clássicas, infantis, esportivas, íntimas, dentre outras, sendo a principal e mais tradicional consumidora isolada do ramo têxtil que possui uma importância histórica desde a Revolução Industrial desencadeada no século XVIII.

Tal ramificação produtiva ganha evidência na Inglaterra no findar do século XIX, com destaque para a confecção de roupas

---

73. O complexo têxtil abarca “[...] atividades de beneficiamento de fibras naturais, produção de fios, a fabricação e acabamento de fios e tecidos –, constitui o núcleo de um complexo industrial a que estão associados segmentos de outros complexos, como o agro-industrial, químico e metal-mecânico. Os elementos essenciais para a produção têxtil são as fibras naturais e artificiais, as máquinas, equipamentos e os produtos químicos. As fibras naturais são obtidas a partir da lã, pêlos ou crinas de diferentes animais (carneiro, camelo, alpaca, vicunha, etc), ou do caule, folha e semente de inúmeras plantas (algodão, linho, agave, juta, etc.). As fibras artificiais se dividem entre celulósicas e sintéticas. As primeiras são obtidas a partir da regeneração da celulose natural extraída principalmente do línter do algodão ou da madeira, resultando em fibras como o rayon, acetato e triacetato. As fibras sintéticas são derivadas de subprodutos do petróleo e dão origem a fibras como o poliéster, o náilon, o acrílico e o propileno. [...] Outros produtos químicos importantes utilizados na produção de têxteis são os corantes, as resinas para fixação das estampas e componentes – como o cloro, a uréia e o formaldeído –, que compõem a base dos compostos auxiliares no tingimento de fios e tecidos” (Garcia, 1994, p. 8).

masculinas, pois, conforme análise de Abreu (1986, p. 90), o vestuário feminino só assume relevo na indústria após a Primeira Guerra Mundial, visto que, até então, essa atividade era predominantemente artesanal. Apesar de haver uma forte comercialização de roupas femininas antes desse período, tal produção não assumia feições fabris, já que eram baseadas, principalmente, na produção a domicílio, sob o regime da subcontratação.

O processo produtivo do complexo têxtil é amplo e engloba etapas inter-relacionadas, sendo elas: 1) a fiação, que consiste na produção de fios, que podem ser naturais, sintéticos ou artificiais, preparados para a etapa da tecelagem; 2) a tecelagem, que consiste na fabricação de tecidos;<sup>74</sup> 3) o acabamento, que confere ao produto algumas propriedades específicas, como durabilidade, conforto, etc., e 4) a confecção, que abarca a produção de roupas, artigos têxteis em geral, envolve desenho, elaboração de moldes, gradeamento, encaixe, corte e costura. Na etapa final, os produtos podem tomar a forma de vestuário, de artigos para o lar (cama, mesa, banho, decoração e limpeza), ou para a indústria (filtros de algodão, componentes para o interior de automóveis, embalagens, etc.). O produto final de cada uma dessas fases é a matéria-prima da fase seguinte, o que denota a cadeia produtiva têxtil e da confecção um caráter diversificado, sendo cada setor composto por grande número de segmentos diferenciados (Garcia, 1994).

É importante ressaltar, com base em Abreu (1986), que um dos fatores que alavancou a intensificação dessa cadeia produtiva foi o surgimento da máquina de costura em 1846 pelo norte-americano Elías Howe e que foi patenteada em seguida com uma versão aprimorada por outro americano, Isaac Singer, no ano de 1851, que

---

74. “A tecelagem, que os camponeses praticavam até então no campo como atividade suplementar para obterem seu vestuário, foi o primeiro trabalho que recebeu um impulso e teve o mais amplo desenvolvimento graças à extensão das relações comerciais. A tecelagem foi a primeira e continuou sendo a principal atividade manufatureira. [...]. A tecelagem, trabalho que quase sempre exige pouca habilidade e que bem depressa se subdividiu em uma infinidade de ramos, era, naturalmente, refratária às cadeias da corporação” (Marx; Engels, 1998, p. 63-64).

revolucionou os processos produtivos da confecção de vestuário e de calçados. A criação da máquina de costura industrial naquela época contribuiu para substituir as máquinas movidas a pedal. Outro fator que impulsionou esse ramo de atividade foi o advento da eletricidade. A partir de então, tem-se uma disseminação célere desse maquinário, intensificando a produção, pois o preço do equipamento era relativamente baixo, o que propiciou o acesso de uma parcela das trabalhadoras domiciliares a tal invenção.

Mas as consideráveis inovações tecnológicas no setor da confecção, imprescindíveis para sua consolidação no cenário econômico, ocorreram com maior expressividade no início do século XX. A partir dos anos 1920, a produção industrial da confecção se fortalece e suplanta o trabalho a domicílio, que sofre um declínio e passa a ser utilizado e necessário nos períodos de aquecimento econômico em decorrência de demandas sazonais.

Conforme estudos de Abreu (1986, p. 94), até os anos de 1939, a indústria têxtil e da confecção concentrava-se em Londres e estava baseada predominantemente em pequenas fábricas, sendo as peças produzidas como um todo pela costureira.

Essa indústria passa por alterações substanciais após a Segunda Guerra Mundial, com destaque para a produção de roupas femininas e pela incorporação dos modelos de produção taylorista/fordista, pautados na produção em massa, que provocaram a fragmentação dos processos produtivos, pois o trabalho se torna parcelar, com os trabalhadores executando apenas uma etapa da produção.

Até a primeira metade do século XX, segundo Abreu (1986), a indústria têxtil não havia incorporado inovações tecnológicas de relevância, passando a adotar tais estratégias somente a partir de meados dos anos 1950. Os elementos fundamentais para o avanço tecnológico nesse setor de atividade foram o desenvolvimento de máquinas e equipamentos, principalmente nos processos de desenho e corte, além do ramo químico, pela utilização de fibras, tintas e corantes. Já o ramo da confecção/vestuário apropriava dos tecidos e fios (malharia e tricô) no processo de produção e era caracterizado pelo trabalho manual.

Abreu (1986, p. 99) atesta que, mesmo com os avanços tecnológicos e científicos ocorridos na segunda metade do século XX, a indústria da confecção manteve a utilização de formas de trabalho com base no sistema de subcontratação, predominando as pequenas unidades produtivas. Ou seja, o impacto técnico-científico nesse ramo de atividade foi inexpressivo, pois o que se observa é que a indústria da confecção ainda se baseia no formato de trabalho pautado na relação máquina de costura *versus* costureira.

Mas não se pode negar a incorporação tecnológica e computadorizada em alguns setores dessa cadeia produtiva, como nas áreas de modelagem, corte e costura, mesmo que tais medidas, em muitos casos, se limitem às grandes empresas (Abreu, 1986, p. 100).

De forma geral, a prevalência das pequenas unidades produtivas é resultante da competitividade acirrada e decorrente das variações do sistema da moda e do ciclo sazonal da produção. Outro elemento importante na cadeia produtiva da confecção é o investimento na comercialização e no marketing, de forma a obter êxitos na dinâmica do setor e sua sustentação no quadro econômico e territorial em que está inserido.<sup>75</sup>

Em relação ao Brasil, pode-se considerar que a indústria têxtil e da confecção originou-se em meados do século XIX com algumas unidades produtivas nos estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Tal produção consistia de tecidos grosseiros destinados à população urbana pauperizada e aos escravos.

---

75. O termo cadeia produtiva da confecção é utilizado de forma a abarcar as diferentes e complexas fases do processo produtivo da confecção, suas diversas modalidades de ocupação e atividades, a relação empregador/trabalhador/fornecedor, o regime de trabalho, os setores e segmentos envolvidos, as práticas sociais, a legislação do trabalho, as demandas, a relação custo-benefício, etc. Ao retratar a indústria da confecção, pode-se reduzi-la ao espaço fabril, com relações regulamentadas e formais, desconsiderando um fenômeno em plena expansão nesse setor que é a subcontratação e terceirização, transferindo atividades fabris para as residências de trabalhadores/as com o objetivo de redução de custos, utilizando predominantemente da mão de obra feminina e do trabalho precário, sem direitos e proteção social. De forma a abranger a amplitude desse setor complexo, recorre-se ao termo cadeia produtiva da confecção.

Até os anos 1920, de acordo com Abreu (1986, p. 102-103), as indústrias brasileiras da confecção/vestuário e calçados tinham um papel significativo para a economia do país, pois representavam 14,9% dos estabelecimentos recenseados, com uma taxa de 10,7% de trabalhadores ocupados no setor e participavam com 8,2% do valor da produção nacional, sendo apenas suplantadas pelas indústrias de alimentação com 40,2%.

Com base em pesquisa realizada por Garcia (1994, p. 83), a indústria têxtil e da confecção/vestuário no Brasil empregava, em 1907, cerca de 34,2% do total de trabalhadores. De acordo com o autor, em 1905 existiam 110 fábricas no país empregando 39,2 mil trabalhadores. Já em 1929, recorte temporal que demarca a crise capitalista impulsionada pela queda da bolsa de valores em Nova Iorque, o Brasil contava com 359 fábricas e empregava 123,5 mil trabalhadores no ramo têxtil.

Garcia (1994, p. 84) afirma que a produção têxtil e confeccionista teve expansão significativa até o período da Segunda Guerra Mundial, sendo que em 1941 o Brasil era considerado o segundo maior produtor mundial de tecidos, e devido a tal configuração, tornou-se o principal exportador de têxteis para os países latino-americanos. Com o findar da Segunda Guerra, verifica-se uma considerável queda nas exportações e a dinâmica deste setor volta a ser determinada pelos fluxos do mercado interno.

Nas décadas posteriores, a indústria da confecção recua e perde seu importante papel na economia nacional, o que se verifica em especial nos anos 1980, em que passa a representar 7,2% dos estabelecimentos recenseados, com 9,2% de trabalhadores ocupados no setor e uma participação de 3,8% do valor da produção nacional. Essa constatação pode ser compreendida pelo processo de modernização e diversificação do parque industrial brasileiro a partir dos anos 1950. O surgimento da diversificação econômica e industrial com os setores químico, metal-mecânico, elétrico, transportes, dentre outros, contribuíram para que o complexo têxtil perdesse sua importância no cenário nacional (Garcia, 1994).

É importante considerar que a indústria têxtil e da confecção/ vestuário desempenhou um papel significativo na incipiente industrialização brasileira, pois o Brasil internalizou as atividades do complexo têxtil tendo em vista sua diversificação com abundância de matérias-primas, de máquinas e disponibilidade de mão de obra com rendimentos menores, comparados aos países concorrentes, o que garantia uma competitividade exponencial para a economia nacional.

De acordo com a pesquisa realizada por Abreu (1986, p. 108), entre os anos de 1970 e 1980, verificou-se um significativo crescimento das empresas no setor que empregava mais de 500 funcionários e também das médias empresas que empregavam entre 100 a 499 trabalhadores. Porém, o predomínio continuou sendo das pequenas unidades produtivas que empregavam até 49 funcionários, que representavam nos anos 1980, 88,1% dos estabelecimentos do setor, incorporando 32,1% do pessoal ocupado. Já nos anos 1990, o Brasil passa a investir em melhorias tecnológicas no setor e adquire máquinas e equipamentos essenciais para maior competitividade. Com isso, verifica-se a incorporação de filatórios, teares e máquinas de costura (Garcia, 1994).

Tal período é marcado por alterações substanciais, processadas no mundo do trabalho em âmbito mundial frente à crise do padrão fordista-keynesiano e teve reflexos no complexo têxtil, sobretudo na indústria da confecção/vestuário brasileira, que passa a concorrer com outros países da economia mundial, como é o caso do Sudeste Asiático, caracterizado pela utilização de mão de obra barata e investimento tecnológico.

Nesse cenário, um dos maiores incentivos tem sido o deslocamento espacial desse segmento produtivo para localidades com mão de obra barata, com regimes de trabalho pautados na subcontratação e na precariedade, tendo em vista a imprevisibilidade e oscilação das demandas.

Outra característica da indústria da confecção é a segmentação dos/as trabalhadores/as em determinadas atividades, pois apesar da prevalência feminina na cadeia produtiva, em especial no manejo

das máquinas de costura, é expressivo o contingente de homens nas ocupações consideradas de maior qualificação, como é o caso dos modelistas<sup>76</sup> e cortadores.<sup>77</sup>

Apesar da presença do trabalho masculino no complexo têxtil, sobretudo na cadeia produtiva da confecção/vestuário, prevalece o segmento feminino nesse ramo de atividade, conforme se verifica na Tabela 1.

**Tabela 1: Número de Trabalhadores/as na Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos no Brasil segundo Gênero e Região – Ano 2008**

Região	Homens	Mulheres
Norte	2.612	4.081
Centro Oeste	12.540	22.530
Nordeste	72.723	89.369
Sul	91.523	182.385
Sudeste	184.045	293.600

Fonte: Rais/2008. Elaboração própria

A indústria da confecção/vestuário apresenta características que merecem ser destacadas, como a concentração de trabalhadores/as

76. O trabalho do modelista consiste em estabelecer uma relação direta com os proprietários. É o modelista que “[...] ‘traduz’ os desenhos dos modelos para um molde a partir do qual será cortado o tecido. Seu trabalho é bastante especializado, já que, além do modelo original, deve realizar as ampliações para os diversos tamanhos e corrigir os defeitos descobertos após a montagem dos protótipos, fazendo as modificações necessárias nos moldes. [...] os salários que recebem são dos mais altos das firmas” (Abreu, 1986, p. 143-144).

77. O riscador ou cortador tem como função enfestar o tecido, riscar e cortar o tecido enfestado. Tal tarefa consiste em um trabalho especializado, pois “[...] ao esticar o tecido na mesa de corte (enfestar), é necessário cuidado no alinhamento das várias camadas; o melhor encaixe do risco pode significar uma economia significativa de tecido, e qualquer erro no corte envolve a perda de um grande número de peças. Em grandes empresas, essas tarefas são usualmente realizadas por homens, mas em pequenas confecções a presença de mulheres nessas funções é bastante comum” (Abreu, 1986, p. 144).

nas regiões Sudeste e Sul e o predomínio do trabalho feminino em todas as regiões do país.

Vale ressaltar que os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) não contemplam o *trabalho invisível*, ou seja, o trabalho informal, subcontratado, terceirizado, realizado em domicílio e sem vínculo empregatício, que representa uma parcela significativa desse setor produtivo. A Rais analisa a realidade brasileira com base no regime de trabalho formalizado e regulamentado pela legislação trabalhista, com carteira assinada, ou seja, o *trabalho visível*. Assim, observa-se que a realidade da cadeia produtiva da confecção/vestuário é muito mais complexa do que as informações estatísticas *per se*, pois os respectivos dados apresentados pela Rais se respaldam em análises do trabalho regulamentado e formalizado, desconsiderando o trabalho informal realizado em facções e nos domicílios das/os trabalhadoras/es desse setor produtivo.

Conforme pode ser observado na Tabela 2, as indústrias da confecção/vestuário no Brasil estão concentradas principalmente nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, tendo essa última região se tornado destaque nos últimos anos em decorrência do deslocamento geográfico das empresas.

**Tabela 2: Indústrias da confecção/vestuário no Brasil – Total de estabelecimentos por região no ano de 2013**

Região Brasileira	Total de estabelecimentos
Sudeste	34.352
Sul	20.369
Nordeste	10.532
Centro Oeste	5.181
Norte	769
Total	71.203

Fonte: Rais/2013. Elaboração própria

Os dados da Tabela 2 acerca do número de indústrias da confecção/vestuário no Brasil evidenciam o predomínio das regiões

Sudeste, Sul e Nordeste na produção do vestuário e da confecção, o que demarca a importância da realização de estudos acerca dessa temática nesses cenários, tendo em vista que em algumas realidades (locais, regionais, nacionais) essa ramificação econômica torna-se uma das únicas possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

No caso do Nordeste, houve estímulo para o deslocamento industrial de diversos setores produtivos para a região, contando com a adoção de práticas terceirizadas, implantação de cooperativas, incentivos fiscais, linhas de crédito, mão de obra barata, doação de terrenos, dentre outros “benefícios” voltados para a reprodução do ciclo capitalista, em detrimento da ausência (ou restrição) de direitos sociais para a classe trabalhadora absorvida nesses locais e regiões.

A cadeia produtiva da confecção/vestuário brasileira é complexa, heterogênea, fragmentada e ainda se caracteriza, predominantemente, pela produção em pequenas e médias unidades, marcadas pela relação máquina de costura *versus* costureira, ou seja, ainda sob o modelo taylorista/fordista, com reduzido incremento tecnológico. Além do mais, essa cadeia produtiva apropria-se, em sua maioria, do trabalho feminino e do regime de subcontratação já que a produção tem uma curta vida útil, por seguir tendências e oscilações do sistema da moda, baseado em determinadas estações e épocas.

A cadeia produtiva da confecção acompanhou, nos últimos anos, as transformações na organização, regulação e gestão do trabalho em um contexto marcado pela flexibilização produtiva, ou seja, arranjos foram estruturados no âmbito da dinâmica do capital financeiro, o que provocou uma intensificação de formas externalizadas de diversas fases da produção. Com isso, o mundo da produção atualizou formas de trabalho pautadas em atividades temporárias, domiciliares e precárias que se tornaram funcionais aos anseios do processo de acumulação capitalista.

Esses direcionamentos no mundo do trabalho são verificados, no caso brasileiro, em especial a partir da década de 1990, diante da acentuada crise desencadeada com a abertura econômica, a qual resultou em um período de recessão e falência de indústrias que não

conseguiram manter o nível de competitividade com os padrões do mercado externo. Isso foi observado, também, no segmento têxtil e de confecção, que sofreram os rebatimentos desse processo, pois a entrada de produtos importados no mercado interno, com destaque para roupas e tecidos em volume elevado e a baixos preços, implicou na redução, suspensão ou, até mesmo, na falência de indústrias na respectiva época.

Como resposta à crise capitalista instaurada, o processo de reestruturação produtiva e a adesão às prerrogativas neoliberais, no contexto da mundialização do capital, desencadeou um acelerado movimento de externalização da produção industrial, utilizando intensiva e extensivamente, as formas de subcontratação e o trabalho domiciliar. Essas medidas tiveram como principais razões a busca por flexibilização da produção e do trabalho, com vistas à redução de custos como estratégia econômica de competitividade, o que contribuiu para o enxugamento do trabalho formal e regulamentado, realizado no espaço interno das fábricas e indústrias. Isso provocou o crescimento de pequenas unidades produtivas, além de estimular a informalidade e regimes de subcontratação.

No cenário de reorganização, externalização e deslocamento geográfico das atividades produtivas, a partir do impulso às formas de subcontratação, pôde-se verificar empresas multinacionais atuando em dimensão mundial, com sede em um determinado país e controlando seus processos de produção em outras localidades, onde se encontram os prestadores de serviços, os quais submetidos a essa cadeia mundial, tornam-se destituídos de garantias sociais, trabalhistas e previdenciárias, vivendo em condições precárias de trabalho.

Uma das modalidades crescentes no âmbito da cadeia produtiva da confecção é a cooperativa, que reproduz a lógica de valorização do capital. Porém, a falácia ideológica acerca das benfeitorias da cooperativa contribui para “seduzir” trabalhadores/as, os/as quais passam a se reconhecer como entes autônomos no processo produtivo.

Por isso, introduzir essa modalidade de produção em determinadas regiões foi uma estratégia de atendimento aos propósitos da

lógica de acumulação capitalista com seu escopo de maximização de lucros e exploração do trabalho, pois o baixo custo da força de trabalho se torna atrativo aos empregadores, visto que para os empresários, os gastos com salários e encargos sociais previstos na legislação significam um empecilho para a geração de empregos e compromete a competitividade da indústria brasileira no mercado interno e externo. Assim, ocorre a migração de unidades produtivas para os espaços geográficos onde não há um sindicalismo organizado e combativo, para que possam subjugar as relações e condições de trabalho aos imperativos do capital.

O deslocamento industrial repercute substantivamente na vida da classe trabalhadora, pois incide no acirramento da precarização das relações de trabalho e no desemprego nas localidades de maior custo da mão de obra, contribuindo conseqüentemente para o enfraquecimento do poder sindical. Além do deslocamento territorial, adotou-se a terceirização como uma estratégia de competitividade, que significa a transferência de partes ou, até mesmo, de todas as atividades de produção para “terceiros”, ou seja, micro, pequenas empresas ou trabalhadores autônomos assumem as responsabilidades com as atividades produtivas e demais procedimentos a serem executados em um determinado prazo e na devida quantidade solicitada. Essa relação terceirizada não é caracterizada por vínculos empregatícios, fugindo do aparato da legislação que regula as relações de trabalho (Druck; Borges, 2002). Porém, existe um contrato informal pautado no compromisso da entrega do produto com prazo e quantidade estipulados que depende dos fluxos de mercado, como é o caso da cadeia produtiva da confecção/ vestuário e de calçados.

Esse tipo de “contrato” pode ser rompido a qualquer momento, sem danos ao contratante, mas quanto aos trabalhadores e trabalhadoras contratados/as, o rompimento dessa relação impacta diretamente em suas condições de vida e satisfação de suas necessidades sociais. Em síntese, a terceirização objetiva reduzir custos sociais no que tange ao trabalho e maximizar lucros para a reprodução e

sobrevivência do capital, o que significa efeitos danosos para a classe trabalhadora. A terceirização provoca o agravamento da “questão social”, na medida em que contribui para o crescimento do desemprego, à precarização das condições de trabalho, ao aviltamento salarial, à perda de direitos sociais e trabalhistas, além do forte ataque ao sindicalismo, tendo em vista a fragmentação e fragilização da classe trabalhadora na era da acumulação flexível.

Dentre os ramos da cadeia produtiva brasileira que adotaram as estratégias de terceirização, é nítido o caso da indústria de confecção. Tal setor ainda é caracterizado por uma tecnologia rudimentar, baseado no uso intensivo da força de trabalho, pois a produção consiste na utilização da máquina de costura industrial e do trabalho manual, com forte incorporação do trabalho domiciliar feminino pautado no regime da subcontratação (Lima, 2009).

Desde sua origem, o setor econômico confeccionista tem adotado essas respectivas práticas em suas atividades produtivas. Ou seja, o trabalho domiciliar feminino e subcontratado na indústria da confecção não é um fenômeno recente, mas remonta ao início da indústria têxtil. Além do mais, o setor da confecção tem utilizado e revitalizado formas terceirizadas e/ou quarteirizadas, transferindo para a classe trabalhadora o ônus com os gastos de manutenção da produção.

O trabalho domiciliar, caracterizado pela subcontratação, terceirização e/ou quarteirização, se torna fundamental para a sustentação dessa cadeia produtiva mediante a redução de custos no que tange ao ônus com aluguel, maquinário e com a força de trabalho devido aos encargos sociais, pois os/as trabalhadores/as subcontratados/as não são assegurados de nenhum direito trabalhista no que tange à previdência social, férias, décimo terceiro salário, licença maternidade, fundo de garantia, dentre outros. Além do mais, adotar o trabalho domiciliar em regime de subcontratação permite a flexibilidade para os contratantes, considerando que muitos recorrem aos/as trabalhadores/as externos/as especialmente nos momentos de aquecimento econômico.

Tendo em vista a incorporação intensificada do trabalho externo no ramo da confecção, sua adoção é utilizada com maior proporção em determinadas etapas do processo produtivo, pois, segundo Abreu (1986, p. 151), a confecção está dividida em algumas fases de produção que podem ser subdivididas em: *primeira fase*, caracterizada pela idealização ou também conhecida como esquematização do modelo, que envolve a escolha do tecido, das cores e a padronagem (criação, design); a *segunda fase*, caracterizada pela preparação, que engloba a modelagem e o corte e exige uma maior qualificação do/a trabalhador/a<sup>78</sup>; a *terceira fase*, marcada pela montagem das peças<sup>79</sup> e, por fim, o acabamento (produto final).<sup>80</sup> Dentre essas eta-

---

78. Cabe ressaltar que tal etapa da produção exige uma maior qualificação profissional, porém em sua maioria, a qualificação não é atribuída àqueles que realizaram cursos especializados, pois “[...] a prática é geralmente mais importante do que o treinamento profissional propriamente dito, e, em alguns casos, uma longa experiência como costureira particular conta mais que um diploma recente de curso de modelagem” (Abreu, 1986, p. 151-152).

79. Compete ao montador unir as partes que foram cortadas. “Considerada o gargalo de qualquer confecção, é na montagem que as maiores diferenças nas formas de organização da produção podem ser percebidas entre pequenas e grandes fábricas. Nas pequenas confecções, as pequenas séries e a diversificação de modelos não justificam a introdução de trabalho parcelado. A montagem é realizada por peça inteira, cada costureira fazendo a montagem completa de cada peça. As máquinas utilizadas são na sua maioria máquinas de costura reta e a máquina de *overloque* é uma das poucas máquinas especializadas considerada indispensável. A máquina de *overloque* chuleia os bordos do tecido, impedindo que se desfie, e a tarefa de *overlocar* é geralmente realizada antes da montagem propriamente dita. A *overloquista* recebe do corte os pequenos pacotes de tecido cortado, *overloca* todas as partes que ficarão expostas depois da montagem, e refaz os pacotes que são, então, distribuídos entre as costureiras” (Abreu, 1986, p. 153).

80. A fase do acabamento diz respeito ao caseamento, pregar botões, fazer bainha e a limpeza da costura dos fios de linha e passadoria. Garcia (1994, p. 193-194) destaca que “[...] o processo produtivo no acabamento envolve as etapas de preparação, tingimento e acabamento. Na preparação são removidas as impurezas do tecido cru. [...] No tingimento os tecidos recebem os corantes. [...] Finalmente, o processo é completado pela passagem do tecido pela calandra universal, onde é executado o alisamento, melhorando a qualidade de toque e retirando as dobras erradas”.

pas, a montagem e o acabamento se destacam pela utilização de trabalhos subcontratados.

Na cadeia produtiva da confecção, apenas algumas etapas de fabricação do vestuário adotaram incrementos tecnológicos, como ocorreu na fase do desenho com a utilização do sistema CAD (Desenho Assistido por Computador) e no corte com a adesão ao sistema CAM (Manufatura Assistida por Computador). A incorporação técnico-científica ficou restrita às grandes empresas com maior índice de produtividade. Em relação aos demais processos produtivos como montagem e costura das peças, persistem formas de trabalho manuais e sem incorporação tecnológica. O ramo da confecção também tem, nos últimos anos, investido no *design* de produtos e no marketing.

Conforme abordado por Araújo e Amorim (2002, p. 296), as atividades externalizadas, sobretudo para o trabalho domiciliar, geralmente, consistem na costura, no acabamento e embalagem, ou seja, as fases intensivas em mão de obra, pois a maioria das empresas tende a manter determinadas fases como o design, a modelagem, o encaixe e o corte no espaço interno da fábrica.

Do conjunto da classe trabalhadora incorporada nessas atividades externas, as mulheres representam o maior contingente, por atender aos anseios empresariais, pois executar tarefas no espaço domiciliar torna-se muitas vezes um “atrativo”, no sentido da compatibilização de atividades voltadas para a produção com as atividades da reprodução, ou seja, cuidam da casa, dos filhos, dos afazeres domésticos em geral, ao mesmo tempo em que se dedicam à atividade produtiva da costura.

De acordo com Araújo e Amorim (2002), ao analisar a região de Campinas e segundo pesquisa realizada em Divinópolis com as costureiras, pode-se observar que a divisão sexual do trabalho na confecção é algo evidente, pois predomina a ocupação por homens nos níveis hierárquicos mais elevados e na direção. Já a costura absorve um maior contingente feminino. Segundo as autoras, considerando que esse processo ainda se configura na relação máquina

de costura *versus* costureira, ou seja, pautada em uma defasagem tecnológica, a adoção às inovações tecnológicas é verificada nas etapas anteriores à costura, “[...] através da utilização dos sistemas CAD nas fases de design, modelagem, gradeamento e encaixe, e de equipamentos de controle numérico na fase do corte” (Araújo; Amorim, 2002, p. 278-279).

A partir da complexificação da divisão social e sexual do trabalho e das especializações do trabalho coletivo na contemporaneidade, verificam-se alterações substanciais nas fases de produção do vestuário, pois, se anteriormente a costureira particular detinha todo o conhecimento do processo de confecção da roupa se aproximando das formas artesanais, a partir da organização científica do trabalho, que estabelece atividades parciais e fragmentadas, ou seja, taylorizadas, surgem profissionais responsáveis por determinadas etapas da fabricação de um produto, como é o caso da confecção representada por costureiras, arrematadeiras, cortadoras, modelistas, bordadeiras, dentre outras.

Nessa cadeia produtiva prevalece a utilização intensiva de trabalho, em especial nas pequenas e médias unidades produtivas, baseada na mão de obra das costureiras, além da expansão da informalidade.

Para Cacciamali (2000, p. 153), o tema da informalidade é complexo e heterogêneo e pode abarcar diversas ramificações da economia, como as atividades terceirizadas, as microempresas prestadoras de serviços, o comércio de rua e de ambulantes, o trabalho temporário, subcontratado e domiciliar, a sonegação fiscal, a contratação ilegal de trabalhadores assalariados que não são contemplados pelos direitos sociais e trabalhistas, dentre outros. A autora argumenta que o processo de informalidade pode ser representado pelos assalariados sem registro e pelos trabalhadores por conta própria.

A informalidade é parte constitutiva do sistema capitalista, pois contribui diretamente para a acumulação e reprodução ampliada do capital. É uma estratégia fundamental para o atendimento dos interesses do capital e ao mesmo tempo significa, para a classe trabalhadora, regressão, ausência e perda de direitos sociais e trabalhistas.

O fenômeno da informalidade tem sido amplamente analisado nas últimas décadas, com vistas a compreender sua processualidade, dinamismo e efeitos deletérios para a classe trabalhadora, sobretudo para as mulheres, que passam a incorporar de forma significativa essa modalidade de trabalho.

A estratégia de adoção da informalidade nas formas contratuais consiste, sobremaneira, no rebaixamento dos custos com a força de trabalho, cujo aspecto é avaliado sob o prisma do capital como mecanismo negativo e impeditivo da competitividade econômica. O crescimento da informalidade provocou “[...] um processo de ‘quádrupla’ precarização – do trabalho, da saúde, do emprego e dos sindicatos [...]” (Druck; Borges, 2002, p. 113).

Nas últimas décadas, as mudanças processadas no interior das empresas confeccionistas decorrentes da reestruturação produtiva e da justaposição às formas de organização do trabalho pautada na acumulação flexível resultaram na combinação de antigos e recentes sistemas de gestão, regulação e organização do trabalho, que rebateram de forma corrosiva a vida da população em geral. Diante dessa lógica capitalista organizacional, os/as trabalhadores/as passaram a ser pressionados pelo cumprimento de metas de produtividade, além da intensificação do ritmo de trabalho e transferência de responsabilidades que eram de incumbência das empresas para aqueles/as que vendem sua força de trabalho em troca de salários. Tais fatos e processos sociais também foram apresentados pelas trabalhadoras da confecção de Divinópolis, na pesquisa de campo, com base em suas trajetórias e narrativas.

O município de Divinópolis, considerado polo econômico da região do Alto São Francisco e localizado na região centro-oeste do Estado de Minas Gerais, encontra-se às margens do rio Itapacerica, estando a 104 km da capital Belo Horizonte. Apesar de evidências de sua ocupação no século XVIII, oficialmente, a constituição da cidade é considerada a partir da instalação do primeiro governo municipal em 1912.

De acordo com o censo do IBGE, o município possuía 213.016 habitantes no ano de 2010, sendo 109.188 mulheres e

103.828 homens, constatando uma predominância feminina no conjunto da população. Além disso, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2010, a cidade detinha a vigésima primeira posição (0,764) no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDH) do Estado de Minas Gerais.

A chegada da ferrovia em Divinópolis, no final do século XIX, provocou impactos para a dinâmica local e possibilitou o deslocamento de mercadorias e de pessoas para diversas regiões do país, o que propiciou a expansão comercial. O objetivo da criação da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) em fins do século XIX era possibilitar o acesso comercial e de pessoas aos limites da Província de Minas Gerais, atravessando todo o interior do Estado (Corgozinho, 2003).

A primeira estação ferroviária do município foi inaugurada em 30 de abril de 1890 e, a partir dela, ocorreu uma intensificação e dinamização econômica e social. Após esse acontecimento, observou-se um significativo crescimento demográfico, frente a um intenso fluxo migratório, pois até então a população dessa localidade era, predominantemente, rural. A introdução ferroviária inaugurou uma nova fase no local, inclusive com a chegada de um novo tipo de trabalhador, o assalariado, mediante a expansão urbana e comercial. Sendo a ferrovia o principal elemento aglutinador da economia local, foram instaladas, posteriormente, as oficinas da Estrada de Ferro do Oeste Mineiro, que significou o surgimento da primeira grande fábrica no município.

Com a introdução fabril, surgiu também a Vila Operária como estratégia de garantir a residência do trabalhador ferroviário. Vale destacar que na construção das oficinas da ferrovia e da Vila Operária utilizou-se a força de trabalho de imigrantes europeus de diversas nacionalidades que traziam suas experiências em relação a um tipo de trabalho baseado nas relações fabris e urbanas, além das experiências de resistência do movimento operário europeu. Dentre os anos de 1940 a 1960, a região centro-oeste de Minas Gerais, em

especial o município de Divinópolis, se destacou pelas manifestações e resistências dos operários da ferrovia, diante das refrações da “questão social” que se manifestavam em decorrência das contradições entre capital e trabalho (Corgozinho, 2003).

Nos anos 1950, o fordismo se instaura no país e as atividades ferroviárias vão perdendo destaque no cenário econômico brasileiro como um todo, tendo em vista a conjuntura política do governo federal de estimular a instalação de siderurgias, metalurgias e o transporte rodoviário. Essa prerrogativa, endossada no Governo de Juscelino Kubitschek, com seu plano desenvolvimentista, contribuiu para a diversificação econômica do país, inclusive de Divinópolis, que passa a produzir ferro-gusa, provocando no período uma significativa expansão demográfica decorrente dos fluxos migratórios. Nesse período, Juscelino Kubitschek assume a presidência do país, adotando uma política pautada no lema desenvolvimentista dos “50 anos em 5”, como forma de “recuperar” o suposto atraso nacional. Essa fase foi marcada pela forte presença do capital estrangeiro, com incentivo à urbanização e à industrialização, em especial dos bens duráveis.

Em relação à Divinópolis, Pedrosa (2005, p. 80) pontua que o município vivenciou três momentos significativos em seu desenvolvimento econômico, sendo o primeiro caracterizado pelo advento da ferrovia, o segundo pela metalurgia e o terceiro pela indústria da confecção/vestuário.

A atividade metalúrgica se instala em Divinópolis na década de 1950 e até os anos de 1980, empregou uma parcela significativa da mão de obra urbana de Divinópolis.

Além da indústria metalúrgica, outras ramificações produtivas emergem no município, como a fiação e tecelagem que fabricavam artigos de cama e mesa, a fabricação de materiais para máquinas de costura e também fábricas de calçado.

Desde o início do século XX, as atividades da confecção/vestuário já se faziam presentes no município e em 1938 foi criada a Companhia de Fiação e Tecelagem de Divinópolis (Fitedi), que iniciou suas atividades produtivas dois anos depois (Corgozinho, 2003).

Mas o setor da confecção/vestuário só se expande nesta localidade a partir dos anos 1980, no contexto da crise do fordismo e de adesão ao processo de reestruturação produtiva. Com a expansão do setor da confecção, a economia municipal se diversificou, propiciando a geração de emprego e renda para a população local, para além da hegemonia metalúrgica.

Com base nos estudos de Pedrosa (2005, p. 69), em 1986 a indústria metalúrgica absorvia 43% do total da força de trabalho industrial de Divinópolis, enquanto a indústria da confecção absorvia 29%. Já em 1994, a indústria de confecção suplanta a metalurgia, pois passa a absorver 37% dos trabalhadores enquanto o setor metalúrgico absorvia 36%. Ou seja, é a partir da década de 1990 que o setor confeccionista ganha maior destaque no cenário econômico municipal diante da profunda crise de produção do ferro-gusa, que provocou o fechamento de grande parte das empresas de metalurgia. Conforme os estudos da autora, no ano de 2000 as diferenças entre a confecção e a metalurgia se acentuam, pois enquanto a indústria de confecção/vestuário absorvia 45% da força de trabalho, o ramo metalúrgico incorporava 20%.

O investimento na indústria da confecção, no cenário local, significou um atrativo para a economia do município e contribuiu para alavancar o comércio atacadista de tecidos, de acessórios e artigos de vestuário, fios têxteis, fibras vegetais, o fornecimento de máquinas e equipamentos, lavanderias industriais, fábricas de etiquetas e demais serviços concernentes à tal ramificação.

Cabe lembrar que a indústria da confecção em Divinópolis se expande em um contexto de abertura econômica nos anos 1990, no cenário da reestruturação produtiva e de adesão aos preceitos neoliberais. Tal setor econômico foi atingido pela dificuldade concorrencial frente aos produtos estrangeiros de baixo preço que chegavam ao Brasil, em especial os produtos chineses. Na década de 1990, com implantação do Plano Collor e posteriormente do Plano Real, objetivando estabilização econômica por meio de sobrevalorização do câmbio e aumento da taxa de juros, ocorreu a entrada de pro-

duto importados no país em larga escala, desencadeando déficit na balança comercial e crise na indústria brasileira.

Nesse quadro, uma das estratégias adotadas pelo setor confeccionista foi a reestruturação produtiva, pautada no processo de acumulação flexível (Harvey, 2014), que resultou na descentralização das atividades e incorporação significativa do trabalho feminino, com ênfase para a informalidade, em especial para o trabalho a domicílio e cooperativas. Essa dimensão conjuntural de ordem política e econômica resultou em um reordenamento das atividades e falências de unidades produtivas.

Atualmente, nesse município, observa-se uma diversificação das atividades econômicas, porém, ainda há uma prevalência das atividades direcionadas ao ramo da confecção/vestuário e da metalurgia, como se observa na Tabela 3.

**Tabela 3: Número de Estabelecimentos e Empregos segundo as atividades econômicas – Município de Divinópolis – Ano 2008**

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria de extração de minerais	9	60
Indústria de produtos minerais não metálicos	31	178
Indústria metalúrgica	137	4.045
Indústria mecânica	29	248
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	8	177
Indústria de materiais de transporte	18	199
Indústria da madeira e do mobiliário	48	233
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	48	711
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, prod. sim. e ind. diversa	35	374
Ind. química, prod. Farmac., veterin., perf., sabões, velas e mat. plast.	49	1.047
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	698	6.282
Indústria de calçados	24	391
Indústria de produtos alimentícios e bebidas	124	1.297
Serviço de utilidade pública	3	162

### Desigualdade de Gênero no Mundo do Trabalho

Construção civil	402	1447
Comércio varejista	2.219	10.225
Comércio atacadista	338	2.680
Instituições de crédito, seguro e capitalização	74	1.094
Comércio, Adm. imóveis, valores mobiliários	565	3.865
Transportes e Comunicação	210	2.615
Serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, etc.	558	3.266
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	407	2.464
Ensino	91	1.711
Administração Pública Direta e Autárquica	5	4.473
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	404	1.336
TOTAL	6.534	50.580

Fonte: Rais/2008. Elaboração própria

De acordo com a Tabela 3, predomina no município de Divinópolis os setores metalúrgicos e da confecção/vestuário na geração de empregos e no número de estabelecimentos, além da importância do comércio. Tal informação é significativa para endossar a importância dessas ramificações produtivas para a geração de emprego nessa localidade.

Em Divinópolis, até os anos 1980 prevalecia a hegemonia da indústria metalúrgica, que absorvia em sua maioria o contingente masculino de trabalhadores. Já na confecção ocorre um movimento inverso, incorporando majoritariamente em suas atividades as mulheres para o trabalho, tanto no espaço fabril, quanto no âmbito domiciliar.

De acordo com os apontamentos de Pedrosa (2005, p. 74), enquanto na indústria metalúrgica havia uma ocupação de 5% do trabalho feminino, na indústria da confecção as mulheres representavam 70% da mão de obra total. Além do mais, na confecção os salários auferidos são inferiores ao da metalurgia, pois “[...] enquanto a maior parte dos trabalhadores metalúrgicos recebe entre 2 a 4 salários mínimos, a maioria dos trabalhadores da indústria de confecção recebe até 2 salários mínimos” (Pedrosa, 2005, p. 79), o

que atesta, no contexto da divisão sexual do trabalho, os “nichos” e “guetos ocupacionais” destinados aos homens e às mulheres.

A recente configuração do setor metalúrgico e da confecção/ vestuário em Divinópolis demonstra a importância dessas atividades para a geração de emprego local e revela a sustentação da divisão sexual do trabalho nestes setores produtivos.

**Tabela 4: Total de Trabalhadores segundo Gênero na Indústria Metalúrgica e Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecido em Divinópolis – Ano 2008**

Setor Produtivo	Homens empregados	Mulheres empregadas
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido	1.720	4.562
Indústria metalúrgica	3.758	287

Fonte: Rais/2008. Elaboração própria

A Tabela 4 ilustra a relevância dos setores metalúrgicos e da confecção na geração de empregos no município de Divinópolis e também esboça a divisão sexual do trabalho ainda presente em determinadas ramificações e nichos da estrutura produtiva, como pode ser observado pelo predomínio de homens na metalurgia, atividade compreendida como “dura” e “pesada”, que exige força física e o predomínio de mulheres na confecção/vestuário, entendida como atribuição essencialmente feminina, por exigir delicadeza, destreza e habilidade manual. Também se observa que na confecção/vestuário, mesmo que ocorra a incorporação do trabalho masculino, ainda predomina o segmento feminino nessa cadeia produtiva, especialmente no que se refere à costura, que em grande escala, encontra-se na informalidade. Por isso, o dado informado pela Rais (2008) é uma referência, não podendo ser apreendido de forma absoluta, tendo em vista que contempla apenas a classe trabalhadora com vínculo regulamentado/formalizado, com carteira assinada.

Ao analisar essa realidade, percebe-se que a indústria da confecção se consolida em âmbito local num momento de adesão aos

preceitos da reestruturação produtiva, incorporando formas de trabalho pautadas na flexibilização. Diante disso, a indústria da confecção passa a combinar os processos taylorista/fordista de produção com o padrão toyotista de flexibilidade.

Tal realidade pode ser constatada em pesquisa realizada por Pereira (2004, p. 81) em Divinópolis, em que apresenta a existência de empresários do ramo confeccionista que não possuem uma estrutura física organizacional, ou seja, com máquinas e trabalhadores, mas são proprietários de etiquetas, de lojas ou atuam como viajantes vendendo os produtos confeccionados. Esse formato de trabalho objetiva a redução com encargos sociais, manutenção de espaço físico e impostos. Mas a autora também apresenta a outra face da mesma realidade, caracterizada pela existência das fábricas, pautadas na combinação produtiva dos modelos taylorista/fordista e toyotista e que englobam a modelagem, corte, confecção e finalização dos produtos, como arremate, embaladeira, passadeira e despacho da mercadoria.

Outro aspecto enfatizado por Pereira (2004, p. 82) é a prevalência de homens nas atividades como o corte, embalagem e despacho das mercadorias, por serem consideradas atividades pesadas. Já na confecção, verifica-se o contrário, considerando a predominância feminina que geralmente opera uma máquina em uma produção organizada sob os moldes taylorista/fordista.

Cabe mencionar que a maioria das indústrias de confecção que surgiram no cenário local se caracteriza como micro e pequenas empresas, diferentemente da metalurgia que se concentra em grandes unidades.

Tendo em vista as exigências do ramo da confecção para a flexibilidade na produção decorrente do sistema da moda, as empresas de pequeno porte são mais atraentes por se adequarem com maior facilidade a tais prerrogativas.

Embora os dados não explicitem a quantidade de indústrias da confecção em Divinópolis em relação ao porte, apresentam a quantidade de trabalhadores/as inseridos/as nos estabelecimentos de

acordo com seu tamanho. Por isso, é possível perceber pelos dados a prevalência de micro e pequenas empresas, conforme demonstra a Tabela 5.

**Tabela 5: Total de Trabalhadores empregados segundo Tamanho do Estabelecimento (Porte) e Gênero na Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos em Divinópolis – Ano 2008**

Tamanho do Estabelecimento	Homens	Mulheres
Microempresa (0 a 19 empregados/as)	713	2.369
Pequena empresa (20 a 99 empregados/as)	638	1.754
Média empresa (100 a 499 empregados/as)	369	439

Fonte: Rais/2008. Elaboração própria

Além do predomínio de micro e pequenas empresas no setor confeccionista em Divinópolis, considerando o número de trabalhadores/as empregados/as, verifica-se a inexistência de empresas de grande porte, ou seja, aquelas acima de 500 empregados/as.

Considerando que os dados abrangem somente o trabalho formal, é importante destacar que os determinantes socioeconômicos e ideopolíticos ocorridos em âmbito mundial e nacional se refletem em escalas municipais e regionais, como é o caso de Divinópolis, que também vivenciou as transformações desencadeadas no mundo do trabalho.

A informalidade, fenômeno de caráter estrutural no contexto da reestruturação produtiva, encontra-se em plena expansão na indústria da confecção dessa cidade, através do trabalho domiciliar das costureiras. Focada na desconcentração, flexibilidade e redução de custos, a marca da reestruturação na indústria de confecção tem sido a terceirização, o que acompanha as tendências da reestruturação produtiva no Brasil. (Neves, 2006, p. 260)

A atividade da confecção em âmbito local presenciou os processos de reestruturação produtiva em seu aspecto organizacional,

frente à intensificação das formas de terceirização implementadas nos últimos decênios, principalmente na fase do acabamento e da costura propriamente dita. Outras etapas da produção, como a idealização, ou seja, a criação e *design* dos modelos e o corte, permanecem centrados em grande parte no espaço fabril. Os procedimentos adotados em relação às medidas terceirizadas contribuíram para a lógica expansionista e acumulativa capitalista de obtenção de lucros por meio da redução dos custos de mão de obra frente ao desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas.

Nesse cenário, a atividade confeccionista em Divinópolis

[...] encontra-se espalhada por toda a cidade, mas na maioria das vezes é oculta aos olhos das pessoas que não se encontram envolvidas com o segmento. Muitas confecções são instaladas em residências ou em condomínios residenciais, sendo comum o empresário do setor construir um edifício, destinando o pavimento térreo para a fábrica e os demais pavimentos para apartamentos residenciais. (Pedrosa, 2005, p. 74)

Com a disseminação de etapas da produção da confecção fora dos limites da fábrica, ou seja, com o estímulo da informalidade, em especial do trabalho em domicílio, executado, sobretudo, pelas mulheres, tornou-se constitutivo do cenário do município os serviços prestados por essas trabalhadoras às unidades contratantes. Com isso, é corriqueiro encontrar mulheres pelos diversos bairros da cidade que possuem facções em suas residências e prestam serviços às empresas locais.

[...] o emprego de diferentes formas de subcontratação impede ainda hoje a quantificação do número exato de trabalhadoras envolvidas na produção externa ao espaço fabril. É provável que no contexto atual a indústria de confecção brasileira tenha mais trabalhadoras fora da fábrica que dentro de suas instalações [...]. (Amorim, 2003, p. 53)

A expansão de formas terceirizadas, sobretudo do trabalho em domicílio, foi favorável para a compatibilização do trabalho doméstico com uma atividade assalariada, o que significou uma acentuada participação feminina no mundo do trabalho. Esse fenômeno é inegável em Divinópolis, pois “as estratégias de reestruturação, fundadas no trabalho domiciliar informal, têm encontrado ressonância entre as mulheres, diante da obrigatoriedade das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos” (Neves, 2006, p. 260).

Mas é importante considerar que as atividades terceirizadas e informais permanecem em situação de clandestinidade, o que dificulta um dado estimado e estatístico sobre essa realidade no município e nas demais localidades e regiões, em decorrência de sua invisibilidade. Ausentes dos registros oficiais e de proteção social e trabalhista, as mulheres inseridas nessa cadeia produtiva vivem e sobrevivem no anonimato, sob formas de trabalho marcadas pela precariedade, criando estratégias cotidianas para manutenção de sua subsistência e de seus familiares.

Outro dado importante, com base em estudos realizados sobre essa realidade, é a não exigência de “qualificação” de trabalhadores e trabalhadoras nesse ramo de atividade, ou uma exigência mínima e restrita, pois apenas são exigidas destrezas e habilidades prático-manuais. São predominantes nesse setor os preceitos tayloristas-fordistas, com a manutenção de prolongadas jornadas de trabalho, incentivos e prêmios por produtividade. A jornada de trabalho estipulada nas empresas de confecção consiste em 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo permitido o acréscimo de horas extras conforme a necessidade da produção e aquecimento da economia, sendo que os principais períodos de elevação da produtividade se concentram em datas comemorativas e festivas como o Natal e também a estação de inverno. Nesses períodos, ocorre com mais frequência a quarteirização, ou seja, as empresas terceirizadas e/ou as trabalhadoras domiciliares subcontratam outras mulheres para o auxílio na produção por um tempo determinado, agravando ainda mais a *precarização sexuada do trabalho*.

Com base na pesquisa realizada por Neves (2006, p. 260), apesar do expressivo contingente feminino incorporado no setor da confecção, algumas fases são executadas por homens. Segundo a autora, o processo de produção do vestuário passa pelas seguintes etapas: “[...] criação de modelos, elaboração de moldes, infesto,<sup>81</sup> corte, costura, estamparia e acabamento” (p. 260) e, dentre tais fases, há um predomínio do trabalho masculino nos procedimentos do infesto e do corte, que requer maior qualificação e tem melhor remuneração. Isso contribui para a manutenção da divisão sexual do trabalho, já que,

[...] os novos postos criados pela microeletrônica, sobretudo na oficina de corte, permitiram a entrada de homens operários de alta qualificação no ramo: são postos que exigem um tempo de aprendizado formal mais longo e um senso de responsabilidade, podendo os erros representar custos onerosos para a produção. Por isso são mais bem pagos. (Hirata, 2002, p. 210)

Já a costura, o acabamento e estamparia, tarefas consideradas de baixa qualificação e repetitivas, são as etapas com maior incorporação do contingente feminino e que mais se utilizam do trabalho terceirizado, sob as marcas da informalidade e da precarização. Diante disso, observam-se as hierarquias e assimetrias nas relações de gênero/sexo também nas particularidades da cadeia produtiva da confecção que se reflete em todo o mundo do trabalho, tendo em vista a divisão sexual do trabalho.

A costura, etapa do processo produtivo que ocupa a maior parte do trabalho, [...] é realizada por mulheres, na informalidade, e tarefas como administração, criação, infesto e corte tem uma maior participação masculina, permanecendo como trabalho formal. Mantidas as atuais tendên-

---

81. “Infesto refere-se à preparação do tecido para o corte, envolvendo a colocação de várias camadas desse material sobre uma grande mesa” (Neves, 2006, p. 260).

cias, os homens devem concentrar-se no topo da cadeia, em tarefas administrativas, de comando, de maior qualificação e, conseqüentemente, com melhor remuneração. E as mulheres permanecerão na ponta da cadeia, realizando o trabalho informal, taylorizado, marcado pela monotonia, repetição e desqualificação. (Neves, 2006, p. 264)

De acordo com apontamentos de Neves (2006) e Hirata (2002), os homens se apropriaram das atividades mecânicas, técnicas e qualificadas, enquanto as mulheres estão confinadas às tarefas manuais, simples e rotineiras.

[...] a desqualificação resultante das novas tecnologias leva à expulsão da mão-de-obra feminina, presente anteriormente em um certo número de postos qualificados; o surgimento de novas qualificações, ao contrário, torna efetiva a entrada dos homens. Observa-se aqui, uma nova segregação dos postos segundo a qualificação e uma mudança da divisão sexual do trabalho no sentido de uma polarização anteriormente inexistente entre postos desqualificados femininos e postos qualificados masculinos. (Hirata, 2002, p. 211-212)

Em sua maioria, as atividades terceirizadas da costura e do acabamento são realizadas por facções, que são uma extensão da casa das costureiras, ou seja, as unidades produtivas passam a ser as residências das trabalhadoras, mesclando trabalho remunerado em domicílio com tarefas domésticas não remuneradas.

Já em relação ao trabalho fabril nas confecções, em sua maioria as condições são degradantes, pois as trabalhadoras, conforme informações obtidas na pesquisa de campo, não podem sequer conversar com as demais colegas de seção e são, inclusive, controladas com as idas ao banheiro para satisfazerem suas necessidades fisiológicas, o que comprova formas de tratamento desumanas com tal segmento. Submetidas à tais prerrogativas determinadas pelo mun-

do do trabalho na atualidade, as trabalhadoras se deparam com um quadro acentuado de precarização das relações de trabalho e da própria vida, o que as coloca em estado de instabilidade, inseguranças, incertezas e fragilização frente às supostas formas de enfrentamento dessa realidade, tendo em vista o isolamento em que elas se encontram, em sua maioria, nos trabalhos em domicílio.

A pesquisa realizada por Pedrosa (2005) revela a prevalência das indústrias de confecção de pequeno porte com produção em menor escala e baixo faturamento, que “[...] se orienta mais para o mercado varejista que para o atacado e apresenta uma postura mais comerciante do que industrial” (p. 84). Além do mais, essas indústrias estão suscetíveis a fatores externos como, por exemplo, a concorrência estrangeira e a fatores internos como consumo, necessidade da demanda, investimentos, planejamento, dentre outros aspectos que geram, ao mesmo tempo, não só a abertura significativa de unidades produtivas, mas também o fechamento temporário ou definitivo de outras.

No que se refere ao destino da produção, é característico do Brasil a produção dirigida ao mercado interno, o que também se constata em Divinópolis, com uma restrição à abrangência do consumidor, pois a maioria possui baixo poder aquisitivo. Com isso, os produtos confeccionados destinam-se em sua maioria ao mercado local e aos municípios circunvizinhos.

O que pode ser constatado na cadeia produtiva da confecção do município de Divinópolis é que o processo de reestruturação produtiva pela via da terceirização das atividades foi implementado em larga escala com o objetivo fundamental de redução dos custos da produção, sendo tal medida uma tendência generalizada no âmbito do mundo do trabalho, seja no plano local, regional, nacional ou internacional. Tal incorporação não eliminou desse ramo de atividade as bases tayloristas e fordistas e, por isso, se verifica a permanência de uma rígida divisão do trabalho marcada pela especialização e repetição de tarefas.

O desenvolvimento da cadeia produtiva da confecção em Divinópolis, no findar do século XX, contribuiu de forma significativa

para o ingresso da mulher no mundo do trabalho, mas observa-se que ocorreu uma inserção marginal e precarizada desse segmento nos espaços produtivos face ao processo de reestruturação produtiva, pois a presença feminina nesse setor econômico foi majoritariamente em atividades marcadas pela precarização, reforçando a divisão sexual do trabalho nessa ramificação produtiva. Às trabalhadoras, ficaram reservados postos de trabalho informais, terceirizados e subcontratados, e quando lhes foram assegurados os espaços fabris e formalizados, as atividades reservadas às mulheres foram caracterizadas pela baixa qualificação, repetição de tarefas e baixos salários, como é o caso da costura.

Isso pode ser conferido baseado nos dados fornecidos pela Rais, que atestam a discrepância salarial existente entre homens e mulheres na cadeia produtiva da confecção, pois mesmo sendo esse um espaço predominantemente feminino, as mulheres ainda ocupam as frações mais precárias e com menor remuneração.

**Tabela 6: Faixa de Remuneração Média com base no Salário Mínimo (S.M.) na Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos em Divinópolis segundo Gênero – Ano 2008**

Remuneração média	Homens	Mulheres
Até 2 salários mínimos	1.405	4.206
Mais de 2 a 5 salários mínimos	288	265
Mais de 5 a 10 salários mínimos	11	07
Mais de 10 salários mínimos	03	01

Fonte: Rais/2008. Elaboração própria

As informações da Tabela 6 evidenciam a permanência da divisão sexual do trabalho na contemporaneidade, considerando as hierarquias, assimetrias, desigualdades e discriminação ainda persistentes na sociedade em relação aos cargos, funções e salários de homens e mulheres. Como se observa na Tabela 6, as mulheres, mão de obra predominante na cadeia produtiva da confecção de Divinópolis, se concentram nas ocupações com baixas remunera-

ções, visto que a maioria recebe uma remuneração média de até dois salários mínimos ao mês. Como esses dados não englobam o trabalho informal, os rendimentos podem ser ainda menores em se tratando das atividades não regulamentadas, subcontratadas e terceirizadas dessas mulheres, que se deparam com um cenário acentuado de *precarização sexual objetiva e subjetiva do trabalho e da vida*.

Com base nos dados da Tabela 6, ao se elevar os rendimentos, o número de homens aumenta em detrimento da redução do quantitativo de mulheres, reafirmando as assimetrias nas relações de gênero/sexo no mundo do trabalho, ou seja, a divisão sexual do trabalho, que também persiste na cadeia produtiva da confecção. Os dados disponibilizados pela Rais revelam a predominância do trabalho feminino no setor da confecção em âmbito nacional, o que leva a inferir para uma *feminização no mundo do trabalho da confecção*.

Outro aspecto que merece destaque é que mesmo havendo a prevalência de mulheres na cadeia produtiva da confecção de Divinópolis, tanto no espaço fabril, quanto no trabalho domiciliar, a representação de classe ainda se corporifica na figura masculina pois, conforme observado, na maioria das vezes as lideranças sindicais são ocupadas por homens, o que traz rebatimentos também para a classe trabalhadora em geral, visto que em muitos casos a problematização das relações sociais de gênero/sexo no mundo do trabalho fica secundarizada ou anulada, desconsiderando desigualdades historicamente construídas e presentes na sociabilidade capitalista contemporânea que reforçam a divisão sexual do trabalho.



## Capítulo 6 – Trabalhadoras da confecção: trajetórias, cotidiano, condições de vida e trabalho

*“A estrada da vida pode ser longa e áspera. Faça-a mais suave caminhando e cantando com as mãos cheias de sementes”.*

(Cora Coralina)

O mundo do trabalho e as relações sociais de gênero/sexo na sociabilidade do capital são elementos norteadores deste percurso investigativo que demarca como *locus* analítico a cadeia produtiva da confecção do município de Divinópolis. Tal pesquisa, sem perder de vista sua relação ampliada com a dinâmica societária contemporânea, objetivou compreender, por meio da metodologia da história oral, as condições de vida, de trabalho, as estratégias de sobrevivência e o cotidiano das trabalhadoras da confecção. Para contemplar os objetivos da pesquisa, recorreu-se à história oral de vida das trabalhadoras da confecção, por meio do uso da entrevista aberta como técnica, com a utilização de gravador. As entrevistas, previamente agendadas, foram realizadas nas residências das trabalhadoras, sendo que todas as participantes foram informadas sobre a finalidade da pesquisa e os cuidados éticos na exposição dos resultados.

Seguindo tal propósito, tendo como base as narrativas das trabalhadoras da confecção, como conteúdo analítico que também contribui para a construção do conhecimento e compreensão da realidade social, ressalta-se que entender o cotidiano das mulheres, a partir de suas trajetórias e experiências sociais, prevê, ontologicamente, um mergulho na história de vida dessa significativa parcela da população, pois,

Até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao

lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito frequentemente transcorreu sem ser documentada. [...] toda uma série de estudos sobre as mulheres no trabalho – no campo, nas fábricas, no serviço doméstico, na guerra, na fronteira – e também, ainda que com menos freqüência, em casa e na família. O descaso total por esse campo faz com que entrar nele cause a emoção de uma viagem de descoberta. (Thompson, 2002, p. 134)

A respectiva pesquisa, com o propósito de conhecer de forma aproximativa o cotidiano das trabalhadoras da confecção, inseridas no espaço fabril e no trabalho em domicílio, reconhece que “na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la” (Lukács, 2012, p. 294). Por isso, compreender a realidade social a partir da vida cotidiana pressupõe situá-la na temporalidade estrutural e conjuntural da sociedade, marcada pela exploração, opressão, dominação, desigualdades sociais, precarização das relações de trabalho e da própria vida social. Para compreender essa dinâmica social complexa e contraditória, “[...] é preciso partir da imediaticidade da vida cotidiana, e ao mesmo tempo ir além dela [...]” (Lukács, 2010, p. 37).

A vida cotidiana, de acordo com Heller (2008), caracterizada pela heterogeneidade e espontaneidade, situada no centro dos acontecimentos, das relações sociais e dos processos históricos, é a vida de todos os indivíduos sociais em sua totalidade, ou seja, dos indivíduos singulares e genéricos. Nela são vivenciadas e sentidas as dimensões circundantes da vida em sociedade e desenvolvidas habilidades e capacidades humanas: físicas, intelectuais e/ou espirituais. O trabalho, o lazer, as relações sociais familiares, de amizade, e demais formas de sociabilidade são partes constitutivas da vida cotidiana.

Ainda de acordo com Heller (2008), a estrutura da vida cotidiana é um terreno propício à alienação, tendo em vista as ações pragmáticas e espontâneas dos indivíduos sociais, que favorecem a separação entre ser e essência e provocam o distanciamento da consciência humano-genérica. Na sociabilidade burguesa, em sua

organização socioeconômica e ideopolítica, a alienação penetra as mais variadas dimensões singulares e genéricas da vida humana, se manifestando no trabalho, na arte, na ciência, na política e em todos os meandros das relações sociais. Mas compreendendo a dinâmica contraditória da realidade e seus processos sociais, é também na vida cotidiana que se podem germinar as condições favoráveis para possíveis rupturas e superações com o *status quo*. Para isso é preciso entender que o cotidiano não é desvelado com base em fórmulas lógicas, matemáticas, pragmáticas, espontâneas e empiricistas, mas a partir da apreensão crítica do movimento real e contraditório das relações sociais em sua totalidade.

Nessa perspectiva, as trabalhadoras que participaram desse percurso investigativo, narraram suas histórias de vida a partir de um lugar, da posição que ocupam na estrutura social, de sua condição de classe, gênero/sexo, raça/etnia e das relações sociais que estabelecem cotidianamente com outros sujeitos sociais em um determinado tempo histórico.

As trajetórias e experiências sociais narradas pelas trabalhadoras, por mais que tenham conteúdo e dimensão singulares, estão intrinsecamente relacionadas e vinculadas à sociedade, o que significa sua identificação com os nexos causais que permeiam a vida social, pois “[...] em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social” (Lukács, 2012, p. 296). A totalidade, não sendo uma formalidade construída pelo pensamento, mas a reprodução ideal do realmente existente, incorpora aspectos singulares e universais, dialeticamente relacionados, implicados e mediados.<sup>82</sup>

---

82. Ao definir totalidade, Kosik (2010) apresenta seu significado como sendo a “[...] realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo” (p. 44).

Nessa perspectiva, as trajetórias de vida e experiências sociais dessas mulheres não são tratadas como problemas individualizados, abstraídos da história e das determinações objetivas.

Essas trabalhadoras, mediante as narrativas orais de suas histórias de vida, expressam uma visão social de mundo, pela forma como entendem, vivem, sentem e enfrentam cotidianamente as dificuldades, satisfazem suas necessidades humanas vitais, criam estratégias de sobrevivência e reproduzem sua existência social. Suas vidas estão situadas

[...] na corrente de acontecimentos sociais e históricos que cunharam para esses sujeitos no processo de reprodução das relações sociais um lugar social: lugar definido pela pobreza, subalternidade e exclusão. [...] Isso não significa que não tenham conhecimento das condições a que estão submetidos na vida social e que não as enfrentem das mais diversas formas. (Yazbek, 2006, p. 166)

As trajetórias e experiências sociais situam essas mulheres em um contexto e em uma dinâmica societária circunscrita na ordem burguesa com seus determinantes socioeconômicos, culturais e ideopolíticos, o que permite compreender expressões cotidianas e singulares da vida relacionadas às “[...] concatenações que são indispensáveis para compreender adequadamente o ser social em sua totalidade” (Lukács, 2012, p. 316).

A totalidade social, sendo histórica e concreta, identifica as concatenações com os complexos heterogêneos e contraditórios da vida social em sua universalidade, evitando abstrações, reducionismos e singularidades fragmentadas (Lukács, 2012, p. 339). Por isso, é necessária a ultrapassagem da aparência fenomênica em busca da essência dos fatos, fenômenos e processos, sabendo que a realidade social está permeada pelo claro-escuro, ou seja, por manifestações/revelações e ocultações, conforme apontado por Kosik (2010).

Com base nas trajetórias e histórias de vida das trabalhadoras da confecção, as narrativas, não sendo neutras e tampouco abstraídas

da realidade, foram analisadas a partir de categorias identificadas e apreendidas no percurso investigativo. As categorias recorrentes, entrecortadas nas narrativas, inter-relacionadas e interdependentes na vida dessas trabalhadoras, expressam as diversas refrações da “questão social”, evidenciadas nas condições de trabalho dessas mulheres, na vida cotidiana, nas relações sociais de gênero/sexo, nas desigualdades sociais, no acesso (ou não) aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, no acesso (ou não) aos serviços sociais, nas condições precárias de vida, nas estratégias de sobrevivência, nas condições de saúde e adoecimento laboral, nas formas de resistência, na organização coletiva e nos projetos de vida. Essas categorias não são isoladas, autônomas e abstratas, mas objetivamente entrelaçadas na totalidade da vida social. Isso significa que,

[...] as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas, ao contrário, são na realidade “formas de ser, determinações da existência”, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo. (Lukács, 2012, p. 297)

A análise das narrativas considera essas dimensões circundantes da vida das mulheres entrevistadas, objetivando compreendê-las como processos inter-relacionados e interdependentes, a partir da totalidade social. Desse modo, as narrativas são apresentadas e analisadas conforme os elementos categoriais prevaletentes nas histórias relatadas pelas trabalhadoras, de “como vivenciam e enfrentam relações de exploração e dominação por meio de conformismos e rebeldias, no interior das quais vão se forjando como sujeitos individuais e coletivos [...]” (Iamamoto, 2008, p. 241).

A escolha, ao enfatizar as condições de vida e trabalho das mulheres trabalhadoras neste estudo, diz respeito à presença maciça desse segmento no setor produtivo pesquisado, a confecção, sendo o contingente feminino significativo tanto na esfera fabril, ou seja, no

espaço interno das fábricas, quanto no trabalho em domicílio, marcado pela informalidade e precariedade. As trabalhadoras domiciliares, sob o regime de subcontratação e terceirização, também são chamadas de faccionistas pois, em geral, elas montam seu ambiente de trabalho no espaço residencial, da própria casa, onde realizam suas atividades produtivas, denominando este espaço de facção. Nesse caso, as atividades produtivas realizadas nos domicílios das trabalhadoras passam a conviver com as atividades reprodutivas.<sup>83</sup>

Para uma breve apresentação das trabalhadoras participantes da pesquisa foi elaborado um quadro sinóptico a partir da sistematização de informações obtidas nas entrevistas, objetivando a apreensão de similitudes e diferenças entre elas.

#### Quadro 1: Identificação das trabalhadoras da confecção entrevistadas

Nome*	Idade	Naturalidade	Estado civil	Escolaridade	Relação empregatícia**
Ana	30	Contagem	Solteira	Ensino médio incompleto	Informal
Bia	29	Goiás	Solteira	Ensino fundamental incompleto	Informal
Carla	34	Camanducaia	Separada	Ensino fundamental completo	Formal
Deise	34	Governador Valadares	Casada	Ensino fundamental incompleto	Formal
Elza	25	Contagem	Solteira	Ensino superior completo – Pedagogia	Informal
Fábia	56	Campo Alegre	Solteira	Ensino fundamental incompleto	Informal
Gisele	31	Dores do Indaiá	Casada	Ensino fundamental incompleto	Formal
Helen	35	Piracema	Separada	Ensino médio completo	Formal

83. Foram realizadas entrevistas abertas com dez trabalhadoras, em suas respectivas residências, sendo cinco delas trabalhadoras formais, inseridas nas indústrias da confecção e cinco trabalhadoras domiciliares/faccionistas.

## Desigualdade de Gênero no Mundo do Trabalho

Iara	39	Divinópolis	Solteira	Ensino fundamental incompleto	Informal
Joana	33	Divinópolis	Casada	Ensino fundamental incompleto	Formal

Fonte: Dados da pesquisa de campo. Elaboração própria

\* De forma a assegurar o compromisso ético estabelecido, mantendo sigilo e anonimato das trabalhadoras, foram atribuídos, aleatoriamente, nomes fictícios às mulheres entrevistadas, de acordo com a sequência alfabética.

\*\* O vínculo formal corresponde às trabalhadoras fabris, contratadas pela indústria da confecção, com registro celetista e com cobertura da legislação trabalhista/previdenciária. O informal corresponde às trabalhadoras domiciliares, faccionistas, que prestam serviços em suas residências às fábricas e também a intermediários (que atuam entre a fábrica e a facção) e não possuem registro formalizado e regulamentado. Por isso, as trabalhadoras informais/domiciliares, em geral, não estão protegidas pela legislação trabalhista e previdenciária, pois em sua maioria, não são contribuintes do regime previdenciário.

A partir das entrevistas, com respaldo nas trajetórias de vida das mulheres, observa-se que a maioria dessas trabalhadoras possui histórias convergentes como, por exemplo: vivência de processos migratórios diante das precárias condições de vida e trabalho em seus locais de origem, buscando em outras localidades, por meio da migração, melhorias nas condições de vida, na satisfação de suas necessidades humanas básicas e melhores perspectivas de trabalho. Isso pode ser observado nas falas das trabalhadoras partícipes da pesquisa:

*Eu nasci em Contagem e minha mãe fala que viemos pra Divinópolis por questão financeira. (Ana)*

*Nasci em Goiás, fiquei lá até 7 anos, mais ou menos, e depois minha mãe veio embora pra cá porque minha mãe na época era costureira também e veio trabalhar aqui. (Bia)*

*Nasci em Camanducaia e quando vim pra cá com minha família eu tinha dezessete anos. Meu pai e minha mãe vieram por causa do trabalho mesmo, procurar algo melhor. (Carla)*

*Nasci em Governador Valadares e aqui em Divinópolis já faz 8 anos que a gente veio pra cá. (Deise)*

*A gente veio de Contagem porque minha mãe dizia que lá a gente passava muita dificuldade e que vindo pra cá a vida seria mais fácil. (Elza)*

*Eu sou de Campo Alegre. Eu vim para Divinópolis em 1986 porque minha mãe faleceu, aí fiquei sozinha e vim morar com minha irmã. Aí depois que eu fiz esse cantinho. (Fábia)*

*Eu tinha sete anos quando mudei pra Divinópolis. A gente morava numa cidade muito pequena e meu pai começou a beber muito e ele perdeu o emprego. Então minha mãe achou melhor a gente mudar da cidade para conseguir um emprego pra ela, pra gente, pra ver se meu pai melhorava, ou se ele consertava. A nossa esperança era ver ele parar de beber. Eu nasci em Dorés do Indaiá. (Gisele)*

*Nasci em Piracema e minha família era muito pobre, era uma situação difícil. Meu pai trabalhava na roça, roçando milho, arroz, e minha mãe também trabalhava na roça. (Helen)*

A maioria das mulheres entrevistadas não é natural de Divinópolis e migrou, juntamente com seus familiares, em busca de mobilidade social e de projetos de vida a partir da inserção no mundo do trabalho. Dentre as entrevistadas, somente duas nasceram em Divinópolis.

Outra informação importante refere-se ao estado civil das trabalhadoras. Há mulheres solteiras, casadas e separadas, o que demonstra a inserção feminina na estrutura produtiva, independente do estado civil. Também se observa, com base nos relatos, que essas mulheres vivenciaram fases de privações e dificuldades financeiras em diversos períodos da vida, tanto na infância quanto na adolescência e fase adulta. Outros fatores também são abordados pelas entrevistadas, como é o caso de Gisele, que relata o histórico de

alcoolismo do pai. Isso revela que as expressões da “questão social” perpassam a vida dessas mulheres e de suas famílias, num acentuado quadro de privações, decorrente do desemprego, de trabalhos precários e de pobreza.

Dentre os motivos e atrativos que mobilizaram essas mulheres e respectivamente seus familiares a migrarem para Divinópolis, pode ser considerada a significativa expansão urbana e industrial do município, sobretudo da indústria da confecção nas últimas décadas, conforme já assinalado no capítulo anterior, e que criou possibilidades e expectativas de geração de emprego, tanto formal, quanto informal, tendo em vista que o crescimento das fábricas de confecção se deu concomitantemente ao crescimento das facções, em pleno processo de reestruturação capitalista dos processos produtivos.

De acordo com Sarti (2005, p. 31), a expectativa de melhorar de vida está relacionada à própria condição dos processos e fluxos migratórios. Para a autora, a migração possibilita aos migrantes o acesso a recursos inexistentes em seus locais de origem, como, por exemplo, oportunidades de trabalho, educação dos filhos e possibilidades de consumo. Na maioria das situações, esses migrantes se instalam em bairros periféricos e se depararam com as diversas refrações da “questão social”, como no caso do acesso às condições precárias de moradia, ao saneamento, aos serviços sociais, ao trabalho, dentre outros.

É importante frisar que essa expectativa de melhoria de vida por meio dos processos migratórios é ilusória, já que os indivíduos sociais vão se deparar, nos espaços e territórios, com os limites estruturais e conjunturais postos na sociedade burguesa, ou seja, com a complexa e antagônica relação entre capital e trabalho, que possui desdobramentos no crescimento do desemprego estrutural, na precarização do trabalho e na generalização da miséria, que cada vez mais atinge maiores cifras da população. Nesse sentido, “as dificuldades enfrentadas [...] e o desencanto das promessas não cumpridas levam à idealização do passado e à construção do sonho de voltar [...]” (Sarti, 2005, p. 32) de muitos migrantes.

Em períodos de instabilidades e reestruturação no cenário econômico brasileiro, caracterizados por oscilações e variáveis con-

junturais, as possibilidades de acesso de migrantes ao mundo do trabalho e melhores condições de vida ficam condicionadas aos determinantes estruturais do capitalismo, que a partir dos anos 1980 no Brasil, atravessa um processo de desestruturação do trabalho, ampliando as formas de trabalho flexível, caracterizados pela terceirização, subcontratação, precarização e também pelo desemprego estrutural que adentra todos os locais, estados, regiões e países, atinge diferencialmente todos os segmentos da classe trabalhadora (homens, mulheres, brancos, negros, jovens, idosos) e afeta todos os setores econômicos e produtivos, como a indústria, o comércio, a agricultura e também o serviço público.

A partir da vivência de situações de miserabilidade no contexto familiar, da ausência de possibilidades de trabalho, de educação e de outros serviços sociais, esses grupos buscam pela via da migração melhores condições de vida e de trabalho, o que nem sempre acontece. Isso é perceptível nas falas das costureiras que retratam períodos antecedentes à mudança para Divinópolis e que são marcados por dificuldades econômicas e financeiras.

*A vida nossa quando eu era menina era precária, era na roça, mas tinha assim as coisas de comer, como se diz, não tinha um luxo, não tinha as coisas, tipo roupa, calçado. Não passava necessidade só pra comer. (Bia)*

*Nossa vida não era das piores, era na roça. Muita criação de porco, muita galinha. Então pra comer dava. (Fábria)*

*Minha vida na escola era difícil porque estudava de manhã e ia pra roça a tarde ajudar o pai a roçar arroz, feijão. Eu parei de estudar aos 9 anos. Voltei a estudar com 22 anos e da 7ª até segundo grau eu fiz o acertando o passo. (Helen)*

Esses depoimentos são reveladores no sentido de explicitar as diversas expressões da “questão social”, marcadas pelas dificuldades vivenciadas por essas mulheres no decorrer da infância, sendo

que algumas delas, como é o caso de Bia, Fábيا e Helen, viveram na zona rural nessa fase da vida. Nota-se, de acordo com as falas, que a vida no campo possibilitou o acesso ao atendimento e suprimento de uma necessidade humana vital – a alimentação. Isso fundamenta o pressuposto da existência humana, pois, conforme Marx e Engels (1998, p. 21), para fazer história e se reproduzir, a humanidade precisa ter condições de viver e, para isso, precisa comer, beber, vestir-se, morar, etc., de forma a suprir suas necessidades e carências. Pelo que foi relatado, observa-se que a vida no campo minimamente atendia às necessidades dessas famílias, como comer, beber e morar. No que se refere às outras necessidades, havia privações e dificuldades no acesso, como o próprio acesso a roupas, calçados, etc. Além do mais, a necessidade familiar fez com que Helen deixasse de estudar aos nove anos de idade, para auxiliar o pai nas tarefas, o que significa seu ingresso no mundo do trabalho desde a infância. Helen só retornou aos estudos na fase adulta.

Outras trabalhadoras também relatam históricos de dificuldades financeiras, do ingresso no mundo do trabalho na adolescência em condições precárias e também da ausência do Estado no que se refere às políticas públicas.

*Eram condições bem precárias, a gente passou muita dificuldade em Belo Horizonte, tanto é que eu detesto Belo Horizonte, não gosto de ir lá nem a passeio. Me marcou muito isso. A gente às vezes saía e tinha vontade de comer as coisas, não tinha dinheiro pra comprar nada, nem um leite. Isso me marcou muito. (Ana)*

*Na adolescência tava pior, o meu pai tinha adoecido, minha mãe também estava doente. Meu pai teve vários AVC e minha mãe tinha uma úlcera no estômago que tudo que ela alimentava não parava no estômago. Ela foi emagrecendo e ficamos eu e dois irmãos mais novos trabalhando nesta época. Todo nosso dinheiro foi só pra remédio. Até isso dificultava muito nesse período. (Deise)*

*Depois que a gente veio pra Divinópolis, até eu ficar mais velha a gente passou muita dificuldade, até financeira, porque era só minha mãe, a gente não tinha como trabalhar porque a gente era muito nova, não tinha como trabalhar pra ajudar ela. Aí depois quando a gente foi ficando mais velha, com doze anos eu comecei a trabalhar de empregada doméstica, a minha outra irmã também, aí a gente foi trabalhando. Só que também eu casei muito nova, com dezesseis anos, então como se diz eu vivi assim dos sete até os dezesseis anos, eu vivi um pedacinho mais difícil, depois eu casei, então eu fiquei casada dezessete anos. Aí até nesse pedaço foi melhor. A gente talvez tem que passar as dificuldades pra gente dar valor na vida. (Gisele)*

No caso de Ana, observa-se a vivência de dificuldades de acesso inclusive às necessidades humanas básicas de alimentação, como é o caso do leite, no período em que vivia em Belo Horizonte, cuja experiência ainda lhe deixa marcas de uma história de privações.

Já a fala de Deise é elucidativa ao denunciar a desresponsabilização do Estado no que tange à prestação de serviços sociais públicos e garantia de direitos, como é o caso do acesso aos medicamentos para os pais com problemas de saúde. A família assumiu a responsabilidade pelo acesso aos remédios, o que gerou dificuldades e privações de outras necessidades a serem supridas. Esse quadro de transferência da responsabilidade do Estado para as famílias tem sido recorrente no cenário neoliberal.

Em outro contexto de dificuldades e privações, a história de Gisele reitera a inserção precoce dessas mulheres no mundo do trabalho de forma a contribuir com a receita doméstica familiar e satisfazer as necessidades humanas desses grupos.

As histórias narradas por Iara, Fábria e Carla também mostram o histórico do trabalho infantil presente na vida dessas mulheres. O histórico de pobreza, dificuldades financeiras para o atendimento das necessidades de subsistência e o trabalho infantil são marcas que atravessam a vida dessas mulheres.

*Eu sempre trabalhei desde os 11 anos, eu sempre tinha o meu dinheirinho e ajudava minha mãe. (Lara)*

*A gente morou na roça a vida inteira. Eu vim pra cá, eu já tava velha. Não tinha escola, nem nada. E os pais também não incentivaram os estudos não. Mesmo se a pessoa buscasse na roça querendo estudar o filho, o pai não deixava, tinha que trabalhar. Eu já pensei em voltar a estudar. Ah, mas agora depois de velha... É que eu vi na televisão aquelas mulheres de 70 anos, estão estudando, aprendendo escrever o nome. (Fábia)*

*Era bom, a gente tem saudade da roça, quando a gente morava lá por causa da infância da gente, que era totalmente diferente da infância dos meninos de hoje. Era uma vida boa, era muita fartura. Mas na minha adolescência piorou, foi quando teve a separação dos meus pais, aí foi uma fase mais difícil. Eu e meu irmão mais velho tivemos que trabalhar pra ajudar nas despesas da família. (Carla)*

Além da inserção no mundo do trabalho desde a infância, os relatos de Fábia e Carla mais uma vez reforçam, de forma comparativa, a vida no campo e a vida após a migração. A fala de Fábia expressa a vida difícil da família, o que inviabilizou seus estudos, devido às necessidades de sobrevivência e à dificuldade de acesso à escola naquele período. Também pondera sobre a dificuldade de estudar na atualidade e sente-se desestimulada diante da sua idade, mas ao mesmo tempo percebe esse movimento na sociedade.

Fábia, ao refletir sobre seu ingresso no mundo de trabalho demonstra certo “espanto” pela fase prematura em que já auxiliava seus pais nos afazeres domésticos.

*A gente morava na roça e o que ficava mais grandinho já acompanhava eles na plantação. Tinha que plantar milho, tinha que plantar um tanto de coisa, então a outra já ficava pra ajudar na cozinha, às vezes punha um banquinho pra*

*alcançar as panelas. Eu era muito criança, mas já ajudava em casa na cozinha.* (Fábia)

Já Carla, ao se referir à vida no campo, associa esse período a fases melhores na satisfação das necessidades e ressalta o ingresso no mundo do trabalho após a separação dos pais, quando a família passou por um período de maiores dificuldades.

A presença do trabalho infantil na vida dessas trabalhadoras é uma realidade presente na vida de famílias que, diante de condições de miserabilidade vivenciadas numa sociedade desigual, criam estratégias de sobrevivência, inclusive inserindo seus filhos e suas filhas no mundo do trabalho desde a infância.

No Brasil, o índice de trabalho infantil ainda é preocupante e alarmante, mesmo após a implementação de programas e políticas sociais voltadas para seu combate, sobretudo após a década de 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) revelam que em 2013, haviam 3,2 milhões de crianças e adolescentes trabalhando no Brasil.

Além disso, as diversas e recortadas fases da vida que estão imbricadas no cotidiano dessas mulheres demonstram fatores significativos em suas trajetórias como, por exemplo, a dinâmica escolar, a gravidez na adolescência, dentre outros elementos que podem ser observados por meio dos relatos.

*Frequentei até oitava série e saí de boeira. Fiquei grávida, aí logo em seguida casei. Eu parei a quarta série com dez anos e voltei a estudar com dezessete anos porque eu morava na roça. Então quando a gente veio pra cá que eu comecei a estudar de novo. Vontade eu tinha de voltar a estudar. Quando eu falei que ia voltar, eu fiquei grávida, e é difícil com criança pequena, a gente trabalha o dia todo.* (Carla)

A fala de Carla é emblemática e sintetiza questões abordadas nos capítulos anteriores. Os dados trazidos por ela evidenciam a

sustentação das desigualdades nas relações sociais de gênero/sexo, como pode ser visto diante da desistência dos estudos devido à gravidez, o que reafirma o lugar naturalizado da mulher na esfera reprodutiva, corroborando o que já havia sido constatado por Bruschini (2000) ao dizer que a maternidade acaba sendo uma limitação para a saída das mulheres para o mercado do trabalho. Na fala de Carla identifica-se que, além da maternidade e dos cuidados com a família serem elementos que dificultam o ingresso das mulheres na esfera produtiva, a maternidade também dificulta o acesso e continuidade nos estudos das mulheres estudantes. Ao assumirem o lugar naturalizado de mãe, esposa, cuidadora e responsável pelo espaço reprodutivo, acabam desistindo de outros projetos, como é o caso dos estudos. Além disso, a fala de Carla explicita a realidade de uma mulher trabalhadora, que compatibiliza tarefas da produção e da reprodução, o que obstaculiza ainda mais as possibilidades de acesso e continuidade dos estudos, considerando a sobrecarga diante dos afazeres e da dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho. Outros relatos caminham na mesma direção, como são retratados por Bia e por Gisele.

*Eu estudei até a sétima série e parei porque engraidei aos 18 anos. E não quero voltar a estudar porque eu não gosto de deixar meus meninos com os outros, então assim, pra você estudar você tem que ter horário, então você depende de uma pessoa pra tá olhando, então por enquanto ainda não vou estudar. (Bia)*

*Quando eu tava na quinta série, eu comecei a namorar, aí só matava aula, aí eu parei de estudar e casei, casei grávida. Casei com dezesseis pra dezessete anos. Eu já pensei em voltar várias vezes já até peguei meu histórico na escola, só que por causa de trabalho, a gente chega tão cansada em casa, tem que fazer janta, aí a hora que eu penso, nossa senhora não vou não. Desanimei demais, cansaço mesmo, porque igual eu chego entre 20h e 21h em casa, não tem hora pra você parar. Eu*

*tinha vontade de tirar até o primeiro ano, até pra conseguir um emprego, pra conseguir alguma coisa, porque se você não tiver o estudo você não consegue o emprego. Eu tinha muita vontade de formar. Mas aí eu penso na minha idade porque eu tenho 38 anos, até eu formar vou estar com 40 e tantos. Aí também não vou conseguir um emprego, porque com 40 e tantos é mais difícil conseguir emprego. Aí fica aquele preconceito, porque a pessoa acima dos 40... Então eu penso que é bobagem eu voltar a estudar. (Gisele)*

O relato de Bia se aproxima do que foi apresentado por Carla, porém Bia enfatiza que deixou os estudos ao engravidar e não pretende transferir a responsabilidade dos cuidados com os filhos para outras pessoas.

Já Gisele traz em sua fala questões que merecem problematização, tendo em vista o desligamento dos estudos devido ao casamento e gravidez, expressão da posição feminina naturalizada na sociedade, que atribui às mulheres as tarefas exclusivamente de mãe, esposa e cuidadora do lar. Gisele relata a vontade de retornar aos estudos, mas ao mesmo tempo discorre sobre o desgaste e o cansaço decorrentes do trabalho que realiza, considerando as exigências colocadas à classe trabalhadora em tempos de desestruturação do trabalho sob a ótica da acumulação flexível, conforme analisada por Harvey (2014). No contexto de corrida desenfreada pela produtividade e lucratividade do capital, a classe trabalhadora encontra-se cada vez mais degradada, esfacelada e vivendo muitas vezes em estado de penúria.

Nesse cenário corrosivo, de condições extenuantes diante da compatibilização de atividades produtivas remuneradas com as tarefas reprodutivas desenvolvidas no espaço doméstico, Gisele alega as dificuldades no retorno aos estudos, e também ressalta a discriminação no mundo do trabalho com trabalhadores/as que possuem uma idade superior aos quarenta anos, que muitas vezes são expulsos/as do mercado do trabalho por não atenderem às re-

quisições funcionais do capital, passando a compor o que Marx (2011a) denominou de exército industrial de reserva ou superpopulação relativa.

No capitalismo, o avanço da maquinaria, da microeletrônica, da robótica e dos recursos técnico-científicos não contribui somente para incrementar a produção de mercadorias, mas também para a produção de trabalhadores e trabalhadoras excedentes e supérfluos/as para a manutenção da lógica insaciável do capital na corrida pela lucratividade.

Gisele menciona que gostaria de retornar aos estudos para conseguir um emprego, porém, no momento da entrevista ela possuía vínculo empregatício como costureira em uma fábrica de confecção. O que se pode notar nesse relato é que Gisele quis dizer da possibilidade de conseguir um emprego melhor, comparado ao seu emprego atual, marcado por atividades intensas, sobrecarga, ritmo acelerado, condições precárias e baixo salário. E, em sua percepção, para conseguir um emprego melhor, teria que retornar aos estudos.

É importante considerar também a rede de sociabilidade construída pelas mulheres ao longo de suas trajetórias e, a partir de suas narrações, são apresentados acontecimentos que marcaram suas histórias de vida.

*Na adolescência todos já trabalhavam pra ajudar no sustento da casa, pra ter o pão de cada dia porque a situação econômica era muito difícil. Eu tinha um bom relacionamento com as pessoas, mas uma coisa que me marcou muito foi a falta de brincadeira durante a minha infância porque eu trabalhava demais. (Helen)*

No caso de Helen, observa-se a ausência e privação de relações com outras crianças na fase da sua infância como algo marcante, pois conforme relatado, precisava trabalhar para contribuir com o sustento da família, o que novamente reitera o ingresso precoce dessas mulheres no mundo do trabalho.

Joana faz o seguinte relato:

*Eu sempre me relacionava muito bem com as pessoas e na escola, eu era sempre assim uma das primeiras, sabe, eu adorava ir, adoro até hoje, se eu pudesse, eu estava fazendo faculdade, hoje que não dá mais. Eu sempre gostei da escola, de fazer trabalho, de tudo. (Joana)*

Joana sempre gostou de frequentar a escola e de estudar e se pudesse e tivesse condições objetivas, de acordo com sua fala, estaria cursando o ensino superior. Ao dizer que na atualidade não dá mais para retornar aos estudos, associa tal impedimento à idade e também à sobrecarga de trabalho, conciliando afazeres domésticos e trabalho produtivo remunerado na indústria da confecção.

Na época de realização das entrevistas, o município de Divinópolis dispunha apenas de uma universidade pública, a Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), oferecendo cursos nas áreas de Bioquímica, Enfermagem, Farmácia e Medicina. Esse dado é relevante na medida em que a maior oferta no município é de instituições privadas de ensino superior, o que muitas vezes impede o acesso de uma parcela significativa da população. Nesse sentido, além da sobrecarga de trabalho, das tarefas domésticas, do cuidado com os filhos, dentre outras, o ingresso no ensino superior privado significa a disponibilidade de recurso financeiro para o pagamento de mensalidades, o que muitas vezes condiciona a entrada dessas mulheres no ensino superior com base nas possibilidades e disponibilidades locais e/ou regionais. Mesmo com a implantação de programas governamentais nos últimos anos, como é o caso do Prouni (Programa Universidade para Todos) e do FIES (Programa de Financiamento Estudantil), nem todos os estudantes são contemplados e inclusive muitos desconhecem tais programas. Além do mais, o investimento nesses programas mais uma vez reforça a saída estratégica do Estado no que compete às suas responsabilidades com as políticas públicas e os direitos sociais.

Outro dado relevante é que o estudante financia seus estudos, tendo que, após a conclusão do curso, efetuar o pagamento do que foi financiado. Ou seja, os programas governamentais voltados para

o ensino superior são mecanismos que favorecem a lógica mercantil da política educacional, transferindo as responsabilidades que competem ao Estado para a iniciativa privada, regida pela lógica expansiva da lucratividade.

No que se refere à Ana, observa-se o seguinte:

*Eu tinha um relacionamento muito bom com as outras crianças e na escola tinha um rendimento também, até uma certa fase. Depois na quinta série eu já comecei ficar meio dispersa. Depois quando chegou no primeiro ano eu desisti. Aí nunca mais... Eu voltei depois, eu já tinha minha filha quando eu voltei, mas ela era muito pequena e não teve condições, sabe, ela chorava muito, porque eu saía cedo, ela estava dormindo, eu chegava tarde da noite do serviço, aí ela já estava dormindo. Então assim, igual minha mãe mesmo falou: eu estava ficando muito sem ela, aí ela estava chorando muito aí eu desisti, eu estava fazendo tipo EJA, porque faltava três anos pra mim tirar o segundo grau e eu ia tirar em um ano e meio, aí eu desisti. (Ana)*

Mediante à narrativa de Ana, é importante retomar a forte vinculação das “responsabilidades” femininas em relação às atribuições maternas, pois sua fala demonstra o desligamento dos estudos após o nascimento da filha e das tarefas que passou a assumir, cumprindo uma determinada “função social” naturalizada e reforçando um atributo tido como essencialmente e exclusivamente feminino no que se refere às relações sociais de gênero/sexo construídas socialmente. Em muitas das situações narradas pelas trabalhadoras, é perceptível como são internalizadas e naturalizadas as relações desiguais de gênero/sexo.

Mas, ao mesmo tempo, essas mulheres questionam e analisam criticamente essas relações.

A diversidade de experiências vividas, as visões de mundo, a trajetória dos indivíduos pertencentes às classes subalternas,

situando-se no plano da construção de uma história dos dominados, revelam, [...], alguns significados da dominação e da resistência pelos que a vivem. (Yazbek, 2006, p. 27)

As participantes da pesquisa também relatam situações da vida cotidiana tendo no trabalho o elemento central e circundante de suas vidas. Isso pode ser notado de acordo com as narrativas abaixo:

*Eu trabalho a semana toda das 7h às 17h e de vez em quando aparece hora extra ainda, e o local de trabalho é muito bom, mas é muito bom mesmo, inclusive agora eu recebi outra proposta de trabalho, onde eu ia ganhar mais, e fazer outra coisa, fazer modelagem. É outra coisa que eu amo também, só o que me segura lá são os colegas, os patrões que são tudo gente boa, muito tranquilo o lugar, o ambiente. Aí acabei optando por ficar lá. Lá onde eu trabalho tem 28 funcionários e a gente é tudo registrado e a gente trabalha de segunda à sexta, só quando aperta mesmo que a gente trabalha no sábado. (Carla)*

Carla, trabalhadora formal de uma fábrica de confecção de pequeno porte, relata seu cotidiano laboral informando os dias da semana em que trabalha e seu horário de entrada e saída no trabalho. De uma forma enfática faz uma boa avaliação do seu trabalho.

Em relação às distinções entre a costureira fabril e a faccionista/domiciliar, pode-se apontar que a costureira fabril está vinculada à estrutura organizativa da fábrica e mantém vínculo formal de trabalho, com direitos assegurados e amparados pela legislação trabalhista, no caso, o regime celetista, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).<sup>84</sup>

Isso significa que as trabalhadoras fabris, com regime de trabalho formalizado possuem ao menos o acesso ao sistema de proteção previdenciária. Já as trabalhadoras domiciliares, na con-

---

84. A CLT foi criada pelo decreto-lei n. 5.452 em 1º de maio de 1943, no governo de Getúlio Vargas e, desde então, tem passado por alterações.

dição de informalidade, não são contempladas pelo sistema previdenciário pela ausência de vínculo formal de trabalho. De acordo com os relatos, nenhuma das cinco facionistas contribuía individualmente para a previdência, o que as coloca numa situação de fragilidade, instabilidade, insegurança e desproteção social. Isso corrobora os dados do Radar Social (Ipea, 2006), ao demonstrar, com base em estudos de 2004, que 82,5% de trabalhadores/as brasileiros/as por conta própria (informais) não eram contribuintes da previdência social.<sup>85</sup>

As trabalhadoras em domicílio, além dos rendimentos instáveis e oscilantes, devido à dependência da demanda, relatam que não acessam programas governamentais de transferência de renda, como é o caso do Bolsa Família, tendo em vista as condicionalidades e os critérios de seletividade. Ou seja, caso não tenham demandas de trabalho com a confecção, o que pode ocorrer em determinados períodos, não possuem outra fonte de rendimento.

Sobre o trabalho de Bia, trabalhadora domiciliar, nota-se o seguinte:

*Eu só costuro, assim, o rapaz que eu costuro, ele tem arremateira, e a que embala, então a gente só costura, mas o que precisar de fazer, eu faço, e costuro. Eu costuro na máquina de braço, na de overloque. Somos eu e minha mãe e a gente presta serviço pra um rapaz. Tinha mais pessoas que procurava a gente, aí a gente ficava quase doida, teve uma época que nós achou que nós ia ficar doida, de tanto pedido de várias pessoas, aí esse rapaz não deixa a gente sem serviço. E ele só mexe com isso. Ele corta e traz pra gente e vende, entendeu?*

---

85. De acordo com os dados da PNAD/IBGE de 2013, 24,2 milhões de trabalhadores/as brasileiros/as estavam desprotegidos/as pelo sistema previdenciário. Desse total, 13,6 eram homens e 10,6 milhões eram mulheres. Conforme os dados, do total de desprotegidos pelo sistema previdenciário, 10 milhões, ou seja, quase a metade desses/as trabalhadores/as, possuía rendimento inferior ao valor do salário mínimo, o que revela a dificuldade para que esses/as trabalhadores/as contribuam para a previdência social.

*Daí nossa rotina é das 7h às 18h todos os dias, mas só trabalho de segunda à sexta. (Bia)*

Bia e sua irmã são trabalhadoras domiciliares, informais, que prestam serviços para a cadeia produtiva da confecção. No atual momento prestam serviço apenas para um rapaz, conforme ela mesma relata, considerando o excesso de pedidos e a sobrecarga de trabalho. Pela fala de Bia, fica evidenciado que esse rapaz é um intermediário, que solicita uma determinada tarefa dela e de sua irmã, no caso a costura. Também pela narrativa de Bia é possível identificar a polivalência, ou seja, a multifuncionalidade que se faz presente na cadeia produtiva da confecção, pois em geral as mulheres conhecem as várias etapas do processo produtivo e são demandadas e acionadas para as respectivas tarefas de acordo as necessidades advindas do mercado. No caso de Bia, ela se dedica somente à costura, mas enfatiza que poderia desempenhar outras tarefas, mediante ao que for requisitada. O que se percebe, com base em sua fala, é a incerteza, instabilidade e insegurança nessa atividade, pois na medida em que Bia e sua irmã prestam serviços apenas ao intermediário que foi mencionado, ficam também reféns de uma única pessoa que pode romper seu “contrato verbal” (pois nesse tipo de prestação de serviço inexistente a formalização contratual), deixando de solicitar seus serviços a qualquer momento, o que demonstra a fragilidade dessa atividade.

A polivalência também aparece na narrativa de Deise, trabalhadora formal de uma microempresa, que traz informações do seu cotidiano laboral.

*A gente faz camisa e camiseta. A gente pega no serviço das 7h às 17h com uma hora de almoço, das 12h à 13h e de manhã a gente tem 15 minutos de café das 9h às 9h15min e à tarde de 15h30min às 15h40min é o horário de café. Acontece que lá no momento tem dez costureiras e cada uma tem sua função, tirando de mim, porque eles me chamam de Severina. Eu sou a mais velha lá e aí faz de tudo. Eu normalmente fico*

*pregando gola nas camisas que é uma das funções mais difícil da camisa. Tirando a máquina de braço que é onde monta, é a função mais difícil, que eu também mexo na máquina de braço, mas eu não gosto não, por causa dela me deu um problema sério na coluna. Agora encontraram um menino lá, que é muito difícil de achar, em cada dez costureiras no máximo duas sabe trabalhar em máquina de braço. Custou mas achou um rapazinho, aí ele tá trabalhando lá. Na realidade eu não tenho função certa não, porque o que aperta mais, é o que faço, que eu sou uma de todas que sabe fazer qualquer coisa. As outras, uma fica na reta, outra na overloque, essas coisas assim, e eu fico onde que precisa, entendeu? (Deise)*

A fala de Deise expressa uma variedade de determinações que perpassam a ordem do capital na contemporaneidade e a nova morfologia do trabalho (Antunes, 2003), ao dizer da sua polivalência, requisição posta no mundo do trabalho na atualidade, pois o capital, em sua insaciabilidade acumulativa e lucrativa, usurpa de todas as capacidades humanas, tanto físicas, quanto intelectuais e cognitivas. Ao mencionar sua multifuncionalidade no ambiente de trabalho, registra que é chamada de Severina pelos colegas do trabalho. Porém, o risco dessa condição posta em sua cotidianidade laboral pode ser a diluição da superexploração da sua força de trabalho, muitas vezes obscurecida pela rotina e pela própria lógica das requisições imediatas. Isso é visível ao identificar seu adoecimento advindo da atividade ocupacional que exerce, pois Deise informa que adquiriu um problema na coluna devido ao manuseio de tarefas na maquinaria.

Nessa mesma direção, Marx (2006, p. 536), ao analisar o trabalho domiciliar na indústria têxtil e da confecção/vestuário no século XIX, identificou que, conforme o peso, tamanho e especialidade da máquina de costura, as trabalhadoras, sentadas ou de pé, utilizam as mãos ou os pés para o manuseio da maquinaria, o que significa um intenso esforço e dispêndio da força de trabalho, causando danos e prejuízos à saúde dessas mulheres. Isso pode ser constatado no caso de Deise.

A trabalhadora domiciliar Iara também descreve um pouco do seu cotidiano.

*Às vezes a gente começa cedo, às vezes começa um pouquinho mais tarde, depende o período. Às vezes tem que acelerar, correr atrás do tempo. Então a vantagem de estar em casa é isso, você controla esse tempo e tem a minha mãe e minha irmã que me ajudam nessa parte, do controle da produção. Então a gente organiza o serviço, o que pode andar mais rápido, o que não pode, então a gente controla. Na parte da casa eu faço mais o necessário. Igual a parte da cozinha, preparar almoço, banheiro, roupa, então eu controlo mais essas coisas, pra quando eu tiver um tempo no final de semana eu colocar ordem na casa. Nessa rotina também tem uma hora que eu paro. Tem o horário de café, porque chega uma hora que a gente tem que parar. Mas depende muito da quantidade de serviço porque quando a gente está iniciando a gente entra em contato com as fábricas pra saber quem pode trazer o serviço pra gente. Aí à medida que eles já começam a trazer, a gente já sabe pra quem vai ligar, quem não vai. Então mais ou menos a gente já sabe a pessoa certa. Então eles trazem pra gente, marca o período que eles precisam das roupas e a gente empenha pra sair no tempo que a pessoa determinou. Geralmente, o período das confecções é de março a novembro. É uma fase bem apertada, é a fase que tem mais serviço mesmo. Já em janeiro, são poucas fábricas que trabalham de janeiro a janeiro, a maioria para, férias coletivas. Então janeiro, fevereiro, carnaval você já fica um pouco mais parada, não totalmente, mas fica. Aí a partir de março já começa a melhorar e vai até final de novembro.*  
(Iara)

A fala de Iara esboça um conjunto de fatores que dialogam com o que foi analisado nos capítulos anteriores e, dentre eles, vale sublinhar aspectos recorrentemente analisados na literatura sobre o mundo do trabalho, como é o caso do envolvimento de todos os familiares nas tarefas produtivas realizadas nas residências das

trabalhadoras, quando diz que conta com o auxílio da mãe e irmã nos períodos de acúmulo de atividades e maior demanda. Sua fala também demonstra a oscilação das demandas do mercado, tendo em vista os períodos de aquecimento econômico e períodos de baixa procura, o que gera instabilidade, insegurança e incertezas para a vida dessas mulheres, trabalhadoras domiciliares e informais. Outro dado que merece destaque e que permanentemente aparece nas narrativas, como algo corriqueiro, é a compatibilização das tarefas produtivas e reprodutivas.

Helen, Elza e Ana apresentam sinteticamente suas rotinas e cotidiano de trabalho:

*Eu trabalho 48 horas por semana, cinco dias, de segunda a sexta. Entro às 7h da manhã e saio às 17h da tarde pra pagar o sábado. Daí meu dia já foi embora...* (Helen)

*A gente trabalha todos os dias da semana, de segunda à sexta. Se tiver muito apertado trabalha no sábado. A gente trabalha geralmente das 7h às 17h, mas se tiver apertado, vai das 7h às 20h, das 7h às 22h, que é geralmente final do ano, que aperta mais.* (Elza)

*Eu sou costureira, trabalho de segunda à sexta das 7h às 17h. Quando aperta, eu trabalho às vezes mais, das 7h às 20h, das 7h às 21h, do jeito que a gente vê que tem que soltar o serviço ali, porque quando você acostuma a ganhar mais um pouco, então assim, quanto mais você ganha, melhor você acha. Ai se você vê que tem serviço ali que você dá conta de soltar pra você ganhar mais um pouco, você quer porque você quer ganhar mais, então você vai trabalhar até mais tarde um pouco pra ganhar mais, porque tem dias assim que a gente trabalha das 7h às 17h, tem dia que é das 7h às 21h ou quando está muito apertado a gente trabalha no sábado.* (Ana)

Nota-se que tanto os relatos de Elza e Ana quanto o de Iara são convergentes no que se refere às particularidades do trabalho infor-

mal que acontece nas residências dessas trabalhadoras. Observa-se que de acordo com as demandas, fluxos do mercado e necessidades dessas trabalhadoras em aumentar o rendimento advindo do trabalho, flexibilizam seus horários, prolongando de forma desmesurada suas jornadas de trabalho, o que contribui para a intensificação e sobrecarga laboral que pode acarretar em inúmeras consequências para as condições de vida e saúde dessas trabalhadoras. Como no trabalho domiciliar o pagamento é feito por peça e, por isso, caracterizado por preços baixos, essas mulheres prolongam a jornada de forma a obter melhores rendimentos para suprir as necessidades humanas de suas famílias.

O salário por peça, base do trabalho em domicílio, de acordo com Marx (2011a), consiste em mais uma façanha, uma trapaça irracional do capitalismo, sendo uma forma modificada do salário por tempo, visto que o salário por peça seria medido “[...] pela quantidade de produtos em que o trabalho se materializa num dado espaço de tempo” (p. 639).

No contexto de exploração da ordem capitalista, Marx (2006, p. 535) assinala que o trabalho a domicílio cumpre uma função estratégica para o capital, diante do barateamento da mão de obra, da grande produção de mais-valia e conseqüentemente do barateamento progressivo dos artigos produzidos. O trabalho a domicílio se converte na externalização da atividade fabril, manufatureira e comercial, em que “[...] o capital põe em movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio (Marx, 2006, p. 525)”, em condições irregulares e degradantes.

O trabalho a domicílio e por peça contribui para ocultar as tensas e contraditórias relações entre capitalistas e trabalhadores/as, criando falsas ilusões, concepções falaciosas de autonomia e, com base em Marx (2011a, p. 642), também sentimentos de liberdade, independência e autocontrole. Na verdade essas trabalhadoras encontram-se inseridas em atividades fragilizadas, instáveis, pseudoautônomas e suscetíveis às imposições e determinações da lógica capitalista. Ou seja, ficam subordinadas às regras das empresas con-

tratantes no que se refere aos serviços solicitados e ao cumprimento de prazos e metas na entrega da produção. O não cumprimento dessas prerrogativas pode levar ao rompimento do suposto “vínculo” entre empresas e as trabalhadoras domiciliares.

Mesmo subordinadas a esses imperativos, as costureiras domiciliares ainda apresentam em suas narrativas certas vantagens na atividade em domicílio, como, por exemplo, a possibilidade de melhores salários mediante aumento de peças produzidas em decorrência do prolongamento da jornada de trabalho, a conciliação dos afazeres domésticos com as tarefas produtivas remuneradas, a autonomia no uso do tempo e a suposta “ausência” de um patrão.

De acordo com Bia, trabalhadora em domicílio, é preferível esse tipo de trabalho, apesar de algumas desvantagens como ausência de férias, direitos trabalhistas e previdenciários.

*No caso é assim, você trabalha, não tem ninguém pra poder te amolar, então você faz, você tem que pegar as peças porque senão também não sai. Mas em fábrica, acho que eu não dou conta não, mandar em mim, porque tem gente que acha porque é patrão pode sair, fazer desaforo com a gente. Tem gente que acha porque você trabalha na fábrica, você é obrigado a aguentar tudo. Eu já tive uma experiência uma vez. Fui fazer um teste, e trabalhei até na hora do almoço. Mas a gente não tem férias, tipo eu tirei final do ano agora, não deu nem quinze dias, mas assim, ia trazendo as camisas pra fazer pra reveillon. Em julho, eu tirei quinze dias, viajei, mas eu já tinha serviço aqui esperando eu chegar. Então porque não tem férias, tem essas desvantagens, não tem décimo terceiro, não tem direito de ficar encostado, não tem nada, mas é um preço que a gente tem que pagar. (Bia)*

Em relação à ausência de um “patrão” no trabalho domiciliar, o relato de Bia apresenta uma versão contrária diante da “pressão” de metas e prazos estipulados pelos contratantes dos serviços prestados pelas trabalhadoras.

*O rapaz que contrata meu serviço não me dá um prazo fixo não porque ele traz pra mim e ele vem quase todo dia aqui, e vai levando as peças que eu vou fazendo. Quando ele vai viajar, ele fala: eu preciso dessa camisa até quarta feira, dá pra você? Então a gente esforça um pouco, e entrega pra ele, ele é muito ajeitado de mexer, sabe? (Bia)*

O que ocorre a partir de certas narrativas é uma análise aparente em face de determinadas imposições dos contratantes pois, conforme citado por Bia, existe uma estipulação de prazos, mesmo que não seja de forma explícita. Cabe mencionar que a entrevista realizada com Bia foi concedida em uma tarde de sábado em que a trabalhadora estava costurando peças, o que demonstra a abdicção de outras atividades que poderiam realizar aos finais de semana voltadas ao lazer, em prol do cumprimento dos afazeres da confecção, para atender o que lhe foi solicitado.

Fica evidente a precarização no mundo do trabalho, circunscrita nas relações sociais de gênero/sexo no contexto da acumulação flexível (Harvey, 2014) e da persistência da divisão sexual do trabalho (Hirata, 2002), sob a regência do capital financeiro e mundializado, que provoca amplamente inseguranças, incertezas, instabilidades e degradação do trabalho. Tal quadro repercute consecutivamente na ausência de proteção social no que se refere ao acesso às políticas públicas, aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

De acordo com as experiências sociais narradas pelas trabalhadoras, existem compreensões distintas acerca do cotidiano dessas mulheres, pois algumas demonstram certa satisfação no ambiente em que realizam as atividades, como é o caso de Carla. Já Deise, também chamada no local de trabalho de “Severina”, expressa em sua narrativa a polivalência no espaço da produção, tendo que se desdobrar em múltiplas funções, constatando uma superexploração e intensificação da força de trabalho. Com isso, é possível observar que existem costureiras que realizam determinadas e específicas parcelas do processo produtivo da confecção, enquanto outras realizam diversas frações da produção.

Helen, de uma forma sintética, descreve que seu cotidiano é tomado pelo mundo do trabalho, pois dedica o tempo da manhã e da tarde às atividades laborais, o que não lhe permite desfrutar de outras atividades. Outras não possuem um tempo definido de rotina de trabalho, visto que são trabalhadoras domiciliares e, de acordo com as demandas estabelecidas, é que estipulam sua dinâmica cotidiana de trabalho, como é o caso de Elza e Iara, que são costureiras informais e prestam serviços de forma terceirizada.

É relevante sublinhar que Iara apresenta em sua fala a opção pelo trabalho domiciliar devido aos cuidados com a sua filha e, por isso, nesse tipo de atividade, pode compatibilizar diversas tarefas e ter uma jornada flexível para realizar outras funções, o que a trabalhadora considera “vantajoso”.

*Eu tenho três anos que eu tô trabalhando em casa, vai fazer três anos e olha tem as vantagens de ficar em casa, porque eu tenho a menina, então aquele negócio de ficar deixando na escola, deixando na casa de uma pessoa pra tá olhando, então eu optei de trabalhar em casa justamente por causa disso, pra ficar olhando mais ela. Ela vai fazer treze anos, mas eu não confio muito em deixar ela sozinha em casa, então eu prefiro ficar trabalhando em casa pra ajudar e orientar ela mais.*  
(Iara)

Essa citação de Iara comunga das constatações da pesquisa realizada por Pereira (2004), ao identificar que as faccionistas, ou seja, as trabalhadoras domiciliares que prestam serviços a terceiros,

[...] são mulheres (mães, esposas, avós), que apelaram para o trabalho domiciliar na indústria de confecção por não conseguirem um cuidado adequado e barato para os filhos em idade pré-escolar, um acompanhamento para os filhos que estão em idade escolar ou que estão presas ao lar pelos compromissos familiares. Essa modalidade de trabalho vai possibilitar que elas mesmas tomem conta de seus filhos, dos

afazeres da casa, e trabalhem ao mesmo tempo. Portanto, trabalho produtivo no domicílio vai estar intimamente ligado ao trabalho reprodutivo doméstico. (Pereira, 2004, p. 90)

Os estudos de Abreu e Sorj (1993) afirmam que o trabalho domiciliar em muitos momentos se torna submetido à organização da dinâmica familiar e passa a ser realizado seguindo parâmetros similares ao trabalho doméstico. Em muitos casos, como o de Iara, as mulheres contam com ajudas eventuais de entes familiares para realizar suas atividades na produção e na reprodução. Além do mais, no trabalho domiciliar não há uma linha limítrofe que separa a atividade produtiva remunerada e a atividade reprodutiva doméstica, pois as funções remuneradas são incorporadas na vida cotidiana familiar dessas mulheres, “invadindo” os finais de semana, feriados e os momentos de lazer das trabalhadoras.

No que concerne aos aspectos positivos e negativos do trabalho no âmbito fabril e no espaço domiciliar, Iara ainda pondera que,

*Os dois ambientes são favoráveis, porque em casa é bom estar cuidando da minha filha, controlando meu tempo, quando precisar sair pra pagar alguma coisa, eu pago, precisar arrumar alguma coisa pra menina, eu vou lá e faço, que ela está mais próxima de mim, então eu vou e faço. Agora na fábrica tem a vantagem que o serviço é mais organizado, vamos dizer, já tem uma moça que faz um ritmo de trabalho, a outra faz outro, aí no final do dia a peça fica toda pronta. Então em casa, fica só na minha responsabilidade, eu tenho que distribuir serviço, tenho que controlar as atividades porque eu tenho uma faixa pra concluir toda peça, então nesse ponto é automático, mas eu acho que não sobrecarrega tanto assim não. (Iara)*

Embora Iara ressalte os aspectos positivos do trabalho em domicílio devido à compatibilização da atividade produtiva remunerada com a atividade reprodutiva não remunerada, ou seja, o cuidado doméstico com a casa e com a filha, também reconhece os fatores

positivos do trabalho fabril formalizado. Em sua fala, retrata como desenvolve suas atividades cotidianas no que se refere à produção do vestuário.

*A peça já vem cortada pra gente e vem uma peça piloto falando como que é o desenho da roupa, o processo, como que é o estilo da roupa. Então através daquela peça piloto a gente desenvolve o trabalho.* (Iara)

Com base na citação de Iara, observa-se no trabalho da faccionista que presta serviços a terceiros, que as peças chegam cortadas para as trabalhadoras em domicílio e são estipulados prazos para a entrega do produto/mercadoria. Em geral, as trabalhadoras costumam entregar as peças confeccionadas de acordo com o prazo estabelecido pelo solicitante e acordado entre ambas as partes. Essas mulheres recebem por peças confeccionadas e geralmente o valor de cada peça é determinado pelo contratante conforme as flutuações do mercado.

O trabalho na fábrica apresenta distinções em relação ao da facção, conforme diz Gisele.

*Cada um tem sua função ali, vamos supor se eu for fazer essa camisa sua, eu faço o ombro, a outra prega a gola, a outra fecha do lado, então cada um tem uma função, cada parte é uma pessoa, nunca ninguém termina uma roupa sozinha.* (Gisele)

Diante do que foi descrito por Gisele, observa-se que no espaço fabril a atividade se restringe a uma parcela do processo produtivo baseado ainda no modelo taylorista/fordista devido às tarefas parciais e fragmentadas.

Já as faccionistas são, geralmente, requisitadas por empresas que terceirizam parcelas de sua produção e, para isso, essas trabalhadoras precisam conhecer todo o processo produtivo para atender às

exigências do mercado e do contratante. Assim, o cotidiano de trabalho das faccionistas se organiza de acordo com as demandas que surgem e muitas vezes tais trabalhadoras executam suas atividades em finais de semana, feriados e noites prolongadas. Outro ponto a ser destacado é que, sendo o trabalho executado nas residências das trabalhadoras, todos os gastos oriundos na confecção das peças são de responsabilidade das faccionistas, como, por exemplo, a aquisição, manutenção e conserto das máquinas, despesas com energia, telefone, dentre outros.

Algumas evidências do cenário fabril são explicitadas por Gisele, conforme sua descrição.

*Eu já trabalhei numa fábrica que até o papel higiênico ela te dava; você tinha direito de dois rolos de papel por mês, ela media quantos centímetros de papel higiênico você gastava. Ela te dava um do dia 1º ao dia 15 e do dia 15 até dia 30. Se você acabasse com os dois rolos, você tinha que levar de casa, entendeu? E era papel higiênico ruim, bem vagabundo mesmo. Lá onde eu estou agora não, lá você ganha o café da manhã, é pão com presunto e mussarela, é leite todo dia, tanto de manhã quanto à tarde. Então eu acho assim, o funcionário tem que ter consciência com patrão, porque se você tá num lugar desse com patrão bom, tem que conservar seu serviço. Porque eu já trabalhei em serviço que... Igual essa semana eu cheguei 7h15min, mas não foi porque eu quis, foi porque foi o primeiro dia que fui de ônibus, eu não sabia horário de ônibus, então eu cheguei atrasada. Eu falei, cheguei atrasada, ele disse que não tinha problema. Então por eu ter trabalhado em vários lugares, igual assim, lá você levanta a hora que você quer, você vai tomar água, vai no banheiro, e muitas fábricas que eu trabalhei você não podia, você tinha horário de levantar pra ir no banheiro, tinha uma pessoa que passava com água pra você não levantar pra beber água, sabe, se não patrão não aguenta, se você tiver 60 funcionários, se todos começar a levantar hora que quiser, vira bagunça, chega no final do dia não produz nada. (Gisele)*

Essa descrição apresenta o cotidiano do ambiente fabril e faz analogias com outros espaços de trabalho, pois a trabalhadora pontua algumas vantagens do trabalho na fábrica onde está empregada, tendo em vista as experiências anteriores, em que havia o controle do horário para o café e o almoço, de idas ao banheiro para satisfazer as necessidades fisiológicas da trabalhadora e o limite no uso de alguns produtos, como cita a questão da utilização do papel higiênico. Além do mais, Gisele relata a face romantizada do “bom patrão”, talvez pelo fato de as experiências anteriores propiciarem para essa trabalhadora uma análise comparativa, diante das privações e controle que vivenciou em outros espaços laborais. Porém, isso pode fragilizar e obstruir sua consciência enquanto classe trabalhadora explorada, reproduzindo o ideário da lógica capitalista de acumulação e valorização do capital. Não se pode esquecer que, nessa lógica, o capital não tem a menor consideração com a classe trabalhadora, pois de acordo com Marx (2006, p. 296), a palavra de ordem no capitalismo é trabalhar até morrer, pois o capital suga processual e silenciosamente todas as capacidades e energias humanas até o seu esgotamento.

Gisele prossegue narrando experiências em fábricas onde trabalhou antes de ingressar na atual e demonstra situações de controle, mas ao mesmo tempo se posiciona favoravelmente a tais medidas.

*Porque toda fábrica que eu trabalhei tem chefe, tem um chefe para te monitorar. Todas fábricas que você trabalha você já entra ciente que você tá ali pra trabalhar e não para enrolar o tempo, é sério. O patrão às vezes fica o dia todo pra resolver os negócios, atendendo viajante, tá no telefone comprando. Igual onde eu trabalhei o patrão e a patroa trabalhavam, ele ficava no escritório e ela ficava no arremate com as meninas, ela passava toda hora. Igual um dia eu fui conversar com a chefe, ela tava na minha máquina explicando o serviço, eu conversei e comecei a rir. Ela foi e voltou e viu. Depois ele me chamou no escritório, e falou comigo, eu não quero conversa na máquina,*

*you already have the coffee and lunch for this, for talking.  
Then it is not certain, if for the logic it is not normal.* (Gisele)

Essa narrativa revela um fenômeno recorrente na atual conjuntura e dinâmica do mundo do trabalho, pois o modelo de organização, gestão e regulação do trabalho implementado, baseado no controle, na pressão, no cumprimento de meta de produtividade, no ritmo intenso da produção, na cobrança, na apropriação das capacidades físicas e cognitivas da classe trabalhadora, tem sido adotado por diversas ramificações com o objetivo de expansão e aumento da lucratividade. Para o cumprimento desses objetivos são adotadas formas de redução de custos e desperdícios, transferindo para trabalhadores e trabalhadoras as responsabilidades pela produção, o que tem contribuído para o desgaste físico e emocional desse segmento, além de provocar competitividade entre trabalhadores/as. Nesse modelo não se permite inclusive estabelecer contato com demais trabalhadores/as, pois qualquer variável pode interferir na produtividade do trabalho.

Além do que foi enfatizado por Gisele, a costureira Helen também vivencia situações marcadas por controle, pressão e, inclusive, assédio moral, conforme argumenta.

*I have problems only with the section chief, because she is very thick, it is not only with me, it is with everyone. She calls people stupid, lazy, and makes people ask for help. She tells people to stay home if they don't want to work; she watches people go to the bathroom. Those times when someone put something in my bag and said it was me who stole it, but I think it was her who did it with me. She watches people all the time, for lunch, for drinking water on time and bathroom on time too, that is on time, but I have problems with showers and I have to go to the bathroom more.* (Helen)

O relato de Helen é significativo, pois evidencia o cotidiano e a dinâmica de um ambiente fabril marcado por pressão, controle,

desrespeito e competitividade entre trabalhadores/as. Um espaço, que ao invés de ser propício para suscitar uma consciência coletiva do que se vivencia na esfera do trabalho sob os ditames do capital, desperta, na verdade, um sentimento individualista e competitivo, resultante da sociabilidade burguesa, que não só determina o modo de produzir e reproduzir, mas também o modo de pensar, conforme já sinalizado por Marx e Engels (1998).

A partir das narrativas das trabalhadoras, é elucidativo reforçar que as ações cotidianas acabam se tornando repetitivas e coisificadas diante de uma realidade que se apresenta aparentemente às mulheres como determinada, fazendo os indivíduos sociais não reconhecerem sua participação enquanto sujeitos produtores e criadores da realidade. Nessa cotidianidade, ou seja, na esfera da imediaticidade e da aparência, a realidade se apresenta como um dado formatado, rígido e impenetrável. Nesse quadro, coloca-se como um desafio para a classe trabalhadora a tarefa de projetar finalidades e extrapolar a esfera da imediaticidade, de forma a propiciar espaços de organização coletiva e de análise crítica e consciente do cotidiano para se criar condições possíveis de superação das relações sociais capitalistas pautadas na mercantilização, competitividade, individualismo e fetichização.

O trabalho, de acordo com a maioria dos relatos das trabalhadoras inseridas na cadeia produtiva da confecção, está associado às satisfações humanas, ao sustento da família e também na lógica do capital, como possibilidade de acesso ao consumo e realização pessoal. Em nenhuma narrativa o trabalho é concebido como atividade direcionada à criação e à liberdade. Isso é constatado na fala de Ana, que resume o trabalho a tudo o que tem, ou seja, aos produtos adquiridos e consumidos no mercado capitalista. Em uma sociedade mediada e regulada pelo regime de assalariamento, é pela venda da força de trabalho em troca de um salário que trabalhadores e trabalhadoras acessam suas necessidades de sobrevivência humana.

*Pra mim meu trabalho é tudo, porque é dali que eu tiro tudo que eu tenho. (Ana)*

*Significa muito. Eu dou muita importância ao meu trabalho. Significa muito porque a gente deixar os filhos da gente pra exercer essa função... E eu gosto de trabalhar. Tanto que tem uns três anos que meu marido tá pelejando pra eu sair, porque os meus gastos em casa dá mais do que eu ganho, porque pagar empregada, pagar vã e pagar escola dá mais do que eu ganho lá. Daí eu tava pensando até em sair de lá, porque acaba não compensando... (Joana)*

A fala de Joana demonstra o reconhecimento do trabalho como atividade importante devido ao fato de abdicar da convivência dos filhos para trabalhar. Relata que o salário que obtém com o trabalho não é suficiente para os gastos familiares, pois afirma que ao ingressar no mercado de trabalho, precisou contratar uma empregada, ou seja, uma mulher, para os cuidados com os filhos e os demais afazeres domésticos. Essa narrativa demonstra que na conjuntura contemporânea, a entrada feminina no espaço produtivo significou, ao mesmo tempo, a contratação de outra mulher para os cuidados da casa e dos filhos, reproduzindo de forma incessante, acrítica e cíclica a divisão sexual do trabalho e o “lugar natural” da mulher na esfera da reprodução. Joana também diz que seu marido insiste para que ela deixe o emprego, considerando que sua renda não supre os gastos com as tarefas da reprodução, como o pagamento da empregada, o transporte escolar dos filhos e a mensalidade escolar. Essa fala reitera a “[...] concepção de família nuclear na qual o homem é o principal/único provedor e a mulher, a principal/exclusiva responsável pela esfera privada (cuidar da casa e da família)” (Abramo, 2007, p. 28). E, dessa forma, ainda com base em Abramo (2007, p. 29), a força de trabalho da mulher é considerada secundária, mediante a inserção ocupacional feminina ser entendida como complementar, eventual e instável.

Fábria associa o gosto pelo trabalho ao atendimento das necessidades humanas básicas para sua sobrevivência.

*Eu gosto. Se não fosse tanto a necessidade do ganha pão, mas a ficar sem trabalho também fica esquisito, os dias vai passando você vai ficando sem... Eu assim estou achando bom, porque ocupo a semana quase toda. Vou na casa das irmãs, estou sempre ocupada... Aí eu saio, porque se você ficar quieta igual eu fico aqui, você entra até em depressão. Então serviço, você ocupa a mente, você não lembra de nada. O tempo passa, você nem sente, começa segunda, nossa já é sexta. (Fábria)*

Além do atendimento às suas necessidades sociais, Fábria identifica no trabalho uma forma de socialização, de estabelecimento de relações sociais de convivência com colegas, ou seja, pelo trabalho se estabelece uma rede de sociabilidade, o que, segundo ela, pode evitar agravos à saúde, como cita a questão da depressão.

Para Bia, o seu trabalho é a única fonte de renda da família, ou seja, pelo seu trabalho consegue suprir as necessidades familiares, no caso dela e de seus filhos. Os relatos de Elza e Helen caminham na mesma direção de afirmar o trabalho como a forma de suprir necessidades humanas básicas.

*É onde eu tenho meus objetivos, que eu posso estar trabalhando pra poder alcançar as coisas que eu queira, até porque é só eu com os meninos. Não sou casada, então é eu que tomo conta da casa. Então é onde que eu tiro o meu ganha pão, então isso aqui é tudo. (Bia)*

*O trabalho é meu ganha pão, tudo que eu faço é através dele. (Elza)*

*É pelo trabalho que eu consigo me manter. (Helen)*

Com base nessas narrativas e na atual configuração do trabalho, em sua dimensão abstrata e estranhada, “o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física” (Marx, 2010b, p. 84).

No caso de Carla, diferentemente das outras trabalhadoras entrevistadas, pode-se observar que além do trabalho ser reconhecido como mecanismo-meio de atendimento às necessidades humanas elementares de subsistência, há também uma identificação e reconhecimento na atividade que exerce, no caso, a costura, como pode ser verificado em seu relato:

*Eu acho que é tudo, tanto financeiro e também eu faço o que eu gosto, acho que eu não conseguiria ficar sem costurar, nem se fosse um pouquinho. (Carla)*

Além da identificação com a atividade, observa-se também uma realização pessoal de Carla pelo trabalho que realiza, o que tem sido cada vez mais difícil de ocorrer no modo de produção capitalista caracterizado pelo trabalho alienado, reificado e fetichizado, pois, segundo Heller (2008, p. 56-57), a alienação, sendo alienação em relação a algo, cria obstáculos em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade. Mas a alienação, sendo apreendida dialeticamente, é permeada de rupturas e permanências, de conformismo e rebeldia, de aparência e essência. Por isso, trabalhadores e trabalhadoras, mesmo em condições de trabalho alienantes e estranhadas, não se reconhecendo naquilo que fazem mediante as tarefas parcelares e não acessando aquilo que produzem, podem também se identificar e se realizar com o conteúdo de sua ação e criarem condições favoráveis e possíveis para as transformações sociais. Isso significa entender que os indivíduos sociais atuam na vida cotidiana por meio de possibilidades e probabilidades, sendo que “[...] entre suas atividades e as conseqüências delas, existe uma relação objetiva de probabilidade. Jamais é possível, na

vida cotidiana, calcular com segurança científica a consequência possível de uma ação” (Heller, 2008, p. 48).

Iara, na esteira das demais narrativas das trabalhadoras sobre ser o trabalho a forma de sobrevivência e acesso aos bens de consumo no capitalismo, também retrata sua identificação, gosto e realização na atividade com a costura mas, ao mesmo tempo, diz que já pensou em mudar de profissão.

*Eu acho que trabalho dignifica a pessoa. Trabalhando você tem o seu sustento, tem liberdade de comprar o que você quiser, eu acho que eu não consigo me ver sem trabalho. Eu já tive até vontade de mudar de profissão, mas pra ganhar mais, ter uma renda melhor, porque eu gosto muito da costura, gosto de fazer roupa. (Iara)*

O que pode ser observado na narrativa de Iara é que, ao pensar em mudar de profissão, o principal motivo é a remuneração, tendo em vista que a atividade da costura é desvalorizada, mal remunerada e precarizada.

Numa concepção antitética ao que foi dito por Carla e Iara, a trabalhadora Deise enfatiza seu descontentamento com a atividade que realiza e objetivamente considera o trabalho meio de sobrevivência, até porque no contexto do trabalho abstrato e estranhado, o trabalho não é “[...] voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. [...] é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. [...] a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo” (Marx, 2010b, p. 83).

*Trabalho pra mim significa meio de sobrevivência. Trabalhar pra mim é tudo, a gente sem serviço não é nada na vida, mas esse emprego meu de costureira é um meio de sobrevivência, porque no momento eu não me encontro apta para exercer outra função, não que eu goste, eu faço bem feito porque é o meu jeito, mas não que eu goste, é um meio de sobrevivência.*

*Eu queria até mudar de profissão, sabe, arrumar alguma coisa que ficasse mais em pé e doesse menos a coluna. (Deise)*

A fala de Deise expõe a natureza desgastante e exploradora do trabalho no mundo capitalista, em sua dimensão abstrata, que extrai e absorve de trabalhadores e trabalhadoras todas as suas capacidades e potencialidades, fazendo com que o trabalho seja destituído de sentido nessa sociabilidade (Antunes, 1999).

Deise diz que gostaria de mudar de profissão devido aos problemas de saúde adquiridos no trabalho da costura, conforme relata as dores na coluna. Porém, é possível inferir que um dos fatores de permanência das trabalhadoras da confecção nesse setor produtivo se dá pelo fato de o município de Divinópolis possuir como uma das suas principais atividades produtivas a confecção, ou seja, as maiores possibilidades de geração de emprego acabam girando em torno dessa cadeia produtiva, seja na oferta de trabalho fabril/formal, seja no trabalho a domicílio/informal. Com isso, algumas dessas mulheres, mesmo não se identificando com as tarefas que realizam, permanecem vinculadas a esse setor produtivo devido às necessidades de sobrevivência, ficando submetidas às imposições da divisão sexual do trabalho que se expressa na confecção e nessa localidade.

Outras almejam adquirir seu próprio “negócio”, como é o caso de Gisele, que mesmo se identificando com as atividades que realiza com a costura, como já relatado também por Carla e Iara, diz que gostaria de ter algo próprio.

*Eu acho que todo trabalho é significativo, tipo você pegar uma peça ali e conseguir fazer. Tem muito valor, eu gosto de fazer uma coisa difícil e ver que eu consegui fazer aquilo. Mas eu tinha vontade de ter o meu negócio, tinha vontade de ter uma loja, sabe, até hoje eu tenho vontade de montar uma loja... (Gisele)*

Com base nas evidências orais, diversos aspectos sobre as relações sociais de gênero/sexo surgiram nas narrativas das trabalhadoras da confecção. De acordo com o que foi narrado, constata-se a discriminação, desigualdade, hierarquias e assimetrias existentes nas relações sociais entre homens e mulheres. Isso contribui para reproduzir concepções naturalizadas e que foram internalizadas de forma acrítica ao longo da história, destinando papéis, funções e atribuições específicas e diferenciadas para homens e mulheres. Fica explicitada a incorporação hierarquizada do constructo social de gênero/sexo pelas trabalhadoras, pois algumas ainda reforçam as atribuições destinadas ao homem e à mulher na vida social.

Helen reconhece essa desigualdade e analisa criticamente tal realidade.

*A sociedade trata de forma diferente homem e mulher e isso me incomoda. Deveria ser tudo igual, porque já que homem e mulher também trabalha, todos deveriam ser iguais. Em casa todos deveriam ter as mesmas responsabilidades. E o mercado de trabalho discrimina em alguns setores homens e mulheres. Tipo numa seleção se tiver uma vaga e o homem chega na frente a vaga é dele. Hoje as empresas contratam mais homens porque mulher pede licença, engravida. Mesmo nas mesmas condições, possuindo os mesmos cursos, qualificação e tudo mais, o homem é o selecionado. Pra mim a mulher ainda não conseguiu seu devido espaço. (Helen)*

Helen se posiciona criticamente em relação às desigualdades entre homens e mulheres, dizendo que ambos deveriam ter responsabilidades compartilhadas e equiparadas, sem hierarquia. Também relata a prevalência por homens no mercado de trabalho, justificando alguns motivos e, dentre eles, menciona a questão da gravidez e maternidade. Essa visão é disseminada e incorporada no mundo do trabalho, inclusive porque, de acordo com Abramo (2007, p. 30), a maternidade e o cuidado com os filhos são tidos como altos

custos indiretos para o capital, o que serve como justificativa para a escolha do homem na ocupação de determinadas vagas de trabalho.

Ana aborda a questão das desigualdades entre homem e mulher apresentando vários aspectos relevantes, como: as responsabilidades com as atividades reprodutivas que ainda são assumidas pelas mulheres mesmo que estejam também no espaço produtivo; o baixo rendimento e empobrecimento das famílias que provoca a inserção de todos os entes familiares no mundo do trabalho de forma a satisfazer suas necessidades humanas. Ana também reconhece a discriminação existente entre homem e mulher na vida em sociedade e ao mesmo tempo associa a inserção feminina na atividade produtiva como um auxílio, uma ajuda ao homem nas despesas e gastos familiares. Também percebe como avanços algumas situações por ela mencionadas como o ingresso das mulheres na vida política, ocupando cargos políticos, os homens assumindo as responsabilidades com as tarefas reprodutivas, enquanto as mulheres assumem as tarefas produtivas. Porém, no contexto da divisão sexual do trabalho, as desigualdades e discriminações persistem.

*A mulher tomou vários cargos na sociedade. Hoje ela trabalha, tem independência e tudo, mas o homem não quer responsabilidade de casa, nem de filho, nem de nada. Porque antigamente, a mulher cuidava dos filhos, o homem saía pra trabalhar, pagava aluguel, dava conta de tudo. Hoje se for pro homem assim, que tem uma família, não digo todos, mas a maioria que tem uma família se for pra ele pagar aluguel, cuidar do filho; ele não dá conta. A mulher tem que saber trabalhar... Mas ainda tem muita discriminação também. Hoje não é tanto mais, mas ainda tem discriminação, homem geralmente, eles acham que eles são melhores em tudo, só que as mulheres têm que ajudar, eles não reconhecem isso. Eles acham que em tudo eles são melhores, pra dirigir, no serviço, pra tudo. Mas quando chega na hora do financeiro, a mulher tem que ajudar, então acho assim, que a mulher tinha que ter um reconhecimento maior. Mulher tem tudo hoje, entra na*

*política, você vê a mulher dirigindo carreta, caminhão, fazendo tudo pra poder ajudar dentro de casa porque o homem não dá conta, e tem discriminação mesmo. Quando eles olham, ah é mulher, e mulher não pode, mulher é isso... Em questão de vagas de emprego tem mulher que tem experiência em serviço que homem faz, mas ela não é aceita porque é mulher. Mas igual, tem mulher que trabalha fora e o homem fica em casa, então é uma discriminação. Igual a gente vê até na televisão, o homem toma conta de casa, leva os filhos pra escola, mas ainda tem muita discriminação com isso. E a mulher, igual um dia eu vi na televisão, viaja dirigindo carreta e o marido fica em casa tomando conta dos filhos. (Ana)*

Para Fábيا, o mundo do trabalho na contemporaneidade, caracterizado pela reestruturação produtiva sob a ótica neoliberal, que provoca acentuados níveis de desemprego estrutural se apresenta rigidamente segregador, atingindo também os homens. Fábيا faz essa afirmativa a partir de sua análise particularizada do município de Divinópolis, pois se nessa cidade a cadeia produtiva da confecção, caracterizada predominantemente pela utilização da mão de obra feminina, absorve um contingente significativo da população, pode-se dizer que os homens também são duramente atingidos pelo desemprego estrutural, mesmo havendo outras possibilidades de trabalho em Divinópolis em setores marcadamente masculinizados, como é o caso da metalurgia, mas que também, como qualquer ramo produtivo, tem limites na contratação da força de trabalho.

*É que está difícil também pros homens, principalmente aqui em Divinópolis. Pras mulheres também não é fácil. O homem quando desemprega, é bem mais difícil. (Fábيا)*

Elza, também analisando a realidade da cadeia produtiva da confecção como espaço marcadamente feminino, comenta a discriminação com base nas particularidades de sua realidade, dizendo

que na confecção há uma discriminação inversa, quando se trata do homem costureiro.

*Eu acho que discrimina assim muito o homem, porque geralmente, a gente vai em fábrica, a gente vê muita costureira mulher. Homem é raridade você ver, então eu acho que a discriminação é mais pro lado deles; mulher não. Eu acho que trata diferente em questão assim depende da área, do serviço que a pessoa vai enfrentar, igual assim: costureiro. Tem uma certa discriminação com homem, ser costureiro, eu acho que é mais nessa parte. Igual, marido, homem tomar conta de casa, muita gente discrimina isso, eu não vejo problema. (Elza)*

É possível verificar, mediante narrativas, que ainda são relacionadas à figura feminina as funções de mãe, esposa e dona de casa e à figura masculina como mantenedora e provedora do sustento familiar. Também são associadas características como força física ao homem e a delicadeza à mulher, como se observa a partir das narrativas.

A narrativa de Joana relata de forma sucinta essas questões presentes na vida cotidiana e na sociabilidade que reproduzem as desigualdades e discriminações concernentes às relações sociais de gênero/sexo.

*A gente escuta muito, igual eu estou na Auto Escola, aprendendo dirigir, o que eles gritam, o que fala. Nossa Senhora, mulher? É muito difícil a gente não pode ir num bar. Ontem mesmo a hora que eu fui no orelhão ligar pra minha mãe, o bar tava cheio aí eles começam aquela gritaiada. Nossa é difícil, é muita coisa que a gente escuta. E tem coisa que a gente tem vontade de fazer e não pode, o homem acha que tem o direito de sair e voltar certas horas. Vai a mulher fazer isso? Porque muita briga de casal é por causa disso, porque eles se acham superior, eles trabalhando está bom, não precisa de fazer mais nada, não sente na obrigação de fazer as coisas, porque a gente que acostuma eles assim, a gente vai pegando as responsabilidades deles e eles vão gostando. (Joana)*

Fica evidente na fala de Joana a divisão sexual do trabalho, na medida em que são definidas as suas funções com a reprodução e a de seu companheiro como o provedor, que trabalha fora e que não se responsabiliza pelos afazeres domésticos.

Deise também reafirma a divisão sexual do trabalho em sua realidade, em que as funções reprodutivas ficam sob sua responsabilidade, mas que, em sua ausência, quem assume tais tarefas é sua filha. Isso significa que Deise transfere as responsabilidades domésticas para outra mulher – sua filha –, num complexo e incessante ciclo vicioso de naturalização das tarefas reprodutivas como atributos femininos por excelência.

*Tem vez que meu marido me ajuda aqui em casa, mas ele fala que eu sou muito chata, tipo assim, ele não gosta de fazer porque eu volto fazendo atrás. Aí se ele tiver de folga ele lava as vasilhas, aí ele sabe que eu não vou voltar lavando, mas varrer ele não varre porque eu volto atrás e ele odeia. Tipo se eu precisar ficar fora de casa, minha filha dá conta, agora se eu levar ela não sei o que vira a casa, porque o homem é bom demais na cozinha, mas ao mesmo tempo se for pra ele arrumar a casa ele é porco. Mas eu falo que ser mulher hoje, acho que é quase ser Jesus Cristo, é sofrer demais. Mas ao mesmo tempo que a gente sofre muito, mulher hoje é muito independente, mas eu acho que mulher já dominou muito seu pedaço. Antigamente mulher era mais escondidinha, hoje elas estão muito à vista, assim, não esconde, não tem vergonha de lutar por aquilo que quer e tal. Mas na outra encarnação eu quero ser homem. Porque pra começar homem não ganha filho, homem chega do serviço e não tem preocupação do serviço de casa, tipo assim, normalmente a doença mais frequente da mulher, até mesmo depois de ser mãe, eu mesmo antes de ter filho eu nunca tive dor de cabeça, engravidei com 23 anos e não sabia o que era uma dor de cabeça, mais de lá pra cá sinto isso, sinto aquilo, eu acho que não sei porque, mas a gente adoce mais, cansa mais. Normalmente eu acho que a mulher é mais preocupada, porque o homem normalmente ele pensa só em pôr dinheiro*

*dentro de casa, mas a gente preocupa com tudo. Filha tá crescendo a gente preocupa. Eu acho a mulher mais preocupada. Por isso você pode perceber que se casar um casal hoje da mesma idade, a mulher envelhece mais, você pode ter certeza disso. Ela se cuida mais também, mas a mulher pensa mais, cansa mais, acho que por isso que ela adocece mais. (Deise)*

Deise, ao dizer que ser mulher é quase ser Jesus Cristo, atribui à mulher o fardo do sofrimento e da abnegação, apesar de reconhecer também alterações no atual cenário que, segundo ela, provocaram melhorias para as mulheres. Um dado que chama atenção na fala de Deise é dizer que gostaria de ser homem por inúmeros motivos: pela não responsabilidade com as tarefas domésticas, por não engravidar e ser menos preocupado com os “problemas”. De acordo com Deise, as mulheres são mais preocupadas e isso gera maiores probabilidades de adoecimento.

Já Iara diz que é importante haver diferenças ocupacionais entre homens e mulheres, relatando que existem as atividades que exigem força física e tais tarefas são exercidas por homens. Para ela, são raras as mulheres que assumem tarefas que exigem força física.

*Eu acho que algumas atividades, tem que ser diferenciadas mesmo. Tem coisas que é o homem que tem que fazer e tem coisa que a mulher domina também e ela pode estar ajudando. Igual hoje a gente já pode ver no Rio de Janeiro já tem escola de pedreira, mulher aprendendo a trabalhar de pedreira, já tá fazendo uma boa condição de sustentar a família. Então tem atividades que não tem porque discriminar, se a mulher dá conta, domina, então não tem porque. Eu acho que nessa questão de força física também, eu acho que peso bruto é o homem, tem umas mulheres que se acham mais forte, mas são raridade. Eu acho que tem que ser diferenciado mesmo. (Iara)*

Essa concepção corrobora a perpetuação da divisão sexual do trabalho e uma visão estereotipada das desigualdades de gênero/

sexo, que justificam no plano ideopolítico as funções específicas de homens – funções pesadas, duras, e as funções específicas de mulheres – funções leves, delicadas.

Gisele também traz reflexões acerca do lugar do homem e da mulher na sociedade, retratando as inserções diferenciadas no mundo do trabalho e os preconceitos produzidos.

*Hoje em dia eles falam que a mulher quer tomar o lugar do homem. Não é isso, a gente quer mostrar que a gente também tem capacidade, eu acho que é assim. Mas eu tenho muito serviço que se fosse pra mim fazer eu não queria, de homem, que às vezes também tem serviço de mulher que homem não queria fazer, então assim eu acho que existe preconceito sim, tanto do homem quanto da mulher. Às vezes aqui em casa meu marido fala: costurar é fácil. Então vai lá e costura. Mas ele não vai fazer o que a gente faz. Ele me ajuda, eu não posso reclamar não, em casa mesmo ele me ajuda muito. Se ele chega mais cedo do que eu, se tem alguma coisa pra lavar, ele lava, ele chega e varre a casa, às vezes vai arrumando a janta até eu chegar. Então não posso reclamar não, ele me ajuda muito. (Gisele)*

Gisele relata também a “ajuda” do marido nas tarefas da reprodução. Ou seja, nesse universo das relações sociais de gênero/sexo, mediante construções sócio-históricas baseadas na desigualdade, na hierarquização, nas assimetrias, em preconceitos e discriminação entre homens e mulheres, a responsabilidade dos homens com as atividades domésticas aparece como algo auxiliar, um apoio adicional e acessório, de forma secundarizada, não assumindo uma dimensão primordial, basal e nuclear. Ou seja, reproduz-se uma imagem e uma concepção de gênero/sexo, baseada em formas estereotipadas arraigadas na sociedade capitalista, marcada pelo patriarcado e racismo.

A partir da concepção e imagem das relações sociais de gênero/sexo apreendidas e narradas pelas trabalhadoras partícipes da pesquisa, pressupõe-se que,

A manutenção e reprodução das desigualdades existentes entre homens e mulheres no mundo do trabalho são influenciadas por vários fatores, derivados da divisão sexual do trabalho e de uma ordem de gênero (que inclui não só trabalho, mas também todas as outras dimensões da vida social), que destinam à mulher a função básica e primordial de cuidar da vida privada e da esfera doméstica, e ao mesmo tempo atribuem a esse universo um valor social inferior ao mundo público (e desconhecem por completo seu valor econômico. (Abramo, 2007, p. 26)

Tendo como parâmetro a análise do universo da confecção, com ênfase para a fase da costura, as autoras Abreu e Sorj (1993), em pesquisa realizada no Rio de Janeiro contemplando trabalhadores e trabalhadoras dessa ramificação produtiva, concluíram que na concepção dos alfaiates, o aprendizado da costura é concebido como um trabalho, e ao se capacitarem, se reconhecem enquanto profissionais, visto que realizam, na maioria das vezes, suas atividades fora do espaço doméstico. Já as costureiras, percebem a atividade da costura não como um trabalho e uma profissionalização, mas como um atributo da qualidade feminina associada à função de mãe e esposa, que se vincula ao espaço do lar, ou seja, uma aptidão e vocação da mulher.

Os estudos de Abreu e Sorj (1993) apresentam as distinções entre a natureza do trabalho da costureira e do alfaiate, considerando que enquanto para a mulher o aprendizado da costura se dá naturalmente no espaço doméstico como uma responsabilidade feminina incorporada às tarefas cotidianas, o alfaiate realiza tal atividade como um indivíduo autônomo, reconhecido e remunerado na esfera produtiva. Com isso, o que se constata é que tal atividade, mesmo sendo realizada com similaridades, consiste em *status* diferenciado entre as costureiras e os alfaiates, frente aos determinantes de gênero/sexo presentes nas relações sociais e consubstanciados pela divisão sexual do trabalho.

Nessa linha de raciocínio, Lima (2009), ao analisar a realidade do setor confeccionista no município de Cianorte, Estado do Paraná, pontua que,

Mesmo quando a costura é particular e domiciliar, a divisão sexual do trabalho se mantém, como é o caso dos alfaiates. Seu aprendizado é visto como profissão, não como habilidade de “dona de casa”, como acontece com as mulheres. Seu status é diferenciado e superior. Não é por menos que o sindicato dos trabalhadores mantém uma nomenclatura só para eles. Não são chamados de costureiros, mas de alfaiates. (Lima, 2009, p. 142)

Em sua pesquisa, Lima (2009, p. 165) constatou que entre as trabalhadoras entrevistadas que exerciam funções na confecção, 31% delas aprenderam o ofício da costura com suas mães, enquanto 27% aprenderam com vizinhas e 14% com parentes, o que reforça tal aprendizado ainda presente no espaço doméstico. Das trabalhadoras, apenas 18% haviam adquirido tal aprendizado em cursos técnicos e profissionalizantes.

Segundo relatos das trabalhadoras da confecção de Divinópolis, podem ser observadas diversas formas de aprendizado com a costura. As primeiras experiências dessas mulheres no mundo do trabalho indicam uma compreensão dos processos que desencadearam suas inserções no espaço da confecção.

*Eu comecei a trabalhar eu tinha nove anos, eu cuidava de neném. Nossa já trabalhei demais na vida, tô querendo aposentar já. Já ralei pra caramba e ralo até hoje. Já fui babá, depois eu trabalhei de capinar com meu pai, mas não era um serviço direto. Nem salário eu tinha. Depois eu trabalhei com sapataria, fui coladeira, já trabalhei de doméstica, já trabalhei em restaurante, auxiliar no restaurante. Depois disso fui costureira e já tem uns quinze anos que tô na costura. Não gosto muito de ser costureira não. Gostar eu não gosto, mas*

*faço bem feito meu trabalho, porque aqui em Divinópolis é o ramo melhor pra ficar empregado. Não paga bem demais, mas também não paga ruim demais. Então talvez seja assim, meio de sobrevivência.* (Deise)

Deise retrata sua inserção no mundo do trabalho desde a infância, passando por diversos tipos de atividades até chegar à confecção. Com base nas narrativas, em muitos casos, os tipos de trabalhos realizados por essas mulheres têm um elemento em comum, que é a precariedade das condições oferecidas nas tarefas que ocupam, marcadas pela informalidade, ausência de salário fixo e de garantia de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. No mais, demonstra sua insatisfação com o trabalho na costura e pondera que permanece nesse setor devido à falta de outras oportunidades em Divinópolis, tendo em vista que é uma das atividades econômicas que mais geram emprego no município.

Quanto à remuneração nesse setor econômico, citada por Deise, de acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho 2009/2010, o piso salarial da costureira em Divinópolis estava estabelecido em R\$ 530,00, enquanto o piso do cortador estava estipulado em R\$ 580,00 e o de arrematadeiras, passadeiras e serviços gerais em R\$ 500,00.<sup>86</sup>

Considerando esse piso salarial, constata-se que os homens, mesmo no ramo da confecção também se sobressaem em relação às mulheres no quesito salarial, pois no setor de corte, atribuição que exige maior força física, há a predominância ou até mesmo a exclusividade da incorporação do trabalho masculino. Essa realidade é explicitada por Gisele:

*Toda fábrica que eu trabalhei tem o cortador, e ele ganha mais do que a gente. Todas fábricas o cortador ganha mais*

---

86. Os dados foram divulgados no site do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Divinópolis (SINVEDS). Fonte: <<http://www.sinvesd.com>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

*do que a costureira. Agora eu não sei o salário dele não. A modelista também ganha mais do que a costureira. Às vezes, a gente fica até chateada por isso, porque assim, tem fábrica que não valoriza muito o seu serviço. A modelista sempre foi reconhecida, mas costureira não. Agora o cortador sempre ganha mais. (Gisele)*

Todas as trabalhadoras entrevistadas vinculadas ao trabalho fabril, com regime de trabalho regulamentado pela CLT, alegaram receber o piso salarial determinado. Já as faccionistas perfaziam uma remuneração significativamente superior a tal piso, visto que seus rendimentos são baseados no número de peças produzidas e, por isso, sempre prolongam suas jornadas de trabalho.

Outro elemento importante a ser considerado é que o piso salarial do cortador, profissão predominantemente masculina, é superior aos demais, como descrito anteriormente, o que reforça a concepção hierarquizada no mundo do trabalho entre homens e mulheres de forma a sustentar diferenças salariais e “nichos” ocupacionais.

Sobre o ingresso na esfera da produção, Gisele narra seu vínculo com a costura desde a infância, influenciada pela sua mãe, que também é costureira. Gisele alega que o trabalho exercido pela mãe influenciou todos os filhos, que ingressaram no universo da costura, inclusive seu irmão que, segundo Gisele, trabalha como cortador em uma fábrica de confecção. Ou seja, a fala de Gisele revela que na cadeia produtiva da confecção persiste a divisão sexual do trabalho, havendo atividades destinadas aos homens e atividades destinadas às mulheres, com níveis salariais distintos.

*Minha mãe é costureira e ela tem mais de 50 anos de profissão. Ela já costurava lá em Luz. Então ela veio pra cá pra costurar. Então, lá na minha casa todos nós somos costureiras, até meu irmão, que é o único irmão que nós temos, trabalha em fábrica. Ele é cortador. Nós todos, acho que não tem nenhum, sabe assim, até as sobrinhas mesmo estão virando costureira. (Gisele)*

A fala de Gisele evidencia a influência da costura na vida familiar, pelo fato de toda a família se enveredar por esse ramo de atividade. Porém, Gisele não se identifica com essa especialidade produtiva, mas reconhece que não há muitas possibilidades diante de um cenário de crises no mundo do trabalho, marcado pelo desemprego estrutural e, até mesmo, pela dificuldade em encontrar outros tipos de trabalho, tendo em vista a ausência de investimento na educação formal, conforme relatado por Gisele, pois a falta de “qualificação” profissional é um dos álibis adotados pelo capitalismo como estratégia de justificar as fases de crise e desemprego.

*A mamãe veio pra cá pra costurar. Ela nunca gostou muito de trabalhar em fábrica, ela sempre trabalhou pros outros, particular, em casa, que ela tem as máquinas. Minha mãe é tipo assim, um alfaiate, só que em casa. Ela tem as máquinas também na casa dela. Ela trabalha na casa dela até hoje. Ela está com 68 anos, ela costura aqui, então foi assim que ela criou, e a gente aprendeu ali com ela. Foi vendo aquela luta dela ali. Então assim, eu devo a minha profissão, não digamos a ela, mas ao meu ex-marido, que foi ele que me incentivou a costurar, que eu nunca gostei muito de costurar não, agora que eu lá vou acostumando, mas que é meu sonho, falar assim, que eu amo costura, que adoro, não. É a profissão que eu tenho, é a única coisa que eu sei fazer, não quis estudar... Costura é uma coisa muito estressante, tem dia que dá vontade de largar tudo e sair correndo, porque chega cada modelo, você não acredita. (Gisele)*

Gisele relata sua experiência pelo universo da costura argumentando que o trabalho como costureira é muito estressante, desgastante e cansativo. Traz elementos da sua fase matrimonial em que trabalhava como costureira em fábrica e precisou deixar o trabalho em um determinado momento para assumir as responsabilidades do cuidado com o filho, tendo em vista a reprovação escolar do mesmo. Ou seja, foi necessária a saída da esfera produ-

tiva, em uma determinada fase, para assumir exclusivamente as responsabilidades de mulher e mãe na esfera reprodutiva, como se observa em sua narrativa.

*Só que aí eu e meu ex-marido, a gente começou a brigar muito. Aí ele achou melhor eu largar, porque trabalhava muito, não tinha tempo, como se diz, pra família. Na época, eu tinha só meu filho, ele tomou bomba. (Gisele)*

A trajetória de vida e as experiências sociais das trabalhadoras entrevistadas apresentam similaridades no que se refere à entrada precoce no mundo do trabalho precarizado, como se observa nas narrativas de Elza, Carla, Iara e Ana que trabalharam como empregadas domésticas, babá, atendentes, balconistas, dentre outras atividades ligadas à informalidade e baixas remunerações. Carla e Iara relatam a presença da máquina de costura no ambiente doméstico, o que despertou nelas o interesse pela atividade.

*Eu tinha doze anos quando eu comecei trabalhar. A minha irmã tinha uma mercearia com o ex-marido dela. Aí eu trabalhei lá, com ela ajudando, ajudava ela. Mas já fiz de tudo, já fui babá, já trabalhei em mercearia, já trabalhei em fábrica de costura. (Elza)*

*Assim que eu cheguei aqui eu comecei a trabalhar na casa de uma senhora. Eu olhava o menino dela, eu trabalhei de babá, três anos. Depois eu comecei a costurar, eu desde pequena, uns doze anos, eu já pegava uma máquina velha da minha mãe e fazia. Minha mãe não era costureira não, mas tinha uma máquina velha. Sabe aquele povo que antigamente tinha uma máquina pretinha. Aí desde pequena eu gostei. Aí, assim que eu cheguei aqui, passou pouco tempo eu fiz um curso e comecei a trabalhar. (Carla)*

*Eu comecei a trabalhar como babá, depois como doméstica, depois trabalhei num escritório de advogado, depois trabalhei*

*numa locadora e depois eu passei pra fábrica de costura e estou na área até hoje. A minha mãe tinha uma maquininha e a gente sempre costurava alguma coisinha. Aí quando eu fui pra fábrica, o rapaz me deu oportunidade de estar aprendendo lá dentro. Então ele me ensinou em outras máquinas, e de lá pra cá estou sempre aprendendo coisas novas, mas nunca fiz curso pra isso não. (Iara)*

*Fiz de tudo já, fui babá, trabalhei de empregada doméstica, numa loja de tecidos. Eu nem era registrada. Aí depois eu conheci o pai da minha filha, ele mexia com mercearia aí eu saí de lá e fui trabalhar com ele na mercearia. Aí eu trabalhei na mercearia. Depois eu trabalhei em bar e assim foi a vida inteira. Depois eu voltei a trabalhar em loja. Trabalhei em loja de calçados muito tempo, muitos anos fichada. Depois eu comecei, eu fiz um curso de costura que eu não gostava de trabalhar em loja. Aí eu saí de lá e falei: vou fazer um curso de costura. Minha tia tinha dezessete anos de fábrica e aí eu falei com ela: Vamos comprar as máquinas e vamos montar uma facção? Aí ela falou assim: não, eu tenho medo. Aí eu falei assim: não, mas não precisa ter medo não, porque se não der certo a gente vende e volta a trabalhar pros outros. Aí nós montamos e deu certo. Já vai fazer quatro anos e em questão assim de salário, nossa, quantas vezes mais eu ganho do que quando eu trabalhava em fábrica. (Ana)*

A fala de Ana é substantiva, tendo em vista que relata suas primeiras experiências no mundo do trabalho marcadas pela precariedade e informalidade, visto que realizava serviços de empregada doméstica e de babá. Ao longo de sua trajetória, vivenciou várias formas de trabalho até que resolveu ingressar no setor da confecção e, em seguida, montar “seu próprio negócio”, ou seja, uma facção, configurando o que se denomina de *trabalho invisível*. Ana retrata as vantagens do trabalho em domicílio focando na questão salarial, perdendo de vista outras análises, como a ausência de proteção social, ou seja, o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários,

fazendo uma interpretação imediatista de sua vida, pois ao falar sobre a contribuição previdenciária, a mesma alega que se sente “desprotegida” nesse aspecto por não ser contribuinte, o que pode lhe trazer conseqüências futuras.

Essa realidade de instabilidade, insegurança e incerteza vivenciada por Ana no trabalho em domicílio é comprovada nos estudos de Abreu (1986), ao dizer que a faccionista ou trabalhadora domiciliar,

[...] pode “tirar mais” que uma costureira de fábrica, se “sentar firme na máquina”. Ou seja, o aumento da remuneração está sempre associado a um esforço individual, como se dependesse apenas deste. Na realidade, a possibilidade de obter renda mensal mais alta não depende exclusivamente da vontade pessoal das costureiras, mas também da possibilidade de obter volume adequado de trabalho, o que, dadas as características de operação das confecções para as quais trabalham, só acontece em alguns meses do ano. Nas épocas de pico, no entanto, “dar duro na máquina” envolve desgaste realmente substancial da força de trabalho, fazendo serões todos os dias e trabalhando nos fins-de-semana. [...] o entrelaçamento do tempo dedicado ao trabalho com o tempo dedicado às tarefas domésticas dificulta, mesmo para elas, a percepção exata do tempo de trabalho. (p. 203)

Ao prosseguir sua narrativa, Ana relata como se configura o ambiente de trabalho, estruturado em seu domicílio.

*É aqui nesse cômodo separado, que a gente fez, tudo arrumadinho com ventilação, mas é aqui em casa que a gente faz toda a produção e essas máquinas aqui são tudo minhas. Igual, eu tenho um valor aqui de dez mil reais em máquinas, aí cada uma é um preço. Conforme a função da máquina é um preço. Tem máquina de três mil, tem máquina de mil e duzentos, depende da máquina. (Ana)*

Como todas as trabalhadoras dessa pesquisa que são faccionistas, ou seja, que costuram no espaço domiciliar, as atividades são realizadas em seus lares e, geralmente, elas adaptam algum cômodo residencial para servir como o local de trabalho. Além disso, para o investimento em facções, é necessária a aquisição de máquinas, conforme descrito por Ana em visita realizada à sua residência para a concessão de entrevista, sendo que as principais máquinas adquiridas para executar as devidas tarefas são a máquina reta, a overloque e a galoneira. No entanto, as faccionistas alegam possuir também a máquina caseira, pois,

[...] apesar da menor velocidade caracterizam-se por uma versatilidade que não é encontrada nas máquinas industriais de costura reta. De fato, uma máquina de costura caseira permite, mediante pequenos ajustes ou trocas de peças, realizar vários pontos de costura (ponto reto, ponto ziguezague de diversos tamanhos), pregar fechos e cler, fazer casa, e muitas vezes até bordar e pregar botões. (Abreu, 1986, p. 172)

As trabalhadoras domiciliares adquirem, em geral, suas próprias máquinas, ou seja, seus patrimônios, o que elas consideram de suma importância e conquista proveniente de seu trabalho e “esforço individual”. Possuir o maquinário representa para essas mulheres um valor agregado. Isso mostra, a partir do processo de reestruturação produtiva, com base na prerrogativa da flexibilização e da terceirização, a transferência das responsabilidades e dos custos do trabalho para trabalhadores e trabalhadoras, pois a partir do momento que assumem as atividades em seus domicílios como supostamente “autônomos/as”, tornam-se responsáveis pela aquisição de maquinário, pelos gastos com energia, manutenção das máquinas, e todos os demais custos advindos com o trabalho.

Fábia também justifica que o local onde realiza a atividade com a costura é na residência de sua irmã e, além disso, demonstra que o trabalho em domicílio não tem regra, dia e horário, pois a cadência

da produção é estabelecida de acordo com a demanda. Por isso, trabalha sem horário de finalização e sem dias específicos, pois se for preciso trabalha aos finais de semana para atender às requisições daqueles que solicitam seu trabalho.

*Na casa da minha irmã. As máquinas são nossas e assim, quando tem serviço, não tem horas nem dia. Ai é o dia todo e até sábado e domingo. Tem sábado também, quando aperta a gente trabalha. (Fábia)*

Marx (2006), ao analisar o trabalho na indústria têxtil aponta que há uma exploração sem limites da força de trabalho nessa ramificação produtiva, diante dos trabalhos ininterruptos e do prolongamento desmesurado das tarefas. Isso é observado na fala de Fábia, ao dizer que quando há serviço, trabalha aos finais de semanas e com jornadas de trabalho prolongadas e extenuantes.

Joana também descreve sua vida imersa no mundo do trabalho desde a infância e ligada à indústria da confecção. A narrativa de Joana expõe a superexploração do trabalho infantil, ao ingressar na fábrica de confecção.

*Eu comecei a trabalhar com onze anos de idade. Eu entrei na primeira fábrica de arrematadeira. Lá eu trabalhei três anos, aí fechou, fui pra outra; trabalhei dez anos, agora estou nessa há nove anos. Nessa que eu entrei de arrematadeira, eu trabalhei durante cinco meses arrematando, depois eu fui pras máquinas. Eu aprendi lá mesmo, minha mãe trabalhava lá. Minha mãe pediu pra mim, pra não deixar eu sozinha em casa. Ai eu estudava de manhã e pegava o serviço depois do almoço. Lá a fábrica era muito grande, lá tinha mais de vinte costureiras. O chefe deixava na hora do almoço eu mexer na máquina, sabe, aquelas curiosidade, aí eu fui aprendendo. Ele já me passou pras máquinas, porque lá tinha costureiras que ficava só fazendo essas coisas, depois ensinaram a fazer barra e eu fiquei direto. Eu lembro que ele me chamou pra aumentar salário. Isso foi bom. Quando fechou lá, ele fechou*

*naquela crise do Collor, quando o Collor tomou os dinheiros, aí fechou a fábrica, só que ele arrumou serviço pra todo mundo lá de dentro, sabe, aí eu fui trabalhar na outra fábrica e depois sai de lá e tô nessa até hoje, três fábricas. (Joana)*

Além de Joana, outras mulheres também ingressaram no mundo do trabalho na fase da infância, conforme se observa nos relatos de Bia que teve seu histórico laboral marcado pelo trabalho com a facção, fruto da influência materna. Em seu relato fica evidenciado, também, o aprendizado na confecção passado pela geração familiar.

*Com doze anos eu já trabalhava porque minha mãe mexia com facção, aí eu comecei, eu aprendi com ela, que aprendeu com minha avó. Foi passando de geração pra geração. Sempre trabalhei nessa área e na facção a gente fica assim, facção tem mês que é mais ruim, mas assim, prejudicada assim a gente não fica não. Igual assim em janeiro é mais fraco, você faz o mínimo, mas assim se você não faz, você pega uma roupa particular, vai levando assim... (Bia)*

De acordo com a elucidação de Bia, o trabalho na confecção é permeado por momentos de aquecimento na produção seguidos de algumas fases de queda na demanda, o que coloca as trabalhadoras domiciliares suscetíveis às leis capitalistas do mercado, conforme a oferta e a procura.

As narrativas reafirmam a presença do trabalho infantil na trajetória de vida das costureiras, exercendo atividades marcadas pela precariedade, diante de funções e atribuições consideradas “naturalmente” femininas como, por exemplo, empregada doméstica, babá e o ingresso no universo da confecção.

O aprendizado da costura aparece atrelado às determinações históricas, culturais, sociais e econômicas, pois além de estar associado à habilidade feminina por excelência, também contribui para o exercício de uma função remunerada. É reafirmado, na maioria das situações, que as habilidades com a costura ainda são tidas

como aptidões e atributos femininos naturalizados, reforçando a desvalorização desses afazeres no mundo produtivo e sustentando a divisão sexual do trabalho. Diante disso,

Aprender a costurar, por exemplo, constitui-se uma atividade imbricada à mulher. Isso porque costurar é tido como um saber necessário ao futuro papel de esposa e mãe, fazendo o aprendizado deste um processo totalmente naturalizado na formação das mulheres. (Pereira, 2004, p. 110)

Em muitas situações, a dedicação às atividades relacionadas ao ramo da costura tem inclusive um significado afetivo e simbólico para essas trabalhadoras que aprenderam tal ofício no espaço doméstico, transmitido pelos saberes das mães, avós ou outros entes familiares. Sendo assim, o conhecimento e habilidades adquiridos com a costura perpassam a trajetória de vida dessas trabalhadoras e as gerações familiares, o que permite uma identificação com tal atividade e, por isso,

Ser “uma boa costureira” envolve, portanto, não apenas prática, mas também um dom, uma tendência, uma vocação. É neste contexto que a costura se transforma numa “arte” e que as gratificações intrínsecas ao próprio trabalho, a preocupação em realizar um serviço bem feito, adquirem relevância. (Abreu, 1986, p. 251)

Além de ser uma atividade/habilidade que ocorre em sua maioria desde os tempos de infância, o exercício da tarefa da costura representa para essas mulheres não somente a produção de mercadoria com vistas ao lucro e recebimento de salários, mas também um espaço de partilhas, de aprendizado, de criação, de sociabilidade, onde tais trabalhadoras aprendem, criam, recriam, trocam, compartilham e adquirem saberes diversos.

Numa sociedade assentada na divisão sexual do trabalho, esse universo da costura perpassa a esfera do saber/fazer “tipicamente” feminino, como conhecimento adquirido em seu processo forma-

tivo, como algo naturalizado e atributo da mulher, que pode ser utilizado como uma prática do cotidiano doméstico e de responsabilidade da dona de casa, mas ao mesmo tempo pode assumir a natureza de um trabalho assalariado inserido em unidades produtivas, em regime formal ou informal.

Esse saber/fazer da costura é, em sua maioria, adquirido na fase da infância, no espaço doméstico e passado de geração para geração, ou seja, a mãe ensina a filha e assim sucessivamente. Isso significa que a aprendizagem com a costura, em sua maioria, antecede o ingresso das mulheres no cenário produtivo e remunerado.

Entretanto, a costura, atividade considerada feminina por excelência, passou a ganhar *status* de profissão remunerada na esfera da produção, a partir do processo capitalista de industrialização e urbanização. Porém, essa atividade ainda é pouco reconhecida e valorizada.

A partir da inserção feminina massiva no mundo do trabalho, são verificados números elevados de mulheres em determinados setores da economia, como é o caso da indústria têxtil, da confecção/vestuário e calçadista.

Essa participação mais intensa das mulheres nas indústrias têxtil e de calçados se dá porque o processo de trabalho encontra-se ainda marcado pelo papel sexual das mulheres na sociedade. As relações sociais de gênero determinam, por exemplo, que aprender a costurar se constitui como um saber necessário ao futuro papel de esposa e mãe, fazendo deste um processo totalmente naturalizado para as mulheres. (Pereira, 2004, p. 71)

O principal elemento para a contratação da mão de obra no setor confeccionista está relacionado às habilidades, à destreza e aptidão com a máquina industrial, não importando os demais conhecimentos adquiridos em seu percurso de formação. Ou seja, não é relevante e nem obrigatório possuir cursos especializados na área para ingressar no espaço produtivo da confecção, pois bastam as competências técnicas e práticas no manejo do maquinário. Po-

rém, algumas trabalhadoras da confecção demonstram interesse em aperfeiçoar seus conhecimentos fazendo cursos na área, como é o caso de Iara.

*Tem oficina da moda que desenvolve corte de costura, modelagem, tem a Dinâmica e tem o Senai que envolve essa área de confecção. Ensina a pessoa a lidar com maquinário, modelagem, aprende a cortar. Essa é uma parte que eu não sei ainda. Eu sei cortar assim, com o molde, mas, igual tem muita costureira particular, elas já pegam o pano e faz a medida certinha. Eu ainda não sei, eu sei através do molde. Por isso que eu queria fazer um curso, pra entender um pouco mais. (Iara)*

Ana, Helen e Gisele já fizeram cursos na área e comentam o processo:

*Fiz um curso na Dinâmica de sessenta dias, mas você só aprende a tocar a máquina, a ter mais ou menos um controle porque a máquina é igual um carro, ela tem o acelerador, ela tem o freio e ela tem um pedal que você levanta o pé da máquina. Aqui em Divinópolis tem um curso muito bom no SENAI, só que lá, esse curso no SENAI, eu acho que é até uma certa idade. Porque pra aprender a costurar mesmo, você aprende mais é no dia-a-dia. Você pega uma peça, você vê como ela foi feita, geralmente vem uma pilotagem. (Ana)*

*Eu fiz um curso no Senai de costura pra deixar de ser arremateira. Daí eu consegui mudar de função onde eu trabalho. (Helen)*

*Fiz um curso no Senai, um ano. Curso industrial. Lá você aprende desde pregar um zíper até montar uma peça. Lá você tem todas as máquinas pra você mexer e tem até diploma. (Gisele)*

Ana, Gisele e Helen são casos atípicos de costureiras fabris e domiciliares pois, com base em outras realidades analisadas, foi constatado por Amorim (2003), na região de Campinas, Abreu (1986),

no Rio de Janeiro, e Lima (2009), no Paraná, que as trabalhadoras, majoritariamente, não buscam cursos de qualificação e aperfeiçoamento no ramo da confecção, tendo em vista que alegam não haver novidades, e, em sua maioria, aprendem na “prática”, lidando diretamente com a máquina de costura, como é o caso de Fábía.

*Nunca fiz curso. Eu quando vim pra Divinópolis, arrumei emprego numa fábrica e entrei sem experiência, sabe, aí comecei, e assim sempre fui esforçada, aí deu certo, aprendi lá com elas. De uma máquina passava pra outra. (Fábía)*

No município de Divinópolis existe uma oferta significativa de cursos relacionados ao setor confeccionista. Dentre eles são oferecidos cursos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) de Corte, Costureiro Industrial, Modelagem e Confecção do Vestuário. A Faculdade Divinópolis (Faced), de natureza privada, oferece o curso de graduação em Moda com duração de quatro anos e no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) é oferecido o curso de Técnico em Produção de Moda, com duração de três anos.

Carla afirma ter feito o curso do Senai:

*Eu queria mudar de função sabe, pretendo e já estou procurando outro curso de modelagem pra ver se aperfeiçoa mais pra ter condições de trabalhar em uma fábrica maior. O que tem aqui, o máximo que tem aqui é do Senai, eu já fiz. Se eu conseguir fazer esse curso, porque com o que eu tenho, lá eu não tenho capacidade pra fazer uma modinha mais complicada. Por isso tô tentando procurar outro curso, que seja mais específico pra essa área pra ver se consegue. (Carla)*

Cabe mencionar uma passagem emblemática na descrição de Ana sobre as exigências do universo da confecção no que se refere à qualificação profissional, tendo em vista as configurações assumidas pelo mundo do trabalho na atual conjuntura, e que se reflete

na vida de todos/as aqueles/as que vivem e sobrevivem do trabalho frente às dificuldades de inserção na organização produtiva:

*É muito difícil uma fábrica exigir de uma costureira estudo, porque hoje em dia você está tendo nas fabricas até pessoas que são formadas em faculdade, trabalhando lá, porque o salário hoje, pessoas formam, mas às vezes ela não tem condições de montar um consultório, uma coisa do tipo. Ela não pode ficar desempregada a vida inteira esperando a oportunidade de vir um e falar: eu vou abrir um consultório pra você. Tipo quem forma pra ser professor se não for professor de faculdade, professor de estado ganha..., o salário é uma miséria, então às vezes de costureira, as fábricas tudo estão pagando dois salários de costureira, não sei quanto tá o salário de costureira hoje, mas se for quinhentos reais, já tá bom. (Ana)*

Araújo e Amorim (2002), com base em análise do universo da confecção, observaram no município de Campinas, Estado de São Paulo, que,

[...] nem as novas atitudes nem as qualificações tradicionais das costureiras são percebidas como merecedoras de incentivos e remuneração adequadas. Como a principal atividade realizada por elas no setor de confecção, a costura, exige um saber tradicionalmente adquirido no espaço doméstico, ele nem sempre é reconhecido pelos empresários como uma qualificação técnica. Além disto, o perfeccionismo, a precisão, a delicadeza, que justificam, muitas vezes, a preferência destes empresários pela contratação de mulheres, são características vistas como femininas “por natureza”, e não como habilidades ou competências específicas que deveriam ser valorizadas. (Araújo; Amorim, 2002, p. 294)

Com base nas exigências postas pelo mercado de trabalho, nota-se que a suposta “qualificação” ocupacional e profissional, compreendida como um conjunto de técnicas, habilidades, conhe-

cimentos e procedimentos apreendidos para o exercício de determinadas atividades, não é um requisito que prevalece na cadeia produtiva da confecção para a contratação de determinadas funções, como é o caso da costura, que exige especificamente uma aprendizagem e habilidade prática no manejo das máquinas de costura. Isso contribui para desvalorizar e desqualificar a atividade das costureiras, como se o conhecimento dessa atividade, as habilidades e procedimentos realizados não fossem uma forma de qualificação para o trabalho.

No contexto das profundas mudanças no mundo do trabalho, especialmente a partir dos anos de 1990, considerando o processo de captura da subjetividade da classe trabalhadora, a polivalência, o sindicalismo “por empresa” e o trabalho em equipe, bem como

A própria ideia de “qualificação” passa a ter um novo recorte – é menos considerado “um estoque de conhecimentos/habilidades”, mas sobretudo competência ou capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis (o que exige uma postura operária pró-ativa ou propositiva). Na verdade, é algo adequado à lógica do toyotismo, vinculada à captura da subjetividade operária pela valorização do capital. Surge não apenas como procedimento técnico, mas principalmente como poderosa operação ideológica. (Alves, 2005, p. 254)

Apesar da expansão do trabalho feminino na contemporaneidade, observa-se que algumas atividades atribuídas às mulheres estão associadas às funções que exigem habilidades manuais, tidas como atributos femininos naturais, por exigir atenção a detalhes, paciência e delicadeza. Com isso, essas trabalhadoras se inserem em atividades como montagem de peças, costuras no ramo têxtil, digitalização, dentre outras, ou seja, tarefas marcadas pela rotinização e monotonia, predominantemente desvalorizadas, sem reconhecimento e caracterizadas por baixos salários.

De acordo com as reflexões de Lima (2009), há na cadeia produtiva da confecção o predomínio de formas precárias de trabalho, sobretudo do trabalho feminino, com a inserção de trabalhadoras com baixa escolaridade, o que implica em baixos rendimentos e corrobora a precarização de suas condições de vida.

Em um cenário marcado pela precarização e pela divisão sexual do trabalho, e considerando a significativa entrada das mulheres no mundo do trabalho, sobretudo na segunda metade do século XX, passou a ser elementar para a pauta sindical a problematização das desigualdades sociais de gênero/sexo no âmbito produtivo, tendo em vista que, até então, as profissões e ocupações eram majoritariamente masculinas.<sup>87</sup>

O sindicalismo se reconfigura no cenário de alterações substantivas que ocorrem no mundo do trabalho e que engendram um novo perfil de trabalhador. Esse quadro é verificado especialmente nos anos 1990, quando se presencia um refluxo dos movimentos sindicais diante da fragilidade das negociações coletivas, da redução de greves e da queda na taxa de sindicalização, frente ao ideário neoliberal.

Além disso, a reestruturação produtiva, em seu formato predatório e desagregador das relações de trabalho, tem contribuído para minar os movimentos de pressão e mobilização de trabalhadores e trabalhadoras, diante de um quadro acentuado de desemprego, instabilidades e incertezas no mundo do trabalho. Isso provoca uma diluição e fragmentação da classe trabalhadora, o que contribui para o dilaceramento dos vínculos coletivos que afeta e compromete a capacidade organizativa do conjunto da população que necessita da venda de sua força de trabalho.

---

87. Em 28 de agosto de 1983 foi fundada a CUT (Central Única dos Trabalhadores) na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Em 1986 foi criada uma Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, que passa a incorporar nas bandeiras de luta sindical a questão da igualdade entre trabalhadores e trabalhadoras. Em 1988 ocorre o I Encontro Nacional sobre a questão da Mulher Trabalhadora, tendo em vista sua inserção significativa na esfera produtiva. Dentre as principais reivindicações estavam a luta por creches, melhores oportunidades de trabalho, garantias à maternidade e igualdade de remuneração.

No contexto das fortes investidas neoliberais e da reestruturação produtiva, os sindicatos se reorganizam e assumem novas frentes de reivindicação e lutas como a defesa pela manutenção de postos de trabalho, as implicações do processo de reestruturação produtiva e da terceirização para a classe trabalhadora, a garantia de salários e jornadas de trabalho condizentes aos assegurados em legislação, as consequências da persistente divisão sexual do trabalho, dentre outras.

Apesar da significativa entrada das mulheres no mundo do trabalho, ainda há um descompasso em relação à sindicalização feminina, se comparada à sindicalização masculina. Dentre os motivos dessa diferenciação pode-se mencionar o fato de as trabalhadoras prevalecerem no trabalho informal, temporário, terceirizado e domiciliar (Pereira, 2004, p. 60).<sup>88</sup>

A expansão do trabalho informal, subcontratado e terceirizado, traz consequências para o processo de sindicalização, colocando para o sindicalismo desafios quanto à organização política e coletiva, pois na recente morfologia do mundo do trabalho “[...] passa a ser cada dia mais desafiador organizar as(os) trabalhadoras(es) vinculadas(os) à economia informal, trabalho que se torna ainda mais difícil quando se leva em consideração as pontas mais precarizadas [...], (Lima, 2009, p. 237)”, como é o caso do trabalho em domicílio, caracterizado pela *invisibilidade* que, em grande medida, escapa aos olhos do sindicalismo.

---

88. Com base nos dados divulgados pela Fundação Perseu Abramo sobre a taxa de sindicalização de trabalhadores brasileiros, entre os anos de 2005 e 2011, observa-se que entre os homens ocupados a taxa manteve-se estabilizada, em 17,5%. Em relação à sindicalização feminina, houve um aumento, pois em 2005 a taxa era de 14,8% e em 2011 passou a 16,2%. Segundo os dados, no Brasil, para cada grupo de 10 novas ocupações abertas, 2 se tornaram sindicalizadas entre 2005 e 2011. Os dados revelam uma relativa estabilidade da sindicalização de trabalhadores e trabalhadoras, apontando que tal fenômeno reflete as alterações no mundo do trabalho e a recomposição da classe trabalhadora, sobretudo diante do crescimento de ocupações no setor terciário da economia. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

A conjuntura atual coloca desafios ao sindicalismo, diante das contradições presentes no embate entre capital e trabalho e das demandas postas pelas refrações da “questão social”. Nessa fase de acumulação flexível (Harvey, 2014), diante das abruptas alterações no mundo do trabalho, os regimes formais de trabalho, com carteira assinada, direitos trabalhistas e sociais assegurados, baseados no modelo fordista, estão em pleno declínio, enquanto se expandem as formas precárias, terceirizadas, informais e subcontratadas de trabalho, marcadas pela *invisibilidade*. Assim, apreender a totalidade do mundo do trabalho no capitalismo, com sua dinamicidade e contraditoriedade, pressupõe reconhecer a complexidade, heterogeneidade e fragmentação da classe trabalhadora, conforme sublinhado por Antunes (1999).

Em relação à sindicalização e tendo em vista a expansão do trabalho informal e domiciliar no ramo da confecção, verifica-se certa dificuldade de reconhecimento e de vinculação sindical das costureiras. Pereira (2004) assinala haver muitos limites para a incorporação da trabalhadora informal e domiciliar ao sindicato e sustenta que,

Na verdade, muito da resistência quanto à incorporação das trabalhadoras domiciliares [...], encontra-se na impotência dos órgãos de representação sindical em mobilizar essas trabalhadoras, pela dificuldade de o sindicato ser atrativo a ponto de fazer com que elas venham a se interessar por ele. As tentativas de incorporação têm procurado fazer com que essas trabalhadoras acomodem-se ao modelo de sindicato existente e não o sindicato se adaptar à nova realidade das relações de trabalho. (Pereira, 2004, p. 107)

Diante disso, compete às organizações sindicais uma aproximação a esse conjunto de trabalhadoras informais para compreender as reais necessidades demandadas por esse segmento e garantir sua representatividade.

Outro fator relevante que merece ser mencionado é o predomínio de homens como líderes sindicais, representando diversas

categorias profissionais, ocupacionais e setores de atividade, como acontece no ramo da confecção de Divinópolis, que absorve em sua maioria o contingente feminino, seja no âmbito fabril, seja no trabalho domiciliar (façções). Porém, ao eleger seus representantes, os escolhidos são sempre homens, demonstrando contradições e incoerências, pois interessante seria haver uma representação feminina nessa ramificação produtiva, entendendo a predominância de mulheres nesse setor e, por isso, a relevância de alguém que vivencie as mesmas experiências de seus pares.<sup>89</sup>

Ao descreverem suas percepções acerca das ações do sindicato no município de Divinópolis, as costureiras apresentam perspectivas diferenciadas. Joana, trabalhadora que nunca foi sindicalizada, apesar de sempre trabalhar com carteira assinada, argumenta a desvalorização com o trabalho na confecção, devido aos baixos salários, falta de reconhecimento, e questiona a atuação do sindicato que, segundo ela, deveria ser mais atuante.

*Eu sempre trabalhei registrada, mas nunca fui sindicalizada, porque eu acho que eles tinham que olhar mais pro nosso lado. Eu acho que o salário é muito defasado, não tem nada lá, assim, é bom só em hora de acerto, eu acho que é bom só pra isso o sindicato aqui. Porque não tem benefício nenhum. A gente não vê falar em reunião, não é divulgado pras costureiras. Eu acho que só com o acerto que eles olham pro lado da costureira. (Joana)*

A fala de Fábria caminha na mesma direção de Joana, ao questionar e apontar crítica em relação ao sindicato:

---

89. O Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria da Confecção de Roupas, Estamparia, Cama, Mesa e Banho de Divinópolis (SOAC), foi fundado em 1991, num momento histórico da sociedade brasileira em que se assistia ao enfraquecimento do sindicalismo frente às prerrogativas da reestruturação capitalista e do neoliberalismo.

*Pra falar verdade, não faz nada. Quando eu saí da fábrica, falei, aí foi aquela bagunça e não virou nada.* (Fábia)

Ana, também a partir de uma experiência familiar negativa, diz que o sindicato, que deveria defender os interesses dos trabalhadores, acaba defendendo e fazendo negociações e conciliações com a classe patronal, e, por isso, também tece críticas em relação à entidade.

*Sindicato olha o lado do dono da fábrica. Tanto que, quando a fábrica fechou que a minha irmã trabalhava, minha tia tinha 17 anos de fábrica e o pessoal tinha condições de acertar só que eles ficaram do lado do pessoal que era dono da fábrica, sabe, o sindicato. Eu achei um absurdo na época, porque minha tia perdeu a vida dela lá, doou tudo que ela tinha, a vida dela, nunca faltou do serviço. E eles simplesmente fechou e falou acabou e tchau. Então o sindicato ficou do lado da fábrica, do patrão.* (Ana)

*Eu não tenho nada pra dizer porque eu nunca precisei do sindicato pra nada. Eu acho que não, tem muitas colegas minhas que reclamam, quando precisam, mas nunca aprofundi no assunto. Eu acho que tem hora que a gente é meio despreparada, já que a gente paga; porque tem dia que eu pego minha folha de pagamento, o que que eu pago de sindicato? Assim é pouco, mas eu fico por entender.* (Deise)

Pela fala de Deise, é constatada uma realidade presente no cotidiano de vida de muitas/os trabalhadoras/es, que consiste no desconhecimento da atribuição e função do sindicato. Deise é sindicalizada, contribui com a taxa sindical, mas não tem aproximação com a entidade. Essa é uma questão que merece aprofundamento e pesquisa, pois é notório esse distanciamento entre classe trabalhadora e sindicalismo, o que contribui para a fragilização de trabalhadores e trabalhadoras, que desemboca em repercussões para as lutas coletivas.

Já Carla apresenta outra concepção acerca do sindicato, ao dizer que é sindicalizada e mesmo pontualmente e de forma episódica, recorre ao sindicato nos momentos necessários e é atendida e orientada.

*Eu pago o sindicato, tipo é meio devagar, mas tá lá pronto pra ajudar a gente, porque toda vez que a gente precisa assim de pequenas coisas, uma informação eles estão sempre dispostos a ajudar. (Carla)*

Conforme a pesquisa realizada com as costureiras no município de Divinópolis, o trabalho domiciliar se torna uma das alternativas para as mulheres que não desejam sair de suas residências devido aos afazeres domésticos e ao cuidado com os filhos, além de obterem uma renda mensal superior aos rendimentos auferidos no trabalho regulamentado no espaço fabril.

Em muitos casos, a combinação das atividades produtivas e reprodutivas é preservada nos finais de semana, dificultando o acesso ao lazer, descanso e repouso das trabalhadoras, o que contribui para desencadear inúmeras doenças ocupacionais pelo desgaste e intensificação das extensas horas dedicadas ao trabalho. Esse prolongamento da jornada de trabalho, no que se refere à costura em domicílio, ocorre pelo fato da remuneração ser obtida por peça, ou seja, quanto maior o número de peças produzidas, mais elevado será o rendimento mensal das costureiras.

Por isso, para essas mulheres, o trabalho domiciliar é funcional na medida em que prevê uma flexibilidade de organizar o tempo dedicado às tarefas produtivas da costura com os afazeres domésticos. Pela natureza do trabalho domiciliar e da atividade da costura realizada, muitas vezes de forma isolada, individualizada e fragmentada, inexistente uma organização dessas mulheres, ou quando ocorre é fragilizada. Além da dificuldade de se reconhecerem enquanto coletividade e inseridas em uma dinâmica macroestrutural, também não possuem autonomia devido ao atendimento dos prazos estipulados pelas empresas contratantes e, por isso, muitas vezes

se desdobram em dias e noites para o cumprimento das exigências estipuladas pela demanda.

A participação dessas mulheres no processo produtivo se dá de forma individualizada, sem haver uma interlocução com os demais trabalhadores, de forma a possibilitar e potencializar as organizações coletivas, a fim de criarem estratégias de enfrentamentos, incitarem posicionamentos frente às condições precárias de vida, de trabalho e tomarem decisões de forma autônoma.

Com isso, o que se constata é uma ausência de participação política e de organização dessas trabalhadoras, o que provoca a fragmentação e fragilização desse segmento. São mulheres que vivem, cotidianamente, em estado de isolamento e sem representatividade.

Na atividade da confecção, as formas de resistência são, em sua maioria, individuais, isoladas, residuais, surdas, não representando ainda um coletivo organizado de trabalhadoras com objetivos de romperem com as relações de dominação, opressão e exploração que vivenciam.

Nessa conjuntura, Antunes (2007, p. 70) destaca a dificuldade da organização sindical na contemporaneidade, considerando que a classe trabalhadora encontra-se fragmentada, complexificada e heterogênea. Isso impõe dificuldades ao sindicalismo no que se refere à incorporação do contingente feminino, de trabalhadores temporários, parciais, terceirizados e precários, o que contribui para obstaculizar “[...] possibilidades do desenvolvimento e consolidação de uma *consciência de classe* dos trabalhadores, fundada em um sentimento de *pertencimento de classe* [...]” (Antunes, 2007, p. 72, grifos no original). Acrescenta que “as diversas formas de resistência de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma *consciência para além do capital*” (Antunes, 2007, p. 44, grifos no original).

Pelo que se observou a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo, a maioria das trabalhadoras da confecção não tiveram oportunidades para investir na escolarização formal. Apenas a facionista Elza possuía graduação em Pedagogia e optou pelo tra-

balho em domicílio com a costura alegando que consegue auferir melhores rendimentos nesse ramo de atividade do que atuando na área pedagógica. Com exceção de Elza, nenhuma outra costureira possuía curso superior, tampouco o nível médio completo, sendo que pôde ser verificada uma baixa escolaridade das entrevistadas. Vale destacar que algumas das costureiras realizaram cursos técnicos profissionalizantes, mas de forma eventual e esporádica.

Mas o que merece ser destacado, para não cair no risco de culpabilização dessas mulheres pelo não acesso à educação formal, é que sabendo que o ramo da confecção não exige respectivamente uma mão de obra formalmente escolarizada para o exercício das atividades, essas trabalhadoras (fabris e domiciliares) não se sentem estimuladas ao aperfeiçoamento profissional, pois ocupam espaço nas tarefas rotineiras, repetitivas, desvalorizadas e caracterizadas por baixos rendimentos.

As costureiras domiciliares relatam aspectos positivos no trabalho em domicílio, em especial como alternativa de obterem uma renda em etapas da vida em que necessitam estar vinculadas aos cuidados dos filhos e da casa e, nesse sentido, criam suas estratégias de sobrevivência. No caso das mulheres casadas, em determinados momentos de dificuldades financeiras, alegam que recorrem aos rendimentos do marido. Já as mulheres solteiras ou chefes de família relatam que encontram certo grau de vulnerabilidade financeira no trabalho subcontratado, frente aos ciclos oscilantes da produção e demanda sazonal, como acontece com a facionista Iara:

*Às vezes a gente apela pros empréstimos. Meus pais me ajudam muito. Então às vezes falta em uma prestação, eles me ajudam. Então assim, vai equilibrando. (Iara)*

Mas as condições de vida e trabalho das costureiras fabris, que exercem atividade regulamentada, também são marcadas pela precarização e dificuldades em suprir as necessidades básicas da família, como se evidencia no relato de Joana:

*Não dá pra ter tudo. A gente controla daqui e dali. Eu queria que meus meninos estudassem em escola particular, e não deu até hoje pra colocar. Mas assim, mais ou menos, a gente sempre tem que esperar juntar um dinheiro pra fazer alguma coisa. (Joana)*

Diante das dificuldades no suprimento das necessidades básicas dos familiares, as costureiras, sejam elas formais ou informais, criam estratégias de sobrevivência frente às situações apresentadas, como o trabalho infantil, informal e domiciliar.

Nesse sentido, um fato relatado pela costureira Deise e que representa a realidade de muitas trabalhadoras no cenário de precarização da vida, evidencia as formas como os indivíduos lidam com as intempéries da dinâmica societária, inclusive incentivando o trabalho infantil dos filhos como mecanismo de suposta “colaboração” no orçamento familiar.

*Aqui em casa todo mundo trabalha. Essa daqui [se referindo à filha] trabalha no salão. Ela tá com doze anos. O salão é aqui do lado, mas hoje tá fechado, então ela não foi, mas ela trabalha durante a semana. Ela estuda de 13h às 17h30min. Ai durante a semana ela trabalha das 8h às 11h no salão. Ela lava cabelo, lava o salão, lava banheiro, tira esmalte. E na escola ela tá desempenhando bastante, fazendo todos os deveres, tirando nota boa, em 10 ela tá tirando 8. E no salão é assim, acontece, igual, por exemplo, hoje ela não foi porque tá fechado, porque o filho da dona teve um acidente, então assim, acontece dias que não. Eu até pensei, ela tá muito nova pra trabalhar e tá errado. Mas assim, além dela gostar, como ela ficava de manhã sozinha, em casa, aí evita de trazer meninada pra cá, fazer coisa errada, que eu tô trabalhando e não tô vendo, entendeu? Então eu sei que ela tá no salão, direitinho. Eu tô deixando que é um dinheirinho a mais pra ela, responsabilidade, que aí ela vai crescer já tendo responsabilidade. E o meu marido, ele é eletricitista. (Deise)*

A partir da narrativa de Deise constata-se a necessidade do trabalho da filha como forma de adquirir responsabilidade para a vida e com o seu rendimento atender algumas das necessidades da família, havendo uma inversão do processo educacional e de formação. Esse trabalho também aparece com o sentido de “[...] proteção contra os riscos e os descaminhos do mundo da rua [...]” (Sarti, 2005, p. 104), associado ao mundo das drogas e criminalidade.

Porém, ao mesmo tempo, Deise relata paradoxalmente como se dá a remuneração da filha, que ocorre de uma forma extremamente baseada na superexploração do trabalho infantil.

*Então, eu tô até pra ir conversar com a mulher do salão, porque eu tô achando muito pouco. Ela tá ganhando R\$20,00 por semana. É um dinheirinho que ajuda ela, mas assim, eles falam que ela é trabalhadeira igual a mãe, ela não pára. Então assim, eu acho que ela devia pagar mais. Depois eu vou bater um papo com ela. (Deise)*

Vale destacar que mesmo estando todos os componentes da família inseridos em alguma atividade produtiva remunerada, são privados de diversos serviços oferecidos no local onde vivem, conforme discorre a costureira.

*E o que a gente ganha não dá não, mesmo trabalhando muito. De vez em quando falta um trem daqui, um trem dali. Essa daqui [a filha] é doida com o clube. Toda vez que ela quer ir, eu não tenho dinheiro. Às vezes o dinheiro dela é pra fazer os trabalhos que precisa, comprar uma cartolina, papel crepom, aí chega final de semana não tem. Então assim, eu acho que tá muito difícil, pode trabalhar até morrer, não tem como, não tem condições. (Deise)*

Portanto, mesmo que a filha de Deise realize um trabalho remunerado, não pode usufruir de outras atividades, como é o caso

de frequentar o clube da cidade como forma de lazer, ficando seu rendimento direcionado para os gastos com material escolar.

Deise alega que em determinados momentos precisa criar estratégias de sobrevivência a fim de atender às necessidades da família e, por isso, não fica restrita ao trabalho com a costura.

*Eu costumo “me virar nos 30”. Costumo pegar um serviço extra no sábado. Eu tenho muitas colegas que tem fábrica e trabalha no sábado, daí eu costumo trabalhar no sábado por dia, assim, fazer faxina. As mulheres aqui do bairro gosta muito de mim, falam que eu sou muito caprichosa e tudo. Então sempre que eu esteja precisando do dinheiro, às vezes dá o dia do talão da água e da luz e você não recebeu ainda, ou o dinheiro não deu, eu vou lá faço uma faxina e arrumo o dinheiro do talão, entendeu? Eu dou meus pulos. (Deise)*

As estratégias de sobrevivência, de acordo com Yazbek (2006), podem ser compreendidas como o conjunto de formas concretas que os sujeitos, individual e/ou coletivamente, encontram para o enfrentamento da pobreza e das demais adversidades que emergem na vida social, com a finalidade de subsistência imediata e reprodução social.

Além desses aspectos descritos, a família de Deise reside em casa alugada e, conforme explicitado por ela, a proprietária do imóvel solicitou a saída de sua família, o que a costureira relata com preocupação.

*Eu vou te falar uma coisa, esse bairro é muito bom. Eu moro aqui desde que vim pra Divinópolis. Eu amo esse bairro, inclusive a dona até pediu a casa. Hoje já andei atrás de casa igual louca. Eu não queria morar no bairro próximo, uma que eu vou ter que pagar vã pra minha filha, outra que ela não vai poder trabalhar, porque ela ganha 20,00 por semana e vai ter que pagar ônibus, então não vai sobrar nada. Então tipo assim, escola é aqui do lado, meu serviço é aqui do lado, eu gosto muito daqui. Tudo perto, o posto de saúde é muito*

*bom, eu acho. Supermercado e farmácia é aqui do lado, tudo pertinho. (Deise)*

O bairro de Deise, com acesso facilitado aos serviços básicos, é diferenciado pois, em geral, essas mulheres residem em bairros com infraestrutura precária e, por isso, necessitam se deslocar para acessar determinados serviços, como atendimento em unidades de saúde, supermercados, farmácias, escolas, creches, dentre outros.

Pela fala de Joana, moradora de outro bairro, percebe-se um sentimento de agradecimento pelo fato da existência de rede de esgoto e pavimentação das ruas, mas que deveriam ser reconhecidos como direitos elementares da população. Outros relatos também demonstram a precariedade em relação ao bairro onde residem essas trabalhadoras.

*A gente tem que agradecer muito por calçada e rede esgoto, porém supermercado, farmácia, nada disso não tem. Falta um supermercado bom pra gente, porque tudo que a gente precisa tem que ir no Niterói ou no Centro. Falta supermercado, um posto de saúde, falta farmácia, porque não tem comércio nenhum no bairro nosso. (Joana)*

*É tudo longe. Aqui no bairro não tem nada não. Não é tão longe, mas não é no bairro. (Bia)*

*Não, aqui não tem nada. Nem posto de saúde, tem o posto no outro bairro que atende aqui. Tudo falta. As mercearias, tudo que você procura, não tem. Minha mãe que vem do serviço dela e passa no mercado quase todo dia, coitada, porque aqui não tem nada. Você vai comprar pão, não tem. Tem que ir lá no Niterói, no outro bairro, lá em baixo. (Elza)*

*Ele é um bairro que tem calçadas, supermercado, mas não tem farmácia. Açougue tem só no supermercado. É um bairro que deixa muito a desejar... Posto de saúde tem dois, Planalto*

*e Tietê, são todos dois muito bons, até o Planalto é um posto mais procurado, ele atende mais bairros. (Gisele)*

*Tem um córrego fedorento aqui em baixo. Um córrego aberto, tanto é que nós tá tendo problemas no registro da casa por causa disso, que agora não libera mais, parece que tem uma lei que não libera mais tantos metros de algum córrego [...] Tem, algumas coisas, só que é tudo longe, mesmo o posto de saúde é no outro bairro. (Carla)*

*Tem calçamento, tem rede elétrica, tem água. Mas não tem um posto de saúde, não tem escola, não tem supermercado, não tem farmácia. Pra isso tudo a gente tem que pegar ônibus até no Niterói. (Ana)*

Frente ao descrito pelas trabalhadoras, observa-se que, em sua maioria, os bairros onde elas vivem são caracterizados por uma precária infraestrutura no que tange ao acesso aos serviços básicos, tendo que se deslocarem para o suprimento das necessidades mais elementares.

Tendo em vista as condições precarizadas de trabalho em que vivem as mulheres da confecção, observa-se, a partir das narrativas das trabalhadoras, que as refrações da “questão social” incidem na vida das trabalhadoras como situações isoladas, residuais e descontextualizadas, ou seja, não vinculadas ao modo de produção capitalista. Isso é constatado com base em narrativas reveladoras de uma série de comprometimentos à saúde das trabalhadoras. Tal situação é observada tanto no espaço fabril, quanto no trabalho em domicílio, como se confere na fala de Joana ao retratar seu local de trabalho, descrevendo as condições precárias do ambiente, o que pode provocar danos irreparáveis à vida e saúde das trabalhadoras, em curto, médio e/ou longo prazo.

*Não, lá não usa nada; eu falo que tinha de ir um fiscal lá, que ia fechar era a fábrica inteira, é mesmo, porque ela tá cons-*

*truindo, diz que a fábrica agora está maravilhosa, onde que é o prédio dela. Mas lá na fábrica, é um porão super abafado, com esse calor, e não tem nada de prevenção de acidente, nada de nada, e não vai fiscal; nunca foi um fiscal lá pra nada. Eu falei assim: Mãe lá é horrível, a gente tem que almoçar nas máquinas, tem que almoçar em cima das máquinas, sabe, é pó de jeans. Igual no serviço da minha mãe tem que ser sapato fechado, máscara, a maioria não consegue usar, mas tem que ser sapato fechado, porque vai aquele moço lá da Cipa, é que a patroa da minha mãe paga, aí eles vão olhar pra não multar. Mas lá no meu serviço não tem nada; nem extintor. Lá é pequeno, e tem muita máquina. Lá tem máquina de tudo, tem as máquinas do jeans, fica o espaço muito pequeno, a gente fica uma do lado uma da outra trabalhando porque o espaço é muito pequeno. Ela fez um cômodo pra ficar o corte separado, porque era junto, e não tinha como mais ficar junto. Aí fica a mesa onde que a moça fica fazendo molde, a modelista, fica a mesa dela, fica a mesa de passar e ficam as máquinas, tudo tumultuado. O banheiro lá é um metro quadrado. Eu que sou gorda, a gente pula o vaso e fecha a porta; é verdade, pula pra fechar senão não dá. Eu falo em termos de serviço, é bom trabalhar lá, mas tipo eu sinto mal lá porque é muito calor. Se liga o ventilador, vai direto nas linhas, porque o espaço é pequeno, não tem como pôr em teto; muito calor, lá não é arejado de forma alguma. Imagina ficar dentro de um porão tudo fechado, e o barulho das máquinas é demais, eu acho que tem umas máquinas que tem que mudar o motor, e não muda. Aí é muito barulho lá dentro, muito calor. A menina que trabalha aqui, já chegou a passar mal, caiu lá, teve que chamar corpo de bombeiro, a pressão caiu, teve que levar pro pronto socorro. Ela ficou desmaiada no chão, por conta de calor. (Joana)*

A fala de Joana expõe a precária infraestrutura do ambiente fabril onde trabalha, alegando que a fábrica se localiza em um porão, o que não permite circulação de ar e ventilação adequada. Por isso, alega o excesso de calor e exemplifica o caso de uma colega que

passou mal no trabalho em decorrência das condições precárias e inadequadas para o funcionamento de uma fábrica de confecção. Também descreve que o ambiente é pequeno, exemplificando o caso do banheiro e também da necessidade de fazer as refeições no mesmo espaço em que costura, ou seja, como ela mesma diz “em cima da máquina”, pois não há outro espaço para a refeição. Outro agravante é a não fiscalização desse ambiente laboral e também a falta de denúncia, tendo em vista que tais condições poderão desencadear efeitos nocivos e irreversíveis à vida e saúde dessas mulheres. Inseridas em um ambiente insalubre e precarizado, essas trabalhadoras estão expostas cotidianamente a inúmeros riscos, acidentes e agravos à saúde. O trabalho diário em um ambiente sem ventilação pode acarretar inúmeras consequências à saúde física e mental de trabalhadores e trabalhadoras, como o desenvolvimento de doenças respiratórias, como bronquite, asma, sinusite, rinite, etc. Um dado preocupante que pode ocorrer em muitas situações similares ao que foi narrado por Joana é a naturalização do ambiente de trabalho, em que condições precárias e inadequadas de trabalho tornam-se praticamente imperceptíveis ao trabalhador diante da rotina cotidiana.

Deise explicita problemas relacionados à saúde das trabalhadoras da confecção, em especial as dores na coluna em detrimento da má postura e da necessidade de estarem sempre sentadas em frente às máquinas para executarem as funções.

*Nossa! Coluna é o fim de toda costureira. Coluna, eu sinto dor com muita frequência, dor de cabeça, dor nos olhos e a dor na coluna que não tem como. Mas você toma um remédio que melhora ali na hora, mas depois uns três dias volta de novo, não tem como porque é só sentada. Já tem uns 7 anos mais ou menos que eu sinto essa dor muito forte na coluna. Às vezes eu custo pra dormir, mas todas costureiras sente isso. Eu até comecei uma vez um tratamento, mas a gente não pode ficar faltando do serviço pra fazer fisioterapia, ficar faltando demais, e é*

*uma coisa que igual os médicos falam, pra fazer o tratamento tem que parar com confecção, não tem como.* (Deise)

As crises recorrentes na sociedade do trabalho contribuem para intimidar, controlar e intensificar a exploração no trabalho por meio do aumento de produtividade, provocando desgaste físico e mental de trabalhadores e trabalhadoras, que mesmo em processo de adoecimento ocupacional evitam realizar tratamentos médicos para não comprometer o trabalho. Isso é relatado por Deise e constatado por Amorim (2003), em pesquisa realizada na região de Campinas, onde observou que,

[...] a maior parte das costureiras trabalha o dia inteiro sentada em cadeiras, sendo a maioria destas desprovidas de qualquer instrumento de regulagem para a acomodação adequada da trabalhadora junto à máquina de costura. (p. 116)

Com isso, verifica-se que as condições de trabalho, as exigências e requisições no trabalho com a confecção desencadeiam processos de adoecimento das trabalhadoras, considerando que trabalham horas prolongadas sentadas, manuseando máquinas, em atividades repetitivas e monótonas. O relato de Deise chama atenção na medida em que diz que problema na coluna é o fim de toda costureira, considerando que exercem as atividades sentadas e caracterizadas pelo ritmo intenso e repetitivo. A intensidade do trabalho é medida pelo esforço físico, intelectual e emocional despendido pelo trabalhador, “mas há serviços que certamente consomem mais um tipo de energia do que outro” (Dal Rosso, 2008, p. 198), sendo que o capital consome insaciavelmente todas as energias e capacidades da classe trabalhadora. A intensificação do trabalho “[...] não ocorre sem efeitos sobre os corpos, a inteligência e a psique dos trabalhadores” (Dal Rosso, 2008, p. 193). Uma atividade é considerada mais intensa “[...] quando, mantidas a duração da jornada e as mesmas condições de infra-estrutura produtiva, o trabalhador apresenta

mais ou melhores resultados, em decorrência do mais trabalho despendido” (Dal Rosso, 2008, p. 55).

Além dos problemas de coluna, Deise relata dores de cabeça, decorrentes do barulho diário das máquinas.

A realidade das trabalhadoras da confecção, no que se refere à saúde e adoecimento ocupacional, demonstra que

O capital não tem, [...], a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador [...] A queixa sobre a degradação física e mental, a morte prematura, o suplício do trabalho [é] levado até a completa exaustão [...]. (Marx, 2006, p. 312)

Desse modo, segundo Marx, o esgotamento prematuro da força de trabalho, encurta a vida do trabalhador (2006, p. 307), num profundo processo de dilapidação da vida humana, que desemboca em morte silenciosa, em estafa pelo excesso de trabalho, em sobrecarga e em adoecimento do trabalhador. Nessa lógica perversa, corrosiva e destrutiva do capital, o tempo de trabalho passa a ser medido pela sua extensividade e intensidade, ou seja, o que se perde em duração, ganha em eficácia (Marx, 2006, p. 468).

Outros relatos também evidenciam os agravos à saúde das trabalhadoras da confecção. No caso de Fábيا, também são revelados os problemas relacionados às dores de coluna, mesmo que enfatize tais dores de forma episódica e esporádica. Fábيا cita o problema de visão e o relaciona com a idade, porém o trabalho na confecção exige concentração na costura, o que significa que as costureiras precisam estar de “olhos abertos e atentos” ao processo produtivo, e isso pode desencadear perda e agravos na visão.

*Tem dia que não, tem dia que você trabalha tranquila, mas tem dia que fica com as cadeiras doendo, mas não é todo dia. Agora minha amiga é todo dia, dores todos os dias. O único problema que eu tenho é a vista. Na idade você vai enfraquecendo as vistas, vai ficando pior, igual esses dias eu troquei meu óculos, ele aumentou mais. (Fábيا)*

Iara também relata dores na coluna, alegando serem dores brandas, além de mencionar os acidentes de trabalho ocasionados com as agulhas das máquinas. O índice de acidentes de trabalho com a máquina de costura é elevado também e muitas vezes naturalizado pelas costureiras, pois esses acidentes passam a fazer parte do cotidiano laboral no universo da confecção.

*Eu evito ficar com bijuterias e relógio. Tem que ter cabelos amarrados e o máximo de atenção possível. Às vezes a pontinha do dedo vai na agulha, mas nada sério. Eu me sinto ativa trabalhando. Às vezes, tem uma dorzinha na coluna, mas muito branda, não chega a causar transtorno não. (Iara)*

Considerando a ausência de equipamentos de proteção no ambiente de trabalho, a costureira Joana, registra a ocorrência de acidente de trabalho, o que é muito recorrente no universo da confecção, sobretudo da costura, com as agulhas das máquinas.

*Só uma vez que a agulha enfiou no meu dedo, aí eu fui pro Pronto Socorro e tirou. Quando enfiou no meu dedo foi numa sexta-feira, aí eu fiquei sábado e domingo sem trabalhar, porque ele deu dois dias. Aí na segunda eu voltei a trabalhar, mas eu não peguei afastamento não. (Joana)*

Deise apresenta em seu argumento que utiliza equipamentos de proteção no local de trabalho e o que mais chama atenção em sua fala é o momento em que diz que, com base nos relatos de colegas de trabalho e no senso comum, toda costureira, para ser realmente costureira, tem que costurar o dedo, ou seja, se acidentar.

*A gente tem que trabalhar calçado porque se soltar uma ferragem da máquina machuca e eu nunca me acidentei. Eles até falam comigo que eu não sou costureira ainda não, porque toda costureira tem que costurar o dedo pra depois ser costureira e eu nunca costurei. (Deise)*

Outras costureiras naturalizam os acidentes de trabalho considerando-os como algo corriqueiro e sem complicações imediatas para a saúde.

*Igual máquina de passa cola, passei no meu dedo, ficou bem roxo. Já peguei agulha assim no dedo, de agarrar mesmo. Que a agulha entra na sua unha, no dedo, ela entra quente, sara rapidinho. (Fábia)*

*É agulha que às vezes quebra no dedo, ou até outro dia, eu passei direto com o dedo na overloque e entrou assim a navalha, que ela tem uma navalha, overloque, aí cortou meu dedo, até na metade, é só um acidente assim pequeno, porque o equipamento que eles exigem mais é trabalhar na fábrica, nessas fábricas registradas são: tem que trabalhar calçado e com máscara. Só que a máscara eu não uso não, porque me incomoda, não dou conta e eu tenho sinusite, mas mesmo assim eu não uso. Porque agora eu fiz um tratamento e eu estou usando um spray nasal à noite e esse spray é... não deixa acontecer nada comigo. Eu não sinto mais nada com ele, então o bom foi isso. (Ana)*

Elza, na mesma direção das narrativas anteriores, reforça as dores na coluna, o que demonstra que na confecção, um dos maiores danos causados à saúde das trabalhadoras e trabalhadores diz respeito aos problemas de coluna, tendo em vista questões relacionadas à postura, pois essas mulheres trabalham diariamente sentadas, com extensas jornadas de trabalho. No caso de Ana, identifica-se um ritmo acelerado de trabalho, sem intervalos, sem pausas e sem descanso, o que em curto, médio e/ou longo prazo pode desencadear agravos à sua saúde.

*Final de ano geralmente eu sinto muita dor assim nas costas e nas pernas porque a gente trabalha muito. Final de ano é de setembro até dezembro. A gente trabalha até 21h, 22h. (Elza)*

*A gente geralmente sente o corpo nos primeiros dias, sente um pouco, porque você está acostumado, o seu organismo a levantar tal horário, daquele lugar e, dá uma caminhada, fazer alguma coisa na casa. Então você continua e o seu corpo pede pra que você levanta. Ai os primeiros dias, e o cansaço, você vai ficando cansado, é muita coisa, final de ano é muita cobrança. Igual eu tô te falando, ai depois você acostuma, com o passar dos dias porque ai a gente até mesmo os primeiros dias levanta, seis horas, você levanta da máquina seis horas da tarde vem toma um cafezinho pra você, assim seu corpo não sentir tanto, mas final do ano o cansaço é muito grande, tanto é que chega final de semana você não quer nem sair, é muito cansaço. Tipo quando entra setembro a gente trabalha muito. Pra ser bem sincera desde 2007, eu não tive descanso, nada, tô desde 2007 trabalhando acelerada, acelerada mesmo.*  
(Ana)

A descrição de Ana representa o cotidiano de trabalho de muitas trabalhadoras informais que exercem suas atividades no âmbito domiciliar, tendo em vista a ausência de férias e as extensas jornadas de trabalho, o que contribui para desencadear doenças ocupacionais. O relato de Elza também expressa a realidade das trabalhadoras que, em determinados períodos do ano, precisam prolongar e intensificar o ritmo de trabalho para atender às demandas. Desse modo, “sem pausa para descanso, presas ao ritmo da esteira, à exigência da produção por peça/hora e a diferentes formas de cargas de trabalho, as operárias sofrem um desgaste físico e emocional” (Neves, 2000, p. 181).

A terceirização no ramo da confecção preserva uma estrutura taylorista em determinadas partes do processo produtivo, que se baseiam em ritmos fragmentados, intensificados, polivalência, exigência de produtividade, cumprimento de metas e resultados. Tal forma de organizar, gerir e regular a produção conduz a um quadro agravante de adoecimento de trabalhadores e trabalhadoras, o que foi evidenciado a partir das narrativas das costureiras entrevistadas.

A parcela produtiva na qual há o predomínio da atividade taylorizada, marcada pelas condições degradantes de trabalho é a que concentra o maior contingente de mulheres, ou seja, a costura, e tais atividades na confecção são marcadas por movimentos repetitivos, monótonos, intensos e rígido controle. Mesmo não estando no espaço fabril, como é o exemplo das facionistas que trabalham em domicílio, há o controle no sentido do tempo e quantidade do que será produzido para ser entregue no prazo determinado entre contratante e contratado.

Esse tipo de trabalho tem provocado complicações e consequências nocivas para a saúde de trabalhadores e trabalhadoras e desencadeado uma série de doenças e lesões como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e/ou Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT), que estão relacionadas à gestão, regulação e organização do trabalho. Essas lesões e distúrbios são resultantes de atividades excessivas, repetitivas, estressantes, extenuantes, má postura, intensificação dos ritmos e cadências, polivalência, busca por excelência, metas e resultados.

Segundo estudos de Hirata (1998), além de LER e DORT, trabalhadoras e trabalhadores estão suscetíveis a outras patologias no ambiente do trabalho, como as descompensações psíquicas e o isolamento social, provocado pela informatização dos processos produtivos.

O que se identifica é que as requisições postas pelo mundo do trabalho na contemporaneidade contribuem para desencadear processos de esgotamento, estafa, adoecimento físico e mental de trabalhadoras e trabalhadores.

Dentre os fatores que contribuem para o surgimento das doenças ocupacionais estão: a ausência de pausas e intervalos para descanso decorrente da intensificação laboral, o exíguo intervalo das refeições, o controle de idas ao banheiro, o prolongamento da jornada de trabalho, o cumprimento de metas e resultados, competitividade, além das condições precárias do ambiente de trabalho que também contribuem para afetar a saúde da classe trabalhadora, diante das más condições de ventilação, dos ruídos existentes, da

precária iluminação, da umidade, do mobiliário desconfortável, de maquinário inadequado e obsoleto, dentre outros.

O controle rigoroso dos processos de produção, como o controle do tempo, do resultado, do volume das atividades realizadas, do conteúdo e do comportamento, a postura estática, a preocupação com a produtividade e a garantia e manutenção do emprego diante de inseguranças e incertezas na era flexível do mundo do trabalho afeta a saúde física e mental de trabalhadores e trabalhadoras que se tornam descartáveis, tendo em vista o atual estágio de sociabilidade do capital, baseado na desumanização do trabalho e na banalização do humano.

Ao apresentar as condições de saúde de trabalhadoras e trabalhadores do ramo da confecção, Amorim (2003, p. 117) descreve os agravantes mais comuns na vida das trabalhadoras, como a perda gradativa da visão, insuficiência respiratória em decorrência do pó existente nas roupas, alcoolismo, dores nas pernas e coluna, problemas de circulação e reumatismo oriundos da ausência de movimentos. Tal realidade pode ser comprovada em seu estudo com as trabalhadoras da Levi's na região de Campinas, constatando que o trabalho na confecção desencadeia sofrimento físico e mental na vida das mulheres, pois,

[...] as marcas de uma intensa atividade produtiva realizada em um passado recente se manifestam nos seus corpos: na dor contínua, na imobilidade parcial das mãos, na perda da sensibilidade e no atrofiamento de alguns membros. [...]"  
(Amorim, 2003, p. 117)

A autora relata que o adoecimento no trabalho pelas mulheres da confecção no ambiente pesquisado remete a um sentimento de fracasso e perda de reconhecimento social. A perda da saúde e do trabalho para as mulheres representam um sentimento de isolamento e de fragilidade, pois na sociedade capitalista os indivíduos sociais são reconhecidos a partir do momento em que se tornam produtivos e atendem às prerrogativas do sistema produtor de mercadorias.

No que se refere à realidade de Divinópolis, mesmo em um quadro de desigualdades, exploração e adoecimento, ou seja, de agravamento da “questão social” em suas múltiplas manifestações na vida das trabalhadoras da confecção entrevistadas, essas mulheres, a partir do seu lugar e da sua condição de classe, expressam em suas narrativas projetos de vida, sendo que aparecem pontos comuns em seus relatos, como ter filhos, investir nos estudos dos filhos e a aquisição da casa própria, retratando a dureza e dificuldades da vida na qual se inserem como trabalhadoras assalariadas, terceirizadas, subcontratadas, flexibilizadas e precarizadas. As narrativas sobre projetos de vida demonstram certo conformismo com a realidade, ao partir de análises comparativas com demais situações vivenciadas pela população, como é o caso de Bia. As falas expressam projetos de vida muitas vezes limitados e permeados pela lógica capitalista que incita o acesso a determinados bens de consumo, como aparece de forma recorrente com o sonho da casa própria. Isso também revela a ausência de políticas públicas na área habitacional. Também são relatados projetos relacionados ao acesso aos direitos sociais, com destaque para a educação dos/as filhos/as. Em uma conjuntura neoliberal, muitas vezes, a educação é concebida como mercadoria, adquirida no mercado, na relação de compra e venda e não como um direito social de cidadania.

*Terminar minha casa, esse é meu projeto.* (Joana)

*De tudo na vida dar certo, porque eu sou assim, sabe, eu conformo muito com as coisas que eu tenho, que em vista de muitos a gente tem muito além do que as vezes até merece.* (Bia)

*Queria ter uma casa bem bonita.* (Fábia)

*Meu projeto de vida é casar, ter minha casa própria, ter minha família e estudar mais. Quero ainda fazer mais cursos, aperfeiçoar mais. Porque eu aperfeiçoei na educação especial, então eu pretendo seguir isso.* (Elza)

*Tenho vontade de ter minha casa, estudar minha filha.* (Ana)

*É ver minhas filhas formadas, entrar na faculdade e sair formadas.* (Carla)

*O maior sonho da minha vida é dar conta de ter um cômodo, pode ser um cômodo, nem se for pra dividir com cortina. Nossa eu tenho sofrido demais com esse negócio de morar de aluguel. Às vezes eu tô trabalhando eu começo a lembrar e choro. Isso me deixa muito triste, eu não queria mais nada na vida só queria pelo menos um cômodo pra morar. E depois eu queria dar conta de pagar faculdade pra minha filha.* (Deise)

*Eu quero ter uma casa e na medida das oportunidades eu gostaria de ajudar minha filha com uma faculdade.* (Iara)

*Ter minha casa própria.* (Gisele)

*Queria fazer uma faculdade, Design de Moda.* (Helen)

A partir das histórias narradas pelas trabalhadoras, observa-se que no universo da confecção ocorre um processo de *precarização sexualizada do trabalho*, mediante a incorporação em maiores proporções do trabalho feminino nessa cadeia produtiva, sobretudo em funções mais desvalorizadas como a costura, que exige habilidade e destreza com o uso das máquinas, o que provoca efeitos diretos nos níveis salariais rebaixados. A inserção num trabalho precarizado também provoca uma *precarização sexualizada da vida* dessas trabalhadoras, provocando uma *precarização objetiva e subjetiva da vida* dessas mulheres, pois o capital captura também a subjetividade da classe trabalhadora. Isso significa que, de acordo com Linhart (2014, p. 45-46), além de uma precarização objetiva, ligada ao vínculo precário, instável, temporário, com baixos salários, há também uma precarização subjetiva, que está ligada ao sentimento de insegurança, de incerteza, de instabilidade, de medo, de ansiedade, de isolamento,

de angústia, de cobrança, de pressão, de assédio, que redundam em sofrimentos que afetam a dimensão subjetiva e psíquica de trabalhadores e trabalhadoras que vivem e sobrevivem do trabalho.

Em um contexto de competitividade, individualização, comparação, avaliação e julgamento de trabalhadores e trabalhadoras, a classe trabalhadora se encontra no olho do furacão, sob fogo cruzado, ou seja, no fio da navalha do mundo do trabalho no capitalismo mundializado e neoliberal em sua face degradante e destrutiva, num profundo quadro de banalização humana e barbárie social, o que requer análise crítica dessa realidade, resistência coletiva e capacidade político-organizativa dos sujeitos sociais que aponte estratégias e impulsione alternativas direcionadas para a construção de uma sociabilidade emancipada.

Com isso, adentrar o cotidiano das costureiras, mesmo que parcial e limitadamente, permitiu conhecer criticamente e para além da aparência fenomênica, diversas dimensões que circundam a vida dessas trabalhadoras, a partir das histórias de vida e experiências sociais, tendo como referência o lugar que ocupam na estrutura social e a condição de classe dessas mulheres.

Diante de um mergulho na vida cotidiana dessas trabalhadoras, muitas vezes *invisibilizadas*, é possível compreender, a partir de uma perspectiva ontológica e de totalidade, a dinâmica e as condições de trabalho dessas mulheres que estão inseridas numa conjuntura baseada na exploração, opressão e dominação da sociabilidade do capital, com seus condicionantes estruturais. As histórias e trajetórias narradas, mesmo que recortadas em uma determinada temporalidade retratam aspectos da vida social, apreendendo dialeticamente dimensões singulares e universais, como relações mediadas. Esse percurso investigativo permitiu uma aproximação ao universo das trabalhadoras da confecção numa determinada localidade, considerando que,

A ciência brota da vida, e na vida mesma – saibamos ou não, queiramos ou não – somos obrigados a nos comportar espontaneamente de modo ontológico. A transição

para a cientificidade pode tornar mais consciente e mais crítica essa inevitável tendência da vida, mas pode também atenuá-la ou até mesmo fazê-la desaparecer. [...] trata-se aqui, portanto, de uma cientificidade que não perde jamais o vínculo com a atitude ontologicamente espontânea da vida cotidiana; ao contrário, o que faz é depurá-la de forma crítica e desenvolvê-la, elaborando conscientemente as determinações ontológicas que estão necessariamente na base de qualquer ciência. (Lukács, 2012, p. 293)

Assim, observa-se que as profundas mutações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas agravaram a “questão social” em um quadro de degradação e precarização do trabalho, que desencadeou um amplo ataque aos direitos sociais e trabalhistas daqueles que vivem e sobrevivem do trabalho. A classe trabalhadora, atingida visceralmente em sua forma de ser, encontra-se fragilizada, pulverizada, fragmentada, precarizada e cada vez mais pauperizada.

Porém, mesmo em um cenário adverso, a classe trabalhadora expressa formas de rebeldia e resistência cotidianas, sendo muitas vezes resistências miúdas, difusas e surdas, mas que acenam para a potencialidade das lutas ampliadas e organização coletiva de classe.

## Considerações finais

*“Hacia donde? [...] La vida esconde mundos en gérmen que aún falta descubrir. [...] es hora de partir hacia los mundos que duermen!”*

(Deucalión, de Alberto Guillén)<sup>90</sup>

O respectivo estudo objetivou analisar as condições de vida, de trabalho e as estratégias de sobrevivência das mulheres da confecção, com recorte para as trabalhadoras formais e informais, ou seja, aquelas inseridas no espaço fabril e as que realizam suas atividades em domicílio. Para tanto, buscou-se na metodologia da história oral de vida o recurso para atender aos propósitos delimitados e, com isso, pôde ser observado que conhecer a realidade do mundo do trabalho, pautada nas desigualdades sociais de gênero/sexo, é crucial para o entendimento da estrutura social e da conjuntura socioeconômica, ideopolítica e cultural da contemporaneidade, tendo como pano de fundo o agravamento da “questão social”.

Para a compreensão da realidade investigada, partiu-se da análise da atual configuração do mundo do trabalho, com suas profundas transformações, caracterizadas pelo acelerado processo de reestruturação produtiva, no contexto da divisão sexual do trabalho e do neoliberalismo. Tais alterações engendraram a intensificação da terceirização, culminando na adoção de formas de trabalho subcontratadas, informalizadas, flexíveis e no crescimento de um tipo de assalariamento não mais ligado à carteira de trabalho, afetando sobremaneira a classe trabalhadora. Essas mutações incidiram também na cadeia produtiva da confecção, afetando a vida de trabalhadoras e trabalhadores, sobretudo das mulheres, que são maioria nesse setor produtivo. Mesmo as trabalhadoras inseridas no ambiente fabril, com regime formalizado de trabalho e carteira assinada, passaram a vivenciar formas precárias de trabalho diante das novas imposições da reorganização capitalista.

---

90. Para onde? [...] A vida esconde mundos em germe que ainda falta descobrir. [...] é hora de partir para os mundos que dormem! (Tradução livre).

Nas últimas décadas, mudanças substantivas de ordem social, econômica, política, cultural e demográfica ocorreram na sociedade brasileira. A intensa urbanização e industrialização contribuíram para as determinações dos rumos tomados pelo mundo do trabalho na atualidade, porém, não garantiram melhorias nas condições de vida da população em geral, nem resolveram os contornos evidentes da “questão social”, pois o desemprego, a violência, o analfabetismo, a miséria, a concentração da renda, as desigualdades sociais e regionais, dentre outras mazelas produzidas pela sociedade burguesa, foram intensificadas e reproduzidas. O resultado dessa conjuntura foi o acirramento da “questão social”, com elevados índices de desemprego em dimensão estrutural, enfraquecimento sindical, miserabilidade, violência, condições de trabalho degradantes, preconceito, discriminação, feminicídio, banalização do humano, destruição ambiental, regressão e desmonte dos direitos sociais, precarização do trabalho e da vida, racismo, homofobia, dentre outras manifestações que circundam a vida social.

No que se refere às mulheres, as últimas décadas representaram um alargamento de sua participação na vida pública e no mercado de trabalho, porém, como foi abordado ao longo deste estudo, tal crescimento da presença feminina coincide com o aumento de formas precárias de trabalho.

Inúmeros foram os fatores que contribuíram para o ingresso das mulheres no espaço produtivo, como a industrialização, a urbanização, as mudanças no âmbito sociocultural e político, nos padrões de comportamento e valores concernentes aos papéis sociais femininos e masculinos, a emergência e lutas do movimento feminista, o crescimento no nível de escolaridade das mulheres e seu acesso às universidades, a queda na fecundidade devido ao surgimento de métodos contraceptivos, a expansão do setor de serviços, entendidos como espaços de maior ocupação do contingente feminino, dentre outros. Esses fatores contribuíram para o surgimento de “nichos ocupacionais femininos”, ou seja, um contingente expressivo de mulheres passou a ocupar postos de trabalho com menor valorização, baixos salários, menos prestígio e reconhecimento.

Em se tratando da pesquisa realizada com as trabalhadoras inseridas na cadeia produtiva da confecção no município de Divinópolis, no estado de Minas Gerais, foram observados, a partir das histórias narradas, diversos elementos convergentes que circundam a vida dessas mulheres, inseridas na totalidade social. Dentre os aspectos evidenciados e recorrentes na vida dessas mulheres, se destacam o fenômeno migratório na vida da maioria delas, as dificuldades financeiras que perpassaram suas trajetórias, a inserção precoce no mundo do trabalho frente à necessidade de contribuir com as despesas familiares, o abandono escolar devido à necessidade de obter uma atividade remunerada como forma de sobrevivência, as condições precárias de trabalho diante das atividades realizadas, a existência de hierarquia nas relações de gênero/sexo, pois, conforme apreendido nas narrativas, essas mulheres continuam assumindo as responsabilidades da esfera reprodutiva mesmo após seu ingresso no espaço produtivo e remunerado. Além do mais, em sua maioria, concebem o trabalho como meio de sobrevivência e satisfação de necessidades vitais e não como uma atividade que possa possibilitar criação, socialização e liberdade.

Outros elementos também foram explicitados, como a percepção das costureiras acerca da divisão sexual do trabalho, visto que identificam a existência de preconceitos, desigualdades e assimetrias na relação entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Também relatam o aprendizado com a costura de uma forma doméstica, pois, em sua maioria, essas mulheres adquiriram tais habilidades com entes familiares ou até mesmo no ambiente de trabalho, predominando a ausência de cursos de aperfeiçoamento ou de qualificação profissional, o que reforça a associação com a atividade da costura a uma tarefa vocacional feminina por excelência, tendo em vista a concepção naturalizada dos papéis sociais estabelecidos para homens e mulheres.

Dentre tais constatações são descritas também as extensas jornadas de trabalho na esfera domiciliar, a ausência de equipamentos de segurança no espaço produtivo, como mecanismo para evitar

acidentes de trabalho, e a presença de problemas de saúde, com ênfase para dores musculares devido às funções repetitivas e má postura. Além do mais, as trabalhadoras domiciliares não possuem vínculos empregatícios, ou seja, não é assegurada a essas mulheres a cobertura da legislação trabalhista e o acesso aos direitos sociais e previdenciários, colocando-as em uma situação de instabilidade, incertezas, insegurança e precarização no mundo do trabalho.

Também foram apresentadas insatisfações com o trabalho da costura, devido ao seu caráter repetitivo, estressante e cansativo. Porém, como muitas trabalhadoras não fizeram um investimento educacional ao longo de suas vidas, como forma de atender às prerrogativas do mercado de trabalho capitalista, sentem-se “impossibilitadas” para acessar outras oportunidades de emprego no município de Divinópolis, tendo em vista que a cidade possui no setor da confecção uma das maiores possibilidades de geração de emprego.

Em relação à análise da representação de classe desse segmento, verifica-se, por meio das entrevistas, uma insatisfação e falta de credibilidade junto ao sindicato no que se refere ao atendimento dos interesses e necessidades das trabalhadoras, pois as narrativas evidenciam que tal entidade representa mais os anseios do capital do que os do próprio trabalhador.

Mediante a diversificação e extensão das histórias narradas, observa-se que essas mulheres, por meio de seu cotidiano de trabalho e suas relações sociais, tecem suas vidas, projetam sonhos, criam e recriam estratégias de sobrevivência frente a um contexto marcado pela *precarização sexuada do trabalho* que tem efeitos objetivos e subjetivos na vida dessas trabalhadoras.

O processo de reestruturação produtiva, ou de desestruturação do trabalho, tendo em vista que foi um mecanismo do capital para atender suas necessidades de valorização e acumulação em detrimento do esfacelamento das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, ocorreu de forma sexuada, pois teve e ainda tem efeitos diferenciados para o conjunto complexo e heterogêneo da classe trabalhadora, sobretudo para as mulheres. Nesse

cenário tenso, contraditório e conflituoso, de interesses antagônicos e inconciliáveis entre as demandas do capital e do trabalho, observa-se uma exponenciação e complexificação das expressões da “questão social”.

A “questão social” na contemporaneidade se redimensiona frente aos imperativos do capital, que para assegurar sua lógica acumulativa fragiliza a capacidade político-organizativa da classe trabalhadora, por meio da flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas, além do crescimento do desemprego estrutural, de trabalhos terceirizados e precários, que consequentemente acirram o quadro de miserabilidade de significativos segmentos da população.

Nesse cenário de investidas destrutivas impulsionadas pela lógica expansiva e insaciável do capital, que provocam consequências deletérias, esfaceladoras e corrosivas para a vida humana, a “questão social” é distorcidamente tratada como “problema individual”, de forma naturalizada, individualizada, patologizada, despolitizada e criminalizada, o que reforça a função ideopolítica do Estado com suas ações controladoras, repressoras e punitivas frente aos desdobramentos produzidos e reproduzidos pelas contradições entre capital e trabalho na sociabilidade burguesa.

Por isso, uma das principais tarefas da pesquisa e da produção de conhecimento nas diversas áreas é desvelar a essência da realidade social, ultrapassando sua aparência fenomênica, com o objetivo de responder propositivamente e criticamente às exigências históricas do tempo presente.

A função social da pesquisa, reconhecida sua limitação, é apresentar uma análise da realidade sob determinadas angulações, entendendo seu caráter aproximativo e inconcluso de compreensão da dinâmica social, sem perder de vista a perspectiva de totalidade.

Assim, o propósito dessa pesquisa não é apontar conclusões definitivas sobre uma face de uma realidade complexa, mas problematizar questões, apresentar pistas e reflexões críticas, visto que o conhecimento tem caráter cíclico, sucessivo e aproximativo. Conhecer as múltiplas determinações circundantes da realidade concreta se

faz pertinente ao debate das diversas áreas do conhecimento, inclusive do Serviço Social, profissão que tem como objeto de investigação e intervenção a “questão social”, que emerge no cerne do tenso, conflituoso e contraditório embate entre capital e trabalho.

Compreendendo as refrações da “questão social” como objeto de investigação e intervenção do Serviço Social, compete a essa profissão, historicamente situada e legitimada, buscar apreender a realidade social e suas múltiplas facetas para se pensar em possibilidades de seu enfrentamento, com base em uma fundamentação teórica, metodológica, ética, política e operativa.

Além do mais, diante do que foi exposto no decorrer deste estudo, constata-se que o trabalho continua sendo o elemento fundador da sociabilidade humana e o fundamento da produção e reprodução social, tendo em vista a satisfação das necessidades humanas. A tarefa desafiadora para trabalhadores e trabalhadoras nessa quadra histórica está na recusa e combate ao trabalho reificado, abstrato, alienado, degradante e fundado na apropriação privada da riqueza, para que se possa alcançar uma nova forma societária em que o trabalho seja criativo, livre e dotado de significado para a humanidade.

O que se observa diante do que foi abordado é que o mundo social não pode ser concebido como a síntese de determinantes rígidos, estanques e acabados, mas como um conjunto dinâmico e contraditório de processos complexos, o que justifica a recusa de abordagens que apregoam o “fim da história” e o “fim do trabalho”. Com isso, a realidade social, entendida como produto histórico das relações humanas está em constante transformação, permeada de rupturas e permanências.

Embora esse estudo tenha enfatizado uma determinada ramificação da estrutura produtiva no mundo capitalista, ou seja, o universo da confecção/vestuário, com destaque para as trabalhadoras inseridas nas atividades fabris e domiciliares em uma determinada localidade – o município de Divinópolis, a respectiva proposta esteve versada em situar tal realidade no cenário da sociedade capitalista, com vistas a apresentar processos estruturais e

conjunturais, abrangendo e estabelecendo relações mediadas, que transitam entre a singularidade e a universalidade, como momentos dialeticamente articulados.

Com base na concepção dialética da história para compreender a realidade social e suas respectivas engrenagens, esse estudo, longe de qualquer pretensão conclusiva, objetiva contribuir com pistas para novas indagações, sem a pretensão de esgotamento, já que “[...] todo fim é ao mesmo tempo o início de um novo movimento cíclico” (Lukács, 2012, p. 324).

Nesse horizonte, é José Saramago (1997) quem lança reflexões instigantes e inspiradoras acerca da viagem infundável, permitindo entender que no universo da pesquisa e da produção do conhecimento sobre a realidade social, o ponto de chegada é sempre o ponto de partida, e assim sucessivamente.

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre.



## Referências

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: SENAC, 2007, p. 21-41.

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: Hucitec, 1986.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

\_\_\_\_\_. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **No limite da precarização? Terceirização e trabalho feminino na indústria da confecção**. 2003. 222 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

AMORIM, Henrique. **Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas so-**

ciais e o Estado democrático. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 09-23.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 213-224.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Ângela M. C.; AMORIM, Elaine R. A. Redes de sub-contratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17/18, p. 267-310, 2002.

ARAÚJO, Ângela M. C.; FERREIRA, Verônica C. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP: NEPO: UNICAMP, Ed. 34, 2000, p. 309-346.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 3. ed. São Paulo: Cartilha Popular, 2001.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa em Serviço Social**. São Paulo: Veras, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP: NEPO: UNICAMP, Ed. 34, 2000. p. 13-58.

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de O. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **CADERNOS Pagu**, Campinas, n. 17/18, p. 157-196, 2002.

\_\_\_\_\_. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: SENAC, 2007, p. 43-87.

BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (Org.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Carlos Chagas, 1994.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, p. 153-174, jun. 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTILLO, Juan José Alonso. **Sociologia del trabajo: un proyecto docente**. Madri: CIS, 1996.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 3. ed. Brasília: CFESS, 1997.

CHASIN, José. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COLLIN, Françoise. Teorias da diferença dos sexos. In: HIRATA, Helena; et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 59-66.

CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. **Continuidade e ruptura nas linhas da modernidade**: a passagem do tradicional ao moderno no centro-oeste de Minas Gerais. Divinópolis, 2003.

CRUZ, Tânia. Ocupação no mundo do trabalho e o enfoque de gênero: qual o perfil do sujeito trabalhador que constrói a economia solidária no Brasil? **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 311-325, jul./dez. 2006.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELPHY, Christine. Teorias do Patriarcado. In: HIRATA, Helena; et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 173-178.

DRAIBE, Sônia M. Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, p. 27-64.

DRUCK, Graça; BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 1990.

FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena; et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 256-262.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 69-90.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Densidade sindical e recomposição da classe trabalhadora no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

GARCIA, Odair Lopes. **Avaliação da competitividade da indústria têxtil brasileira**. 1994. 213 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: SENAC, 2007, p. 89-108.

\_\_\_\_\_. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, São Paulo, ano 4, n. 7, p. 5-27, 1998.

HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

HIRATA, Helena; PRÉTECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das Ciências Sociais na França. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 47-80, jul./dez. 2002.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Ano 2, n. 3, p. 09-32, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009, p. 341-375

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IPEA; et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: IPEA, 2011.

IPEA. **Radar Social**. Brasília: IPEA, 2006.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67-75.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re) introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 33-47.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 151-178.

LAVINAS, Lena. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP: NEPO: UNICAMP, Ed. 34, 2000, p. 139-159.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP: NEPO: UNICAMP, Ed. 34, 2000, p. 211-236.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial:** formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, Márcia de Paula. **O futuro do trabalho:** novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Página Aberta, 1994.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo:** estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIMA, Ângela Maria de Sousa. **As faces da subcontratação do trabalho:** um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região. 2009. 357 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LIMA, Jacob C. Trabalho informal, autogestionário e gênero. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 303-310, jul./dez. 2006.

LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 45-54.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social:** elementos para uma análise marxista. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Método dialético e teoria política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 15-25.

LUKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe:** estudos sobre a dialética materialista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011c.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital, vol. 2. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Livro I, vol. 1. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista**. 5. reimp. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re) introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 09-29.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTAGNER, Paula. Dinâmica e perfil do mercado de trabalho: onde estão as mulheres? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP: NEPO: UNICAMP, Ed. 34, 2000. p. 161-167.

MOTA, Ana Elizabete. Questão social e Serviço Social: um debate necessário. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NAVARRO, Vera Lúcia. **Trabalho e trabalhadores do calçado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Ano 2, n. 3, p. 41-49, 2001.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP: NEPO: UNICAMP, Ed. 34, 2000. p. 171-185.

\_\_\_\_\_. Trabalho e gênero: permanências e desafios. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 257-265, jul./dez. 2006.

NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília-DF, n. 1, v. 22, p. 11-34, jan./abr. 2007.

NUNES, Jordão Horta; CAMPOS, Andréia Ferreira. O setor de confecção em Goiânia: análise da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 237-255, jul./dez. 2006.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDROSA, Célia Maria. **Limites e potencialidades do desenvolvimento local**: a indústria da confecção de Divinópolis. 2005. 177

f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte.

PEREIRA, Rosângela Maria. **Pedagogia do lar/oficina**. 2004. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930). 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 11-43.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

RIVERO, Patricia S. **Trabalho**: opção ou necessidade? Um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP: NEPO: UNICAMP, Ed. 34, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**: repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p. 157-163, 1999.

\_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de O. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183-215.

SANTANA, Marco Aurélio. O mundo do trabalho em mutação: as reconfigurações e seus impactos. **Cadernos IHU Idéias**, São Leopoldo, Ano 3, n. 34, p. 1-22, 2005.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, jan./abr. 2008.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul./dez.1990.

SILVA, Luiz Antonio Machado. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Focalização e impactos do bolsa família na população pobre e extremamente pobre. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010, p. 63-109.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, jun. 2000.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 116, p. 652-674, 2013.

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Os sujeitos sociais em questão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 40, 1992.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Apoio:



<b>Título</b>	Desigualdade de Gênero no Mundo do Trabalho: As Trabalhadoras da Confecção
<b>Autor</b>	Reginaldo Guiraldelli
<b>Coordenação Editorial</b>	Kátia Ayache
<b>Assistência Editorial</b>	Augusto Pacheco Romano Érica Cintra
<b>Capa e Projeto Gráfico</b>	Marcio Arantes Santana de Carvalho
<b>Imagem</b>	“Costureiras” (1950), de Tarsila do Amaral – cedida pelo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC/USP)
<b>Assistência Gráfica</b>	Wendel de Almeida
<b>Preparação e Revisão</b>	Taine Fernanda Barriviera
<b>Formato</b>	14 x 21
<b>Número de Páginas</b>	292
<b>Tipografia</b>	Adobe Garamond Pro
<b>Papel</b>	Alta Alvura Alcalino 75g/m <sup>2</sup>
<b>1ª Edição</b>	Janeiro de 2016

---

Caro Leitor,

Esperamos que esta obra tenha correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões escrevendo para:

atendimento@editorialpaco.com.br

---

Compre outros títulos em

**[www.livrosdapaco.com.br](http://www.livrosdapaco.com.br)**

Professor tem desconto especial

---

## **Publique Obra Acadêmica pela Paco Editorial**



### **Teses e dissertações**

Trabalhos relevantes que representam contribuições significativas para suas áreas temáticas.



### **Grupos de estudo**

Resultados de estudos e discussões de grupos de pesquisas de todas as áreas temáticas. Livros resultantes de eventos acadêmicos e institucionais.



### **Capítulo de livro**

Livros organizados pela editora dos quais o pesquisador participa com a publicação de capítulos.

Saiba mais em

**[www.editorialpaco.com.br/publique-pela-paco/](http://www.editorialpaco.com.br/publique-pela-paco/)**

**PACO**  **EDITORIAL**

Av. Carlos Salles Block, 658  
Ed. Altos do Anhangabaú – 2º Andar, Sala 21  
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100  
11 4521-6315 | 2449-0740  
contato@editorialpaco.com.br

O livro *Desigualdade de gênero no mundo do trabalho: as trabalhadoras da confecção*, de Reginaldo Guiradelli é uma notável contribuição à discussão da questão social na perspectiva do desvendamento do mundo do trabalho capitalista, tratando em especial da importante categoria das trabalhadoras da confecção. É um estudo sério, crítico e rigoroso, capaz de expor as dimensões da exploração capitalista e os meandros das relações sociais de gênero que perpassam a sociabilidade da acumulação de capital na indústria da confecção. O livro faz uma análise densa da condição existencial de proletariedade das trabalhadoras da confecção, articulando trajetórias pessoais, cotidiano, condições de vida e trabalho. Numa época em que o capital manipula e oculta as dimensões da exploração e estranhamento das pessoas que trabalham, o livro de Guiradelli é uma contribuição importante para desfetichizar o mundo social vivido do trabalho. É uma importante contribuição para o Serviço Social comprometido com o enfrentamento da questão social na perspectiva do trabalho e um exemplo de pesquisa social que merece ser tomado como modelo.

Giovanni Alves  
Professor da Unesp e Unicamp

ISBN 978-85-462-0270-6



9 788546 202706

